

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

HISTÓRIAS DA ILHA: TEMPORALIDADE E APROPRIAÇÃO DO  
ESPAÇO NA ILHA COMPRIDA



Maria Celina Pereira de Carvalho  
Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

1999

MARIA CELINA PEREIRA DE CARVALHO

**“HISTÓRIAS DA ILHA:  
TEMPORALIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NA ILHA COMPRIDA”**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Antropologia do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas  
sob a orientação do Prof. Dr. Mauro  
William Barbosa de Almeida

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
17/03/1999

BANCA

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (Orientador)

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira

Prof. Dr. Guillermo Raul Ruben (suplente)



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	38077
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PHEÇO	11,00
DATA	17-07-99
N.º CPD	

CM-00125861-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 253 h Carvalho, Maria Celina Pereira de  
Histórias da Ilha: temporalidade e apropriação do espaço na  
Ilha Comprida / Maria Celina Pereira de Carvalho. - - Campinas,  
SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia. 2. Turismo. 3. Meio ambiente.  
4. Proteção ambiental. 5. Ecologia humana. 6. Pescadores.  
I. Almeida, Mauro William Barbosa de. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

À memória de Cascão:

Anjos caídos não puderam tirar o teu céu. Quanto à (in) justiça dos homens...

À memória de meus pais,  
José e Eugenia

À memória de Edith,

Minha mãe, maior amiga, primeira e maior mestra, minha estrela guia

## Agradecimentos

Ao CNPq, cujo apoio financeiro tornou este trabalho possível.

Ao Prof. Dr. Mauro Almeida, pela orientação constante e precisa, e pela amizade e carinho que dedica aos seus orientandos.

Aos meus professores na Universidade Estadual de Campinas pela oportunidade do aprendizado.

Ao Prof. Dr. Carlos Brandão, com quem tive a rica oportunidade de trabalhar, agradeço os ensinamentos no Vale e sobre o Vale do Ribeira.

Ao Prof. Dr. John Cowart Dawsey, que nos primórdios desta pesquisa esteve me orientando e incentivando.

Aos professores John Monteiro e Lucia da Costa Ferreira, pelas críticas e contribuições durante o exame de qualificação.

À prefeitura de ilha Comprida, especialmente ao Nézinho e à Darci, que gentilmente cederam mapas e documentos importantes para a elaboração deste trabalho.

À família de *seu* Antonio das Neves, da ilha do Cardoso, que sempre esteve de portas e braços abertos para me receber.

Aos caiçaras da ilha Comprida, especialmente os de Pedrinhas, Ubatuba e Juruvaúva, bairros onde estive realizando pesquisa de campo. Em Pedrinhas, Ivone Lisboa ofereceu-me hospedagem e contribuiu com esta pesquisa ajudando-me a traçar genealogias e fornecendo mapas e documentos fundamentais para a compreensão da história do lugar. *Seu* Sebastião, de Juruvaúva, foi um colaborador atencioso que tantas vezes me acompanhou até as casas de diversas famílias na ilha, e de ex moradores da ilha que hoje vivem em Cananéia. Ainda em Pedrinhas, agradeço *dona* Joana com suas filhas e filho que me receberam como se já fôssemos amigos há muito tempo.

À amiga Renata Paoliello, que se dedicou a ensinar-me antropologia tantas noites, madrugada adentro.

À amiga Maria Elena, minha parceira de estudos; juntas aprendemos sobre Antropologia, sobre a vida...

À amiga Profa. Dra. Lídia Barrós, há tantos anos me apoiando e incentivando.

Durante o curso de mestrado, ganhei novos amigos, que me ofereceram, além de hospedagem em Campinas, uma troca muito rica de amizade, afeto, e de experiências de pesquisa. São eles: Marta, Andréa, Elisa, Mariana, Gabriela, Senilde, Nino e Liberac.

A Crismere Tsukioka, a Kika, minha parceira de pesquisa sobre o Vale do Ribeira pela troca de experiências e aprendizados.

Aos funcionários do Instituto Socioambiental, com os quais tive oportunidade de trabalhar, e que estiveram me atendendo prontamente todas as vezes que precisei de material cartográfico e bibliográfico.

A amiga Sandra, que me ofereceu o aconchego de sua casa "no meio do mato" em Itapecerica da Serra durante os últimos seis meses de elaboração deste trabalho.

A Francisco e Gilberto, meus irmãos queridos, pelos apoio material e afetivo neste e em tantos outros percursos.

Mas as duas disciplinas estão, entretanto, numa relação de proximidade que remete à natureza de seu objeto: o espaço enquanto matéria da Antropologia, é um espaço histórico; o tempo como matéria prima da História é um tempo localizado e, nesse sentido, antropológico.

Marc Augé

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1. A RESPEITO DA POPULAÇÃO ESTUDADA: UMA QUESTÃO CONCEITUAL</b> ...	12
<b>CAPÍTULO 2. O VALE DO RIBEIRA</b> .....	20
2.1 INTRODUÇÃO.....	20
2.2. A INCORPORAÇÃO DA REGIÃO À ECONOMIA CAPITALISTA.....	22
2.3. A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO VALE.....	24
<b>CAPÍTULO 3. A ILHA COMPRIDA</b> .....	29
3.1. INTRODUÇÃO.....	29
3.2. PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	30
3.3. MITO DE FUNDAÇÃO DE PEDRINHAS.....	39
3.4. JURUVAUVA.....	47
3.5. UBATUBA.....	48
<b>CAPÍTULO 4. A VIDA E O TRABALHO ANTIGAMENTE</b> .....	50
4.1. INTRODUÇÃO.....	50
4.2. O TRABALHO.....	50
4.3. AS FORMAS DO TRABALHO.....	64
4.4. REPRESENTAÇÕES DE TEMPO E ESPAÇO.....	69
4.5. A LINGUAGEM DOS PASSOS EM PEDRINHAS.....	76
<b>CAPÍTULO 5. EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA NA ILHA COMPRIDA</b> .....	79
5.1. INTRODUÇÃO.....	79
5.2. EM TEMPO DE BALA: GRILOS E A FORMAÇÃO DE LOTEAMENTOS.....	80
5.3. O CASO DE PEDRINHAS.....	85
5.4. O CASO DO CAPÃO.....	94
5.5. O CASO DE UBATUBA.....	99
5.6. JURUVAUVA.....	102
<b>CAPÍTULO 6. O TURISMO NA ILHA COMPRIDA</b> .....	110
6.1. INTRODUÇÃO.....	110
6.2. TURISMO EM PEDRINHAS.....	115
6.2.1. <i>A chegada dos primeiros turistas no bairro</i> .....	116
6.2.2. <i>A casa do turista é a minha casa e a minha casa é a casa é dele.</i> .....	124
<b>CAPÍTULO 7. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA COMPRIDA</b> .....	133
7.1. INTRODUÇÃO.....	133
7.2. O QUE É APA.....	134
7.3. A APA DE ILHA COMPRIDA.....	136
7.4. REPRESENTAÇÕES LOCAIS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	136
<b>8. CONCLUSÕES</b> .....	142
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	153

## ÍNDICE DE MAPAS

Unidades de Conservação Federais de Uso Direto.....	28a
Unidades de Conservação Estaduais de Uso Indireto.....	28b
Unidades de Conservação Estaduais de Uso Direto.....	28c
Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape – Unidades de Conservação.....	28d
Localização de posseiros na ilha Comprida em 1945.....	49a
Localização das comunidades de pesca localizadas na porção sul paulista do Vale do Ribeira.....	49b
Localização dos Balneários na ilha Comprida.....	81a

## Anexos

- Projeto condomínio Pedrinhas
- Contrato de compra e venda de terras realizado entre a companhia Melhoramentos de Cananéia e os moradores de Pedrinhas



Vista de Iguape (à direita) e da ilha Comprida (ao fundo, à esquerda)



A balsa que faz a travessia entre Iguape e a ilha Comprida

## APRESENTAÇÃO

Segundo o projeto inicial desta pesquisa, ela seria realizada na ilha do Cardoso, onde há mais de dez anos conheço famílias com as quais criei relações de amizade e de afeto. Em junho de 1997, eu estava trabalhando sob a coordenação do professor Carlos Brandão, no *Projeto Diagnóstico Vale do Ribeira*, realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA). Nessa época, fui designada para assistir aos diversos eventos que fizeram parte da *Semana do Meio Ambiente*, realizada pela prefeitura do município de ilha Comprida, e também para fazer pesquisa de campo nessa ilha, visitando-a pela primeira vez. As diversas atividades do evento foram realizadas num local próximo ao Boqueirão Norte, centro administrativo e comercial da ilha.

Desde os primeiros dias, o nome do bairro de *Pedrinhas* começou a chamar minha atenção. Primeiramente porque Nezinho, o vice prefeito, e o vereador Osvaldo (além de Leonel, que é suplente de vereador), os dois únicos políticos caiçaras da ilha, são nascidos nesse bairro. Em segundo lugar, por causa do grande número de moradores desse bairro que diariamente compareciam aos eventos. Em terceiro lugar, por ser o bairro de maior concentração de população caiçara. E, por último, porque várias pessoas diziam que *Pedrinhas* era o lugar mais bonito da ilha.

Então, numa ensolarada manhã de domingo, após o encerramento dos eventos, tomei um ônibus e fui conhecer o bairro, 36 quilômetros ao sul do Boqueirão Norte. Já no caminho, fui me deslumbrando com o que, para mim, eram novidades. A maior parte do trajeto desse ônibus é pela praia, e, naquela hora, a maré estava cheia. Fiquei surpresa ao perceber que o ônibus ia tão pertinho do mar. Do banco onde eu estava sentada, no lado direito, não dava para ver a estreita faixa de areia que separava o ônibus do ponto onde as ondas iam morrer, o que dava a sensação de que o veículo estava dentro da água. Para chegar a *Pedrinhas* é preciso atravessar cerca de 4 Km até o lado do canal, onde ficam todos os bairros caiçaras. O ponto final é ao lado do bar do Nezinho, de onde se tem uma belíssima vista do mar Pequeno e dos verdejantes morros do continente na outra margem do canal.

Minha primeira sensação foi a de estar caminhando dentro de um pequeno e aconchegante poema. É interessante que, embora o número de casas de veranistas (aproximadamente 190 casas) seja mais de três vezes maior que o número de casas de moradores (aproximadamente 60 casas), a fachada do lugar ainda é a de um bairro caiçara.

Entrevistei a família de Leonel, um dos líderes do bairro, tesoureiro da Associação dos Amigos do Bairro de Pedrinhas (AABP), criada pelos moradores. Ouvi e gravei a narração de eventos: a chegada do fundador mítico do bairro, a grilagem da companhia Melhoramentos, o rearranjo de terras entre as famílias; e características do bairro: a dependência do turismo, a cooperação entre moradores e veranistas para a realização de obras comunitárias, a fundação, pelos moradores, da associação de amigos do bairro.

Após fazer uma reflexão, achei que deveria correr o risco de mudar o *locus* de minha pesquisa de um lugar que eu conhecia há tantos anos para a ilha Comprida, e especialmente para o bairro de Pedrinhas, que eu visitara em apenas um dia. As particularidades desse bairro se tornaram, para mim, irresistíveis. Contudo, o conhecimento que eu tinha do modo de vida de famílias da ilha do Cardoso foram fundamentais para o prosseguimento do trabalho nesta outra ilha.

Além de Pedrinhas, existem na ilha os bairros caiçaras: Vila Nova, Sítio Artur, Ubatuba, Pedrinhas, Juruvaúva, Morretinho e Trincheira. Mas a maior parte da pesquisa esteve concentrada em Pedrinhas, bairro que concentra cerca de 60 % das famílias caiçaras. O restante foi realizado nos bairros de Ubatuba e Juruvaúva, e com duas famílias que moram no lado do mar Pequeno.

No primeiro capítulo, estarei discutindo algumas definições teóricas nas quais a Sociologia, a Antropologia e a História têm encaixado as sociedades caiçaras. Penso que para o estudo dessas populações é imperativo o uso do instrumental criado pelas Ciências Sociais para o estudo do de *campesinato*; *contudo*, acredito também que a noção de *campesinato* é demasiado genérica, e que existem especificidades relativas ao modo de vida no litoral, sobretudo no que diz respeito às sociedades insulares, e que precisam refletir-se em categorias mais específicas

O segundo capítulo, *O Vale do Ribeira*, mostra alguns pontos da história do Vale a partir da dominação colonial portuguesa no século XVI, com maior ênfase para as tentativas de incorporação da região à economia capitalista no século XX. Em consequência desta, foram criadas obras de infraestrutura com o objetivo de atrair indústrias para a região. A construção de estradas e a consequente valorização das terras ao longo destas provocou um acirramento dos já existentes conflitos fundiários, sem, contudo, livrar a região do estigma de ser a mais pobre do estado de São Paulo. Também estarei falando a respeito da criação de inúmeras Unidades de Conservação na região. Estas, implantadas sem que houvesse consulta às populações locais, cuja famílias muitas vezes habitam o lugar desde há muitas gerações, como é o caso de caiçaras,

quilombeiros, ribeirinhos e pequenos lavradores. Veremos que a questão que se coloca não é a implantação de áreas protegidas, pois os moradores locais concordam em que o meio ambiente deva ser preservado e afirmam que, desde os tempos dos antepassados, eles mesmos o têm preservado. A questão é a necessidade de se considerar a existência das populações que vivem nessas áreas e o direito que elas têm de permanecer na terra e continuar extraído do meio ambiente o seu meio de vida, condição imperativa para exercer esse direito.

No terceiro capítulo, *A ilha Comprida*, estarei mostrando um pouco da perspectiva histórica da ilha a partir de pontos esparsos num tempo que vem desde a invasão colonialista portuguesa até a formação de alguns dos bairros existentes até os dias de hoje. Contudo, o foco maior de informações está na história, ou, antes, nas histórias do bairro de Pedrinhas, onde estive hospedada durante o período de pouco mais de dois meses de pesquisa de campo: fevereiro, abril e os primeiros dez dias de dezembro.

No capítulo 4, *A vida e o trabalho antigamente*, estarei falando do modo de vida na ilha Comprida num tempo, que, na verdade, é um tanto difícil de ser precisamente localizado. Isso porque as populações caiçaras existentes ao longo da costa sudeste brasileira estiveram, praticamente desde sua formação logo nos primeiros anos que se seguiram à invasão colonialista portuguesa, combinando práticas que até hoje, em muitos lugares, permanecem praticamente sem modificações – como é o caso da agricultura, da fabricação de farinha de mandioca e de modos de pesca –, com atividades que surgiram e desapareceram ao sabor da economia mais ampla, como, por exemplo, a extração de lenha para barcos a vapor e padarias, de piri para fabricação de esteiras, de palmito e de samambaia. Portanto, quando os moradores falam da vida e do trabalho “no tempo dos pais” podem estar falando tanto sobre o que as pessoas faziam há quase quinhentos anos atrás, como podem estar falando de atividades que tiveram uma duração limitada no tempo. Este capítulo também trata das representações de tempo e espaço presentes no universo da cultura local. Populações que vivem em estreita relação de dependência com o meio ambiente possuem representações de tempo e espaço distintas das que são típicas de sociedades capitalistas. Entretanto, não se trata de representações estáticas, apesar de ter aspectos estáveis. Veremos que, por exemplo, o início das viagens dos barcos a vapor no rio Ribeira de Iguape e no mar Pequeno no século XIX encolhem distâncias que antes só podiam ser percorrida em perigosas viagens feitas em canoas a remo.

O capítulo 5, *Expropriação e violência na ilha Comprida*, trata de um processo de grilagem de terras da ilha iniciado nos primeiros anos da década de 1950 e que resultou na expropriação de famílias caiçaras e na disputa armada entre jagunços contratados pelos empresários que disputavam terras entre si. Moradores relatam que primeiramente apareceu um certo corretor (segundo alguns, “roubador”) de terras que, atuando em conjunto com alguns empresários paulistas, com cartórios da região, e com alguns moradores “mais espertos” estiveram enganando dezenas de famílias, não apenas na ilha, mas em diversos lugares desse ponto do estuário. Eles costumavam comprar partes dos sítios e fazer escrituras englobando não apenas o sítio todo, como também terras devolutas nos arredores. No início da década de 1970, quando a construção da BR-116 já havia valorizado as terras da ilha, diversos empresários estiveram brigando entre si com o emprego de jagunços armados, sendo que houve mortes de alguns destes últimos. Apesar da violência armada, não houve morte de caiçaras, mas muitos foram expulsos de suas terras.

No capítulo 6, *O turismo na ilha Comprida*, após breve análise dos significados do ato de *ir à praia* para as sociedades urbanas em nossos dias, o foco de análise volta-se para Pedrinhas. O turismo neste bairro se iniciou, na década de 1950, de um modo em que a presença do morador era, e até hoje prossegue sendo, fundamental para a permanência do turista, principalmente devido à hostilidade que o meio ambiente da mata representa para as pessoas do meio urbano. A partir da construção da rodovia BR 116, a Régis Bitencourt, na década de 1960, e da posterior abertura da estrada que liga Pedrinhas, localizada na margem do mar Pequeno, até o lado do mar aberto, se tornou possível a chegada ao lugar de automóvel, o que antes só podia ser feito de barco. Conseqüentemente, aumentou o turismo no lugar e começaram a ser construídas casas de veraneio. Entre turistas e moradores foi criada uma relação de dependência mútua. Gerando fontes de renda para estes últimos, a nova atividade também tornou possível a permanência de jovens que se casam e preferem continuar morando no local com suas novas famílias. Mais do que isso, essa relação simbiótica entre uns e outros gerou um sistema de cooperação que tornou possível a construção, por eles mesmos, de uma série de obras de infraestrutura que são de obrigação do Estado ou do Município, como escola, posto de saúde, central telefônica, e obra de captação de água. Diferentemente do que costuma acontecer em ilhas e regiões litorâneas, o turismo em Pedrinhas, além de não expulsar a população local, propiciou melhorias em sua qualidade de vida, não apenas

em relação às novas necessidades de consumo impostas em nossos dias, mas também nas áreas de educação, saúde, e comunicação.

No capítulo sete, *Proteção ambiental na ilha Comprida*, veremos que a ilha foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA) para conter os danos ambientais causados pela formação de loteamentos. Estarei falando do significado de algumas categorias de Unidades de Conservação inseridas na Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida e do zoneamento da ilha. Neste capítulo também serão apresentadas e analisadas representações que os moradores fazem das áreas ambientalmente protegidas. Veremos que a maioria demonstra um grande desconhecimento a respeito das regras que pautam essas áreas protegidas. Por exemplo, apesar de a APA ser uma categoria de Unidade de Conservação criada com o fim de compatibilizar atividades das populações locais com a preservação do meio ambiente, alguns moradores que ainda fazem suas pequenas roças dizem que estão fazendo a queimada clandestinamente.

Nas *Conclusões* são retomadas diversas questões discutidas neste trabalho.

## INTRODUÇÃO

1502: a esquadra de Américo Vespúcio deixa na ilha do Cardoso o bacharel degredado Cosme Fernandes; 1508: uma esquadra espanhola abandona na mesma ilha outros sete castelhanos degredados; 1531: chegada da esquadra de Martim Afonso no litoral sul paulista; 1820: final das doações de sesmarias; 1850: Lei de Terras; 1854 a 1856: moradores da ilha Comprida acorrem à paróquia de Nossa Senhora das Neves, em Iguape, para registrar suas posses de terras; 1906: muda-se para Pedrinhas Eduardo Lisboa, o fundador mítico do bairro; início dos anos de 1950: Manoel Trindade e a companhia Melhoramentos de Cananéia, apoiados nos registros paroquiais de 1854/56, promovem um abrangente processo de grilagem de terras de caiçaras e de terras devolutas na ilha Comprida.

Datas. Mas o que são datas?  
 Datas são pontas de *icebergs*<sup>1</sup>.

Este trabalho não tem a intenção de traçar *uma* história linear e inequívoca da ilha Comprida. A intenção é contar uma série de histórias sobre o lugar e sobre a vida das pessoas que viveram e que hoje vivem lá, como num mosaico formado por relatos e eventos. As datas acima, colhidas na bibliografia, em documentos e em depoimentos, são balizas que colocam os eventos e narrativas aqui apresentados em ordem cronológica, completando-lhes o sentido. É Alfredo Bosi quem nos fala que *contar é narrar e contar é numerar*. (...) *O ato de narrar paga tributo ao deus Chronos* (idem: 20). Sob as datas, massas de acontecimentos plenos de sentido social e cultural:

Mas de onde vem a força e a resistência dessas combinações de algarismos? 1492, 1792, 1822, 1922... Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos (idem: 19).

É essa linha de superfície dos eventos – a superfície do mar mostra as pontas dos icebergs, ao mesmo em que oculta suas gigantescas massas –, que aqui interessa ser ultrapassada. Para tanto, o principal instrumento utilizado neste trabalho é a memória das pessoas. Suas narrativas da vida cotidiana nos permitem, mais do que reconstituir o passado, perceber processos de transformações sociais e culturais e os modos de recriar

---

<sup>1</sup> Bosi, Alfredo. 1992. O tempo e os tempos. in NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura.

o cotidiano e de assimilar eventos disruptivos. Informar-se sobre o passado através da memória significa compreender o presente:

As experiências do cotidiano dizem respeito ao eu e à identidade, mas envolvem uma multiplicidade de mudanças e adaptações.

(...)

O passado não é preservado, mas continuamente reconstituído em relação ao presente (Giddens, 1997: 77 e 81, respectivamente).

Giddens, assim como Ecléa Bosi, analisam idéias de Halbwachs para falar do caráter continuamente reatualizado da memória. Para esta autora, na maior parte das vezes, lembrar é *reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado* (Bosi, 1987: 17). Ainda citando Halbwachs, a autora nos lembra do caráter social da memória:

No cerne da imagem evocada, trabalham *noções* gerais, veiculadas pela linguagem, logo de definição institucional (idem: 22; grifo da autora).

Portanto, nas narrativas que serão apresentadas nos capítulos que se seguem, aparecem mais do que histórias de indivíduos e famílias: elas nos falam do modo de vida das sociedades caiçaras da ilha Comprida – e de ilhas próximas – e dos processos de transformação, recriação e desdobramentos desse modo de vida em outros modos de vida caiçara.

Para compreender esses processos, além da memória das pessoas do lugar, estaremos nos apoiando em alguns documentos relativos a diferentes modos de apropriação do espaço em diferentes épocas da história da ilha: carta de sesmaria do século XVII, registros paroquiais de posses de terras de meados do século XIX, o contrato de compra e venda de terras realizado entre a companhia Melhoramentos e moradores de Pedrinhas, e um contrato de comodato realizado entre moradores de Juruvaúva e um empresário paulista.

Alguns mapas aqui reproduzidos também nos falam das diferentes maneiras de apropriação do espaço na ilha: o mapa com a localização e os nomes de donos de posses de terras em Iguape e redondezas em 1945, o mapa com a localização dos loteamentos criados a partir da década de 1960, um mapa com a localização atual dos núcleos de pescadores da ilha Comprida, e mapas com a localização de Unidades de Conservação<sup>2</sup> no litoral sul paulista.

Este trabalho também conta com trechos de entrevistas realizadas por mim na ilha Comprida durante o referido trabalho para o ISA; tais entrevistas estão publicadas no

<sup>2</sup> Vide definição de Unidades de Conservação no capítulo *A conservação ambiental na ilha Comprida*.

trabalho *Olhares cruzados, visões e versões sobre a Vida, o Trabalho e o Meio Ambiente no Vale do Ribeira*, coordenado pelo professor Carlos Brandão.

Algumas vezes, para efeito de análise ou de comparação, estarei fazendo referências a outros lugares do Vale que já conhecia há muito tempo, como a ilha do Cardoso, e a localidades que conheci durante a pesquisa para o ISA, como alguns quilombos do Vale, e também caiçaras ribeirinhos do Itinguçu, um afluente do rio Ribeira de Iguape. Por exemplo, para explicar a categoria espacial *lugar-de-casa*, comum a diversos lugares dessa região litorânea, falo de como conheci essa categoria na ilha do Cardoso.

## CAPÍTULO 1. A RESPEITO DA POPULAÇÃO ESTUDADA: UMA QUESTÃO CONCEITUAL

Populações litorâneas do sudeste brasileiro são chamadas de caiçaras, as quais, segundo autores como Mussolini (1966) são resultado de mistura étnica e cultural entre portugueses e indígenas brasileiros. Para Diegues (1997a), a cultura caiçara é mistura de elementos negros, indígenas e portugueses.

Luchiani considera que o caiçara surgiu como um resíduo daqueles segmentos desprivilegiados (índios e negros) que se somaram aos agentes da ocupação colonial (europeus) e utiliza-se da definição de Kilsa Setti (1985), que considera o caiçara como uma população que tem um tipo de vida e cultura que lhe é característico, e não simplesmente como uma etnia.

É comum que estudos considerem populações caiçaras, cuja economia, desde o início da história colonial brasileira, tem se baseado na combinação da agricultura, da pesca e do extrativismo de produtos da mata, como sendo camponesas.

No trabalho intitulado *Búzios Island*, publicado em 1952, Willems e Mussolini dizem:

Búzios may be considered a peasant community. (...) Fishing is supplementary to agriculture, and commerce is engaged in only to satisfy demands that cannot be met by local production (pág. 107).

Willems e Mussolini também empregam esta generalização para as populações do litoral sudeste brasileiro:

The caiçara culture of the southern coast turned out to be surprisingly homogenous, and after our first experiences in the field we were able to predict with reasonable accuracy what culture elements would be found in neighbouring regions (1966: V).

Em outro trabalho<sup>3</sup>, Mussolini refere-se a *populações rurais do nosso litoral*. Maria Luiza Marcílio, ao empregar o termo caiçara, toma-o como *sinônimo de camponês, de caboclo e de caipira* (1986: 29).

Igualar o pequeno lavrador litorâneo ao do interior baseia-se no fato de que o instrumental teórico construído para os estudos de campesinato pode ser aplicado a ambos. Existem semelhanças estruturais que dizem respeito ao modo de produção com baixo impacto ambiental, baseado no trabalho da família, e com pequena participação no

<sup>3</sup> Ensaio de antropologia indígena e caiçara, 1980.

mercado. Kerblay (1988) nos lembra que Chayanov desenvolveu uma teoria econômica camponesa baseada no trabalho da unidade de produção familiar. Portanto, para Chayanov, as formas da economia camponesa deveriam ser tratadas como um sistema em si, e não como uma economia marginal em relação ao sistema capitalista (idem).

Redfield segue a conceituação de Eric Wolf, que define o campesinato como *produtores agrícolas que seguem um modo de vida em terra que o camponês controla*<sup>4</sup> (Redfield, 1988: 60). O autor, citando Kroeber, argumenta que as sociedades camponesas constituem grupos particulares pertencentes a sociedades mais amplas: *They constitute part-societies with part-cultures* (ibidem).

Raymond Firth (1971), em estudo sobre os pescadores malaaios, considera-os como sendo camponeses, mesmo no caso das famílias que vivem principalmente dos rendimentos da pesca. Contudo, este autor nos mostra que existem diferenças entre o camponês pescador e aquele que vive do trabalho na terra. Por exemplo, o agricultor tem condições de planejar a economia a longo prazo, decidindo quanto reter para o estoque de consumo da família durante meses, enquanto que o pescador, condicionado aos rendimentos que são gerados a cada dia pela pesca, faz seus planos com muito mais incertezas (idem: 2 e 3).

Apesar das semelhanças estruturais, existem diversos aspectos que diferenciam o caiçara do camponês do interior, e antes de enquadrá-los numa única categoria devemos considerar a diversidade cultural que existe mesmo entre os grupos caiçaras.

O termo caiçara também tem sido inserido recentemente em uma categoria mais abrangente, a de populações tradicionais. Diegues nos explica que:

Dentro de uma perspectiva marxista (principalmente dos antropólogos neo-marxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (1994: 73, 74).

O autor nos dá a seguinte definição de sociedades tradicionais:

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroem um "modo de vida";

---

<sup>4</sup> Tradução minha.

- conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo de recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração a geração por via oral;
- noção de "território" ou de espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de "mercadorias" possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- reduzida acumulação de capital;
- importância dada à unidade familiar doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- importância da simbologia, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- auto identificação e identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (1994: 79).

Diegues considera que além do modo de vida, "*reconhecer-se*" como pertencente a um grupo social particular é um dos critérios mais importantes para a definição de "culturas" ou "populações" tradicionais (idem: 79). Nos dias de hoje, esse auto-reconhecimento implica na construção ou reconstrução de uma identidade que é resultante, em parte, de processos de contatos conflitivos com a sociedade urbano-industrial e com os "neo-mitos" criados por esta:

Parece paradoxal, mas o "neo-mito ambientalista ou conservacionistas" explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população tem contribuído para o fortalecimento dessa identidade sócio-cultural em populações como os quilombeiros do Trombeta, os caiçaras do litoral paulista, etc. Para esse processo tem contribuído a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais, influenciadas pela ecologia social, por cientistas sociais, etc. (idem: 80).

O autor, contudo, afirma que não existe nenhuma cultura tradicional em estado puro, podendo estas características apresentarem-se com maior ou menor peso, dependendo sobretudo do grau de articulação com o modo de produção capitalista dominante (idem; 83).

Vejamos agora o emprego dessa categoria, com sentido um tanto diverso, em um estudo institucional sobre a Mata Atlântica:

(...) no litoral, os caiçaras; nas margens dos rios, os ribeirinhos; no interior os caboclos. Conhecidos também como comunidades tradicionais, eles expressam no seu modo de vida muitos aspectos da cultura indígena que vale a pena resgatar.(...)

São chamadas tradicionais porque, à semelhança dos índios, o hábito da transmissão oral dos conhecimentos e costumes é muito forte. Sua cultura baseia-se na tradição. (...)

Essas comunidades caracterizam-se por um modo de vida semi-fechado em graus variados, geralmente à margem do processo de desenvolvimento. (...)

Suas atividades foram desenvolvidas de forma a conciliar as necessidades da própria sobrevivência e a dos recursos naturais dos quais elas dependem. E é essa sabedoria que nos interessa conhecer agora, registrar e aplicar (São Paulo (Estado), 1994: 31).

Curiosamente, este estudo exclui populações indígenas da Mata Atlântica da categoria *tradicional*, considerando como tal apenas populações étnica e culturalmente mestiças: caiçaras, ribeirinhos e caboclos. Podemos perceber que esta última definição, embora reconheça a legitimidade e a importância do conhecimento desenvolvido por essas populações locais (postura que, nos últimos anos, tem significado um avanço na política institucional, na medida em que possibilita o reconhecimento do direito que esses grupos têm de continuarem habitando o lugar de seus ancestrais), não considera, entre outras coisas, as relações sociais e as representações simbólicas dos grupos considerados. Afinal, se observarmos as intensas redes de relações sociais e de parentesco que existem, por exemplo, entre diversos agrupamentos de populações tidas como tradicionais, chamados bairros ou vilas de um determinado território, e entre esses grupos e parentes migrados para centros urbanos, ou os diversos agentes procedentes desses centros, veremos que não faz sentido falar em *modo de vida fechado* ou *semi-fechado*.

Fechados, na verdade, são os acessos que essas populações têm a direitos fundamentais e à prática da cidadania. Populações tradicionais não são fechadas para novas tecnologias que possam melhorar a qualidade de vida. Fechados são os acessos a financiamentos e a essas tecnologias.

Inúmeros trabalhos, acadêmicos e institucionais, têm enquadrado as mais diversas populações florestais e/ou litorâneas, como as sociedades indígenas, camponesas, caiçaras, de pescadores e de quilombos na categoria de populações, sociedades ou comunidades tradicionais. Além disso, tenho ouvido agentes de governo, pesquisadores, líderes de moradores locais, agentes do "turismo ecológico", agentes de organizações não governamentais, entre outros, em diversas reuniões e seminários, empregarem

recorrentemente esta categoria. Contudo, nem sempre podemos ter a certeza de que o uso dela é acompanhado de uma conceituação explícita, como na definição de Diegues.

Lúcia da Costa Ferreira aponta alguns problemas nos quais pode implicar o uso desta categoria:

Contudo a categoria "populações tradicionais" talvez não seja a mais adequada, tanto do ponto de vista sociológico quanto político, para indicar os diversos grupos sociais que disputam o espaço da floresta com as necessidades de conservação. Em primeiro lugar porque esta categoria genérica oculta a diversidade dos modos de vida e de necessidades embutidas no uso da mata. (...)

Em segundo lugar, esse tipo de critério usado para estabelecer o direito social de ocupação é fortemente impregnado por uma noção restritiva da conservação e as "populações tradicionais" são compreendidas como grupos sociais pouco organizados do ponto de vista político e, o pior, portadores de uma agenda reivindicatória mínima, construída em torno de direitos fundamentais à sobrevivência e reprodução cultural imediata. Reivindicar a permanência de culturas tradicionais em áreas reservadas significa quase ignorar um mundo que inegavelmente está em transformação. (...)

Investir preferencialmente no fato desses grupos serem portadores de valores considerados tradicionais, restringindo o leque de seus direitos à sua reprodução social é o mesmo que condená-los a abdicar da história, das incongruências e tensões que movimentam a vida cotidiana, restringindo o seu papel social ao de guardiães de remanescentes de uma história pretérita, talvez de um pretérito mais que perfeito (1996: 141,142).

Outro problema apontado pela autora é o fato de que a categoria populações tradicionais encobre um grave problema político ao ocultar a presença de outras categorias sociais atraídas para o litoral em busca de melhores oportunidades de emprego, e que estão à margem das políticas sociais (idem: 142).

Ferreira também nos fala que pesquisadores e ambientalistas, quando empregam a categoria populações tradicionais, o fazem com o objetivo político de reivindicar o direito dessas populações de permanecerem na terra, e para justificarem a permanência utilizam o critério cultural, o qual aponta para uma compatibilidade entre a permanência dessas populações na mata e a preservação dos recursos ambientais durante o predomínio da ocupação caiçara (idem: 145).

No artigo *Parecer sobre os critérios de identidade étnica*, Manuela Carneiro da Cunha discute a definição de critérios para decidir se uma comunidade é ou não indígena. Para a autora,

A identidade étnica de um grupo é, portanto, exclusivamente função da auto identificação e da identificação pela sociedade envolvente (1987: 118).

Esta definição também poderia ser aplicada ao problema de decidir o que é uma "população tradicional". Qual é o critério para decidir o que é "população tradicional"?

Utilizando-se os termos de Manuela, poder-se-ia dizer que “população tradicional é a que reconhece a si mesma e é externamente reconhecida como tradicional”. Essa formulação evita reificar a noção de “tradição”, já que o que é ou não tradicional passa a ser sujeito a reconstrução e a reelaboração:

Origem e tradição são, portanto, o modo como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem como tais, origem e tradição são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica (idem: 117)

Em uma palestra, Manuela Carneiro da Cunha<sup>5</sup> define como populações tradicionais aquelas que utilizam o meio ambiente com impacto ambiental mínimo. Esta definição, dada a sua amplitude, pode perfeitamente abarcar diversas populações e suas diferentes necessidades de uso da mata e/ou do mar. Contudo, à luz da definição anterior, a noção de “população que exerce baixo impacto sobre o ambiente” faz parte de uma identidade que está sendo construída. (Ela corresponde aproximadamente à noção de “grupo que exerce atividades sustentáveis”; cf. Almeida, 1994).

O desenvolvimento de instrumental teórico específico para o estudo de sociedades litorâneas é muito recente. Analisando o estudo das sociedades marítimas nas ciências sociais, Diegues aponta que apenas na década de 1970 começou a ser desenvolvida uma área de conhecimento nas ciências humanas intitulada antropologia marítima ou sócio-antropologia marítima:

Ela estuda, portanto, o modo de vida da gente do mar no que ela apresenta de específico e particular, em contraste com o modo de vida das populações continentais com as quais as comunidades marítimas mantêm relações sociais estreitas (1997b: 54).

Para este autor, os aspectos simbólicos, mágicos e rituais se sobressaem entre os vários aspectos de que se reveste o particularismo da “gente do mar” (idem: 58).

Diegues também fala da especificidade das sociedades de ilhéus em relação a outras sociedades localizadas no continente e utiliza os conceitos de *insularidade* e *ilheidade*, elementos fundados pela relação ilhéu-mar:

•*insularidade*, como os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares e que podem ser qualificados (distância do continente, etc.);

•*ilheidade*, como as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores da ilha e da sua sociedade. Ilheidade diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos

---

<sup>5</sup> Comunicação oral.

comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular (1997c: 12).

Nos dias de hoje, os instrumentais teóricos que empregamos no estudos de populações litorâneas ou sociedades marítimas e sociedades insulares devem considerar a multiplicidade de contextos e representações simultâneos com os quais estas sociedades têm convivido. Numa mesma ilha, como é o caso da ilha Comprida, podemos encontrar famílias que vivem ainda de um modo próximo ao que viviam as sociedades caiçaras estudadas por Gioconda Mussolini nas décadas de 1940/50, combinando pesca, agricultura e extrativismo; famílias que a estas atividades acrescentam o trabalho com turismo; famílias que vivem exclusivamente da pesca; famílias que combinam pesca e turismo; *nativos* que se tornaram funcionários públicos do município recém criado e combinam ou não o trabalho na prefeitura com outras atividades. E todos certamente se reconhecem como caiçaras, independente das definições que possamos dar a esta categoria.

Uso aqui o termo *nativo* propositalmente: é como os caiçaras da ilha costumam designar a si próprios. Nezinho, um líder caiçara nascido em Pedrinhas e também vice prefeito da ilha, considera esta melhor definição para as famílias caiçaras, em contraposição àqueles chegados de fora — sejam turistas, pesquisadores, agentes de governo e de organizações não governamentais, etc. Para ele e para diversos moradores com quem estive conversando, os do lugar são os *nativos* da ilha; os outros são *o pessoal de fora*. Nessa acepção, muitos jovens e adolescentes, filhos de migrantes, embora sejam nascidos na ilha, não são classificados como *nativos*, porque não são caiçaras. Ao empregar esta categoria, Nezinho está querendo significar *nativo (nascido da ilha), filho de caiçara, e de cultura caiçara*.

Temos que considerar também que as identidades são relacionais. Vimos que determinados grupos sociais podem apropriar-se de categorias identitárias ou, antes, identificatórias, construídas por agentes externos a esses grupos, com motivos exclusivamente políticos, mesmo que não concordem com elas. Há poucos meses, em uma conversa com alguns líderes do quilombo de Ivaporunduva, no vale do Ribeira, ao ser indagado sobre o que é quilombo, um dos homens presentes respondeu: quilombo é coisa de historiador! Como diz Marcus, a identidade de alguém, ou de algum grupo se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes (1991: 204). Ele ainda escreve a

respeito da estabilização de identidades perante as condições destrutivas da modernidade:

No entanto, as identidades parecem se estabilizar e conseguem resistir à condição modernista de migração e disseminação em situações tanto de grandes tragédias (violência racial) como de liberação (nacionalismo surgindo do colonialismo). Documentar a estabilização das identidades num dado local ou através de vários locais num mundo essencialmente desconstrutivo é uma das tarefas principais de toda etnografia. A etnografia modernista apenas afirma que tal resistência na luta para estabelecer uma identidade não depende de uma nostálgica pedra fundamental da tradição ou da comunidade, mas surge, criativamente, das mesmas condições destrutivas que ameaçam desintegrá-la, desestabilizar o que já foi conquistado (idem: 217).

Desta forma, veremos que no bairro de Pedrinhas os moradores têm, desde algumas décadas atrás, reelaborado o seu modo de vida, mantendo uma identidade caçara que se reconstrói e se fortalece a partir da ocorrência de eventos de consequências disruptivas no que tange a suas representações simbólicas e a suas práticas cotidianas.

## CAPÍTULO 2. O VALE DO RIBEIRA

### 2.1 Introdução

Localizado entre Paraná e São Paulo, numa faixa que abrange desde municípios próximos à capital paulista até quase as cercanias de Curitiba, e no litoral desde proximidades de Peruíbe no ponto mais ao norte até quase chegar em Paranaguá, no ponto mais ao sul, o Vale do Ribeira comporta uma multiplicidade de tempos e espaços simultâneos, representações dos vários sujeitos que hoje vivem ou atuam lá. Como bem define Odair Paiva,

Convivem nesta região posseiros, pequenos proprietários, companhias mineradoras, reflorestadoras, agroindústrias, barragens, reservas florestais, terras não discriminadas (devolutas), "trabalho escravo", comunidades negras (remanescentes de quilombos), entre outras (1993:3).

Considerado como sendo a região mais pobre do estado de São Paulo, o Vale, contudo, possui grandes riquezas em recursos naturais. Aí encontra-se a maior parte do que resta de Mata Atlântica no estado, onde habitam diversas espécies animais em risco de extinção. A região é repleta de belezas paisagísticas que abrigam consideráveis recursos hídricos e minerais.

A população caiçara começou a formar-se já nos primeiros anos da colonização. Em 1502 a esquadra de Américo Vespúcio deixou nas praias da Ilha do Cardoso um bacharel degredado, Mestre Cosme Fernandes (Young apud Almeida, 1946: 31), o "bacharel de Cananéia". E em 1508 a expedição de João Solis e Vicente Yanez Pinzon deixou mais sete castelhanos na mesma ilha, próximo à barra de Cananéia. O bacharel e os sete castelhanos foram encontrados por Martim Afonso em 1531, quando este deixou no lugar uma expedição que tinha a missão de procurar ouro e prata no interior (Almeida, 1946: 31,32). No século XVI constituíam-se os povoados que viriam a formar Iguape e Cananéia.

O povoamento do interior iniciou um pouco mais tarde. É Albertino Moreira quem nos esclarece que *a entrada para o planalto, durante anos e anos, por mais de século era aventura proibida. Tomé de Souza, quando veio para o Brasil, trazia o regulamento sobre isso. Terra firme adentro só poderia ir quem portasse uma licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real (Moreira, 1943: 65).*

No século XVII, foi encontrado ouro no interior, às margens do rio Ribeira de Iguape, tendo se formado o povoamento que deu origem à primeira cidade do interior do Vale, Xiririca (atualmente Eldorado).

A descoberta do ouro em Xiririca deu início ao primeiro ciclo econômico da região, muito embora os habitantes que permaneceram no litoral continuassem vivendo da agricultura e da pesca de subsistência.

Embora a mineração aurífera tenha perdurado até o início do século XIX, a atividade entrou em declínio no final do século XVII. No século XVIII, tivemos o ciclo do arroz, que perdurou até o início do século XX. O rio Ribeira e seus afluentes constituíam-se nos únicos canais de transporte da população e escoamento da produção, que era levada rio abaixo em barcos e canoas até um ponto próximo o porto da Ribeira, em Iguape, de onde era transportada em mulas até o porto de Iguape.

Com o objetivo de eliminar o trajeto feito no lombo de mulas, no século passado foi construído o Valo Grande, um canal ligando o rio Ribeira ao Mar Pequeno. Esse canal, a princípio tinha apenas quatro metros de largura. Contudo acabou sendo incrivelmente alargado pela força e volume das águas do rio, que terminou por assorear as barras de Icapara e do Ribeira e o próprio porto de Iguape, impedindo a passagem de barcos maiores. A partir desse fato, o porto de Iguape entrou em franco declínio. Por essa época, no fim do século XIX, a produção do então famoso arroz de Iguape já sofria concorrência do arroz de outras regiões e, no início deste século, havia diminuído bastante.

Nesse período, a quase total ausência de estradas contribuiu para um isolamento geográfico, econômico e social de região, que voltou-se para a pequena agricultura de excedentes, dedicada sobretudo ao consumo doméstico. Conforme José Roberto Zan,

com a decadência da agricultura comercial, o Vale mergulhou num período de estagnação econômica que se estendeu pelas décadas de 10, 20 e 30 do século atual. (...) O não empenho dos poderes públicos, no sentido de reaparelhar o sistema de transportes da Baixada, acabou por inviabilizar a agricultura comercial. Conseqüentemente, a maior parte da população refluíu para a economia de subsistência (Zan, 1986: 26; 29).

Pasquale Petrone (1966) faz referências à cultura de café no Vale, principalmente em Pariquera-Açú e entornos. Essa cultura, entretanto, foi quase inexpressiva, tendo a região ficado praticamente à margem da economia cafeeira. Em Petrone (1966) vemos que o cultivo de banana, em níveis de mercado, começa a tomar expressão na região na década de 1930, tendo mais tarde se tornado a base da economia local. Também o chá

preto desenvolveu-se em níveis comerciais a partir da década de 1920, tendo, contudo, concentrado-se na região de Registro.

## **2.2. A incorporação da região à economia capitalista**

Conforme Odair Paiva (1993), nas décadas de 1930 e 1940, uma política de colonização acirra os problemas fundiários na região na medida em que grande parte das terras consideradas devolutas e destinadas aos novos colonos já estavam, na verdade, ocupadas por pequenos posseiros, muitos dos quais foram obrigados a desocupá-las. Nas palavras do autor,

a reordenação fundiária proposta pela Secretaria na região não possuía qualquer interesse no sentido de manter naquelas áreas os antigos pequenos produtores (idem, 179).

Num processo de "grilagem oficial", apenas pequenos posseiros foram prejudicados, sendo que os grandes produtores de banana em terras consideradas devolutas, nunca foram desapropriados. Oficialmente, o projeto visava incentivar o desenvolvimento de pequenas propriedades através do cultivo de banana. No entanto, o que se pretendia era criar um espaço para absorver uma preocupante massa de mão-de-obra desempregada na capital paulista em função da decadência do café. Essa colonização oficial teve muito poucos resultados. Aos colonos não foram dadas condições de se manterem na terra, e nos dias de hoje ela não existe mais na memória das pessoas do lugar; mas atingiu o objetivo do Estado de povoar terras "devolutas" instalando grandes proprietários inseridos na produção para o mercado. Ainda conforme Paiva,

embora tenha sido efêmera enquanto resultados, a colonização oficial contribuiu para a perpetuação de uma estrutura que, no plano regional, manteve a hegemonia dos grandes bananicultores, seja pela desestruturação - nas áreas onde se instalou - de grande parte de formas outras de ocupação da terra, e também por não ter contribuído para a fixação e o crescimento dos pequenos produtores ali instalados" (idem: 180).

Geraldo Müller (1980) nos mostra que a intensificação do processo de incorporação do Vale à produção capitalista ocorre nas décadas de 1940/50 com a ampliação do cultivo de banana e chá. No caso da banana, devido ao aumento da demanda pelos trabalhadores da indústria paulistana por causa do baixo preço da fruta, e também devido à demanda de Montevideu e Buenos Aires. Esse processo foi acelerado na década de 1960 com a construção da rodovia BR-102, atual BR 116.

O mesmo autor também nos fala da especulação fundiária deflagrada com o início da construção dessa rodovia e conseqüente valorização de terras no Vale. Por essa época, inúmeros imóveis foram adquiridos por empresas paulistas da construção civil, siderúrgicas, metalúrgicas, imobiliárias, empresas agrícolas e comerciais. Nas palavras de Müller,

a especulação fundiária na Baixada, como em todo o Vale, mostra-se como mecanismo que permite incorporar terras sem aproveitá-las nem povoá-las, configurando a mais acabada manifestação de cunho primitivo do modo como as terras caem sob o domínio do acicate da lei do valor". (1980: 82).

Com pouca densidade populacional, montanhas e cavernas, grandes extensões de Mata Atlântica, o Vale foi escolhido como local de treinamento do grupo de guerrilheiros de Carlos Lamarca. Lugar montanhoso, de difícil acesso, com grandes extensões de mata e numerosas grutas, além de habitado por população pobre e que, provavelmente, seria sensível ao discurso revolucionário, conforme escreve Queiroz, a *região da Juréia foi o lugar que Lamarca escolheu para se esconder e preparar a revolução* (1992: 73)<sup>6</sup>. O receio de que a região fosse alvo de novos focos guerrilheiros, fez o Estado investir pesado em projetos de desenvolvimento em fins da década de 1960 e na década de 1970<sup>7</sup>. Diversos programas foram implantados no Vale com o objetivo de desenvolver a região e livrá-la do atraso e do isolamento: aumento da produtividade agrícola, o estabelecimento de empresas agropecuárias, indústrias de transformação da banana e outras frutas, mineração, implementação da pesca, cultivo de cacau e de seringueira<sup>8</sup>. Havia também a ameaça de instalação de usinas atômicas na área da Juréia<sup>9</sup>.

Maria Cecília Martinez nos diz que as culturas caipira e caiçara do Vale eram consideradas o motivo do atraso econômico devido aos seus modos de produção e comercialização que não se enquadravam nos moldes capitalistas. Portanto, o que se queria era substituir tanto o minifúndio quanto o latifúndio improdutivo por uma classe média rural de tipo empresarial. Havia a necessidade de implementar os setores de transportes, de comunicações, e de energia para que a região se tornasse atraente ao capital privado (Martinez, 1995). Uma série de obras foram realizadas para beneficiar setores privados com o uso de verbas públicas. Com exceção da banana e do chá que já estavam implantados desde os anos trinta, nenhum desses projetos realmente deu certo.

<sup>6</sup> Sobre o assunto, ver também Müller, 1980; Zan, 1986; e Martinez, 1995.

<sup>7</sup> Zan, 1986; Martinez, 1995.

<sup>8</sup> Brandão, 1997.

<sup>9</sup> Queiroz, 1992.

Nenhum desses projetos conseguiu industrializar o Vale. Geraldo Müller nos mostra que muitos empresários estiveram se beneficiando de incentivos fiscais adquirindo terras que serviram à especulação, agravando ainda mais os conflitos fundiários da região. Os empresários acabaram se retirando mais tarde da região e aplicando os lucros obtidos no Vale em outras regiões (Müller, 1980).

Mesmo planos dirigidos a pequenos agricultores e pescadores, como foi o caso do Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola (Masterplan) implantado no governo Franco Montoro, não funcionaram devido principalmente ao descompasso existente entre as técnicas simples de produção dos agricultores da região, e a formação dos técnicos, preparados para atender agroindústrias que usavam tecnologia avançada. O agrônomo, despreparado para compreender a produção camponesa, passava a atender grandes proprietários, mais aptos a absorver os pacotes tecnológicos preparados nos gabinetes do governo (Martínez, 1995).

Em trabalho coordenado por Brandão (1998), os autores citam falas de diversos atores locais que expressam a necessidade de se formular planos de desenvolvimento junto com as populações locais. Várias dessas populações, principalmente remanescentes de quilombos já têm projetos nas áreas de manejo patrimonial (extrativismo e agricultura) e piscicultura que, no entanto precisam de apoio técnico e financeiro para serem desenvolvidos.

### **2.3. A Conservação Ambiental no Vale.**

São Paulo tem hoje apenas 5% do total de Mata Atlântica que originalmente recobria o estado. E a maior parte dessa área localiza-se no Vale do Ribeira, região cujo acesso é dificultado pelas péssimas condições das poucas estradas, e que tem estado à margem do processo de desenvolvimento econômico. Para Diegues,

(...) os 5% restantes do território original da Mata Atlântica no Estado de São Paulo foram áreas que ficaram à margem do desenvolvimento econômico de alguma forma, o que as fizeram permanecer relativamente isoladas. Este isolamento propiciou não somente a existência desses remanescentes de áreas naturais em estado pouco alterado, como também a manutenção de grupos sociais detentores de culturas diferenciadas da cultura urbana, que permaneceram à margem do processo econômico, as quais tem-se chamado de "comunidades tradicionais". (Diegues, 1995: 114).

A região do Vale do Ribeira tem sido nas últimas décadas, com maior ênfase durante o governo militar, objeto da criação de diversos tipos de Unidades de

Conservação. As políticas de criação de áreas de conservação ambiental que têm sido adotadas no mundo todo, são herdeiras da política norte-americana que criou o primeiro parque nacional em Yellowstone, como nos informa Diegues (1994; 1997). A natureza só poderia ser preservada longe de habitações humanas. A idéia era a de preservar pedaços de uma natureza supostamente intocada pelo homem, onde a vida selvagem estaria protegida e guardada para ser apreciada pelo homem urbano em agradáveis passeios, onde poderia admirar e reverenciar a paisagem e refazer-se do estresse do dia a dia. Também no Brasil as diversas modalidades de unidades de conservação foram implantadas sem que houvesse a menor preocupação com as populações que ocupavam as áreas que estavam ganhando este novo *status* (Diegues, 1994: 11). Referindo-se a um estudo feito em 67 unidades de conservação nos estados do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, Diegues observa que

entre as áreas naturais protegidas que foram pesquisadas, cerca de 73% têm em seu interior populações tradicionais (extrativistas, pescadores, índios, pequenos sítiantes) e não tradicionais (veranistas, fazendeiros, comerciantes, empresários, servidores públicos). Por outro lado, cerca de 15% dessas áreas naturais protegidas são habitadas exclusivamente por moradores tradicionais (Diegues, 1997a: 93).

Em grande parte dessas áreas protegidas, o cultivo das roças familiares e a extração de produtos da mata foram proibidos. Desmatar é crime passível de multa. Existem casos de moradores locais da região do Vale do Ribeira que foram presos porque, na falta de trabalho, estiveram tirando palmito da mata para garantir o sustento da família. Em *Olhares Cruzados*<sup>10</sup> há relatos de casos como o do morador do Vale do Ribeira que foi espancado pelo guarda florestal ao ser encontrado com um tatu que havia caçado para a alimentação da família; ele foi espancado com o próprio tatu<sup>11</sup>. Onde as pessoas estão sujeitas à fome, caçar é crime inafiançável. Também há o relato do caso, ocorrido no município de Eldorado, de um homem viúvo que tinha seis filhos para criar, e que acabou sendo morto durante um desentendimento com o guarda florestal após ser flagrado com palmito que havia cortado da mata<sup>12</sup>.

Existem estudos segundo os quais a ação humana sobre a mata, em escala limitada e em áreas de baixa densidade populacional, tende a ser benéfica para o desenvolvimento da biodiversidade. Em relação aos seringueiros da Amazônia, diz Almeida:

---

<sup>10</sup> Op. Cit.

<sup>11</sup> Brandão, 1998: 164.

<sup>12</sup> Ibidem.

(...) gerações de cultivadores foram cruciais para descobrir o valor das espécies. Por isso a FAO, órgão da ONU, reconheceu os direitos dos agricultores (leia-se: populações tradicionais) em virtude de sua contribuição à conservação, melhoria e disponibilidade de recursos fitogenéticos e estabeleceu um Fundo Internacional para os Recursos Fitogenéticos que deveriam remunerar essa contribuição (Almeida, 1994: 262).

Sobre o mesmo assunto, diz Brown:

In general, most human perturbations in the region have the same diversifying effects on the system as the natural ones, at several different scales. The opening of rubber trails emulates the fall of trees of various sizes; one hectare of slash-and-burn agriculture mimics the falling of the rivers banks, and the clearing of pasture areas approximates the great mortalities in bamboo groves (Brown apud Almeida, 1996: 138 e 139).

Caiçaras das ilha Compridas e do Cardoso, e também moradores de quilombos do Vale defendem seus modos de produção na medida em que há muitas e muitas gerações as formas de uso do meio ambiente têm sido as mesmas e, ainda assim, estiveram preservando a mata:

O Roberto<sup>13</sup> veio para fazer a guia, vistoriou a área e até ficou surpreso. Porque ele percebeu que o sistema estava dentro da lei. Nós não estávamos fazendo coisas fora da lei. Tinha as questões que nós estávamos cientes. Não se pode roçar perto de água. Nós sabemos que precisamos da água. Topo de serra, não se podia roçar topo de serra [pela lei]. Mas também o topo de serra da nossa área aqui é só mata virgem. Desde quatrocentos anos atrás, no tempo dos nossos antepassados, não se roçava topo de serra. Uma outra questão também é a cabeceira d'água. A água é uma coisa que nós, já acabei de falar e torno a falar, nós precisamos da água. Então, porque que nós vamos desmatar a cabeceira da água sabendo que ela vai secar? (Ditão, morador do quilombo de Ivaporunduva; entrevista em Brandão, 1998)

Teodoro, um morador da ilha Comprida chegou a dizer "*eles pensam que a gente é igual ao fazendeiro, que onde desmata vira campo*", enquanto mostrava uma área de capoeira onde a mata já estava bastante recomposta.

No já referido *Olhares Cruzados*, pessoas de diversas localidades da região, do continente ao litoral, entre caiçaras, moradores de quilombos e prefeitos, afirmam que não são contra as leis de preservação ambiental, apenas não podem concordar com a forma como elas têm sido elaboradas e implantadas, de cima para baixo, sem a participação daqueles que são mais afetados por essas medidas, os moradores locais. Contudo, o que se defende, conforme podemos ver também no trabalho de Cunha (1989) sobre populações de Guaraqueçaba, no lado paranaense do Vale, é a junção dos saberes locais aos conhecimentos científicos. É necessário o uso concomitante de processos

<sup>13</sup> Roberto Rezende, engenheiro agrônomo, supervisor técnico do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) de Registro.

tradicionais e modernos que propiciem, ao lado da conservação ambiental e sócio-cultural, qualidade de vida compatível, ao mesmo tempo, com as características das populações locais, e com as formas de inserção dessas populações na política econômica mais abrangente.

Muitas famílias do Vale foram obrigadas a abandonar seus sítios<sup>14</sup> após o início da implantação das políticas de proteção ambiental, como no caso dos caiçaras da Ilha do Cardoso estudados por Tsukioka (1996). Contudo, algumas dessas famílias puderam criar estratégias de resistência às restrições impostas pela legislação ambiental através do cultivo de roças clandestinas. Tal estratégia permitiu que as pessoas permanecessem em suas terras sem a necessidade de irem para as periferias das cidades buscar o sustento de suas famílias. Em estadias na ilha do Cardoso, até 1994, estive visitando algumas dessas roças proibidas. A equipe de antropólogos que esteve trabalhando em *Olhares Cruzados* menciona um almoço em uma comunidade de quilombolas onde foram agraciados com um almoço no qual os donos da casa se orgulhavam de que toda a comida oferecida, arroz, feijão, couve e carne bovina, era fruto de seu próprio trabalho. É muito provável que em grande parte das Unidades de Conservação habitada por populações humanas nessa região, e onde essas práticas agrícolas são proibidas, encontremos roças clandestinas.

A tendência é de que, ao menos no plano ideal, instituições governamentais passem a considerar os direitos dessas populações de permanecerem nas áreas que ocupam, muitas vezes, há vários séculos. Em trabalho publicado pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, são mencionadas as populações tradicionais que habitam a Mata Atlântica e seus saberes locais:

Da necessidade de sobreviver apenas de recursos disponíveis na mata e no mar e do contato direto com as plantas e animais, esses grupos foram acumulando um conhecimento empírico e profundo dos ecossistemas da região. Suas atividades foram desenvolvidas de forma a conciliar as necessidades da própria sobrevivência e da dos recursos naturais dos quais elas dependem. E é essa sabedoria que nos interessa conhecer agora, registrar e aplicar (São Paulo (Estado): 1994).

O texto *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe: plano de gestão - unidade de gestão* reconhece que:

<sup>14</sup> Alguns autores definem sítio como sendo propriedade parcelar onde a família vive e trabalha em opção a situ ou situação, que é uma posse (Moura, 1988: 88 e 89). Outros autores o definem pela relação que o sitiante tem com a autonomia de seu trabalho (Queiróz, 1973; Müller apud Queiróz, 1973). Outra definição de sítio camponês é dada por Woortmann: *um sistema integrado de partes integradas funcionalmente interligadas, revelando uma lógica que busca manter internos ao sítio os principais supostos da produção camponesa* (Woortmann, 1983: 192).

Durante muito tempo os atores sociais não foram considerados no processo de criação e administração das áreas legalmente protegidas e, diante das restrições estabelecidas por esses dispositivos legais, sempre se posicionaram de forma contrária. Como resultado, a desintegração social que ocorreu em diversas localidades, dificultou a própria manutenção dos ecossistemas (1996: 14).

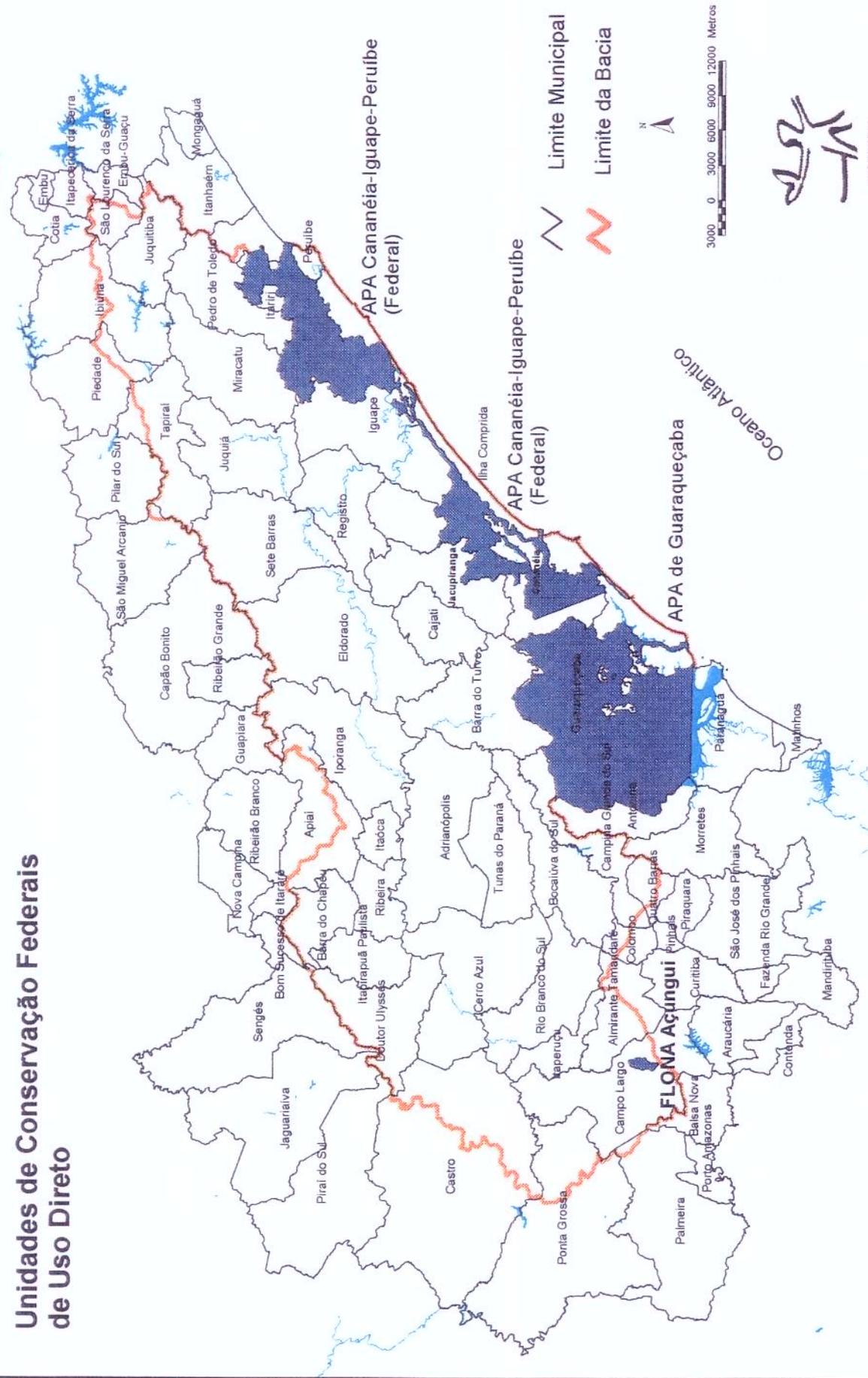
No trabalho *Diagnóstico Ambiental Participativo do Vale do Ribeira e Litoral Sul*, realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/UNICAMP, percebemos, na pesquisa realizada em conjunto com professores da rede pública de alguns municípios, pela primeira vez uma maior aproximação das pessoas que moram no Vale do Ribeira.

Também em 1997, pela primeira vez, uma comunidade de quilombo, a de Ivaporunduva, recebeu do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) uma guia autorizando o cultivo de 60 hectares.

Contudo, na prática, ainda é preciso muitos avanços para que as formas patrimoniais de manejo ambiental, desenvolvidas ao longo de séculos, deixem de ser crime e passem a ser combinadas com conhecimentos científicos e processos modernos, medida que certamente será mais eficaz para a preservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das populações florestais que vivem em áreas ambientalmente protegidas.

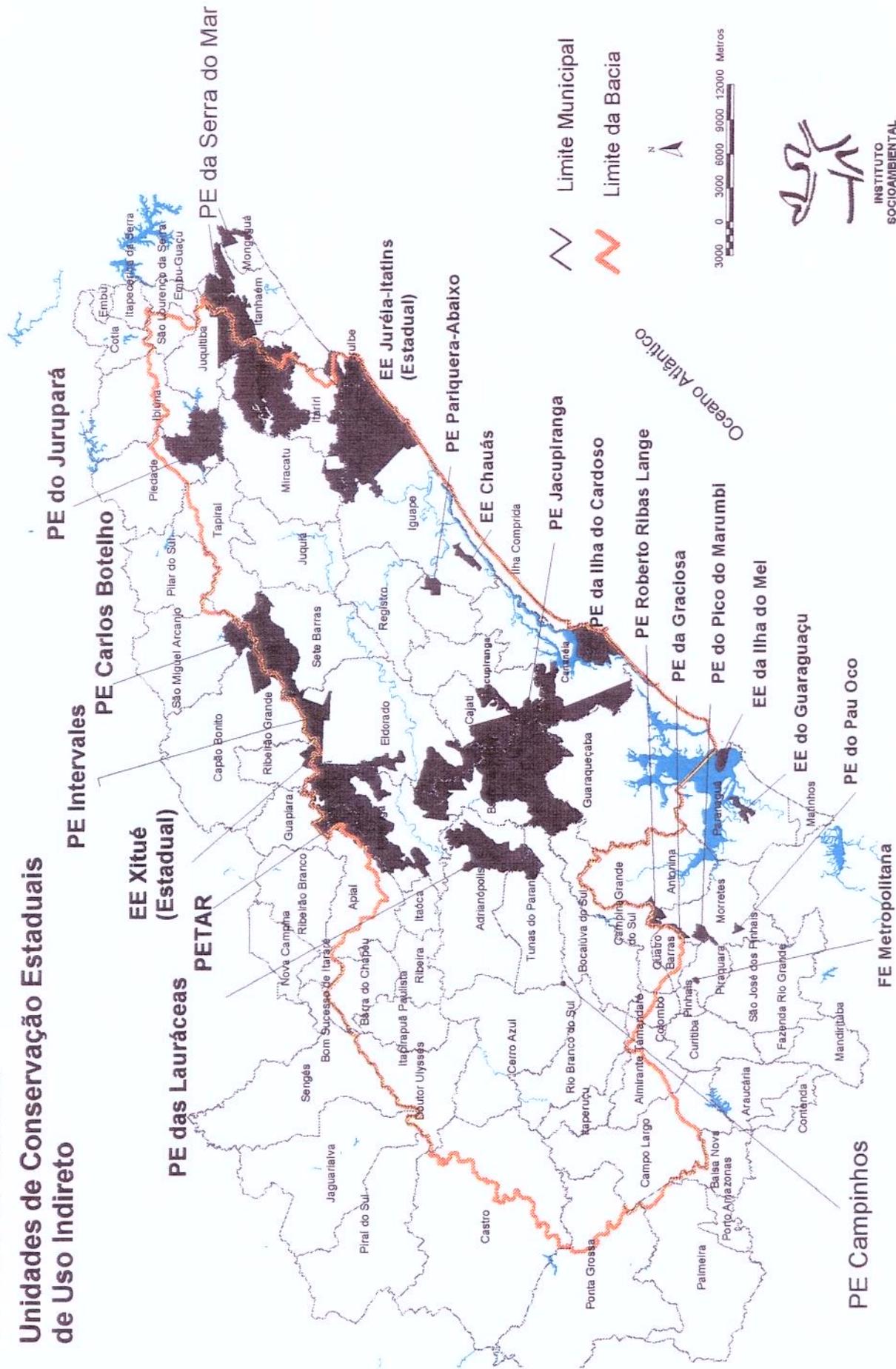
# Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

## Unidades de Conservação Federais de Uso Direto



# Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

## Unidades de Conservação Estaduais de Uso Indireto



# Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

## Unidades de Conservação Estaduais de Uso Direto

APA da Serra do Mar

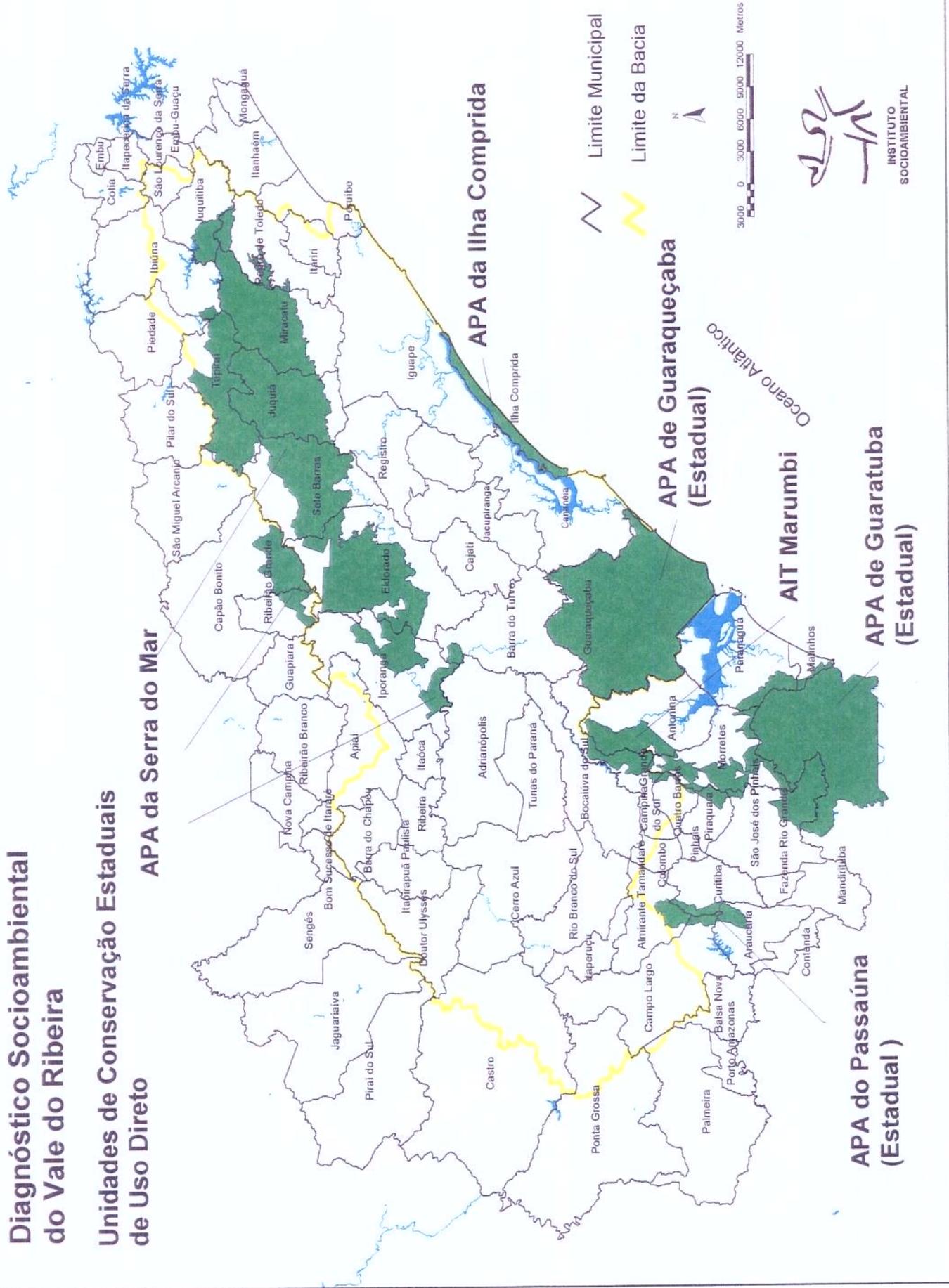
APA da Ilha Comprida

APA de Guaraqueçaba  
(Estadual)

AIT Marumbi

APA de Guaratuba  
(Estadual)

APA do Passaúna  
(Estadual)



Limite Municipal

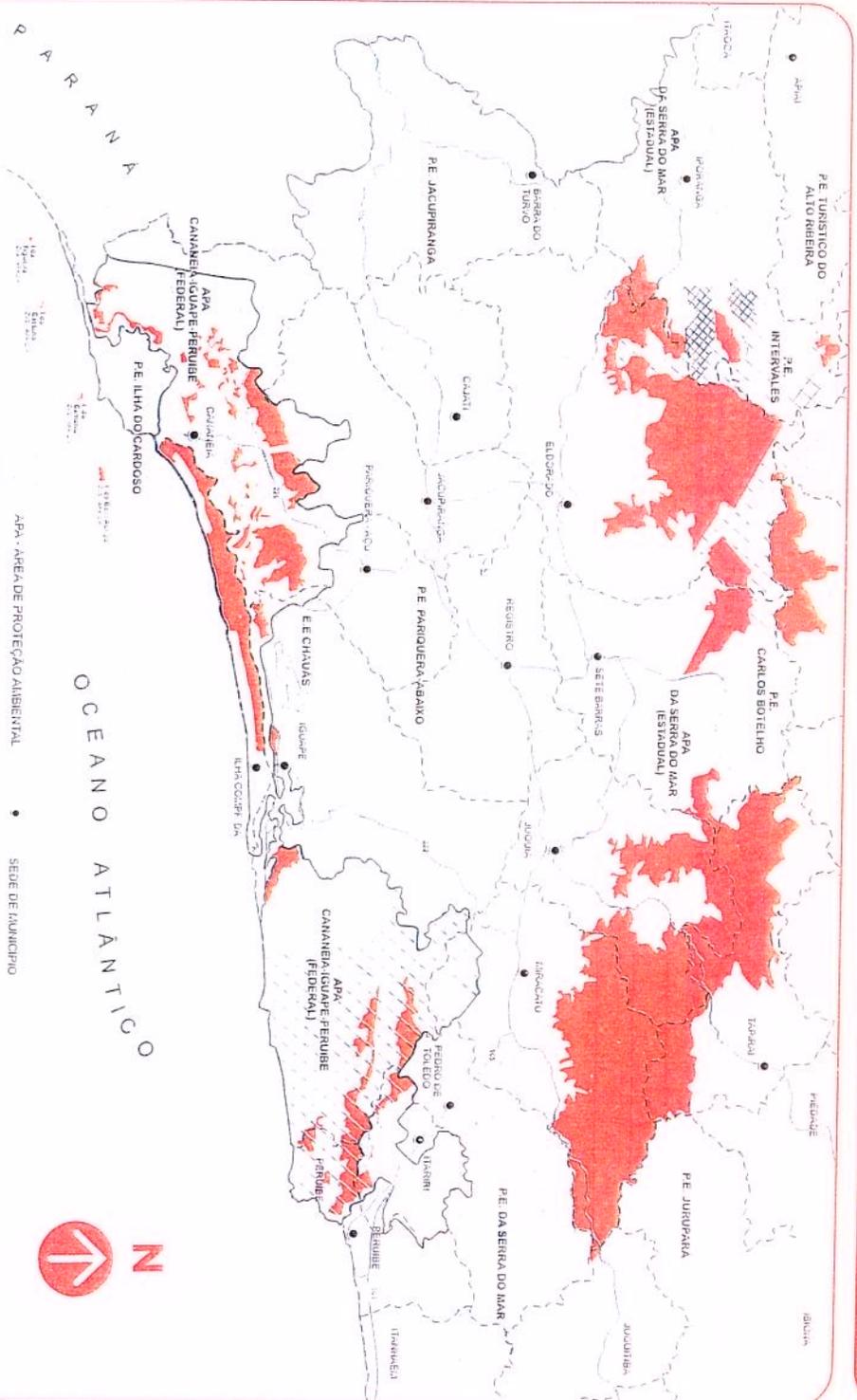
Limite da Bacia

3000 0 3000 6000 9000 12000 Metros



INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL

# LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE - Unidades de Conservação



**●** SEDE DE MUNICÍPIO  
**—** LIMITE DA APA/CIP  
**—** ESTADOS PAVIMENTADOS  
**—** ESTADOS SEM PAVIMENTAÇÃO  
**—** PREFEITO DE ESTADO (Federal / Estado)  
**—** LIMITE MUNICIPAL  
**—** SÃO PAULO

**■** APA - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
**■** ZVS - ZONA DE VIDA SILVESTRE DA APA  
**■** PARQUE ESTADUAL  
**■** FAROZE ESTADUAL / APA  
**■** PARQUE ESTADUAL (ZVS DA APA)  
**■** ESTAÇÃO ECOLÓGICA / APA  
**■** RESERVA INDÍGENA

**—** RODOVIA FEDERAL  
**—** RODOVIA ESTADUAL  
**—** FERROVIÁRIA  
**—** RODOVIA MUNICIPAL

**—** RODOVIA FEDERAL  
**—** RODOVIA ESTADUAL  
**—** FERROVIÁRIA  
**—** RODOVIA MUNICIPAL

Fonte - Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo



## CAPÍTULO 3. A ILHA COMPRIDA

### 3.1. Introdução

A Ilha Comprida estende-se da barra de Icapara até a barra de Cananéia com 74 km de extensão e uma largura de aproximadamente 4 km. Antônio Paulino de Almeida define-a como sendo *semelhante a um vasto quebra-mar estendido ao longo do litoral sul paulista que constitui uma perfeita língua de terra* (1950:51). Trata-se de uma restinga cuja face voltada para o mar aberto possui dunas em praticamente toda a sua extensão, e que tem apenas um pequeno morro ao sul no lado do mar de Pequeno, em frente ao morro de São João em Cananéia, chamado de Morretinho.

Hoje vivem na ilha uma grande maioria de migrantes, que foram atraídos pela possibilidade de trabalho que poderia ser proporcionada com a formação de uma quantidade absurda de loteamentos, principalmente a partir da década de 1970. A população caiçara representa menos de 23,9% dos moradores da ilha, do total de uma população estimada pela prefeitura do município em mais de oito mil pessoas<sup>15</sup>. Vejamos o quadro a seguir:

Ilha Compridenses natos	23,9%
Migrantes das cidades do Vale do Ribeira	4,1%
Migrantes de outras cidades do Estado de São Paulo	40,2%
Migrantes da região Nordeste	13,0%
Migrantes da região Sudeste	6,9%
Migrantes da região Sul	5,5%
Migrantes da região Norte	1,8%
Migrantes da região Centro-Oeste	1,0%
Migrantes de outros países	1,8%

Entre ilha compridenses natos, estão os filhos de migrantes além caiçaras, sendo que estes últimos têm aproximadamente cem casas na ilha inteira.

<sup>15</sup> Os dados e quadro censitários da ilha estão em Ventura, 1998. A autora mostra que os dados levantados pelo município apontam números bem maiores que os do IBGE, que no último levantamento estimou a população em 3.434 habitantes.

Para conter os danos ambientais causados pela ocupação desordenada, foi criada a Área de Proteção Ambiental de ilha Comprida em 11 de março de 1987, regulamentada em 30 de novembro de 1989.

Em 5 de março de 1992 a ilha, que até então fazia parte dos municípios de Iguape e Cananéia, foi municipalizada.

### **3.2. *Perspectiva histórica***

Ilha do Mar, ilha do Mar Grosso, ilha do Mar Pequeno, ilha Branca são algumas denominações recebidas pela ilha desde a história colonial. Sua população caiçara começou a formar-se já nos primeiros anos do século XVI. Antônio Paulino de Almeida, em diversos artigos publicados na Revista do Arquivo Municipal desde meados da década de 1930 até os primeiros anos da década de 1950, nos dá importantes dados sobre o litoral sul paulista, principalmente Iguape, Cananéia, ilhas Comprida e do Cardoso, e sobre algumas cidades paulistas do interior do Vale do Ribeira de Iguape. É ele quem nos informa que a povoação de Maratayama, fundada na ilha Comprida, acabou dando origem à povoação de Cananéia ao ser transferida para o morro de São João. Paulino de Almeida também escreve a respeito do espanhol Rui Moschera, que construiu um forte na ilha Comprida, na ponta da Trincheira, e posteriormente atacou São Vicente:

Outro fato histórico que teve por cenário a ilha Comprida foi a chegada do aventureiro hespanhol Ruy Mosqueira, que, retirando-se com os refugiados o rio da Prata no ano de 1533, depois de percorrer toda a costa sul, "entrou em um porto commodo, onde achou os naturais do Paiz dispostos a fazerem com elle alliança, e fundou hua pequena fortaleza".

Pedro Taques, escrevendo a Frei Gaspar da Madre de Deus dizia:

"...este porto e fortaleza qe. fundou Moschera foi em Cananéa, não dentro da ilha, mas junto ou defronte della. Por este rio<sup>16</sup>, entravão os antigos certanejos á conquista dos Carijós, Tupis e Gentios chamados dos patos, e por elle entrou o venerando Pe. João de Almida. qe. se recolheu com numerosos Gentio da nação GUARUMINES, qe. os aldeou em São Paulo, em Baruary, como relata Vascos na vida deste Sabto. Varão.

Depois disto chegou alli o portuguez Duarte Peres, qe. havia sido degredado naquela vizinhança<sup>17</sup>. Diz mais o Autor qe. Duarte Peres não estivera mto. tempo em socego com Moschera, por haver recebido ordem do Capm. Gel. do Brazil (Note V. Rema. qe. este lugar Brazil toma-se por S. Victe., que assim se enculca o contexto da História) qe. o mandava voltar ao seu degredo; e dizer a Ruy Moschera qe. se queria ficar aonde estava, devia prestar juramto. de fidelidade a El Rey de Portugal aqm. pertencia todo aquelle Paiz. Peres

<sup>16</sup> Barra de Cananéia; nota de Paulino de Almeida.

<sup>17</sup> Trata-se do Bacharel identificado como sendo Mestre Cosme Fernandes; nota de Paulino de Almeida.

obedecção, mas Moschera respondeu de bocca, qe. a divizão da América ainda não estava regulada entre as duas coroas, e por isso estava resoluta a conservar-se no seu posto, qe. occupava. Faltavão-lhe as armas e munições, mas um navio Francez tendo vindo ancorar nesta imediação de tempo na ilha de Cananéa, defronte do forte de Moschera<sup>18</sup>, crêo elle poder aproveitar de defenderse se fosse atacado. Embarcou com todos os seus Companheiros espanhóis, e duzentos indios, e chega de noite ao navio qe. rendêo e dezarmada a equipagem se recolhêo a sua Fortaleza.

Poucos dias depois já advertido qe. um corpo considerável de Portuguezes vinha por mar atacai-o; dispoz hua Bateria de 4 peças de artilharia, qe. havia tirado de sua preza, e fez novos entrincheiramentos a seu forte, e mettêo parte de sua gente em hum bosque qe. cobria o lado do mar, por emboscada. Os Portuguezes erão oitenta, seguidos por hum Exercito de Indios; passarão o bosque sem obstaculo, mas apenas descobrirão o Forte qdo. se acharão expostos aos tiros da artilharia, e carregados pela rectaguarda dos da emboscada, tudo foi medo de qe. se apoderarão, huns aos tiros dos canhões e outros aos fios da espada. Moschera não satisfeito dessa victoria se embarcou com hua parte de seus valerosos, e grde. numero de Indios nas Embarcações, qe. ficarão dos Portuguezes; e navega a fazer um desembarque no porto de S. Victo. cuja villa saqueou com tanta felicidade [sic]. (diz o autor) qe. os Portuguezes descontentes do Govor. se unirão a elle. Compreendeu Moschêra muito bem, qe. deo virem atacar forças aq. não podesse resistir, pelo qe. transportou a sua pequena Colonia pa. a ilha de S. Catha. e mtas. familias de Indios, qe. se havião unido, etc."<sup>19</sup>

A preocupação da coroa em afastar estrangeiros estava relacionada à conjuntura política econômica européia da época:

A ocupação do território fazia parte do jogo comercial. Portugal, afastando concorrentes no campo mercantil, negava meios para outros aventureiros não portugueses de extrair mercadorias que pudessem alcançar valor em outras terras que não produzissem gêneros tropicais (Silva, 1978: 18).

Paulino de Almeida escreve que, por necessidade de haver pontos de pouso para abrigar paradeiros, correios e viajantes em geral, algumas vilas, como a Vila Nova da Lage, foram constituídas ao longo da costa, as quais desapareceram ao longo do tempo (1950: 62, 63).

Há registros de doações de sesmarias durante o século XVII. As terras doadas correspondiam sempre a uma faixa que ia das margens do mar Pequeno até o lado do mar aberto. Esse padrão de posses que iam de mar a mar permaneceu na ilha até algumas décadas atrás, quando foi quebrado pelos grilos praticados por empresários paulistanos.

Vejamos uma carta de sesmaria transcrita por Paulino de Almeida.

A título de curiosidade, não podemos deixar de transcrever o inteiro teor de um traslado de confirmação da carta de Sesmaria concedida a João Martins

<sup>18</sup> O forte de Mosqueira estava situado na ponta da Trincehira; nota de Paulino de Almeida.

<sup>19</sup> Almeida, 1950: 60, 61. A carta de Pedro Taques a frei Gaspar está, segundo referência do autor, em Documentos Interessantes, vol. IV, 1894.

Barregão, registrada à folhas 91 e 92 do Livro 0 (zero) das Notas do 1º Tabelião de Cananéia que diz:

"Traslado de hua escriptura de Confirmação de terras que passou Luis Lopes de Carvalho a João Henriques.

Luis Lopes de Carvalho, Cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Alteza e seu Capitam mór nesta repartiçam da Capitania de San Vicente, de que hé donatário o Conde da Ilha do Príncipe e pelo dito Conde Ouvidor com alçada e nela seu lugar thenente e sismeiro, etc.

Faço saber aos que a presente carta de Confirmação virem que em cumprimento ao edital que nesta Villa mandei fichar aos quatorze dias do mez de agosto do mesmo anno me apresentou João Henrique, morador nesta Villa, casado, com mulher e filhos, hua Carta de Sismaria pasado no anno de mil e seis centos e dezoito, por Gonçalo Correia de Sam, capitão mór que foi desta Capitania, com cumprace nella posto por João de Moura Fogaça, e por Valerio Carvalho, capitães móres que forão desta Capitania, pelo constar ter o dito feito mercê a João Martins Barregão... por haver com sordo a servir a Sua Magde. de idade de dezoito annos e ir em companhia d'El Rey Don Sebastião á Africa e assim mais serviço em hua companhia de cavallos ligeiros na tomada da posse do Reino de Portugal e depois viéra na Armada do estreito de Magalhães, e ficára servindo em o Forte da Villa de Santos sem por isso levar soldo algu, por cujos serviços o dito Capitam mór lhe fizera mercê de lhe conceder duas léguas de terras a saber, hua para elle João Martins Barregão, e outra para os seus genros bento do Reguo e Francisco Barbosa, começando da barra de Cananéia pela praya, cortando pelo nordeste e acabando a dita data pedida cortava alli o Rio Salgado e pelo dito João Henriques me foi dito que como neto do dito João Martins lhe pertencia hum quinhão das ditas terras no qual estava vivendo com familia há muitos sem dúvida nem contradição alguma, pagando dizimos a S. A. dos frutos que das ditas terras colhia, as coaes partem da venda de Igoape com Baltazar Maciel e da venda desta Villa com Antonio Silva, pedindo-me lhe confirmasse o dito quinhão em nome do Sr. Conde, o que visto por mim ouve por bem de lhe confirmar, como pela prezente confirmo para elle e todas [sic] os seus descendentes, pelos poderes que para isso tenho os coaes estão registrados nos Livros da Camara desta Villa e mando os officiaes della e aos demais desta Capitania que sendo-lhe esta apresentada, indo primeiro por mim asinada e sellada com o Sello das armas do Conde meu Sr. a cumprão e guardem como nella se contém e em cumprimto. conservem ao Suppte. na dita posse... esta dada nesta Villa de São Joam de Cananéa aos vinte e hum de agosto de mil e seis centos e sessenta e nove annos. Eu Bernardo da Cunha de carvalho escrivão da Correição da Ouvedoria pelo Conde da Ilha do Príncipe o escrevi // Luis Lopes de Carvalho // Sello // Fica registrada no livro da Condessa do Sr. Conde donatario a fls.4 // Bernardo da Cunha Carvalho// O coal trasiado de escriptura de Confirmação eu Mel. L. Aenrique tam. do judicial e notas nesta da. Villa o trasladei bem e fielmente do proprio original e fica sem causa que duvida faça, de que me assigno do meo razo sinal. Mel Aenrique.<sup>20</sup>

Para Silva, a coroa portuguesa concedeu sesmarias apenas à *classe dominante*, composta de nobres e plebeus, ricos ou remediados, os 'homens bons' de qualidades ou de posses, únicos, por sua condição, a merecerem o dignificante título de senhores da

<sup>20</sup> Almeida, 1950: 54,55.

*terra*<sup>21</sup>. Também foram concedidas sesmarias por feitos militares<sup>22</sup>. É o caso de João Martins Barregão, donatário acima referido. Contudo, o próprio autor, ao comparar a colonização do nordeste com a da capitania de São Paulo, afirma que esta última foi realizada por homens pobres, em pequenas propriedades e baseada na policultura voltada para a produção de gêneros para o consumo interno:

Comparando o nordeste com a capitania de São Paulo na mesma época, ou seja, em pleno ciclo do açúcar, tem-se uma série de características totalmente distintas, a começar pelos tipos de colonizadores: uns poderosos, outros pobres; a estruturas agrária, grandes e pequenas propriedades; a produção, monocultura e policultura; e todas as demais características distintas que poderíamos relacionar têm um único ponto de partida, ou seja, produzir para o mercado interno. Enquanto o nordeste se voltou para o exterior, o sul se voltou para uma pequena agricultura de manutenção<sup>23</sup>.

Sabemos que nem só senhores ricos ou remediados vieram de Portugal desde os primeiros momentos da colônia. Existem, por exemplo, histórias de degredados, como a do famoso bacharel português e a dos espanhóis mencionadas acima. Silva nos fala que aos brancos e mestiços pobres restavam quatro alternativas: o banditismo; a mendicância; a aliança com os senhores poderosos oferecendo-lhes desde trabalhos em suas terras, ou de guarda-costas; ou a ocupação de pequenos sítios voiantes que persistiram até tempos mais recentes<sup>24</sup>.

Podemos concluir que as sesmarias estiveram sobrepostas não apenas à ocupação indígena anterior à chegada dos colonizadores, mas também à ocupação de famílias mestiças, os primeiros caiçaras de nosso litoral.

Para Paulino de Almeida, na ilha Comprida, cada um dos quinhões resultados da subdivisão entre os herdeiros dos primeiros possuidores de sesmarias passou a ter um nome diferente:

Trincheira, Recreio, Pissarro, Morretinho, sítio do Nóbrega, Boguassu ou Biguassu, Algodoad, Papagaio, Juruvaúva, Vamiranga, Pedrinhas, Iguatemi, Ubatuba, Ponta Grossa, Mata-fome, além de outros mais (1950: 55).

Contudo, é provável que alguns desses nomes já apontassem localidades logo no início da dominação colonial, antes mesmo da doação de sesmarias, principalmente aqueles que indicam acidentes geográficos ou fatores geológicos, como Morretinho, Ponta Grossa e Pissarro. As localidades mencionadas acima indicam sítios onde habitavam inúmeras famílias na época da pesquisa de Paulino de Almeida. Os que ainda

<sup>21</sup> Guimarães apud Silva, 1978: 18

<sup>22</sup> Silva, 1978: 17.

<sup>23</sup> Idem: 23.

restam, Trincheira, Juruvaúva, Pedrinhas e Ubatuba têm hoje o status de bairros do município de ilha Comprida, além do sítio Artur, da família Tristão, à qual pertence o senhor Artur, homem mais velho desse bairro.

Em 1820 foi abolido o regime de sesmarias. Em 1850, no contexto do surgimento do ciclo do café, os latifundiários fizeram aprovar a Lei de Terras, que proibia a aquisição de terras por outros meios que não fosse a compra, o que fazia elevar o seu preço. Além disso, os valores deveriam ser pagos à vista e a venda estava condicionada à importação de trabalhadores para a grande lavoura. Tal medida visava impedir que imigrantes europeus, trazidos para o trabalho nas *plantations* de café, pudessem obter terras e ameaçar a hegemonia política e econômica da oligarquia nacional (Silva, 1978).

Martins nos lembra que a terra livre fazia parte do direito até promulgação da Lei de Terras em 1850, e

Era o pressuposto da expansão agrícola do pequeno e do grande, e se baseava nos direitos do rei, que tinha [...] a propriedade eminente de todas as terras (1993: 68).

Em consequência dessa lei, todos aqueles que possuíam terras foram obrigados a declará-las ao poder público. Como diz Marcílio,

Tentava-se por uma lei coibir a multiplicação de posseiros e legalizar a propriedade privada, adquirida anteriormente, a títulos variados, e daí para a frente, por compra (1986: 60).

Encontram-se nos livros de registros da paróquia de Nossa Senhora das Neves, em Iguape, 95 posses declaradas na ilha Comprida entre os anos de 1854 e 1856. Contudo não é possível sabermos o número exato de registros porque, conforme veremos mais detalhadamente em capítulo adiante, muitos foram roubados da igreja, na década de 1970, por pessoas interessadas na grilagem de terras na ilha Comprida. Mesmo os livros que restaram, com registros de terras de toda Iguape após a Lei de Terras de 1850, encontram-se em estado bastante deteriorado, afetados por cupins, e estarão logo perdidos, arruinados pelo tempo, caso não sejam microfilmados ou transcritos.

Transcrevi alguns desses documentos. Gostaria de ter transcrito todas as declarações referentes à ilha Comprida, porém devido não apenas às condições de deterioração do material, mas também às dificuldades que tive em compreender a caligrafia e a língua portuguesa da época, e também diversas expressões locais e nomes de lugares, concluí que este árduo trabalho exigiria uma pesquisa à parte. As dificuldades na compreensão desses documentos só não foram maiores porque, felizmente, pude

---

<sup>24</sup> Idem: 19.

contar com a ajuda de João Benedito, sacristão da paróquia, nascido no sítio do Papagaio, ilha Comprida - onde morou até os primeiros da juventude -, que esclareceu diversas dúvidas minhas. O índice com todos os nomes de proprietários que constam nos registros, elaborado por João Benedito, facilitou enormemente esta pesquisa.

Eis alguns desses documentos:

*Apresentada aos 13 de maio de 1856*

*Digo eu José Felipe da Silva q. sendo pai e tutor de minhas filhas Rita e Maria as quais são senhoras e poçuidoras de cento e cinquenta braças de terras na ilha do Mar Groço q. da parte do sul divide com terras de José Moitinha e da parte do nordeste divide com terras de João Maria sendo [...] divisa o rio do Condapu e para cumprir com os preceitos da lei, faço esta declaração.*

*Iguape, 13 de maio de 1856  
José Felipe da Silva*

*Apresentada aos 22 de agosto de 1855*

*Registra Joaquim Ribeiro sessenta braças de terras na ilha do mar desta cidade, entre terras de Antonio Domingues Muniz e de Salvador Marques. Iguape, 18 de agosto de 1855.*

*Joaquim Ribeiro.*

*Apresentada aos 16 de setembro de 1855*

*Digo eu abaixo assignado q. sou senhor e proprietário de hum sítio na Ilha do Mar com sincoenta braças de terras lavradas mais ou menos, dividece mar para cima com terras de Salvador Marques mar para baixo com ditas de Antonio Domingues, este cítio de terras possui parte delas comprada por escritura particular e mais parte delas cultivado, e para cumprir com os preceitos da lei mandei fazer esta declaração. Iguape 16 de setembro de 1855.*

*A rougo de João Antonio Pereira*

*João Antonio Ribeiro.*

*Eu Rofino de Oliveira sou possuidor nesta freguesia de um sitio com secenta e duas braças e meia de terras lavradas na ilha do mar pequeno de Iguape com frente e fundos de mar a mar devisadas pelo nordeste com o sitio de Evaristo Ribeiro, e pelo sudoeste com as terras de Andre da Costa. Cujas terras possuo por compra.*

*Iguape, 21 de maio de 1956*

*Arrogo de Rofino de Oliveira*

*Bernardo Antonio Neves*

*Eu abaixo assignado sou senhor e possuidor de 300 braças de terras lavradas no lugar denominado capivaru as quais divisam-se da parte do rio<sup>25</sup> acima com Maximiano Ribeiro por três troncos de jarová e hua pedra e da parte de baixo com José de Andrada e Silva por um jarová<sup>26</sup> e pedra cujas terras possuo por herança de meu finado pai por compra que fez de Gregório Gonsalves da Rocha em 28 de dezembro de 1798 das graças do senhor dar a manifesto em Iguape aos 17 de janeiro de 1856.*

*Francisco Firmino de Paula*

Reflexo da Lei de Terras de 1850, grande parte dos proprietários declaram que as terras foram obtidas ou por herança ou por compra; e existem casos como o de Francisco Firmino de Paula, que não apenas declara ter obtido as terras por herança do pai, como declara a data em que o pai comprou as terras e o nome do vendedor quase 60 anos antes. Vejamos a lista de “senhores e possuidores” do livro de índice da igreja (alguns dados aparecem em branco por estarem ilegíveis nos documentos originais):

proprietário	tamanho	ano	local	página
1. Antonio Rodrigues Cubas	100 braças <sup>27</sup>	1856	ilha do Mar	44
2. Antonio Joaquim de Souza	170 braças	1856	ilha do Mar	149
3. Antonio Caetano	33 braças	1856	ilha do Mar	150
4. Antonio Fernandes	25 braças	1856	ilha do Mar	152
5. Agostinho Ribeiro	200 braças	1856	ilha do Mar	261
6. Agostinho Ribeiro de Souza	125 braças	1856	ilha do Mar	262
7. herdeiro de Victor Ribeiro	50 braças	1856	ilha do Mar	263

<sup>25</sup> Este rio refere-se, na verdade, ao mar Pequeno, ou mar de Dentro.

<sup>26</sup> Me explicou o sacristão João Batista que jarová é uma árvore que foi muito usada para marcar divisas de terras.

<sup>27</sup> Segundo o dicionário Aurélio, uma braça mede 1,80 m; Nezinho nos diz que a medida considerada pelos moradores é de aproximadamente 1,75m.

8.	herdeiro de Victor Ribeiro	100 braças	1856	ilha do Mar	264
9.	André da Costa	23 braças	1856	ilha do Mar	360
10.	Antonio Ribeiro da Silva	153 braças	1856	Pontal da ilha	423
11.	André de Ramos	100 braças	1856	ilha do mar Pequeno	562
12.	André de Ramos	183 braças	1856	entre ambas as águas	563
13.	Antonio Gomes Colaço	86 braças	1855	ilha do Mar	677
14.	Agostinho Martins	300 braças	1855	ilha do Mar	679
15.	Antonio Domingues Costa			ilha do mar Pequeno	874
16.	Antonio Domingues Muniz			ilha do Mar	
17.	Braz Antonio Serafim	200 braças	1856	ilha do Mar	207
18.	Bernardo José Leite	60 braças	1855	ilha do Mar	270
19.	Bernardo Luis da Silva	100 braças	1855	ilha do Mar	411
20.	Bento Ribeiro Martins	250 braças	1855	ilha do Mar	737
21.	Benedito Correa	50 braças	1855	ilha do Mar	798
22.	Braz Francisco Ribeiro	125 braças	1855	ilha do Mar	933
23.	Custódio Joaquim	100 braças	1856	ilha do Mar	136
24.	Cândido José Gonçalves	125 braças	1856	ilha do Mar	451
25.	Custódio Manuel José	35,5 braças	1856	ilha do Mar	466
26.	Caetano José Ribeiro	50 braças	1856	ilha do Mar	503
27.	Cândido Lopes Trigo	Braças	1855	rio do Capivarú	715
28.	Delindo José Franco	17,5 braças	1855	ilha do Mar, Gamboa	890
29.	Evaristo Ribeiro	52 braças	1856	ilha do Mar	459
30.	Francisco Correa	75 braças	1856	ilha do mar Pequeno	48
31.	Flora Maria	40 braças	1856	ilha do mar Pequeno	199
32.	Francisco Firmino de Paulo	300 braças	1856	ilha do Mar	665
33.	Francisco Antonio Correa	50 braças	1855	ilha do Mar	766
34.	Francisco de Aguiar	200 braças	1855	ilha do Mar	812
35.	Gregório da Silva			ilha do Mar	81
36.	Gertrudes Maria	50 braças	1856	ilha do Mar	131
37.	Germano Lopes de Oliveira	25 braças	1856	V. Nova	172
38.	Germano Alves de Oliveira	150 braças	1855	ilha do Mar	638
39.	Joaquim João	60 braças	1855	ilha do Mar	130
40.	João Batista da Silva Carneiro	100 braças	1855	V. Nova	146
41.	José de Veras	85 braças	1855	ilha do Mar	151
42.	Joaquim Lourenço Fernandes	61 braças	1855	ilha do Mar	153
43.	José Francisco Nunes	78 braças	1856	ilha do Mar	173
44.	João de Souza	100 braças	1856	Capivarú	178
45.	Joaquim Eusébio Gonçalves	160 braças	1856	ilha do Mar	203
46.	João Pereira Paixão	200 braças	1856	ilha do Mar	217
47.	João Pereira Paixão	150 braças	1855	V. Nova	218
48.	José dos Passos	Braças	1855	ilha do mar Pequeno	235
49.	José Dias Martins	595 braças	1856	ilha do Mar	283
50.	João Manoel Correa	54 braças	1856	ilha do Mar	297
51.	João Manoel Correa	100 braças	1856	ilha do Mar	298
52.	João Manoel Correa	20 braças	1856	ilha do Mar	299
53.	José de Oliveira		1856	ilha do mar Pequeno	351
54.	José Lopes de Oliveira	100 braças	1856	ilha do Mar	408
55.	José Felipe da Silva, tutor de Rita e Maria	150 braças	1856	ilha do mar Grosso	436
56.	Jacinto Cipriano	20 braças	1856	Ilha do Mar	476

57. José João Ribeiro Netto	93,5 braças	1856	Ilha do Mar	509
58. José João Netto	45 Braças	1856	Ilha do Mar	511
59. Joaquim de Ramos	177 braças	1856	Ambas as Agoas	549
60. Joaquim de Ramos	150 braças	1856	Ambas as Agoas	550
61. Joaquim Pedro Ribeiro	74 braças	1855	ilha do Mar	701
62. Jacinto Lopes da Silva	150 braças	1855	ilha do Mar	746
63. João Ribeiro	32,5 braças	1855	ilha do Mar	783
64. José Dias Moitinha	70 braças	1855	ilha do Mar	785
65. Joaquim Ribeiro	60 braças	1855	ilha do Mar	804
66. Joaquim Ribeiro	200 braças	1855	ilha do Mar	805
67. Joaquim Ribeiro	40 braças	1855	ilha do Mar	817
68. João Ribeiro da Graça	300 braças	1855	Ponta Grossa	962
69. José Nunes Pereira	67 braças	1855	Ilha do mar Pequeno	1206
70. Joaquim José de Oliveira		1855	ilha do Mar	1259
71. João Antonio Pereira	50 braças	1855	ilha do Mar	1305
72. João Dias da Silva	500 braças	1856	ilha do Mar	1316
73. Luis de Souza	76 braças	1856	ilha do Mar	200
74. Luis Correa	150 braças	1856	ilha do Mar	233
75. Luis Correa	20 braças	1856	ilha do Mar	234
76. Luis Lopes da Costa	90 braças	1855	ilha do Mar	826
77. Luis Lopes da Costa	100 braças	1855	ilha do Mar	827
78. Manoel Fernandes	34 braças	1856	ilha do Mar	97
79. Maria das Dores e Pedro Lopes	50 braças	1856	ilha do Mar - Gamboa	174
80. Mariana do Rosário	30 braças	1856	ilha do Mar	230
81. Manoel Xavier		1856	ilha do Mar	257
82. Manoel Xavier		1856	ilha do Mar	258
83. Manoel Joaquim Martins			ilha do Mar	462
84. Manoel Joaquim Martins			ilha do Mar	463
85. Maria das Dores Oliveira			ilha do Mar - Gamboa	481
86. Manoel Gomes da Silva	714 braças		ilha do Mar	714
87. Pedro Lopes de Oliveira	34 braças	1856	ilha do Mar	206
88. Pedro Costa	150 braças	1856	ilha do Mar	219
89. Pedro Costa	25 braças	1856	ilha do Mar	231
90. Flora Maria		1855	ilha do Mar	199
91. Rufino de Oliveira		1856	ilha do Mar	335
92. Raphael Dias dos Reis		1856	ilha do Mar	543
93. Sabino de Oliveira		1856	ilha do Mar	260
94. Sabina Maria Rêgo		1856	ilha do Mar	669
95. Tomé de Aquino		1856	ilha do Mar	90

Todos os registros referem-se a terras de mar a mar, como acontecia com as sesmarias. Mas, na grande maioria dos casos, é difícil saber a exata localização das terras. Em apenas alguns aparece o nome da localidade na ilha, como vila Nova, Capivaru, Ponta Grossa, Entre Ambas as Agoas<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Localidade onde as águas das barras de Cananéia e de Iguape encontram-se na maré enchente e separam-se na maré vazante. Hoje, moradores se referem a esse mesmo lugar como Tambalásguas; também é referido em documento da prefeitura como Tombo das Águas.

Considerando que está faltando nesta lista um número de registros, torna-se difícil de conhecer a quantidade de propriedades. Também é praticamente impossível saber a trajetória dessas famílias. Alguns sobrenomes coincidem com os de algumas famílias que conhecemos em Pedrinhas, Juruvaúva e Ubatuba: Ramos, Oliveira, Souza. Conhecemos o senhor Miguel Ramos, morador em Pedrinhas, nascido em Tambalásguas; nos registros paroquiais encontramos declarações de terras de André de Ramos e de Joaquim de Ramos em Entre Ambas as Agoas. Trata-se do mesmo lugar.

Ainda hoje existe, cortando a mata que beira o mar Pequeno, um caminho que costumava ligar todos esses sítios, e era ladeado por moradias esparsamente localizadas. Hoje, em tempos de economia sustentada pelo turismo, esse caminho tem o nome de trilha ecológica, e parte dele é limpo e carpido de em tempos em tempos pela prefeitura.

Na ilha Comprida, a localização das famílias às margens do mar Pequeno, numa época em que o difícil caminho até o lado mar aberto durava mais de duas horas, as colocava (e ainda coloca) dentro de uma rede de relações sociais num território que abrangia um pedaço do continente e diversas ilhas mais próximas localizadas dentro do estuário. Nos relatos dos moradores, veremos que dentre essas ilhas, Iguape e Cananéia eram também locais de relações comerciais, sendo que durante muito tempo estiveram absorvendo lenha, esteiras de piri e a pesca vendidas pelos caiçaras de ilha Comprida, conforme irei tratar no capítulo *A vida e o trabalho*. Muitos mutirões por exemplo, contavam com mais de sessenta pessoas, moradores de diversos lugares do continente e ilhas vizinhas.

A maior parte do ano com as costas voltadas para o mar grosso, os moradores costumavam atravessar a ilha até esse lado do mar apenas na época do lanceio da tainha e em certas épocas do plantio da rama de mandioca, quando chegavam a fazer moradias provisórias.

Portanto, quando pensamos numa história das famílias caiçaras que vivem na ilha hoje, o que obviamente implica nas trajetórias dos antepassados dessas famílias, é preciso imaginarmos uma ampla territorialidade com intensa movimentação de trocas e migrações dentro de um território mais abrangente, envolvendo outras ilhas e uma área do continente.

### **3.3. Mito de fundação de Pedrinhas**

Muitos perguntam porque tem o nome de Pedrinhas. Aí ela [a sogra] explicava que era porque tinha o navio de Cabral, eles viajavam aqui antigamente e carregavam madeira, carregavam pedra para construir as casas, aquela igreja lá de Iguape construiu com pedra que o barco de Cabral carregava. Então quando chegou aqui em frente, o barco [navio] jogou um pouco de pedra, então puseram o nome de Pedrinhas.  
(Pedrina Teixeira, moradora de Pedrinhas)

Vimos Diegues dizer que os mitos de fundação de uma ilha e de sua sociedade são a expressão da *ilheidade*<sup>29</sup>. Existe em Pedrinhas uma espécie de mito de fundação que gira em torno da história da família Lisboa e de seus descendentes. Conta Nezinho, nascido no bairro e vice prefeito da ilha, que seu avô, Eduardo Lisboa, casado com Isabel, saiu da ilha da Marca<sup>30</sup>, foi primeiro para Ubatuba, na ilha Comprida e, em 1906, instalou-se definitivamente em Pedrinhas, bairro que teria fundado, onde morou até o final da vida. Todos dizem que Eduardo era descendente de portugueses, ninguém sabe ao certo se filho ou neto.

Uso o termo mito de fundação porque, nas narrativas dos descendentes de Eduardo Lisboa, a chegada desse antepassado ao lugar, em 1906, está associada aos tempos heróicos da fundação do bairro que hoje tem a maior concentração de população caiçara da ilha, cerca de 60 famílias. Essa fundação refere-se a um sítio que, como veremos adiante, agregava também escola e comércio, e representava um importante núcleo de sociabilidade.

Percebemos nas falas de moradores uma consciência da antiguidade da ocupação de seus antepassados no lugar. Dona Pedrina, ao explicar o por quê do nome Pedrinhas, evoca o tempo de Cabral. Mesmo que o fundador tenha chegado em 1906, seus descendentes se casaram com pessoas cujos antepassados já estavam na ilha há várias gerações.

Simões nos conta que Pedrinhas ganhou esse nome por causa de embarcações procedentes de Paranaguá que iam para a região buscar madeira. Para possibilitar a passagem na barra de Cananéia, essas embarcações usavam como lastro carregamentos de pedrinhas, as quais eram descarregadas no local onde hoje é o bairro<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Vide o 1º capítulo deste trabalho.

<sup>30</sup> Pode ser localizada nos mapas anexos neste trabalho.

<sup>31</sup> Simões (sem data), pág. 12

Durante boa parte da pesquisa, procurei traçar a genealogia dos descendentes de Eduardo Lisboa. Contudo, percebi que havia três chefes de famílias com sobrenome Lisboa que são os ancestrais da maioria das famílias caiçaras que tem terras e/ou moram na área que hoje está inserida no bairro de Pedrinhas: além de Eduardo, João Nazário Lisboa e Vitorino Lisboa, embora o primeiro pareça estar muito mais presente na memória das pessoas mais velhas do que os outros dois. No mapa da página seguinte podemos ver a localização dos sítios de Eduardo e de João Nazário. Curiosamente, entre as pessoas mais velhas, poucos admitem que tenha havido algum parentesco entre os três, e quando o fazem, dizem que era parente por longe. Mas ninguém sabe dizer o grau de parentesco que haveria entre eles. Mas numa coisa, todos os que se lembram estão de acordo: tanto Eduardo quanto Vitorino eram da ilha da Marca. Pedrina, casada com um neto de Vitorino, conta que o avô do marido era dono dessa ilha. Já o João Nazário era dono do Capão, logo ao sul de Pedrinhas. Um dos filhos deste se refere aos descendentes de Eduardo como os Lisboa aí de Pedrinhas.

Para que possamos visualizar essas três famílias e situar nelas as pessoas entrevistadas, vejamos a formação desses três núcleos familiares<sup>32</sup>:

- a) **Eduardo Lisboa** (falecido) (= Isabel (falecida)) (= Josefina, sem filhos)
  - b) Manuel Lisboa (falecido) (= Maria Francisca Lisboa (falecida))
    - c) **Nezinho** (Benvinda (de Cananéia))
    - c) **Maria Odete** (= **Miguel Ramos** (de Tambalásguas))  
(seis filhos; apenas um está em Pedrinhas, solteiro)
    - c) Célia (= turista de São Paulo)
    - c) Irene (casada em São Paulo)
  - b) **Maria da Glória Lisboa**(falecida) (= Lúcio de Lima (falecido))
    - c) **Maria Lucia** (=Benedito Lisboa (falecido))
    - c) Aires de Lima
    - c) Gentil (=Tereza)
    - c) Vilma (= Jair (moram em São Vicente))
    - c) Ivo (= Adalgisa)
  - b) **Rosa Lisboa** (falecida) (= Teotônio Sizenando Lisboa)
    - c) **Jaime** (= Luisa)
    - c) **Paulo** (falecido) (= **Pedrina**)
      - d) **Ivone Lisboa** (= Paulucci)
      - d) **Maria** (= Julio Ramos (moram na ilha Grande, próximo a Iguape))
      - d) Valda (mora em São Paulo)
      - d) Alceu (= Eliane (separado))
      - d) Elídia (=Fernando (moram em BH))
      - d) Esmeralda (=Laer (moram no Ubatuba))
      - d) Reinaldo (= Cintia (moram no Rocio/Iguape))

<sup>32</sup> b) são os filhos de a); c) são os filhos de b), e assim sucessivamente. O sinal = está indicando casamento. Os nomes em destaque são de pessoas cujas falas estão reproduzidas neste trabalho.

- d) Eunice (= Geremias)
  - c) Antonio (= Nicota)
    - d) Sonia (=Agmael)
    - d) Ricardo (solteiro)
  - c) Rosária (= Jair (falecido))
  - c) Cecília (= Antonio (moram em São Vicente))
- a) Vítorino Lisboa (falecido) = Maria (falecida)
- b) Teotônio Sizenando Lisboa (= Rosa Lisboa)
  - b) Antônio (falecido) (= ? (falecida))
    - c) Roseno
    - c) Maria Lisboa
    - c) Francelina Lisboa
  - b) Eufrozina (falecida)
  - b) Lindolfo (falecido) (= ? )
  - b) Florindo
  - b) Pedro (falecido)
- a) João Nazário Lisboa = Perpétua Teixeira
- b) **Pedrina** (= Paulão)
  - b) Josefina (= Horácio Lisboa (falecido)) (= Eduardo Lisboa)
    - c) Nelson (= Leosinda)
    - c) Maria Josefina (= marido de São Paulo, onde mora)
    - c)Emiliana (= Florindo)
    - c) Joana (= Plácido)
  - b) **Antenor** (= falecida ) (= **Iolanda**, irmã da primeira mulher)  
(não têm filhos)
  - b) **Brasilino** (= Benedita)
    - c) Ademir
    - c) Nazio (= Helena)  
(dois filhos pequenos)
    - c) Dalzira (= Ademilson)  
(1 filho pequeno)
    - c) Zilda (solteira)
    - c) Marcos (solteiro)
    - c) Rosilda (Claudione)  
(quatro filhos pequenos)
  - b) Manoel Severino (= Rita de cássia )
    - c) Adalgisa (= Ivo (moram em Santos))
    - c) **Oscalino** (= Sueli)  
  
(dois filhos pequenos)
    - c) Luis Mauricio (solteiro)
    - c) Tereza (=Gentil)
      - d) Pique (soft.)
      - d) Gilmara (soft.)
      - d) Rosa (soft.)

- d) Rosana (= João)  
 d) Wagner (solt.)  
 b) Leonides

Deixemos descendentes e parentes de Eduardo, Vitorino e João Nazário Lisboa nos contarem um pouco dessa história.

*O meu bisavô Eduardo tinha um armazém, ele comprava ... Ele era o comerciante, juntava as famílias. Lá onde ele estava, o pessoal já existia, já tinha esse pessoal, já vivia alguém, mas eles não eram criativos. O fundador é que foi criativo. Ele montou o comércio, [...] ele foi o primeiro, mas já carregava a família junto, que era a família dele.*

(...)

*Esse pessoal mais antigo que já estava aqui, que já era dono das áreas, já viviam aqui. Meu pai, meu avô, o avô do meu pai, que era o fundador. Então aqui tinha um dono. Aí [o meu pai] morava no Ubatuba e [depois] ele morou na casa do meu avô [em Pedrinhas], durante muitos anos, moramos juntos. [Eduardo] tinha casa grande que acolhia todo mundo da família.*

(...)

*Olha, é um negócio meio complicado. Nessa época... O fundador disso aqui foi meu bisavô, que foi avô de Nezinho. Ele se dizia dono de tudo isso aqui. Nessa época ninguém vendia terreno. Cada um dos mais velhos tinha a sua área.*

(...)

*Essa área aqui nossa era uma área só. Dava uns 6 km. Só que tinha muitos donos, o pessoal dos Lisboa, dos Soares...Aí dividiram.*

(Leonel de Lima, bisneto de Eduardo Lisboa)

*Pedrina Só o velho Eduardo que tinha casa boa, tinha uma casa grande com um salão muito grande, faziam baile.*

*P<sup>33</sup>: Como eram os bailes?*

*Pe: Eram bailes de viola, antigamente era de viola, sanfona, baile caipira mesmo, rabeça...*

*P: E tinha fandango também?*

*Pe: Tinha.*

(Pedrina, filha de João Nazário Lisboa, casada com um neto de Eduardo Lisboa)

*P: Como é que vendia as esteiras?*

*Antenor: Vinham comprar em casa.*

*P: E o pessoal vendia para o seu Eduardo também?*

*A: É, para o Eduardo, para o filho dele, Maneco.*

*P: Vendia lenha também?*

*A: O avô do Nezinho [Eduardo] comprava muita lenha.*

*P: Essa lenha ia para onde?*

*A: Essa lenha, era o navio da companhia de Iguape, Companhia Fluvial Sul Paulista que fazia a linha Cananéia, Ariri e queimava lenha. Era a vapor, todo caldeira. E tinha [...] em Iguape que queimava lenha, [...].*

(Antenor, filho de João Nazário Lisboa)

<sup>33</sup> Em todas as entrevistas transcritas, P está indicando as falas da pesquisadora; as falas das pessoas entrevistadas estão indicadas pela primeira letra dos nomes das mesmas.

*O trabalho da gente era fazer esteira de piri para vender, vendia lá em Pedrinhas no bar do Maneco Lisboa, o seu Eduardo também comprava, ia lá para Paranaguá.*

(Julia, moradora de Ubatuba)

*P: Tinha a escritura original de Pedrinhas em nome do seu avô [Eduardo]?*

*N: Eu cheguei a ver essa escritura. Agora não sei onde jogaram até hoje.*

(Nezinho, neto de Eduardo)

*P: Não morava ninguém?*

*Jaime: Não. Nesta vila morava o meu avô, o meu pai, o irmão do meu pai e mais o outro meu avô. Quatro famílias só. Daí tinha outra família lá num tal de Ponta Grossa e lá num tal de Vamiranga.*

*P: Aqui em Pedrinhas só tinha 4 famílias?*

*J: É, 4 ou 5. Tinha a família Soares também.*

(...)

*P: Então tinha as casas dos seus dois avôs, e de quem eram as outras?*

*J: Eram dos meus tios. Eram irmãos do meu pai. Antonio Avelino Lisboa e Ernesto Lisboa. Tinha outra família. Tinha uma casa mais ali para baixo, chamava Capão, pertence ao Vamiranga.*

*P: O senhor conheceu o seu avô [Eduardo]?*

*R: Eu trabalhava para ele pequenininho, com 5 anos, 6 anos. Trabalhava sem ele mandar fazer as coisas para ganhar bala.*

*P: E o que o senhor fazia?*

*R: Esteira era um produto que faziam aqui para fazer estiva de navio que ia para Santos. O que o povo fazia era aquilo.*

(...)

*J: Os dois avôs eram diferentes um do outro. Esse avô por parte de pai era Vitorino Lisboa, O Eduardo ficou Lisboa não sei por quê. Porque ele casou com uma mulher que era não sei o que lá Lisboa. Isabel Lisboa.*

*P: Mas ela era Lisboa já antes de casar com ele?*

*J: Era não sei o que lá Lima Lisboa, por isso que a minha mãe tem parte Lima também.*

(...)

*Isso aí (as terras de Pedrinhas) era do meu avô, pai do meu pai [Vitorino], uma área grande que tinha aqui. E depois a filha desse meu avô casou com esse...*

*Aí meu pai casou com a filha desse Eduardo, que era a minha mãe. Então ficou com a área dessa terra para ele, vendeu. Fizeram negócio na venda.*

(Jaime, neto de Eduardo e de Vitorino; o primeiro era pai da mãe, e o segundo, pai do pai)

*É, bateu muito tamanco lá [no salão de Eduardo]. No carnaval, quatro noites dançava lá. Nesse tempo era tudo baile familiar. Dois violeiros. O sogro do Jaime era o maior violeiro daqui. Aquilino o nome dele.*

(Antenor, filho de João Nazário)

Vimos que o povoamento da ilha Comprida é muito antigo. Mesmo na área onde está Pedrinhas, já havia famílias morando quando o dito fundador lá instalou-se. Contudo, o modo de ocupação desse antepassado teria se diferenciado na medida em que este é descrito como *criativo*, tendo construído algo além de um sítio, de um lugar para viver com a família.

A casa de Eduardo Lisboa, única de tijolos, é descrita como tendo sido muito grande e com dois salões na frente – excepcional para os padrões caiçaras; um funcionava como sala de aula para as crianças, e o outro como salão de baile para os fandangos, festas de carnaval e festas religiosas. Filhos e netos casados chegaram a morar no casarão, conforme vemos na fala de Leonel. Netos cujos pais estavam morando em outras localidades da ilha também chegaram a morar com o avô para ficar mais perto da escola. Vemos em Paulino de Almeida:

Nos últimos anos foi criada uma escola mista na ilha Comprida, com sede não mais no Vamiranga, mas sim nas Pedrinhas (1950: 55).

Como veremos adiante, os moradores costumavam levar suas canoas a remo carregadas de lenha e de esteiras para Iguape, onde faziam as compras. Estes dois produtos do extrativismo durante muito tempo tiveram grande importância na economia local. No entanto, muitas vezes os moradores, não só de Pedrinhas, mas também de outros lugares, como vemos no depoimento de dona Julia, de Ubatuba<sup>34</sup>, preferiam vendê-los no armazém de Eduardo e fazer suas compras lá mesmo. Negócio menos lucrativo mas que economizava uma longa viagem que com tempo ruim e maré contra, poderia durar até mais de 15 horas: *a gente chegava de volta quatro horas, cinco horas da tarde, saía de madrugada, duas horas da madrugada* (depoimento de dona Pedrina).

Jaime é o único entrevistado a discordar que Eduardo, pai de sua mãe, tenha sido o fundador. Ele diz que as terras do lugar eram, na verdade, de Vitorino, o pai de seu pai. Realmente, conforme veremos no capítulo negócios com a terra, grande parte das terras de Pedrinhas foi dividida entre os filhos de Vitorino, e as terras que eram de Eduardo foram vendidas.

No entanto, poucos se lembram de Vitorino. Enquanto Jaime afirma que ele morou em Pedrinhas, muitos discordam, dizendo que apenas dona Maria, depois que já estava viúva de Vitorino, morou lá. Por outro lado, a casa de Eduardo, as festas, o armazém, a escola, a lenha que ele empilhava à espera dos barcos a vapor, tudo isso está muito vivo na memória daqueles que o conheceram. Mesmo Jaime, neto de ambos, embora discorde que Eduardo tenha sido o fundador, tem muito mais viva na memória a convivência com este avô do qualquer lembrança do avô Vitorino.

Maneco, filho de Eduardo, deu continuidade ao armazém do pai, comprando ainda por muito tempo as esteiras de piri. Hoje, Nezinho, filho de Maneco, tem um bar no mesmo lugar onde o pai tinha a venda.

<sup>34</sup> Neste trabalho, Ubatuba é sempre o bairro localizado na ilha COmprida.

João Nazário Lisboa morava no Capão, área hoje incorporada ao bairro de Pedrinhas. Os filhos contam que tanto ele quanto a esposa, Perpétua Teixeira, eram nascidos no Capão:

*P: Os pais do senhor eram nascidos aqui?*

*Antenor: Tudo daqui. Nosso sítio era onde agora tem o apelido de Capão.*

*P: Então aquelas terras do Capão eram do seu pai?*

*A: Era nosso, do papai. Depois entrou essa companhia Melhoramentos de Cananéia e roubou tudo as terras, tomou.*

*(Antenor, filho de João Nazário)*

*Mercedes: Era sítio, era tudo sítio. Lá [no Capão] morávamos nós todos perto um do outro. Morava Maneco Severino, que era pai do Oscalino, morava Brasilino com a mulher, morava Antenor, morávamos nós que éramos casados. Ficamos todos no Capão. Depois que morreu o pai deles, aí todos se espalharam.*

*P: E como era no Capão?*

*M: Era um terreno só onde eram todas as casas do familiares. Tinha a casa do meu marido, tinha a casa do Maneco Severino, Tinha a casa do Antenor, do Brasilino, tudo assim igual.*

*(Mercedes, nora de João Nazário)*

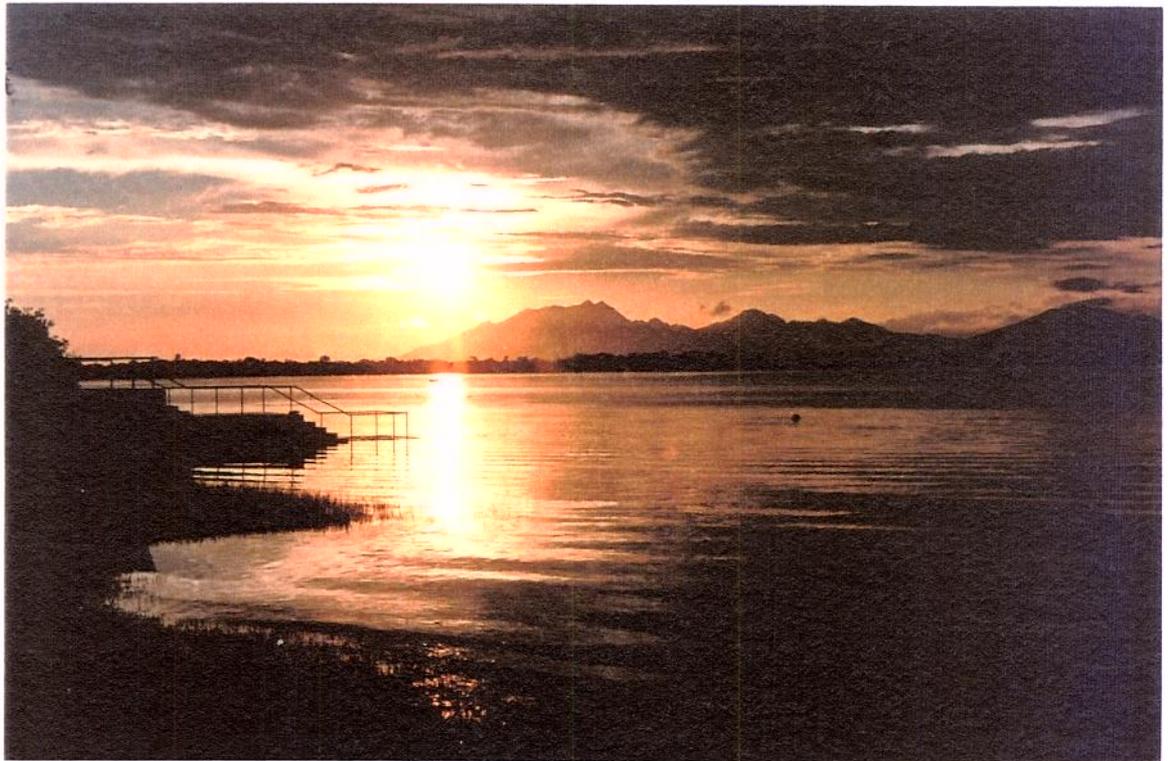
As terras do sítio de João Nazário foram, como veremos em capítulo adiante, griladas pela companhia Melhoramentos de Cananéia. Depois da emancipação da ilha, foram desapropriadas pela prefeitura e cedidas ao projeto papagaio da cara roxa, atualmente desativado por falta de verba.

Dona Pedrina, hoje com pouco mais de 70 anos, lembra das famílias que existiam entre Capão e Pedrinhas na época de sua meninice:

No Capão: João Nazário; pais de Perpétua; Isabel, irmã de João Nazário; das proximidades do cemitério (situado entre o antigo Capão e Pedrinhas) em diante: Júlio Soares, falecido solteiro; Joaquim Filete Soares, irmão de Júlio Soares; Maria, viúva de Vitorino; Eduardo Lisboa.



A capela de Pedrinhas



Pôr do sol visto em Pedrinhas

CAPÃO			PEDRINHAS			
João Nazário Lisboa	Pais de Perpétua Teixeira (esposa a de João Nazário	Isabel (irmã de João Nazário	Júlio Soares	Joaquim Soares	Maria (viúva de Vitorino Lisboa)	Eduardo Lisboa

O quadro acima mostra, portanto, as casas que existiam em Pedrinhas e no Capão por volta das décadas de 1920, 1930.

Os filhos de João Nazário e Perpétua, quando casaram, continuaram morando no sítio dos pais, menos Pedrina, casada com Paulo, que foi morar em terras da família do marido, neto tanto de Vitorino quanto de Eduardo Lisboa.

Dois dos filhos de Eduardo, Maneco e Rosa continuaram em terras do pai depois de casados; as outras duas filhas foram morar em terras de seus respectivos maridos, uma em Ubatuba, na ilha Comprida e outra no continente em frente a Pedrinhas.

Já os filhos de Vitorino e Maria não eram nascidos em Pedrinhas, mas na ilha da Marca. Ainda hoje muitos descendentes do casal têm terras no bairro.

O quadro mostra que entre as terras de todos os Lisboa havia as terras dos Soares. Contudo, apenas uma moça dessa família permanece hoje no bairro. A maioria das terras dos Soares foi vendida ou para turistas ou para caiçaras do bairro que perderam ou venderam suas terras.

### 3.4. JURUVAUVA

As poucas famílias que estão em Juruvaúva hoje são descendentes do casal Adelaide e Ilísio Tambor:

Adelaide = Ilísio

filhos: Antônia

João

Ângelo

Esmeralda

Antenor

Maria

Antônio

Vejamos um pouco do que d. Adelaide, Antônia e Sebastião, que foi genro de d. Adelaide, nos contam a respeito do lugar.

*Antonia: Aquele terreno ali [Juruvaúva], aquilo era do nosso tataravô, do tempo que descobriram Cananéia, do tempo do Martim Afonso*

*Adelaide: Já era do pai do meu sogro. Ih, o pai do meu marido, o avô, o sítio já era deles. É muito antigo aquele terreno. Era Pacífico Tambor o pai dele.*

*P: Pai de quem?*

*Ad: O pai do meu sogro. Meu sogro chamava Agostinho.*

*An: O pai do meu avô.*

*(...)*

*P: Os seus pais também eram nascidos em Juruvaúva?*

*Ad: Não, no Vamiranga. Depois é que nós fomos para a barra do Subaúma. Aí eu casei e vim para cá com o meu marido. Os meus filhos são todos daí [de Juruvaúva].*

*(Adelaide e Antonia, mãe e filha)*

*Sebastião: Lá tinha três casas em Juruvaúva.*

*P: Todas do pessoal da família da sua esposa?*

*S: É, da família [Tambor]. Tinha a da velha [Adelaide], tinha a do filho que era casado e daí foi indo. A família foi crescendo. Foram casando e construindo suas casinhas, mas ali mesmo.*

*(Sebastião, morador de Juruvaúva, era casado com uma filha de d. Adelaide)*

Como no caso de Pedrinhas, também é invocada uma ancestralidade da ocupação que remonta aos primeiros tempos da colonização, ao tempo de Martim Afonso. A família de dona Adelaide era do Vamiranga. Ela foi morar em Juruvaúva quando se casou com Ilísio Tambor, cujo avô, Pacífico Tambor, já era dono do sítio. Partindo desse antepassado, nascido no século passado, os descendentes recuam no tempo formando uma memória mítica, associada à época do "descobrimento" do Brasil, que reivindica uma história da família no lugar que há muito tempo começou a ser traçada.

### **3.5. Ubatuba**

Embora não haja em Ubatuba um mito de fundação como em Pedrinhas, há estreitas ligações de parentesco entre os dois bairros. Lembremos que Eduardo Lisboa, antes de se assentar definitivamente em Pedrinhas, morou em Ubatuba. Uma das filhas de Eduardo, Maria Francisca, se casou com Lindolfo Felizardo de Lima, nascido nesse bairro.



Dona Julia em sua casa (Ubatuba)



O porto da casa de dona Julia

Hoje moram lá apenas três famílias: dona Julia com dois filhos; Paulo e a esposa Zenaide; e o casal Marli e Aroldo com os filhos.

Dona Julia se lembra apenas do nome do Avô paterno, José Juca Felizardo:

José Juca Felizardo = (nome desconhecido)

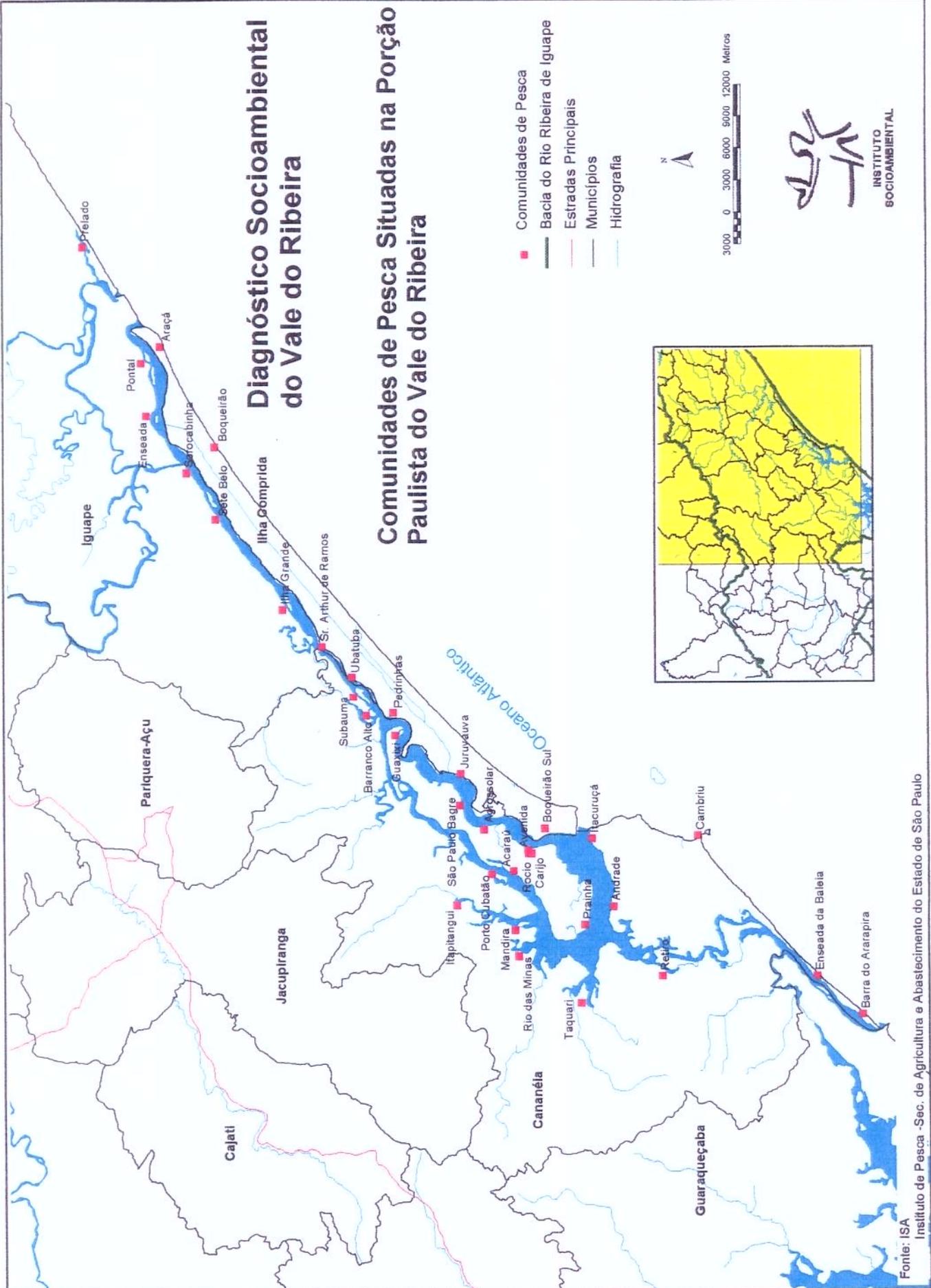
filhos: Geraldo Felizardo

Lindolfo Felizardo

Maria Felizardo

Floriana Felizardo

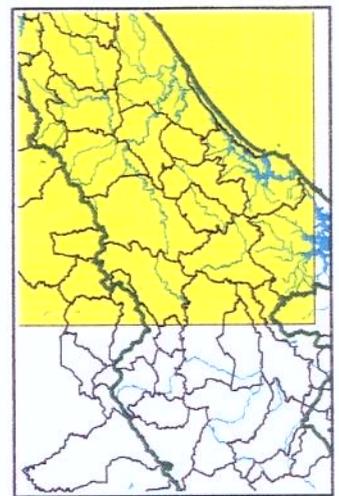
A maioria das famílias de Ubatuba se mudou ou por pressão de grileiros ou em busca de trabalho com a pesca, principalmente no bairro do Rocio, em Iguape.



# Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

## Comunidades de Pesca Situadas na Porção Paulista do Vale do Ribeira

- Comunidades de Pesca
- Bacia do Rio Ribeira de Iguape
- Estradas Principais
- Municípios
- Hidrografia





## Capítulo 4. A VIDA E O TRABALHO ANTIGAMENTE

### 4.1. Introdução

Vimos que o modo de vida caiçara vem sendo construído há quase cinco séculos. Porém, as práticas necessárias à manutenção desse modo de vida não formam apenas uma combinação de formas que vêm sendo reproduzidas continuamente através do tempo. Ao lado de práticas desenvolvidas, ou melhor, reconstruídas, logo no início da colonização a partir de representações, técnicas, e conhecimentos tanto de indígenas quanto de portugueses, como a agricultura, a pesca e a fabricação de farinha de mandioca e a religiosidade católica, coexistem um conjunto de práticas econômicas cíclicas que duram conforme as exigências da política econômica mais ampla. Segundo Mourão, *a contribuição da história permite-nos descortinar um processo de aproveitamento das áreas litorâneas, consustanciado em ciclos econômicos de duração e resultados variáveis* (1971: 16; grifos meus). Por exemplo, ao longo do período de tempo vivido pelas pessoas entrevistadas, surgiram e desapareceram atividades como a extração de madeira para lenha, de taboa para a fabricação de esteiras, de palmito, e de casqueiros (categoria local para sambaqui) para a extração de cal<sup>35</sup>.

Quando falo *vida antigamente*, refiro-me tanto às técnicas e modos seculares quanto às práticas mais ou menos passageiras que estiveram ao sabor da economia mais ampla. Porém, é importante ressaltar que esses modos e técnicas antigas pertencem também ao presente e são mais do que reminiscências do passado. Mesmo num lugar como a ilha Comprida, onde são poucos aqueles que ainda trabalham na lavoura e fazem farinha. Também falo de representações de tempo e de espaço difíceis de serem situadas estritamente no passado, que estão presentes nos dias de hoje, porém de várias formas, dependendo do contexto da micro história de cada grupo e mesmo das histórias particulares de famílias e de indivíduos.

### 4.2. O trabalho

---

<sup>35</sup> Embora as pessoas que entrevistei não façam menção à extração de cal, essa atividade é mencionada por

Vejam algumas versões locais a respeito do trabalho:

Leonel - A época era de muita miséria. Tinha peixe, tinha tudo, mas todo mundo tinha a mesma coisa. Normalmente ninguém tinha o que comer. Nosso pai não tinha nada para oferecer para a gente. A gente trabalhava junto, plantava roça. Na época que tinha aquela taboa, a gente usava muito para fazer esteira, que era estiva de navio para o porto de Santos. Então fazia aquela esteira, cortava palmito, lenha, isso para trocar com mercadoria. Ninguém conseguia comprar 5 kg de arroz, de feijão nessa época. Nossos pais não tinham dinheiro. Trocava. Banha, comprava 100 g de banha; arroz, falava meia libra, 50 g, não é igual a hoje que ninguém compra menos de 5 kg. O peixe, o pescado, a gente pescava no mar. Atravessava esse caminho [até o mar aberto] que era uma picada, por cima de pinguela e fazia o carroto. O pai ia no remo até Cananéia ou Iguape [pelo Mar Pequeno].

O trabalho na roça, fazia todo mundo junto. Nessa época era assim, ninguém pagava ninguém. Todo mundo aqui plantava. A gente ia desmatar o mato para plantar a roça, para plantar mandioca, então fazia mutirão. Convidava o pessoal. Um ajudava o outro. Hoje ia plantar a roça de uma pessoa, amanhã ia ajudar o outro. O povo vivia dessa forma. Os homens iam cavar a roça, e as mulheres iam plantar rama, o feijão, o arroz. Um pouco, só para o uso.

(...)

Na roça, plantava abóbora, batata, cará, cana. O pessoal usava muito cana, tomava como café. Não podia comprar açúcar, então fervia a garapa para não usar o açúcar. O pessoal antigo plantava café, tinha muito café. Era secado no sol e depois torrava, socava no pilão. Arroz também. O pessoal plantava arroz e também era secado no sol e socado no pilão, abanava com a peneira.

(...)

Mandioca, usava plantar muito no mês de setembro. Feijão, tinha uma [...] de ser duas vezes por ano. Mês de setembro, quando plantava roça [de mandioca], plantava o feijão junto. Depois arrancava o feijão e ficava a mandioca. Na quaresma é bom para plantar feijão, e o pessoal usava muito.

P: E qual é o horário de trabalho?

L: Usava muito andar cedo. Ia até agüentar. O povo trabalhava muito nessa época.

P: Levava comida para a roça...

L: Levava nada, não tinha o que comer. Tomava café, ia direto.

(...)

O pessoal pegava várias caças. Pegava capivara, tatu, paca, quati. A gente usava espingarda. Usava armadilha também. Só que não era comercializado, era só para comer. Pegava muito sabiá. Dava aquela corrida de sabiá no mês de maio, junho. Nós pegávamos quantos queríamos. Vendia em Iguape, era muito procurado porque é muito gostoso. Corria tanto sabiá quando caía a neblina aqui, que ele batia nas paredes e morria. No caminho pegava demais.

(...)

P: E a pesca, como era?

L: Antigamente a gente usava o cerco. Usa muito prá lá [no mar Pequeno em direção a Cananéia e à ilha do Cardoso], nós não usamos mais. Aqui compensava porque tinha as [...] do Vale do Ribeira aí, então a água era doce. Também pescava o peixe de anzol. Espinhel, usava muito espinhel. Espinhel é uma corda, usava mais ou menos vinte anzóis. Pescava [...], robalão, pegava só peixe grande.

P: E a pesca da tainha?

L: Tainha, aqui a gente pescava tanto no rio [mar Pequeno], mas a maior parte

de pescaria é lá na praia. Naquela época criava muito peixe na Lagoa dos Patos<sup>36</sup>, de lá o peixe vinha para cá. Matava quantos queria. Só que o problema era trazer ele. Tinha dia que trazia nas costas dois, três carretos. Mulher, os filhos, todo mundo ia carregar. Para chegar na praia, eram umas duas horas de viagem. Não tinha a estrada, era trilha e por cima de pinguela, calçado o brejo tudo com pau. Tinha lugar que o pessoal ia trazendo pedaços de madeira da praia e andando por cima, segurando com uma vara. Se caísse por cima de um pau daqueles [...]. Era a vida naquela época.

(...)

Eu participei da abertura dessa estrada [que liga Pedrinhas ao mar aberto]. Tem aquele tubo lá perto da praia [sob a estrada, por onde escoa água de mangue], antes da curva, ali nós andávamos mais ou menos uns cem metros por cima de pinguela. Quando dava enchente, nós chegamos a ir para lá de canoa.

(...).

Quando era para o dono da roça plantar, [...] no outro dia estava todo mundo lá. Era legal esse trabalho. Não tinha interesse de dinheiro, de ganância igual tem hoje.

(Leonel, morador de Pedrinhas).

Nezinho- Naquela época a gente sobrevivia da pesca e sobrava tempo para plantar a roça da mandioca e do arroz. A gente fazia um mutirão de roçado. Todos os homens de dia vão trabalhar, o dono da casa dava o café da manhã, o almoço era carne seca com feijão e à noite era novamente janta e depois o baile, o fandango. Quando não tinha o mutirão, era auxílio, a comunidade uma ajudava a outra, juntava 10, 15, 20, 30 homens roçava para um hoje, para outro amanhã, depois partíamos para a colheita e se fazia o mutirão para a colheita do arroz, ou auxílio da colheita do arroz.

ISA- A diferença do mutirão para o auxílio é que o mutirão tem o fandango?

N- É, o auxílio vai retribuir com o trabalho, no mutirão o pagamento é o baile da noite. Os homens iam cavando a terra e as mulheres iam plantando a rama. Era uma maravilha.

(Nezinho, morador de Pedrinhas, em entrevista para o Instituto Socioambiental em junho de 1997)

Antenor - Deixava [o terreno] limpinho, depois cavava com a enxada.

P: Na hora de cavar tinha mutirão?

A: Auxílio, mutirão. Pedia para cinco, seis, sete ajudar na minha roça. Imagine que hoje é o dia da minha roça para cavar e plantar. Amanhã ia na roça do outro.

P: Ai chama auxílio?

A: É, auxílio. (...) No mutirão tinha fandango, comida, pinga, bebida. O mutirão é sábado. De manhã tomava café por conta do mutirão. Onze e meia, meio dia almoçava, tudo por conta do dono da roça. De noite jantava, tomava banho, trocava a roupa e entrava no baile.

P: O mutirão era só aos sábados?

A: Só aos sábados. O mutirão juntava muita gente, trinta pessoas, cinquenta, sessenta.

P: Então eram grandes as roças que faziam?

A: Eram.

P: E era só mandioca que plantava?

A: Mandioca, feijão, melancia, milho. Fazia muito mutirão lá no Ubatuba.

P: O pessoal daqui saía para fazer mutirão lá no Ubatuba também?

A: Já eram os moradores de lá mesmo que faziam as roças e mutirão. Tinha um

<sup>36</sup> Referência à Lagoa dos Patos em Santa Catarina. Durante os meses de inverno a tainha migra do litoral sul do país em direção ao litoral da região sudeste para desovar.

tal de Antônio Custódio que fazia muito mutirão, o Alcides. A roça era do cumbro [barranco da praia] para dentro.

P: Então a beira de praia é boa para plantar mandioca?

A: Aipim na praia dá bastante. Jogava feijão, semente de melancia onde cavava, nascia tudo.

(...)

P: Mas tinha que comprar sal, pano...

A: Comprava essas coisas.

P: E como arrumava dinheiro para comprar?

A: Pesca. Eu matei muito peixe. Matava o peixe, salgava, secava no sol, ia vender em Iguape e Cananéia. Mas pagavam pouco.

P: Tinha mais coisa que vendia além do peixe?

A: Camarão, pegava vinte, trinta quilos. Mamãe de manhã fervia com sal, punha no sol, secava e a gente levava para vender. Depois disso aí surgiu o pin<sup>37</sup>, que fazia esteira. Cortava aquilo, secava no sol, ia no mato e pegava um linho [fibra de tucum<sup>38</sup>] e tecia a esteira para vender. Aquilo ia para Santos para ser estiva de navio.

P: Como é que vendia as esteiras?

A: Vinham comprar em casa.

P: E o pessoal vendia para o seu Eduardo também?

A: É, para o Eduardo, para o filho dele, Maneco.

P: Vendia lenha também?

A: O avô do Nezinho comprava muita lenha.

P: Essa lenha ia para onde?

A: Essa lenha, era o navio da companhia de Iguape, Companhia Fluvial Sul Paulista que fazia a linha Cananéia, Ariri e queimava lenha. Era a vapor, todo caldeira. E tinha [...] em Iguape que queimava lenha, beneficiamento de arroz.

P: Usava lenha para beneficiar o arroz?

A: Usava. Máquina à caldeira, vapor. (...) Barcos, tinha o Vicente de Carvalho, tinha o Cândido; a roda dele era para trás. Tinha o Cruzeiro, casco de ferro grande.

(...)

A: Eu vendia camarão e pescava por minha conta. Aí tinha o pai do Nezinho que tinha um barco [...] comprava peixe.

P: O seu Maneco comprava peixe também?

A: É, nós pescávamos com espinhel e vendíamos para ele.

P: Pegava muito peixe com espinhel?

A: Ih! Bagre, enjoava! Matava para salgar.

P: Salgava e vendia?

A: Mamãe salgava para vender.

P: Ainda tem gente que salga peixe por aqui?

A: Tem. O Paulo do Ubatuba que salga. Lá no Guacici [no continente] tem o pai da Gracinha, o Augusto.

(...)

P: E caça, tinha bastante antigamente?

A: Caça? Matamos muita caça! Tatu, quati, tateto.

Iolanda: Plantava a roça, o tateto acabava com a roça.

A: Tinha também tamanduá.

<sup>37</sup> piri [Do tupi pi'ri, 'junco'] espécie de junco da família das ciperáceas (*Runchospora cephalotes*), que cresce nos terrenos pantanosos e do qual se fazem esteiras (Dicionário Aurélio, 1986).

<sup>38</sup> tucum. [Do tupi tu'ku]. Palmeira (*Bactris setosa*) de cujas grandes folhas se extrai uma fibra forte e útil, e cujas nozes têm sementes que fornecem 30 a 50% de um óleo alimentício. Atinge uns 10 a 12 m de altura. (Dicionário Aurélio, 1986).

P: Tem a época certa de caçar?

A: Tem mês que a caça está criando. De dezembro a janeiro. Aí dá dó de matar. Dá dó e fica magra a caça, é só couro. Agora, mês de maio, junho, tem toicinho igual de porco. A banha dele dá para [cozinhar] o feijão, o arroz.

P: A caça aqui acabou?

A: Tem muito pouca caça. Tinha muita de primeiro. Era capivara, lá no rio a gente via todos os dias.

P: Ela ataca roça como o tateto?

A: Ataca cana, feijão, mandioca, não deixa nada.

P: Será que a caça começou a sumir depois que o pessoal parou de fazer roça?

P: Depois que a turma caçou muito.

P: A turma daqui?

A: Não, de fora.

P: Vinha muita gente de fora caçar?

A: Vinha. Lá de Iguape vinha gente caçar capivara nesse rio, o Canapuí.

P: Então o pessoal de fora acabou com a caça aqui?

A: Acabou. Tatu era o que mais tinha.

(Antenor e a esposa Iolanda, moradores de Pedrinhas)

Jaime: Era tudo diferente. Era tudo mato. Nosso pai era pobre. Era muita pobreza. Eu já estou com 70 anos. Era tudo cafezal, daqui para baixo, cafezal. Quase que não comprava açúcar. Era plantado cana para moer para fazer aquele café com açúcar. Naquela época, o peixe tinha de monte, só que não tinha comércio para peixe. Matar o peixe para quê? Nós nascemos naquela dificuldade. Quem é que tinha uma casinha para morar? Ninguém! Conhece casa de palha?

P: Telhado de palha, as casas de madeira?

J: É, tudo de madeira. E não plantava, não tinha [...].

P: Quem que não plantava?

J: O nosso pai porque era fraco, fazia sozinho. Plantava pouquinho, não dava para nada. Ele não tinha dinheiro para comprar, o pior era isso! Nós dormíamos no chão, no barro puro. Aí fomos crescendo, fomos aumentando a coisa. A dificuldade foi muito grande.

(...)

Eu comecei a trabalhar em roça. (...) Os [filhos] mais velhos já começavam a ajudar. Todo mundo ia para a roça, não ficava ninguém, todo mundo trabalhava.

P: E o que é que plantava?

J: Só mandioca para fazer farinha, um pouco de batata doce, um pouco de cará, um pouco de abóbora, dava tudo. Dava que sobrava.

P: Aqui na Ilha Comprida tinha bastante agricultura?

J: Tinha mato. Só eles para plantar, não morava ninguém aqui.

(...)

P: O senhor conheceu o seu avô [Eduardo]?

J: Eu trabalhava para ele pequenininho, com 5 anos, 6 anos. Trabalhava sem ele mandar fazer as coisas para ganhar bala.

P: E o que o senhor fazia?

J: Esteira era um produto que faziam aqui para fazer estiva de navio que ia para Santos. O que o povo fazia era aquilo.

P: Era de que material?

J: Tem um tal de piri que dá na lama. Cortava, secava, fazia esteira, enfardava para mandar para Santos. Meu avô comprava tudo, mandava enfardar aqueles pacotes certinhos. Vinha o barco da Santense, carregava e levava para Santos. Agora não existe mais nada disso aí.

P: Vendia a mercadoria a dinheiro?

J: Era dinheiro mesmo. Mercadoria comprava já em Iguape.

P: Lenha também tirava?

J: Também. A capitania teve que tomar parte do mangue senão acabava com o mangue. Era barco de carreira a vapor, não tinha esse negócio de motor.

P: A lenha era para os barcos que subiam e desciam o rio Ribeira de Iguape?

J: Era para os barcos a vapor. Tocava fogo na caldeira para fazer vapor. Funcionavam no rio Ribeira e aqui [no Mar Pequeno], lá até Registro.

(...)

J: Por esse lado [Registro], era só banana e arroz. Aqui funcionava só pesca. Tinha uns que plantavam um negociinho de arroz, feijão só para se alimentar.

P: E o café que plantavam aqui?

J: Era para comer só. Só para o uso.

P: Então os produtos que seu avô comprava para mandar para fora eram mais a lenha e a esteira?

J: É, só isso.

(...)

A pesca tinha época certa. Nós pegávamos o peixe e colocávamos para secar, charque que chama.

P: Aí vendia para fora?

J: Aí vendia.

P: Passava para a venda do seu avô e ele vendia?

J: Não, nós vendíamos para os barcos à caldeira que compravam para levar para Iguape. Vendia direto para eles. Não era quantidade, pouca coisa. (Jaime, morador de Pedrinhas)

Pedrina: Antigamente aqui era muito difícil. A gente plantava a lavoura, tinha uma criaçãozinha também. Para ganhar mesmo o pão era difícil. A gente tinha que cortar lenha nos matos, tirar lenha, tinha aquelas lenhas grandes e outras pequenas, fazia aqueles feixinhos. Muito que eu carreguei na minha cabeça. Arrumava no porto, tudo amontoado para depois [...] de madrugada, então meu pai [João Nazário] alugava uma canoa grande que era do avô [Eduardo Lisboa] do meu marido, nós embarcávamos a lenha até lá em Iguape. Eu era camarada do meu pai, ia vender lá em Iguape. [...] Tinha um homem chamado João Vieira, ele tinha uma padaria e então comprava a lenha. [...] A gente chegava de volta quatro horas, cinco horas da tarde, saía de madrugada, duas horas da madrugada. Eu lutei muito na minha vida.

P: E tinha os navios a vapor também...

Pedrina: Tinha, a vapor todo carregado de lenha. Vicente de Carvalho era o nome do barco. Tinha o avô do meu marido que comprava lenha aqui no porto.

P: Como era o nome do avô do seu marido?

Pedrina: Era Eduardo Lisboa, o meu marido era Paulo Sezenando Lisboa, neto do Eduardo Lisboa.

P: Além da lenha, o que mais fazia?

Pedrina: Tinha que pegar a canoa e cortar aquela taboa chamada piri. Agora nem quase tem porque a água salgada matou tudo. A gente ia longe, saía de madrugada daqui. [...] Secava e fazia esteira para vender.

(...)

Só o velho Eduardo que tinha casa boa, tinha uma casa grande com um salão muito grande, faziam baile.

P: Como eram os bailes?

Pe: Eram bailes de viola, antigamente era de viola, sanfona, baile caipira mesmo, rabeca... (...) Tinha [mutirão] para fazer roça, nós fizemos muito mutirão. Fazia uma roça bem grande e convidava todo mundo para ajudar. Homens, mulheres, todos vinham ajudar, e de tarde dava o baile; dava janta, dava o almoço, e davam o baile. Dançavam a noite toda. [...] Antigamente o forró era uma coisa de respeito, não é como agora.

P: Eu soube que as moças não podiam sair do salão.

Pe: Não! Agora... Naquele tempo era coisa de respeito, um respeitava o outro.

(Pedrina, moradora de Pedrinhas)

Julia: *O trabalho da gente era fazer esteira de piri para vender, vendia lá em Pedrinhas no bar do Maneco Lisboa, o seu Eduardo também comprava, ia lá para Paranaguá. Plantava rama<sup>39</sup> para fazer farinha, feijão, arroz, agora a gente não faz mais. Tirava lenha para vender, tinha que levar para a cidade [Iguape] na canoa grande; a gente trabalhava com o machado no mato, cortar o pau [lenha], partir para fazer feixinhos para vender.*

P: *As canoas eram feitas pelo pessoal daqui?*

J: *Era, faziam de timbuva, canela, guanandi. De caxeta faziam gamela, [...], meu pai fazia viola.*

(...)

*Era baile de viola, rabeca, todo mundo dançava, principalmente quando era romaria de bandeira [do divino espírito santo]. Eles chegavam nas casas para tocar, depois do encerramento da bandeira fazia o baile.*

(...)

P: *Como era esse negócio de mutirão?*

J: *Convidava bastante gente para cavar a roça, e tinha as mulheres para plantar a rama. Era divertido, quando era de noite, era o baile. Tinha comida, carne seca com feijão, cuscuz.*

P: *O dono da roça dava almoço?*

J: *Dava, ia em casa almoçar, de tarde tinha café e, de noite, janta. Daí era o baile, e de madrugada tinha café para todos.*

(Júlia, moradora de Ubatuba)

Oscalino: *Quando eu era criança, o serviço que meu pai praticava era fazer esteira de piri. Tinha que pegar uma canoinha aqui, canoa a remo, e ir lá perto do Subaúma. Andava 2 horas de canoa para cortar piri para trazer. Depois colocava no sol para secar para aí fazer a esteira. Também cortava samambaia, e hoje é proibido ficar cortando samambaia por aí. Meu pai também pescava. Depois ele se aposentou, já estava com filhos criados. Fazia roça também, só que a roça era mais para nos manter, não era para vender. Era para comer um pouco de farinha, o pessoal antigamente usava comer bastante.*

(Oscalino, morador de Pedrinhas)

Sebastião: *Era a pescaria de canoa a remo no mar de Dentro, de tarrafa, de rede. Plantava também. E assim a pessoa ia vivendo. O peixe vendia lá no entreposto. Pegava gelo no entreposto e guardava na geladeira. Depois ia levando [o peixe].*

P: *Não tinha energia elétrica...*

S: *Lá [em Juruvaúva] até hoje não tem.*

P: *Pescava também no mar de fora?*

S: *Com a redinha de pescar tainha, o lanço. (...) A gente roçava o mato, derrubava, queimava e plantava mandioca, feijão, melancia. Antigamente era muito bom.*

(Sebastião, morador de Juruvaúva)

Adelaide: *Era roça, pescaria. Meu marido pescava de rede, de canoa, plantava roça. Fazia farinha, plantava no lado da praia. Depois que casamos, aí nós íamos na praia trabalhar. Ele era tão bom para mim. (...) Tinha batata doce, cana...*

P: *Arroz e feijão também?*

A: *Não, naquele tempo não plantava porque tinha muito tatu, paca que comia a*

<sup>39</sup> Rama: categoria dessa área do litoral sul paulista para designar a mandioca.

*plantação da gente. Tinha fartura, farinha era barata. O arroz e o feijão, nós comprávamos. Tinha moranga, melancia dava bastante. Meu marido, quando morreu, deixou uma roça de mandioca já plantada e outra para plantar. Atacou da hérnia. Ele não operou quando era novo, depois quando foi supurado [...]. Ele foi novo.*

(Adeleide, ex moradora de Juruvaúva)

*Elza: O trabalho aqui era só pescaria, pescavam, vendiam, mas era a maior dificuldade, só por Deus me ajudar que eu criei meus filhos, fome não passaram, mas roupas, essas coisas era tão difícil. Mesmo assim a gente vivia, plantava roça, fazia farinha. Fazia uma rocinha de arroz só para o consumo. Para lá [no lado da praia] dá melhor, mas era mais difícil de atravessar para lá. Os mais antigos, antes de mim, plantavam para lá também. Minha sogra plantava prá lá, mas eram quatro quilômetros e meio para eles estarem andando pelo meio do mato, era muita dificuldade, quase duas horas, era bem alagado. Eles jogavam por baixo do mato aquele monte de pauzinhos para a gente pisar e ir se escorando em outro para poder atravessar para o lado da praia, era muito ruim. O peixe salgava para vender, às vezes tinha gelo. O que eu salguei de peixe para vender, meu Deus! Eles ensacavam o peixe, embarcavam na canoa a remo de madrugada, quatro horas saíam daqui para ir em Cananéia vender. Compravam o que precisava, e vinham, chegavam quatro cinco horas da tarde aqui. Era difícil, tudo mais difícil.*

(Elza, moradora de Juruvaúva)

*Paulo: Antigamente não existia dinheiro mas tinha fartura.*

*Zenaide: Eles faziam farinha, carvão, lenha e trocavam por comida. Iam em Iguape ou Cananéia.*

*Paulo: Tinha os comerciantes grandes lá em Iguape que eles levavam o carvão, a lenha, a farinha. Levavam e o pessoal trocava por mantimento. Depois de quinze dias voltava lá, usava essa canoa de um pau só que eu estava falando. Quando o tempo estava bom, com a maré a favor, saíam daqui onze hora, meia noite. Aí subiam lá, o cara fazia negócio com ele, descarregavam os produtos deles, faziam a compra, embarcavam.*

*P: O que compravam naquela época?*

*Paulo: Naquela época eles compravam mais óleo, açúcar, sal, que era o que mais eles precisavam. (...) Nós trabalhávamos com isso, fazíamos muita farinha, mas depois começou a ter esse tipo de problema e paramos.*

(Paulo e a esposa, Zenaide, moradores de Ubatuba)

Diversos autores<sup>40</sup> concordam que, pelo menos até o início do século XX, a população, seja do litoral sul paulista, seja da região mais ampla do litoral sudeste brasileiro, tinha na agricultura a principal atividade, combinada com o extrativismo e a pesca artesanal.

Em meados do século XIX, época em que foram feitos os registros paroquiais de terras, estávamos em pleno auge do internacionalmente famoso arroz de Iguape, baseado na mão-de-obra escrava e dirigido à exportação. É possível que nessa época a população da ilha, tal como os caipiras do Vale do Ribeira, estivesse também produzindo

<sup>40</sup> Petrone, 1966: 221; Mussolini, 1966: 30 e 1979: 224; Mourão, 1971: 29.

excedentes<sup>41</sup> de arroz para o mercado. A respeito da cultura do arroz no Vale do Ribeira, Petrone escreve:

(...) a cultura do arroz constituía o meio mais comum de utilização do solo. Participando tanto das lavouras de subsistência, quanto das comerciais, constituía o traço característico da agricultura regional, secundada pelas culturas de mandioca e cana (1966: 95; grifos meus).

No início deste século, assistimos ao declínio do ciclo do arroz. Nesse período, o assoreamento das barras de Icapara e do Ribeira, respectivamente ao sul e ao norte de Iguape, provocado pela abertura do Valo Grande<sup>42</sup> dificultou a entrada dos barcos que buscavam as cargas de arroz nos portos de Iguape e Cananéia. Juntamente com a decadência do ciclo do arroz, a quase total ausência de estradas contribuiu para um isolamento geográfico, econômico e social de região, que voltou-se para a pequena produção de excedentes, destinada sobretudo ao consumo doméstico. Conforme José Roberto Zan,

com a decadência da agricultura comercial, o Vale mergulhou num período de estagnação econômica que se estendeu pelas décadas de 10, 20 e 30 do século atual. (...) O não empenho dos poderes públicos, no sentido de reaparelhar o sistema de transportes da Baixada, acabou por inviabilizar a agricultura comercial. Conseqüentemente, a maior parte da população refluíu para a economia de subsistência" (Zan, 1986: 26; 29).

Vemos em Mourão que as trocas monetárias foram introduzidas na região somente após 1910, quando um contingente de lavradores passou a dedicar-se também à pesca em níveis de subsistência:

A passagem à pesca registra-se no decorrer de 1910, quando barcos procedentes de Santos, as "Briosas", adentram o pôrto de Cananéia, para propor compra do pescado. A pesca então era uma atividade meramente supletiva, destinada à complementação da dieta. A única exceção era a pesca da tainha: no tempo frio, durante um período de um mês e meio, parte da população local capturava esse peixe utilizando cercos de pesca feitos de taquara e redes (1971: 25 e 30).

Até então os lavradores da região trocavam excedentes da produção agrícola e produtos do extrativismo por bens de consumo que não eram produzidos no sítio, com

<sup>41</sup> Sobre excedente, diz Martins: *Não se trata de que o agricultor assegure para si e para sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria ser produzido para troca ou comércio* (1997: 190; grifos do autor).

<sup>42</sup> No século XIX, a produção agrícola procedente de várias cidades que margeavam o rio Ribeira de Iguape e alguns de seus afluentes eram desembarcadas no porto da Ribeira e transportadas por terra até o porto de Iguape. O Valo Grande foi aberto para que as canoas e barcos pudessem chegar diretamente ao porto de Iguape, eliminando o trecho por terra.

comerciantes de Iguape e Cananéia. Mourão observa que durante o tempo do frio a tainha era escalada e seca, e trocada nos armazéns juntamente com o produto da lavoura (idem: 30).

Contudo, conversas com caiçaras das ilha Comprida e do Cardoso revelam que em muitos lugares as trocas *in natura* persistiram ainda muito tempo depois de 1910. Vemos Leonel, que hoje tem filhos jovens e adolescentes, dizer que os pais não tinham dinheiro, trocavam lenha e as esteiras de piri por mercadorias. Também na ilha do Cardoso, seu Antonio das Neves contou que costumavam levar arroz para trocar com mercadorias na cidade.

Diegues classifica a pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil em dois subtipos: a) a produção familiar dos pescadores-lavradores; b) a pequena produção dos pescadores artesanais (1983: 148). O primeiro tipo tem a pesca inscrita em atividades predominantemente agrícolas, embora a pesca constitua a principal fonte de aquisição monetária:

O calendário complexo de atividades econômicas, apesar de diversificado, tem a predominância agrícola, mesmo ao nível mais global da cooperação no trabalho (mutirão). Todo o mundo de valores (ideologia) é marcado por atividades do trato da terra (mesmo sendo a agricultura itinerante) (idem: 152).

Quanto ao segundo tipo, a agricultura deixou de ser a atividade principal e o grupo doméstico já não constitui mais a base das unidades de produção e cooperação. O pescador artesanal passa a dispor de meios de produção tecnologicamente mais avançado: embarcação motorizada, redes de náilon, novos processos de conservação e transporte do pescado, etc., e a pesca torna-se o seu principal ou único meio de vida (idem: 152, 153). O autor nos dá a seguinte definição:

(...) o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* ao intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão), são elementos que ainda caracterizam a pequena produção mercantil (idem: 155).

Quando perguntados sobre "o trabalho antigamente", ou seja, na época em que eram jovens ou crianças, as pessoas mais velhas, e mesmo aqueles ainda na faixa dos quarenta anos, falam muito mais intensamente do trabalho na roça. As pessoas em fila indiana seguindo pela estreita e difícil trilha em direção ao mar aberto, carregando as enxadas, passando por cima do mangue, as varas que enfiavam na lama para se apoiarem quando atravessavam as pinguelas, o medo de cair por cima dos paus. Os

homens cavando a terra queimada, as mulheres plantando as ramas, muitas vezes entremeadas com sementes de feijão e melancia, as crianças ajudando. O retorno à casa no final do dia, o banho e a troca de roupa, a janta com feijão, carne seca e farinha, o baile. Essas imagens, seguidas pela lembrança do trabalho com as esteiras de piri e a lenha, são muito mais descritas e comentadas do que o trabalho na pesca. Esta última, contudo, aparece em primeiro lugar quando se fala em meio de obter dinheiro. Mesmo quem diz "a gente vivia da pesca", dá a entender que, nesse caso, "viver da pesca" significa ganhar algum dinheiro com a pesca, que conforme conta Jaime, *não era quantidade, era pouca coisa*.

Nezinho contou que era vergonha um homem ficar em casa quando tinha mutirão; e que na roça os homens, que faziam o trabalho mais pesado de cavar (*era difícil, principalmente quando a gente encontrava toco de árvore, aí era Oduro de tirar*), aceleravam quando estavam sendo alcançados pelas mulheres, que vinham atrás plantando as ramas. Era vergonha ser alcançado pelas mulheres. Esta narrativa nos revela que a ética do trabalho estava muito mais representada pelas imagens das práticas agrícolas.

Contudo, a farinha de mandioca é o único produto agrícola a figurar, nas falas das pessoas de ilha Comprida, entre aqueles que eram ou trocados por mercadorias consumidas no sítio ou vendidos para a obtenção dessas mercadorias. As principais fontes de obtenção de dinheiro ou de mercadorias eram o peixe salgado, vendido em Iguape e Cananéia; a lenha para os barcos a vapor, para as usinas de beneficiamento de arroz, e para a padaria de Iguape; e as esteiras de piri, que iam para o porto de Santos.

Durante muitas décadas os moradores da ilha estiveram trabalhando na extração de lenha. Paulino de Almeida nos fala dos barcos a vapor que durante a maior parte do século XIX e do século XX estiveram constituindo os únicos meios de transporte coletivo de passageiros e cargas ao longo do rio Ribeira de Iguape entre as cidades de Iguape e Eldorado, antiga Xiririca, e entre Iguape e Ararapira, no mar Pequeno. A linha da Ribeira foi inaugurada em março de 1857, e a linha de Iguape a Cananéia em 1874 (Almeida, 1945). A respeito da viagem inaugural, feita pelo vapor Estrella, da linha entre o porto do rio Ribeira e Xiririca, escreve este autor: "a falta do combustível obrigava a parada do navio em diferentes pontos para a tripulação ir ao mato buscar lenha (...)" (idem: 40). Os mais velhos ainda se lembram do Cândido Rodrigues, do Vicente de Carvalho e do Cruzeiro, barcos a vapor mencionados no texto de Almeida.

Este mesmo autor também fala a respeito de uma forma de extrativismo animal

mencionada por caiçaras da ilha, a captura e venda de sabiás. Vimos acima um morador dizer que a quantidade era tanta que os pássaros, cegos com a cerração, batiam nas paredes das casas e morriam, além de serem pegos com rede nos caminhos. Em texto sobre a ilha Comprida, Almeida escreve:

(...) geralmente por ocasião das cerrações do mês de agosto, os sabiás voam em bandos, o que leva os habitantes a apanhá-los em quantidade apreciável, valendo-se para isso de um método original que consiste na abertura - dentro dos campestres ou capoeiras -, de pequenos caminhos de 20 a 30 metros, no meio dos quais levantam uma pequena rede, prês a duas hastes, que são sustentadas por meninos. Em sua passagem, deparando com os caminhos, todo o bando dêle se aproxima, e baixando o vôo vai de encontro às armadilhas que rapidamente se abaixam, prendendo-os. E tão elevado é o número de pássaros assim sacrificados, que depois de preparados são vendidos a preços insignificantes (1950: 59).

Os nossos entrevistados falam muito da fartura de caça e da riqueza da pesca. Também podemos deduzir que era preciso haver uma razoável produção agrícola que desse conta, além de abastecer a família, de criar reservas para os mutirões, nos quais eram servidas quatro refeições – café da manhã, almoço, janta e lanche durante o fandango – para até 60 pessoas. Contudo, num aparente paradoxo, a grande maioria, principalmente os moradores de Pedrinhas, ressaltam que antigamente era mais difícil para viver, era muito sacrifício, muita dificuldade. Como dizem alguns, *naquela época era muita miséria*. Leonel chega a nos dizer que não tinha comida para levar para a roça. Contudo, talvez ele esteja falando não de uma fome de alimentos, mas de uma outra fome de consumo surgida posteriormente com a chegada do que eles mesmos chamam de “progresso”<sup>43</sup>.

Vimos que, em certa medida, é possível - e imperativo - utilizarmos o instrumental teórico construído para os estudos de sociedades camponesas, também para a análise das sociedades caiçaras. Cândido define a cultura caipira como sendo uma

Cultura ligada a formas de sociabilidade e subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros (1971:79; grifos meus).

A vida antigamente, ou, como muitos dizem, na época dos pais, era baseada em níveis mínimos de produção e consumo, segundo os quais as necessidades materiais eram muito poucas. Há aqueles que dizem que havia bastante comida mas não tinham roupas, não tinham dinheiro, não podiam comprar nada. Não se tratava, portanto, de economia com base monetária, e sim de uma economia que propiciava uma certa

<sup>43</sup> Vide documento *Projeto Condomínio Pedrinhas* anexo.

homogeneidade, ou seja, como diz Leonel, *todo mundo tinha a mesma coisa*. A esse respeito, diz Queiróz:

Juntemos a esse quadro [de relações familiares, vicinais e de trabalho no bairro rural de Taquiri] a falta de extratificação social, a situação mais ou menos igualitária de proprietários e meeiros, que formam um dos caracteres importantes dos bairros tradicionais (...) (1973: 48; grifos meus).

Esse sentimento de pobreza e miséria está muito mais relacionado à introdução do turismo, que leva o modo de vida e os padrões de consumo do habitante urbano como parâmetro de comparação, para o caiçara, com o seu próprio modo de vida. Como diz Sahlins,

O sistema de mercado industrial institui a escassez de modo jamais visto em qualquer outra parte. Onde a produção e a distribuição são organizadas através do comportamento dos preços, e todos os meios de vida dependem de ganhar e gastar, a insuficiência de meios materiais torna-se o ponto de partida explícito e calculável de toda atividade econômica (1978: 10; grifo do autor).

Portanto, se trata de uma “pobreza” construída a partir de como o passado é interpretado no presente: *o passado não é preservado, mas continuamente reconstruído tendo como base o presente* (Giddens, 1997: 81). Hoje, o trabalho com o turismo proporciona renda monetária que torna possível o acesso a bens materiais que seriam inimagináveis até algumas décadas atrás, além de ser menos árduo do que a dura labuta com a terra e as incursões extrativistas na mata.

Vimos que entre caiçaras e caipiras interioranos, existem práticas muito semelhantes. A agricultura baseada no sistema de coivara, a itinerância das roças, a caça, as relações de vizinhança, a solidariedade dos mutirões e ajudônios, o isolamento dos grupos de vizinhança em relação aos centros comerciais mais próximos são formas encontradas no litoral e no interior.

Citando Pasquale Petrone, Queiróz nos fala que a civilização caipira cobriu todo o litoral paulista *onde o caiçara é sempre um caipira* (1973: 8). É interessante notarmos, como se pode ver nas falas transcritas acima, que os próprios caiçaras se referem muitas vezes a si mesmos como caipiras, o que também pude notar na ilha do Cardoso: *assim é a vida do caipira* foi uma frase dita a mim por seu Antonio das Neves, morador deste lugar, quando falava de seu próprio modo de vida.

Na conceituação de trabalho encontramos as maiores semelhanças. O que Moura diz a respeito de trabalho familiar camponês, também pode definir o trabalho familiar caiçara:

O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a

terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando a reprodução física e social deste grupo de pessoas. O trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade (Moura, 1986: 54 e 55).

Aspectos importantes do trabalho, comum tanto ao caipira quanto ao caiçara são os mutirões e as trocas de trabalho. Vemos em Cândido (1971: 67) que o mutirão é, dentre as formas de solidariedade, a manifestação mais importante, que, no entanto, se distingue da troca de serviço, que tem um caráter virtualmente contratual:

A troca de trabalho se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar o outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual à que recebeu, podendo-a requerer quando julgar conveniente, pois o cômputo de semelhante serviço se faz rigorosamente, como se fosse uma dívida monetária (idem: 127).

Mutirão e auxílio são formas de solidariedade que dizem respeito às prestações estudadas por Mauss, as quais têm um caráter *voluntário (...), aparentemente livre e gratuito, e totalmente forçado e interessado* (1988: 53). Essas trocas implicam na obrigação de dar, receber, retribuir novamente:

Recusar-se a dar, negligenciar o convite, como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão (idem: 69).

Contudo, além das semelhanças entre as culturas caipira e caiçara, existem também especificidades marcantes. Por exemplo, Petrone já chamava a atenção para as diferenças no uso do solo entre a agricultura praticada no litoral e a praticada na retro-terra:

(...) o itinerantismo da agricultura pode aparecer no próprio "jundu". Realmente, pratica-se, também, a agricultura itinerante na orla propriamente dita, porém, ela não deve ser confundida com a praticada pelo "capuava" da retro-terra. Em primeiro lugar, porque as condições naturais das áreas em que se verificam são diferentes. Com solos pobres, muito arenosos, e com modesta presença de matéria orgânica, com vegetação que só no caso do jundu representa um estágio para a floresta, obrigou o homem a utilizar o solo, pela agricultura, muito fugazmente, com uma mobilidade que é mais rápida que a retroterra. A ilha Comprida, por exemplo, mostra nas nuances da sua vegetação, quando vista do alto, as marcas deixadas por práticas agrícolas antigas. (...) Em segundo lugar, e não necessariamente em ordem de importância, variam um pouco as plantas de cultivo. Nas práticas agrícolas itinerantes da orla litorânea, a mandioca, graças sobretudo à farinha que fornece, é o produto básico, presente em todas as lavouras. Em terceiro lugar, no litoral a atividade agrícola é complementada pela pesca, além da presença de modesta atividade extrativa ligada à vegetação natural. Por outro lado, um tipo humano com hábitos, tradições, técnicas diferentes das do "capuava" o praiano - "caiçara" é o responsável por esse sistema de utilização do solo. Enquanto que o capuava praticamente não tem preocupação especial na escolha da área a cultivar, bastando que haja revestimento florestal e que a topografia seja relativamente favorável, ou que haja capoeira desenvolvida, o praiano enfrenta problemas graves para a localização de suas modestas roças (1961: 56 e 57).

Além das diferenças entre litoral e interior, que obviamente não se restringem aos modos de exploração do meio ambiente, existem ainda as diferenças relativas às populações insulares, marcadas, conforme Diegues, pela sua maritimidade:

A interação econômica, social e simbólica das sociedades insulares com o mar, faz surgir práticas econômicas, sociais e simbólicas particulares ainda mais marcantes que as existentes nas sociedades marítimas litorâneas. Nesse sentido, as sociedades insulares são marcadas por uma dupla maritimidade: a resultante da relação com o mar como causa de isolamento e também de contato com o mundo exterior, e também como locus de práticas econômicas, sociais e culturais como a pesca, o emprego em navios da marinha de guerra ou mercocial, por profissões tradicionais como a pesca e a pequena agricultura.

Não apenas na ilha Comprida, mas para a maior parte das populações desse ponto do estuário, o mar, e sobretudo o mar Pequeno, aparece como fator de isolamento quando pensamos nas verdadeiras epopéias que representam as narrativas das constantes travessias desse canal que precisavam ser feitas para que se realizassem as trocas econômicas nas ilhas de Iguape e Cananéia:

*Quantas vezes nós afundamos, ficamos encalhados com a canoa a remo.  
Virava a canoa, a gente ficava no mar, a vida também era ruim.*  
(Maria do Rosário, moradora do bairro São Paulo Bagre, Cananéia)

Entretanto, o mar Pequeno também aparece como o canal de ligação com o exterior, e, no caso particular da ilha Comprida, como o canal de ligação com a porção continental fronteira à ilha, que pode ser alcançada em poucos minutos e que representa uma extensão de seu território, onde também abrem roças. Mais do que isso, o mar é um canal de ligação através do qual se realizam relações de reciprocidade e de parentesco entre as famílias de diversas ilhas e da parte continental que está próxima, nesse ponto do estuário.

#### **4.3. As formas do trabalho**

Vejamos a descrição de algumas práticas relativas à vida e ao trabalho baseadas em relatos coletados e pesquisas de campo junto a moradores das ilhas Comprida e do Cardoso e também caiçaras ribeirinhos que vivem às margens do rio Itinguçu, próximo à Juréia. Essas práticas se referem à moradia, à agricultura, à caça, à pesca e à fabricação de farinha de mandioca e de artefatos de uso doméstico.

a) *A moradia.* Lugares considerados próprios para a moradia são os chamados

*lugares-de-casa*. Um *lugar-de-casa* é uma área com terreno plano próprio para erguer a casa de morada e a casa de farinha (onde é ralada a mandioca e processada a torrefação da massa da mesma), geralmente próximo a alguma nascente ou cachoeira (no caso da ilha do Cardoso), com espaço para o quintal, onde são formadas pequenas hortas e criados animais de pequeno porte (galinhas). Na Ilha Comprida, onde não há cachoeiras, costuma-se utilizar água de poços artesianos, de alguns dos inúmeros córregos, e de nascentes do continente. Paulino de Almeida afirma que

a ilha destituída de água potável, possui tão somente águas salobras, cujas fontes desaparecem no tempo da estiagem, dando lugar ao martírio dos moradores que se vêem forçados a transpor o mar em busca do precioso líquido, e atravessando o espaço que os separa da ilha fronteira e do continente, partem a encher seus potes e cangirões, latas e alguidares, nos poços das vizinhanças ou nas cacimbas (1950: 65).

Sobre o sítio Artur, escreve Ribaric:

A água de seus poços é salobra, só é usada para "a limpeza"; a de beber têm que buscá-la nas minas do continente (Ribaric, 1997: 205).

Realmente, até os dias de hoje, a água potável apresenta-se como um problema na ilha, sendo que em muitos poços artesianos a água possui uma composição química (com teores de ferro e enxofre) que lhe proporciona odor e sabor desagradáveis, como no caso do bairro de Pedrinhas. Nesse bairro, conforme veremos adiante, os moradores, em sistema de mutirão, construíram um sistema para captar água diretamente de uma cachoeira que nasce em um morro em frente, no lado do continente. Contudo, algumas famílias da ilha têm poços artesianos cuja água é potável, não possuindo odor e sendo agradável ao paladar.

b) *A agricultura*. Vimos que durante quase toda sua história, a população caiçara da ilha teve sua economia centrada na agricultura. A técnica utilizada é a da coivara. Os moradores têm fortemente marcada na memória a lembrança da penosa travessia até o lado do mar grosso em direção às roças. Se as melhores terras para o plantio da rama estão no lado da praia, sabemos que as os sítios se formaram no lado do mar Pequeno, onde, além da alta piscosidade do estuário, estava também o único canal (em seu duplo sentido) de transporte e comunicação com outros grupos caiçaras e com Iguape e Cananéia. Sobre as *roças dos praianos*, escreve Petrone:

As áreas com restingas consolidadas, na ilha Comprida ou no continente, nas lombadas que elas originam, é que normalmente oferecem melhores condições para o plantio da mandioca. Os banhados são utilizados para o arroz, cultura em proporções modestas. Os próprios terrenos dos grandes sambaquis são

utilizados, segundo um conhecedor<sup>44</sup> da região, para outras culturas (1961: 57).

**Sobre a agricultura na ilha Comprida, escreve Paulino de Almeida:**

Dos terrenos ocupados pelos grandes sambaquis, utilizam-se os moradores para o plantio do feijão e milho, enquanto que as lombadas são aproveitadas para a cultura de árvores frutíferas e da mandioca, que aí se adapta perfeitamente e pode ser considerada como a maior de tôdas. O arroz é cultivado nos terrenos baixios e alagadiços. Apesar da impropriedade das terras para outras espécies de cultura, os primeiros habitantes daquela região, levados provavelmente pela abundância de peixes no Mar Pequeno, preferiram requerê-las na ilha e não no Continente (1950: 53 e 54).

**Sobre o mesmo tema, diz um morador da ilha:**

*Acontece que depende do tipo da planta que se vai plantar. O arroz gosta de parte molhada, brejo; o feijão já dá em parte mais seca; mandioca, parte seca; melancia dá muito bem na praia. Então faz a roça conforme o tipo de chão e o tipo de planta, não é roçar qualquer mato e plantar.*  
(Paulo, morador de Ubatuba)

O que se plantava na roça era basicamente a mandioca, muitas vezes combinada com feijão e melancia, o milho, o arroz, a batata, o cará; e nas hortas, taioba, abóbora, e alguma verdura, como a couve. Diferencio a roça da horta porque, em muitos lugares, a horta fica próxima às casas, enquanto que a roça, como vimos, pode ficar distante das moradias. É comum que pessoas mais velhas, na ilha Comprida, mencionem as roças de feijão que eram feitas em cima dos casqueiros, como são chamados os sambaquis localmente.

Na ilha Comprida, muitas famílias, na época de plantio, erguiam moradias provisórias tanto no continente em frente à ilha quanto no lado do mar aberto, onde costumavam fazer as roças de aipim combinadas com feijão e melancia. Dona Julia, moradora de Ubatuba, nos revela que, em sua infância, essa era a época mais difícil para as crianças em idade escolar de seu sítio. A caminhada normal para se ir de lá até a escola em Pedrinhas era de cerca de duas horas. Na época em que ficavam no lado da praia, o caminho dobrava porque precisavam andar ainda mais duas horas no escuro pelo difícil caminho até o outro lado da ilha. As aulas começavam às oito horas da manhã e, portanto, tinham que sair às quatro horas da madrugada.

Vimos que o sistema de mutirão era muito comum no trabalho agrícola. Embora não se dance mais o fandango, ainda se faz mutirões em lugares onde as famílias ainda conseguem fazer suas roças. Na ilha do Cardoso observei pequenos mutirões para a

<sup>44</sup> O conhecedor da região a que se refere Petrone é Antonio Paulino de Almeida.

reconstituição de tetos de palha.

c) *A pesca*. No lado do mar aberto, a pesca tem sido tradicionalmente realizada pelo sistema de lanceio, como costuma dizer a população local. Essa técnica, também conhecida por arrastão de praia, consiste em arrastar uma rede paralelamente à praia. O trabalho é realizado por dois ou três homens. No caso de famílias com filhos pequenos, a mulher ajuda a arrastar a rede (conforme pude observar na ilha do Cardoso). Também se pratica a pesca artesanal no Mar de Pequeno com cercos<sup>45</sup> de bambu e em canoas. Embora Jaime, um velho pescador de Pedrinhas, relate que em seus tempos de juventude costumava sair de canoa a remo para pescar no mar aberto, essa prática era pouco comum na ilha.

d) *A caça*. Os moradores antigos dessa região do estuário contam que antigamente a caça era abundante. Na ilha do Cardoso, Paulino de Almeida faz menção às queixadas, ou porcos do mato, *como verdadeiros exércitos, compostos em regra de duzentos a trezentos animais verocíssimos* (1946: 30). Os moradores também fazem referências a outros animais que eram caçados fartamente, como pacas, tatus e capivaras. Atualmente a caça está proibida pela legislação ambiental. Muitos moradores ainda arriscam-se a caçar mesmo sabendo que é um crime inafiançável, alegando que muitas vezes a caça é a única fonte de proteína disponível.

e) *A produção de farinha de mandioca*. No prato de muitas famílias pode até faltar o peixe, mesmo porque não é todo o dia que o mar está bom para a pesca. Mas a farinha, ainda hoje, é em muitos lugares a base da dieta caiçara. Gioconda Mussolini disse que ela era chamada de pão dos trópicos ou pão dos pobres (1979:224). Toda a família participa do processo de produção. Homens, mulheres e crianças descascam a mandioca, que depois é ralada em um moinho que consiste em uma roda de madeira cuja face externa é coberta por uma chapa de metal com furos de modo a formar um ralador. Enquanto o homem gira a roda, a mulher vai empurrando pedaços de mandioca em um ponto fixo onde passa a roda. A massa resultante é acondicionada em cestos de cipó chamados de *tipitis*. Para que escorra o caldo dessa massa, chamado de manicuera, os *tipitis* são colocados sob uma prensa bastante rudimentar e funcional. Ela consiste de um tronco bem grosso fincado no chão, em cuja parte mais alta é encaixado um tronco mais fino paralelamente ao chão. Na parte do tronco mais fino que fica próxima ao tronco maior, é afixada a prensa propriamente dita. Na outra extremidade é colocado um

---

<sup>45</sup> Cercos fixos nos quais só os peixes grandes ficam presos e os filhotes conseguem escapar.

contrapeso com diversas pedras grandes, de modo a empurrar a prensa para baixo sobre os tipitis. No dia seguinte, a pasta, que já está bem seca, é forneada. O forno consiste de uma estrutura arredondada de barro, com uma pequena abertura na altura do chão, na qual é colocada a lenha, e coberta por uma chapa de cobre côncava que lembra um tacho grande. A pasta é colocada sobre esta chapa e revolvida com uma espátula de madeira até que a farinha fique bem torrada. Nos dias de hoje, muitas famílias do Vale, no litoral e no interior, ainda produzem farinha nesse sistema. Em alguns lugares já se usa roda com motor elétrico. Contudo, em muitos lugares onde não se planta mais, existem casas de farinha, ou tráficos de farinha abandonados.

f) O *extrativismo*. Os produtos do extrativismo mais mencionados pela população caiçara da ilha Comprida são a lenha e o piri, enquanto quase não se fala do palmito e da samambaia. Isto pode ocorrer porque, enquanto que os dois primeiros já fazem parte de um passado que começa a ficar remoto, os dois últimos, especialmente a samambaia, ainda representam um importante meio de obtenção de renda para muitas famílias. Contudo as pessoas praticamente não falam sobre o assunto porque a extração de produtos da mata é proibida pela legislação da APA. Outra forma de extrativismo ocorrida no passado pouco mencionada pelos moradores é a exploração de sambaquis para a extração de cal. Ribaric comenta:

Havia muita lavoura de arroz e mandioca, e principalmente a extração de cal, retirado dos doze casqueiros da região, atividade bastante comum por aqui no passado (1997: 215).

Caiçaras da ilha do Cardoso que, no passado, estiveram praticando esta atividade contam que eram contratados como mão-de-obra por empresas de fora que exploravam o cal.

g) A *produção de artesanato*. Em um casa na ilha do Cardoso pude observar o chefe da família, juntamente com alguns dos filhos, fabricar cestos de cipó de diversos formatos e para diversos fins, além de chapéus. Embora raramente, ainda fazem gamelas de raiz de figueira. Esse tipo de artesanato é produzido para uso doméstico e, em muito pequena escala, para a venda. Há alguns anos, Antonio das Neves, morador do Morretinho, na ilha do Cardoso, comentou que ultimamente poucos ainda sabem e fazem este tipo de artesanato. A técnica de fabricação de redes é muito conhecida dos pescadores-lavradores e pescadores artesanais da região. Hoje em dia são feitas de náilon, mas os mais velhos contam que antigamente eram feitas com fibra de tucum,

---

retirada de uma palmeira no mato.

#### 4.4. Representações de tempo e espaço

Ouçamos um pouco mais as vozes do lugar:

P: *Faz tempo que o pessoal parou de plantar?*

Brasilino: *Faz, venderam terreno [para os turistas] e aí acabou a planta.*

P: *Antigamente tinha esse negócio de vender terreno?*

B: *Antigamente não tinha, depois que fizeram a estrada [ligando com a praia] que apareceu esse negócio de vender terreno. (...)*

*Antigamente quem tinha terreno não vendia, trabalhava nele, plantava as coisas, ninguém vendia. Depois que o turista entrou, que vieram para comprar, a turma foi vendendo. Vendendo barato para os turistas naquele tempo.*

(...)

P: *Antigamente podia morar em qualquer lugar?*

B: *Antigamente não, cada um morava no seu terreno que tinha.*

P: *Cada um tinha a sua terra?*

B: *Cada um tinha o seu terreno que herdava do pai, da mãe, dos antigos. Depois o pessoal foi vendendo, o turista baixou nessa parte toda. Era obrigado a vender para poder sobreviver.*

P: *Antigamente quando a filha ou o filho casavam, podiam escolher qualquer lugar que estivesse vago para morar?*

B: *Não, ficava no lugar morando, do pai e da mãe.*

(...)

P: *E os terrenos de roça, cada um tinha o seu?*

B: *Cada um plantava o seu terreno.*

P: *Fazia roça em terreno mais longe?*

B: *Às vezes era longinho.*

P: *Tinha que andar bastante para chegar?*

B: *Tinha.*

P: *Esses terrenos de plantar que ficavam longe da casa tinham dono?*

B: *Tinham dono. O dono dava para plantar.*

P: *E quem que eram os donos?*

B: *Era os donos do terreno que tinha mesmo. A turma não ligava para terreno, agora que a turma liga, o terreno aumentou, os turistas invadiram. Mas agora com esse negócio do IBAMA eles brigam muito com a pessoa, não deixam ninguém roubar nenhum pau.*

(Brasilino)

P: *Antigamente não tinha documento das terras?*

Paulo: *Não tinha.*

P: *Como fazia para saber até onde ia a terra de um e onde começava a terra do outro?*

Paulo: *Antigamente existia título da igreja [os registros paroquiais do século passado]. Os antigos, que eram nativos da terra tinham esses títulos da igreja, pagavam imposto. (...) Na época dos antigos, então os títulos antigos eram guardados na igreja de Iguape.*

P: *Será que a gente encontra esses documentos na igreja?*

Paulo: *Tem que encontrar, na época dos meus avós existia ainda. Então eles tinham a terra, cada um tinha a sua parte. (...) guardavam os títulos lá, porque na época acho que deveriam pagar imposto para a igreja. Nas várias vezes que*

*eu fui ver o negócio [das terras] lá [em Iguape], eu andei vendo uns títulos de igreja, uns títulos de terra. Na igreja de Bom Jesus de Iguape. Meu avô tinha, era do pai do meu pai, dos meus avós.*

*P: O senhor achou esses documentos na igreja?*

*Pa: Achei. Faz uns vinte anos isso aí. Hoje esses títulos da igreja não têm valor nenhum. Tivemos um rolo de briga de terra e no fim foi todo mundo para o cartório.*

*(...)*

*P: Então tinha as terras de roçado da família?*

*Paulo: Tinha, quando a família queria plantar, juntava os filhos, o pai e a mãe e faziam a roça.*

*P: Como escolhia as terras de plantar?*

*Paulo: A gente sabe qual é a terra boa onde plantar.*

*(...)*

*P: Essa parte de chão que escolhe fica sendo da família que plantou?*

*Zenaide: Não...*

*Paulo: Plantavam onde queriam.*

*P: Então o sítio era da família. E as terras de plantar eram livres, não tinham dono?*

*Paulo: Os donos eram os nativos que viviam dentro das terras. Só que hoje a coisa mudou. Não se pode pegar e arrumar uma roça que o dono não deixa. Plantam alguma coisinha aí escondida, mas...*

*P: Mas antigamente, depois que a família que plantou deixava a terra descansar e virava capoeira, ficando boa para plantar novamente, só a mesma família podia plantar ou qualquer família podia?*

*Z: Qualquer um podia.*

*P: Mas tinha que pedir licença para aquela família?*

*Paulo: A pessoa não tendo terra, se pedir, arruma.*

*P: Então a capoeira não era livre, tinha dono?*

*Paulo: Tinha, tinha. Se fosse para plantar no terreno de outras famílias, aí tinha que chegar e pedir.*

*(...)*

*Paulo: Meu avô tinha uma área grande de terra, então a família precisava, o cunhado, os irmãos, então pedia "Januário, dá para arrumar um pedaço de terra para arrumar uma roça?" Aí arrumava a roça e eles faziam mutirão, roçava, plantava, faziam fandango. Faziam isso aí quase direto na época deles, hoje não, mudou tudo.*

*(...)*

*P: O pessoal aqui também plantava no continente?*

*Paulo: É, faziam isso.*

*P: Plantavam em terra de quem lá no continente?*

*Paulo: Devia ser do estado, ninguém vigiava nada. Eu plantei lá no terreno de um conhecido nosso mas foram dois anos só.*

*(Paulo e a esposa Zenaide, de Ubatuba)*

*P: Os lugares de fazer roça, podia escolher onde quisesse, tinha dono?*

*Sebastião: Tinha dono, era da irmandade, da gente. Aí ninguém se incomodava. O pessoal podia plantar a sua rocinha.*

*P: Até quando o senhor continuou plantando?*

*S: Eu plantei até uns trinta anos atrás. A esposa me abandonou, foi morar num lugar, eu fui morar noutro, depois que eu fui morar com meus filhos em casa. Acabei de criar meus filhos quase sozinho. Era uma dificuldade.*

*(...)*

*P: Se o terreno fosse de outra pessoa, tinha que pedir autorização?*

*S: Tinha que pedir autorização e o cara dava. Mas naquele tempo não tinha [...]. Podia plantar, o terreno era público, ninguém ligava.*

(Sebastião, morador de Juruvaúva)

*P: Como escolhia o lugar para fazer a roça?*

*Julia: Um lugar que fosse bom.*

*P: E tinha dono a terra de roça?*

*J: Não porque a gente toda a vida morou aqui e não tinha esse negócio de dono, de vender terreno. Agora que tem. Podia roçar, podia derrubar, podia plantar, ninguém se queixava, agora não. (...) Agora não pode mais porque tudo tem dono. Agora a gente só tem aqui [em Ubatuba] o lugar de morar.*

*P: Faz tempo que o pessoal daqui parou de plantar?*

*J: Foi depois que apareceu esse negócio de balneário.*

*P: E como foi esse negócio de aparecer balneário?*

*J: Porque compraram terra.*

*P: Quando a senhora casou, a terra que a senhora foi morar era dos seus pais?*

*J: Era de quem morava, não tinha dono.*

*P: A senhora lembra quando começou esse negócio de comprarem terreno para fazer balneário?*

*J: Eu não sei quantos anos, fizeram lá na praia.*

(Júlia, moradora de Ubatuba)

*P: E no caso da pesca? Um caiçara da Ilha do Cardoso me falou que as famílias que moravam na praia tinham cada uma o seu espaço de lanceio.*

*Jaime: Aí em beira de praia. De primeiro aqui era respeitado porque morava aquela meia dúzia de gente aqui. Lá na praia não tinha ninguém, não andava uma pessoa nessa ilha Comprida aqui porque não tinha passagem no boqueirão de Iguape e nem em Cananéia. Não tinha balsa, não tinha nada. Não morava ninguém na ilha, só morava meia dúzia de gente aqui e alguma familinha por aí, muito pouquinho. Então era respeitado. Tinha cinco pescadores aqui, os cinco iam para a praia. Cada um tinha o seu lugar de pescar. Podia pescar à vontade que ninguém mexia. (...) Antigamente cada família tinha o seu lugar respeitado. Sabia "o meu é daqui até lá, o outro é de lá para lá".*

(Jaime, morador de Pedrinhas)

As falas acima nos dão importantes dicas a respeito das representações de tempo e espaço locais e sobre os usos do meio ambiente.

Não são, certamente, representações caiçaras de tempo e espaço estáticas e lineares (embora com aspectos ou períodos mais ou menos estáveis). Por exemplo, vimos a importância dos barcos a vapor no rio Ribeira e no mar Pequeno. Este aspecto decorrente da revolução industrial inglesa, por certo, teve impactos sobre essas representações, na medida em que, parafraseando Harvey (1998), encolheu as distâncias, tornando Iguape e Cananéia "mais próximas" da ilha Comprida; e na medida em que tornou algumas das epopéicas viagens a remo até estas cidades desnecessárias, uma vez que lenha, peixe salgado e esteiras de piri poderiam ser vendidos diretamente aos barcos a vapor.

Harvey adota a perspectiva de que as práticas materiais criam concepções de

tempo e espaço. Uma vez que estas variam geográfica e historicamente, devemos conceber uma multiplicidade de formas de conceituar e objetivar tempo e espaço. Sendo assim,

os índios das planícies ou os nueres africanos objetificam qualidades de tempo e de espaço tão distintas entre si quanto distantes das arraigadas num modo capitalista de produção (Harvey, 1998: 189).

Desta forma, podemos considerar que concepções de tempo e espaço nas sociedades caiçaras são tão distintas, em seu conjunto, das representações presentes nas sociedades capitalistas quanto de quaisquer outras. Portanto, através dos relatos que os moradores fazem de suas práticas antigas, podemos captar seus antigos modos de construir o tempo e o espaço. Contudo, podemos estabelecer paralelos com aspectos de outras sociedades indígenas e camponesas.

Os depoimentos acima referem-se a uma época em que o tempo de trabalho não era entendido como algo vendável. Formas de trabalho podiam ser negociadas apenas no circuito maussiano de *dons*, como é o caso dos mutirões e ajudatórios.

Thompson propõe o conceito de orientação pelos afazeres domésticos:

És sabido que entre pueblos primitivos la medida del tiempo está generalmente relacionada com los procesos habituales del ciclo de trabajo o tareas domésticas. (1989: 242).

Referindo-se aos relatos de Synge sobre as ilhas Aram, o autor fala de uma comunidade de pequenos agricultores e pescadores que é indiferente às horas do relógio, e onde as tarefas cotidianas, que vão desde lavrar a terra ou pescar até a produção de artefatos, *parecen revelarse ante los ojos del lavrador por la lógica de la necesidad* (idem: 244). Ele considera que nas sociedades onde é normal a orientação pelos afazeres, parece haver uma demarcação menor entre trabalho e vida (idem: 245).

Caiçaras também seguem esse tipo de orientação temporal. Na ilha do Cardoso, o chefe da família que me hospeda levanta de madrugada para fazer o lanceio<sup>46</sup>. Às onze horas, aproximadamente, é hora de almoçar, mas não se almoça porque o relógio marca onze horas, e sim porque a fome avisa que é hora de repor a energia gasta no trabalho desde o nascer do sol<sup>47</sup>. Nessa mesma ilha também observei que durante o horário de verão muitos caiçaras mantêm seus relógios no horário normal.

---

<sup>46</sup> Pesca de arrastão na praia.

<sup>47</sup> Em relação à medição do tempo baseada nas horas do relógio, instituída com o advento da revolução industrial, Whitrow diz: *Tendemos até a comer quando não sentimos fome, mas*

Willems e Mussolini nos falam da relação entre o tempo caiçara e os ciclos da natureza para os ilhéus de Buzios, no litoral norte paulista:

Nenhum ilhéu trabalha pelo relógio ainda quando este é disponível, como ocorre em algumas casas. Todos os horários para o cultivo agrícola, a pesca e a coleta dependem de variações astronômicas e meteorológicas. Semear e plantar verduras, exceto aquelas que se desenvolvem dentro do solo, como batatas e mandiocas, são coordenados pela fase da lua (Willems, 1952: 101 e 102).<sup>48</sup>

Luchiar, em texto sobre o litoral norte paulista, escreve sobre este mesmo tema:

Os ciclos da natureza (dias, noites, luas, ventos, marés) conduziam as atividades tradicionais. Pela relação apropriação dos ciclos da natureza, os caiçaras construíram o *tempo natural*, permeado pelo *tempo mercantil* e por uma dinâmica social própria, transformando os ajustes ecológicos (calendário de atividades) em criação cultural (1997, 65).

Evans-Pritchard fala da movimentação dos Nuer em seu território, morando nas aldeias no período de cheias, e locomovendo-se para acampamentos próximos da água no período das secas. Vimos que na ilha Comprida muitas famílias se locomoviam, em certa época do ano, para moradias provisórias próximas às roças tanto no lado da praia quanto no continente, movimentando-se segundo um tempo agroecológico.

Observando os relatos de mutirões nas entrevistas acima, fica mais fácil perceber a menor distinção entre trabalho e vida de que nos fala Thompson. A lógica da diversão é a mesma do trabalho, e aquela ocorre em função deste último. Ivone, moradora de Pedrinhas, nos conta que era bonito ver aquela turma grande, cada um com a sua enxada nas costas, caminhando pela trilha em direção ao roçado, homens, mulheres e crianças. Ao anoitecer, janta com carne seca na casa do dono da roça, e depois o baile, os homens batendo os tamancos, as mulheres dançando. Trabalho e festa, mutirão e fandango, práticas indissociáveis.

Martins, propondo os conceitos de *terra de trabalho* e de *terra de negócio*, nos lembra que não há racionalidade alguma na propriedade capitalista da terra<sup>49</sup>:

Já constatavam os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX que a propriedade capitalista da terra é uma irracionalidade porque a terra não é produto do trabalho e, por isso mesmo, não é produto do capital. A terra é um bem natural (1991: 55 e 56).

Polanyi nos diz que considerar terra e trabalho como mercadorias, embora isso

---

*quando o relógio indica que está na hora da refeição* (1993: 31).

<sup>48</sup> Tradução feita por Diegues e citada em seu livro *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. 1998. Hucitec, SP. Pág. 105.

<sup>49</sup> Para este autor, a propriedade familiar, ainda que privada, se distingue da propriedade capitalista por ser *propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha*, enquanto que esta última é caracterizada por ser *terra de exploração do trabalho alheio* (1991: 54 e 55; grifos do autor).

realmente aconteça, é apenas uma ficção:

O trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais constituem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem (1980).

Embora os caiçaras obviamente não teorizem dessa forma, podemos perceber nos relatos as representações de um tempo em que a terra e o trabalho não podiam ser objetos de especulação, apresentando-se a eles como inseparáveis de seu modo de existir.

Os mais velhos dizem que os negócios de compra e venda de terras eram feitos *por boca*, quase sempre sem nenhum documento. De fato, ninguém precisava provar que era dono da terra, bastava morar e trabalhar nela.

Mesmo quando a terra era comprada, o objetivo era torná-la num lugar de viver, em terra de trabalho. Ouvimos Brasilino dizer que antigamente *quem tinha terra não vendia, trabalhava nela*.

Quando comparadas, as falas acima podem parecer contraditórias. Enquanto alguns dizem que as terras de morar e de plantar tinham dono, outros dizem que não, podia morar e plantar onde quisesse. No entanto, são duas verdades. Sabemos que existiam as posses de mar a mar que, em muitos casos vinham sendo transmitidas para os herdeiros de uma mesma família pelo menos desde o século XIX. E também posses de mar a mar como a de Eduardo Lisboa, comprada *por boca* em 1906. Mas também havia grande extensão de terras devolutas, tanto na ilha quanto no continente, que faziam parte do território explorado pelos moradores. Por outro lado, vimos Brasilino, filho de João Nazário Lisboa, dizer que as terras que o pai morava no Capão foram cedidas por outra pessoa.

Leonel relata que antigamente era só pedir um *lugar-de-casa* e a pessoa dava. Falamos aqui de uma categoria espacial bastante significativa não só na ilha Comprida mas em outros lugares da região. A primeira vez que a ouvi foi na ilha do Cardoso, em meados da década de 1980. Eu queria acampar em uma praia tranquila, longe do burburinho de turistas do Marujá, balneário turístico desta ilha. Um amigo pescador, de Cananéia, disse-me para procurar o seu Antonio das Neves na praia da Lage. Mochila e barraca nas costas, atravessei o caminho de pedras contornando o morro que separa as praias do Marujá e da Lage. Antes de descer no outro lado, encontrei seu Antonio, que vinha subindo para pescar de vara nas pedras. Apontando para o maior dos dois morros da praia de aproximadamente seis quilômetros de extensão, ele disse que ali no Morrete Grande havia um *lugar-de-casa* com dois pequenos poços. O menor, com água boa para

beber, e o maior, para tomar banho e lavar as coisas. Pouco mais tarde, um dos filhos me levou lá. Da praia, quase acabando de passar o Morrete Grande, logo no sopé, avista-se uma pequena entrada aberta na mata, que chamam de porto, a entrada do lugar. Dentro, uma pequena clareira com uma pequena casa de madeira e telhado de palha desmornada. Bem pertinho da casa caída, o menor dos pocinhos, que eles chamam de *fontinha*, a água geladinha, cristalina, deliciosa. O pocinho maior, alimentado por uma pequena canaleta pela água do menor, por falta de manutenção estava muito raso e com pouca água. Deste último saía outra canaleta em direção à praia para manter o escoamento da água. No espaço ao redor da casa e da água, goiabeiras, bananeiras, limoeiros, abricoteiros, únicas árvores frutíferas que eu sabia reconhecer, plantadas pelas tantas famílias que ali se sucederam.

Saindo dali, por dentro da mata e paralelamente à praia, uma trilha ligando com outra clareira semelhante, porém bem mais encoberta pela vegetação, demonstrando que há muitos anos não morava ninguém ali. Uma grande pedra avermelhada encravada no morro a cerca de dois metros do nível da praia marcava outro lugar-de-casa. Seu Antonio disse que tem uma nascente perto da pedra, mas não dava para ver, o mato já havia tomado conta de tudo. Nem tinha vestígios da última habitação. Ao lado, também ligado a este último por um caminho por dentro da mata, a pouquíssimos metros da praia e paralelo a esta, um terceiro lugar de casa. A localização da nascente perceptível apenas para quem nasceu naquelas praias da ilha do Cardoso, mas ainda havia algumas vigas fncadas onde estivera a última casa. Três lugares-de-casa onde estiveram três fogos de um sítio habitado por parentes. Ainda acampeei nesse lugar uma segunda vez.

A terceira vez que voltei a essa praia, acampeei no Morretinho, agora num lugar-de-casa ao lado da casa de seu Antonio, ligado a esta igualmente por um caminho curto, por dentro da mata, onde diversos parentes haviam se sucedido. O Morrete Grande estava, então, novamente habitado, agora por um dos filhos de seu Antonio, com esposa e filhos.

Vazios, estes lugares voltam a ser o lugar-de-casa, apenas com potencial de uso, podendo ficar muitos anos desabitado. Aliás, na ilha do Cardoso, muitos desses lugares dificilmente voltarão a ser ocupados, considerando que a maioria da população foi expulsa pela legislação ambiental decorrente do *status* de Parque Estadual que tem a ilha. Mas este assunto não será tratado aqui<sup>50</sup>.

Anos mais tarde, já trabalhando como pesquisadora na região, ouvi o emprego desta mesma categoria, e basicamente com o mesmo sentido, entre os antigos

---

<sup>50</sup> Sobre o assunto, ver Tsukioka, 1996.

moradores da ilha Comprida e também entre caiçaras ribeirinhos do Itinguçu, afluente do rio Ribeira de Iguape.

Na ilha Comprida, como já disse, há um caminho que ligava os antigos sítios, a atual trilha ecológica. Uma vez, um pequeno grupo de moças, rapazes e adolescentes de Pedrinhas, me acompanhou até Juruvaúva. Um deles, Ricardo, apontou um lugar beirando o caminho onde até algum tempo havia morado um tio. Certamente um lugar-de-casa, mas os mais jovens não mencionam esta categoria. Provavelmente porque nessa ilha, onde se encenou a comédia trágica da formação e venda de tantos lotes que poderiam cobrir vários e vários andares da ilha, caso isso fosse possível, não há mais espaço disponível para cessão. Agora o uso e a apropriação do espaço passam pelo crivo do capital. Por exemplo, em Pedrinhas, hoje em dia, quem precisa fazer uma casa, não pede para quem tem terra ceder um lugar-de-casa, mas pergunta se dá para vender um quadro<sup>50</sup> de terra.

Os relatos acima permitem descortinar um *continuum* entre vida, trabalho e meio ambiente, o que implica em diferentes representações para os diversos espaços da mata. Onde pessoas estranhas ao lugar vêem apenas a uniformidade de uma mata supostamente virgem, as pessoas do lugar experienciam uma gama de possibilidades e impossibilidades. Antenor observa que existe a época certa para caçar, respeitando-se o tempo de procriação. Moradores também falam do conhecimento necessário para a execução de práticas agrícolas, como vimos no caso da escolha dos lugares adequados para os diferentes cultivos: *não é roçar qualquer mato e plantar*, conforme nos disse Paulo, morador de Ubatuba. Sobre este assunto, Tsukioca escreve:

(...) para o olhar do lavrador as características de uma capoeira permitem precisar quantas roçadas aquele solo já suportou, qual tipo de cultivo ele recebera, e por quanto tempo a terra está descansando desde sua última colheita. O tempo de plantar dependia deste conhecimento, pois este orientava a escolha de uma área para o roçado, o tipo de cultivo que seria efetuado e a produtividade da colheita (1996: 150).

#### **4.5. A linguagem dos passos em Pedrinhas**

Em relação ao sistema urbano, Certeau propõe uma comparação entre os atos de

<sup>50</sup> Quadro é como alguns moradores de Pedrinhas chamam os lotes de terrenos menores vendidos a turistas ou a caiçaras.

falar e de caminhar. Da mesma forma que para enunciar é preciso apropriar-se da língua, caminhar exige a apropriação do sistema topográfico. Neste sentido, o sistema topográfico estaria para a língua assim como o ato de caminhar estaria para a enunciação: *O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos.* (1998: 177). Enunciar equivale a moldar percursos, uma arte que implica e combina estilos e usos (idem: 179). Estilo (maneira de ser individual) e uso (relativo à norma) formam um *estilo do uso*. Assim, a organização do espaço torna-se passível de de múltiplas referências, sendo continuamente reconstruído e tendendo a uma fragmentação de seus sentidos:

O usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo (idem: 178).

Aí ela mesma [a gesta ambulatória] é o efeito de encontros de ocasiões sucessivas que não cessam de alterá-la e de usá-la como o brasão de outra (idem: 180 e 181).

Podemos também pensar nas representações dos caminhos diversos constituídos através do território vivenciado por caiçaras na ilha Comprida: as trilhas de caça, os caminhos até a praia, até as roças, os caminhos ligando as casas dos parentes dentro de um mesmo sítio, o caminho beirando o mar Pequeno e interligando os sítios e também as casas localizadas em sua extensão. Se o enunciado proposto pelo espaço urbano tende à fragmentação e à contínua reconstrução, por outro lado, esses caminhos remetem a um sentido de continuidade, onde os espaços possuem um sentido *a priori* mais estável, mesmo considerando, para parafrasear Sahlins (1990), que os significados são colocados em risco na ação.

Mesmo havendo uma organização territorial que definia os domínios dos sítios de cada família (Campos no sítio do Papagaio, Lisboa e Soares em Pedrinhas, Tambor em Juruvaúva, etc), as representações caiçaras refletem um sentido público do espaço: *podia plantar, o terreno era público, ninguém ligava*, nos fala Sebastião, de Juruvaúva; *era de quem morava, não tinha dono*, diz dona Júlia, de Ubatuba. Assim, os textos construídos nos percursos desses caminhos nos falam de *intimidade*, de parentesco, e de familiaridade, mais do que de privacidade.

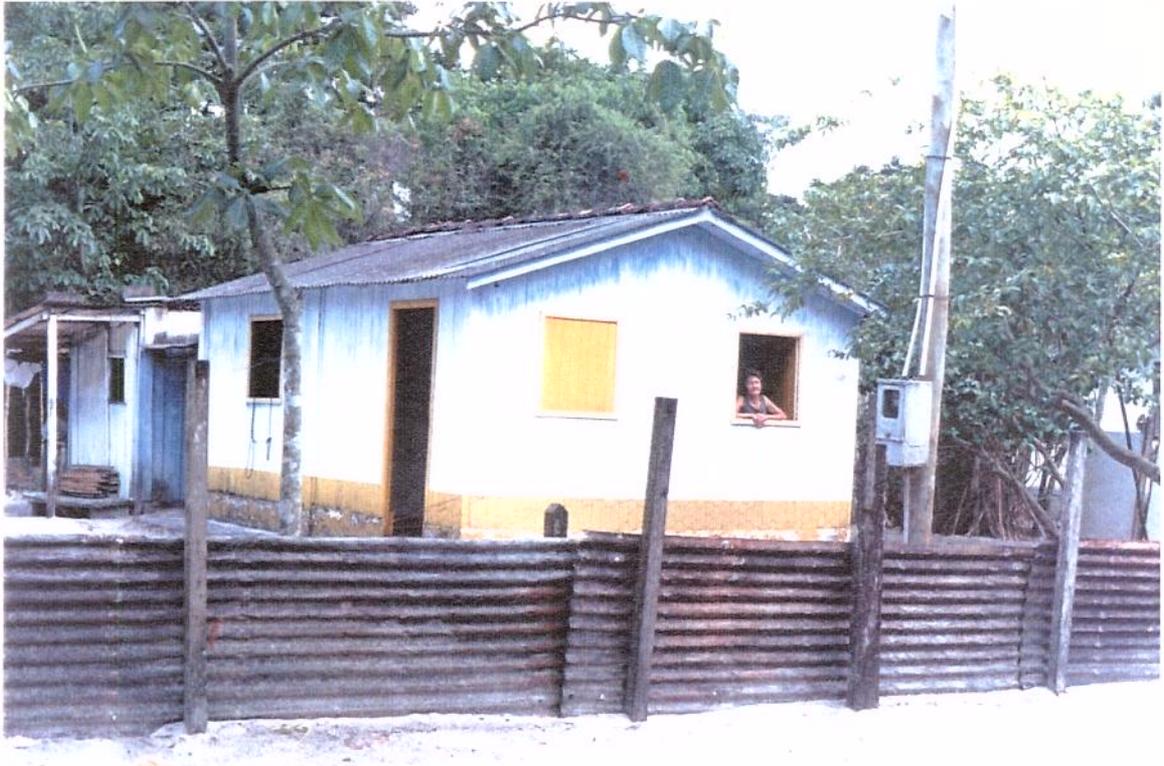
Comparemos os dois tipos de *caminhos* presentes hoje em Pedrinhas. De um lado, ruas abertas em traço reto e outras ruas que as cortam em sentido transversal; entre as ruas em paralelo, no sentido de mar a mar, o resultado de uma divisão de terras entre parentes decorrente do advento da *terra de negócio*, conforme veremos em capítulo

---

adiante. Caminhando por essas ruas, vemos se alternarem casas de moradores e de veranistas, estas últimas em sua maioria cercadas por muros, e aquelas, em grande parte ainda sem cercas. Nesse caso as ruas, tal como nos sistemas urbanos, definem muito bem os limites entre o público e o privado. Por outro lado, existem desvios que “cortam” caminhos por dentro dos quintais dos moradores. Aí reside o discurso espacial da *intimidade*: mesmo hoje, quando os terrenos tornaram-se exclusivamente de propriedade privada, os caminhos que passam pelos quintais, como fios tensionados da relação entre permanência e mudança, insistem em imbricar o privado e o público, o particular e o coletivo. Assim por exemplo, quem está na esquina da sorveteria do Roberto e da Cleusa e quer ir até o correio, a biblioteca ou até o bar do Nezinho, pode “cortar” caminho por dentro do quintal de seu Plácido e dona Joana, onde também há as casas dos filhos Maria Inês e Mauro, para sair nos fundos da casa de Luis e Neusa e chegar à outra rua. Contudo, muitos desses caminhos têm sido interrompidos pelos implacáveis muros, construídos pelos veranistas e também por moradores, que não apenas separam espaços, mas também sobrepõem concepções do mundo e da vida, conforme podemos perceber no discurso desse morador:

*Por isso que esse bairro é mal estruturado. Tem essas ruazinhas estreitas porque ninguém sabia nem o que era engenheiro. Então tinha os caminhos, as trilhas pelo mato que o pessoal andava, então eles mediam o terreno acompanhando aquele caminho torto. Depois que ajeitou um pouco, foi alargado.*

(Leonel)



Casa de Iolanda (à janela) e Antenor - Pedrinhas



Casa de turista em Pedrinhas: muros altos

## Capítulo 5. EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA NA ILHA COMPRIDA

### 5.1. Introdução

Vimos no capítulo *O Vale do Ribeira* que os planos desenvolvimentistas do governo militar, visando atrair investimentos do setor privado para as áreas consideradas isoladas e pouco desenvolvidas, fizeram abrir diversas rodovias entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970:

A construção da rodovia Rio-Santos, como a Transamazônica e a Belém-Brasília, fazia parte do "Programa de Integração Nacional", onde o objetivo a ser alcançado seria a ocupação de "espaços vazios" e o desenvolvimento acelerado (Queiroz, 1992: 67).

A construção da rodovia Rio-Santos em 1972, e da BR-116 na década de 1960, a primeira em direção ao litoral norte, e a segunda, ligação com o litoral sul do estado de São Paulo, provocaram dramáticas transformações nas vidas de pequenos posseiros. A conseqüente valorização das terras ao longo dessas rodovias atraiu especuladores de toda a espécie. Não apenas no litoral, mas também no Vale do Ribeira, cortado pela BR-116, aberta com o fim de atrair indústrias para a região, acirrando, desta forma, os conflitos de terras que já existiam na região. Iguape e Cananéia, municípios aos quais, como já vimos, pertencia a ilha Comprida até poucos anos, estão inseridos na microregião denominada Baixada do Ribeira, que também compreende os municípios de Eldorado, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu e Sete Barras. Paoliello revela-nos que esta

Parece ser a área do Vale em que mais se fazem presentes os conflitos, que se espalham por quase todos os seus municípios, envolvendo grande número de famílias (...) (Paoliello, 1992: 116).

Nas regiões litorâneas, empresas imobiliárias elaboraram vultuosos projetos turísticos com a formação de loteamentos e condomínios.

No litoral sul do Rio de Janeiro, grande repercussão teve o caso de Trindade, praia do município de Parati, desenrolado durante praticamente toda a década de 1970. Trindadeiros, primeiro com o apoio de turistas, e mais tarde com o apoio também de políticos, de intelectuais e de artistas, estiveram enfrentando uma companhia multinacional que se utilizava de artifícios violentos com o intento de desapropriá-los e implantar um vultuoso projeto turístico destinado ao lazer das elites. Esses caiçaras

tiveram que chegar ao ponto de se deitarem em frente aos tratores para impedir que suas casas fossem destruídas<sup>52</sup>.

No caso da ilha Comprida, geograficamente isolada em sua condição insular, nenhuma organização da sociedade civil pôde ouvir os gritos silenciosos de famílias caiçaras que foram expropriadas. Também os derradeiros gritos de alguns homens expropriados de outras regiões do estado e do país, assassinados nos confrontos entre os grileiros que os contratavam, foram ouvidos apenas por seus algozes.

### **5.2. Em tempo de bala: grilos e a formação de loteamentos.**

*Em tempo de bala*, aqui, tem dois sentidos, um literal e outro metafórico. Refiro-me à violência armada empregada pelos poderosos expropriadores, e também à *aceleração do tempo histórico* expressa nas mudanças na situação social, econômica e fundiária da ilha.

Augé (1994) refere-se à *aceleração da história* como correspondente a uma multiplicação de acontecimentos, ou superabundância factual do século XX, que só pode ser plenamente apreciada considerando a superabundância de informações e as interdependências do sistema mundo. O conceito de *compressão de tempo-espaço* de Harvey (1998) também abarca processos disruptivos das representações de tempo e de espaço que levam à alteração dos modos de representação do mundo para nós mesmos, e estão relacionados ao *encolhimento do mundo*:

Uso a palavra "compressão" por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós (Idem: 219).

Se a aceleração da história ou o encolhimento do mundo estão relacionados, por um lado, ao desenvolvimento das relações capitalistas, e, por outro, ao desenvolvimento das técnicas e tecnologias de transportes e comunicação, podemos utilizar esses conceitos também para pensar as últimas três ou quatro décadas da história da ilha. Veremos como agentes do capital, numa conjuntura política que pretendia a integração nacional promovendo a abertura de grandes rodovias, levam construções de tempo/espaço que vão de encontro às representações locais, provocando, em cerca de

<sup>52</sup> Ver Lhotte, 1982; e Queiróz, 1992. Parte destas informações me foram passadas por minha amiga e colega de mestrado Andréa, que durante alguns anos morou em Trindade, tendo convivido intensamente as famílias trindadeiras.

quatro décadas, mudanças e rupturas sobre práticas e significações que vinham sendo continuamente reconstruídas ao longo de mais de quatro séculos.

É um processo que tem início já nos primeiros anos da década de 1950, quando o corretor Manoel Claudio Trindade começa a propor a compra das terras dos moradores da ilha, intermediando negócios para terceiros, como, por exemplo, a companhia Melhoramentos de Cananéia. Embora não comprassem a totalidade das posses, costumavam fazer escrituras do abraço<sup>53</sup>. A grande maioria dos entrevistados afirma que Trindade trabalhava mancomunado com João Veríssimo, do cartório de Cananéia. Quando se tratava de negociar com caíçaras, os dois, por meio enganosos, diziam aos moradores que estes iriam perder a terra por não estarem pagando impostos, devendo acertar os impostos atrasados para não a perderem. Então se ofereciam para comprar parte das terras, colocar esses impostos em dia e, ao mesmo tempo, providenciar a escritura das terras para os moradores, como prometeram fazer em Pedrinhas e em Juruvaúva, entre outros lugares. Essas terras eram adquiridas por empresários que, por meios “legais”, obtinham escritura abrangendo toda a área, a escritura do abraço.

Os dois estiveram grilando grandes extensões de terras não apenas na ilha Comprida, mas também em outras ilhas e em diversas áreas do continente.

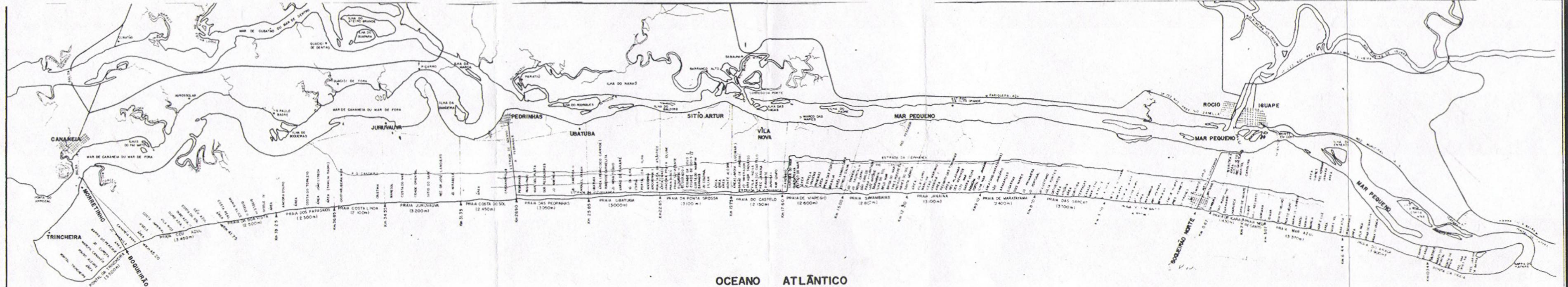
Contudo, é a partir do final da década de 1960 e sobretudo na década de 1970 que os conflitos se acirram com a chegada de outros empresários interessados nas terras da ilha. Cerca de 74 km de praia numa região de suntuosa beleza natural e paisagística tornada, pela nova rodovia, muito mais próxima da capital paulista, representavam uma verdadeira mina de ouro para empresários, quase todos nascidos ou moradores na cidade de São Paulo, entre os quais muitos advogados, que não tinham escrúpulos quanto aos meios empregados para a obtenção, na grande maioria das vezes ilegal, de terras.

Surgiram verdadeiras “máfias”<sup>54</sup> formadas por advogados, corretores, donos de cartórios, policiais que chefiavam jagunços, e também alguns moradores locais (que enganavam os próprios parentes, como o filho que declarou a mãe como morta, embora ela estivesse viva), promovendo a grilagem de terras de moradores, de terras devolutas, e de terras já griladas por outros grileiros.

Hoje, quem sai do Boqueirão de Iguape e percorre a ilha no sentido sul, pode observar ao longo da praia algumas ruínas já destelhadas, quase sempre de um só

<sup>53</sup> Sobre escrituras do abraço na Baixada do Ribeira, ver Paoliello, 1992.

<sup>54</sup> Máfia: grupo criminoso bem organizado (Dicionário Aurélio, 1986).



# MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

ESCALA: 1:75.000

DATA: JUNHO / 97

DESENHO: FELICIO

cômodo e muitas vezes com sinais de incêndio. Estas pequenas ruínas são o marco de um dramático episódio na história recente da ilha: fizeram parte da estratégia de grilagem dos inescrupulosos empresários de São Paulo.

Tão logo escolhiam o lugar a ser grilado, erguiam, geralmente numa única noite, o cômodo, sinal de ocupação que viabilizaria a emissão dos documentos. Então já deixavam um jagunço tomando conta do lugar, os *tomadores de conta*, como costumam dizer os moradores locais.

Vimos, em capítulos anteriores, as pessoas dizerem que, tirando as famílias que moravam no lado do canal, não morava mais ninguém na ilha. Esses tomadores de conta são descritos pelos moradores como homens em geral procedentes da região nordeste do Brasil, ou então de Minas Gerais. Ficavam isolados na praia, abandonados à própria sorte e sujeitos à violência de jagunços de outros grupos que os expulsavam, às vezes assassinando-os e queimando o cômodo que fora erguido às pressas.

Jaime, um de nossos já conhecidos narradores, conta um pouco dessa história:

*P: O senhor conheceu gente que morreu [assassinada por jagunços]?*

*Jaime: Para cá mataram dois ou três.*

*P: Em Juruvaúva?*

*J: Para lá de Juruvaúva. Deixaram um caseiro tomando conta, e o cara ficava lá. Chegava de noite... Mataram um que sumiu. Depois de 4, 5 dias, viram um urubu lá perto da casa dele. Degolaram com a foice o pescoço. E era do Lisboa<sup>55</sup>, o cara [que foi morto].*

*(...)*

*P: E esses caseiros que foram assassinados eram gente daqui que era contratada para ser caseiro?*

*J: Não, essa gente nunca é gente daqui que toma conta. Sempre é mineiro, é baiano, é sempre gente que vem puxada de lá e fica aí jogado na praia sofrendo. Daqui [em Pedrinhas] tem alguns [tomadores de conta] que moravam aí na praia. Mas não acontece nada porque eles são calmos, têm medo.*

*P: E gente daqui, caiçara, teve algum que morreu?*

*J: Não. É isso que eu estou dizendo, o baiano que fica jogado, aqueles mineiros. Então, ficavam dentro de um rancho aí tomando conta. Às vezes, com família, às vezes, sem família, sozinho, uma pessoa só. Esse um que mataram para cá, a vida dele era beber pinga. Eu pescava, eu era pescador e ia lá em frente à casa dele. Quando via a gente, corria para dentro de casa, não dava bola. Um dia eu subi lá, estava com sede. Ninguém sabia do poço, lá. Eu não via ninguém naquela casa, tomava banho, pegava água daquele poço com o balde e jogava. Caía tudo no poço lá. Ninguém reclamava nada, não aparecia ninguém. Um dia nós estávamos tomando banho e o cara meteu a cara lá e ficou lá, não falou nada. Aí eu falei: "nós, de vez em quando, vimos aqui pescar, e queremos tomar água, pode pegar?" Ele disse: "pode". Eu chamei ele para a praia: "vem aqui que eu vou te dar um peixe". Estava carregado de peixe grande. Disse: "sempre venho pescar aqui, toda semana; quando você quiser um peixe, pode descer". Aí peguei um de uns três, quatro quilos e dei: "quando*

<sup>55</sup> Este Lisboa é um dos empresários procedentes da cidade de São Paulo; não tem nada a ver com as famílias Lisboa da ilha.

*eu estiver aqui, vem aqui na praia e eu te dou". Ai ele ficou amigo meu. Era só ele ver lá e já descia, ajudava. Dai mataram o coitado.*

*P: E ele devia passar fome...*

*J: Ah, passava, não pagavam ninguém. Deixavam aí jogado e "vire-se"! Depois arranhou um serviço aí no mato, para trabalhar na valeta, era o melhor trabalhador que tinha. Então, ele comia alguma coisa porque trabalhava. Mataram ele.*

Quase quinhentos anos depois dos conquistadores lusitanos e seus adversários espanhóis terem pisado as brancas areias da ilha, assistimos à chegada desta nova categoria de conquistadores, não menos sedentos pelas riquezas da terra que os primeiros. Desta vez, o ouro que interessava não poderia ser extraído da terra, mas era intrínseco a ela. O que estava em jogo era não apenas a conquista da terra, mas a apropriação de valores simbólicos relativos à paisagem insular presentes no imaginário urbano:

*A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do *natural*, do *primitivo* e do *único*. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado como o espaço de liberdade, de prazer, e de aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido (Diegues, 1997c: 15; grifos do autor).*

A ação na ilha certamente era apenas uma das pontas de um esquema criminoso. Na cidade de São Paulo, estavam os destinatários finais do golpe: trabalhadores pertencentes à classe média baixa que seriam seduzidos a adquirir, em suaves prestações, um lote do paraíso terrestre:

*A APA foi fundamental para a ilha Comprida. Falo como filho de ilha Comprida. Porque do jeito que a exploração veio das imobiliárias, vendendo lote de 10 x 20 para criar barraco, a grilagem da terra para a exploração foi fora de série. (Nezinho)*

Os loteadores tinham a prática de lotar peruas e levar as pessoas para passarem um final de semana na ilha e conhecer o local onde os lotes estariam à venda:

*(...) ele [Trindade] comprou terreno para o tal do Mola, doutor Mola. Até foi construído na época um grande hotel de madeira, mil metros para baixo quando sai na praia [de Pedrinhas] aqui à direita. Tinha uma perua na época feita de madeira envernizada. Vinha cheia de gente, eles traziam os compradores dos lotes nos finais de semana, como acontece até hoje, para conhecer e ficavam no hotel ali, tudo de graça, era um galpão de madeira, tudo rústico. Para a época, era ótimo. Depois parou a venda, colocaram caseiro tomando conta, o irmão do Jaime foi caseiro muitos anos lá. Depois destruiu. (Nezinho)*

No entanto, na maioria das vezes, os lotes, quando existiam, já haviam sido vendidos dezenas de vezes, ou então estavam localizados dentro do mangue ou até

dentro do mar!

Além da ocupação e da violência, também o uso de documentos históricos fez parte das estratégias desses homens. Os registros paroquiais do século passado, dos quais vimos algumas amostras no capítulo *A ilha Comprida*, serviram de base para a falsificação de inventários que dariam a máscara de legalidade à grilagem de terras e, posteriormente, à formação de milhares de loteamentos. Na época, chegaram a desaparecer alguns dos livros de registros paroquiais guardados na igreja do Bom Jesus de Iguape. Uma ironia da história, documentos elaborados em consequência de uma lei que visava coibir o acesso de pequenos posseiros à terra – a Lei de Terras de 1850 –, e que tinham justamente a função de confirmar as posses então existentes, pouco mais de cem anos depois acabam servindo para expropriar os pequenos agricultores/pescadores e enriquecer uma nova categoria de “senhores” que viriam a se tomar os novos proprietários.

Disse-me o juiz Caramuru Afonso Francisco, da primeira vara de Iguape, que os corretores pegavam dados na paróquia, faziam inventário, compravam direitos possessórios e entravam com carta de adjudicação<sup>56</sup>. A partir do registro, feito com a ajuda dos cartórios, o bem passava a ser do empresário. Ainda nos conta o juiz que a década de 1970 foi a década das possessões, chegando a haver duas liminares por dia, ou seja, o então oficial de justiça da cidade de Iguape chegava a entregar dois mandados de reintegração de posse por dia na ilha. Houve época em que eram feitos mil registros por mês, uma verdadeira festa de documentos. Enquanto isso, os empresários brigavam entre si na base da pistola.

Caramuru também nos conta que, por causa dos conflitos entre pistoleiros, por volta de 1983, o prefeito de Iguape<sup>57</sup> decretou uma lei proibindo novos loteamentos. Porém, esse prefeito acabou morrendo por afogamento. Então, o atual presidente da câmara de Iguape, na época suplente de vereador, conseguiu forjar a aprovação de loteamentos, o que acarretou a queda do prefeito.

Em 1990 a corregedoria decretou intervenção nos cartórios<sup>58</sup>. Após devassa, o juiz corregedor promoveu cerca de 200 mil cancelamentos de registros e interditou a ponte de

---

<sup>56</sup> Adjudicação: o ato de transferir ao exequente bens penhorados, ou os respectivos rendimentos, em pagamento do seu crédito contra o executado; adjudicar: conceder a posse (de qualquer coisa) por decisão ou sentença de autoridade judicial ou administrativa (Dicionário Aurélio, 1986).

<sup>57</sup> Lembremos que na época a ilha não era emancipada e pertencia aos municípios de Iguape e de Cananéia.

<sup>58</sup> No dia da entrevista, 1º/12/1998, estava fazendo oito anos que o juiz Caramuru havia sido nomeado para a corregedoria.

ligação entre Iguape e a ilha, que estava, e ainda está, em construção<sup>59</sup>, impondo como condição para desinterditá-la a regularização fundiária na ilha. Em 1995, o juiz Caramuru foi, segundo expressão usada por ele próprio, apeado da corregedoria. Hoje a regularização caminha a passos absolutamente lentos. Pude constatar na prefeitura do município que apenas uma quantidade ínfima dos loteamentos hoje existentes estão regularizados, muito embora a regularização, por aumentar a arrecadação do IPTU, seja do interesse da prefeitura da ilha.

Se, antes do advento deste *tempo de balas*, só havia as famílias caiçaras habitando a face da ilha voltada para o mar Pequeno, da década de 1950 em diante, em toda a extensão da praia foram formados loteamentos. Podemos comparar o mapa que apontava a localização das casas de moradores em 1947 (embora incompleto) com o mapa dos loteamentos fornecido pela prefeitura. Existem 155 loteamentos hoje na ilha<sup>60</sup>.

Vimos no capítulo *a vida e o trabalho* que a percepção de tempo para populações caiçaras são diferentes da percepção de tempo existente nas sociedades industrializadas. Quando eu perguntava sobre o ano ou a época em que havia aparecido o Trindade para comprar as terras, ou então quando a companhia, ou outros empresários haviam aparecido para tomar posse das terras onde estavam os moradores, os informantes às vezes diziam trinta, às vezes vinte, às vezes cinquenta anos atrás, muitas vezes enquadrando o Trindade e empresários que apareceram posteriormente, na década de 1970, num bloco só.

Os dois documentos da época a que tive acesso, um contrato de venda e compra de Pedrinhas, realizado em 1955, e um contrato de comodato realizado entre um comprador e os moradores de Juruvaúva na década de 1970, ajudam a perceber que o processo de transformação do território caiçara em terra de negócio se dá em dois momentos. O primeiro, durante a década de 1950, quando são feitas as vendas intermediadas pelo Trindade. O segundo momento é o do conflito, que ocorre na década de 1970 e prossegue até a década de 1980.

### 5.3. O caso de Pedrinhas

Em 1953 a companhia comprou as terras de Eduardo Lisboa sob a intermediação

<sup>59</sup> A construção dessa ponte foi retomada e sua conclusão está prevista, segundo dados da prefeitura, para o primeiro semestre de 1999.

<sup>60</sup> Dados obtidos em: SIMÕES, Olenca Maria de Oliveira (sem data). *A emancipação da ilha Comprida*.

de Claudio Manoel Trindade. O acordo era de que, após ter pago os impostos, a companhia daria aos moradores uma escritura das terras como se estes estivessem comprando da mesma a parte onde moravam. Veremos que a companhia não cumpriu o acordo e realizou uma escritura do abraço, tentando, anos mais tarde, tomar posse das terras dos moradores. Em Pedrinhas, o confronto se deu diretamente entre moradores e a companhia Melhoramentos pelas vias judiciais, sem ter, até hoje, uma solução legal.

Voltemos aos nossos narradores “de primeira mão”:

*Nezinho: Eu não sei falar o ano, mas há muitos anos atrás foi quando chegou uma pessoa chamada Trindade e veio o corretor, veio negociar terrenos na Ilha Comprida. Chegando aqui no bairro de Pedrinhas, pegou os antigos que eram donos das áreas e propôs compra para esse pessoal. Queriam que o pessoal vendesse para eles porque eles estavam interessados na terra, e era muita terra, eles não tinham o que fazer da terra. Então a proposta deles foi comprar, e na época o pessoal nosso ficou todo assustado, vendia terra mas não sabia fazer negócio. Se alguém não queria, então tinha alguns herdeiros que chegaram a falar assim: “mas fulano não quer? O homem está oferecendo um monte de dinheiro, não é ganhar dinheiro. É juntar dinheiro com a cuia de tanto dinheiro que ele está oferecendo pela terra”, achavam na época. Então eles acabaram negociando, porque a terra, não tinham dinheiro mais para pagar [os impostos], ia entrar em executivo; eram obrigados a realmente vender. Você sabe que quando não paga os impostos, entra em leilão, entra em executivo de [...]. Aí venderam para se salvarem. A companhia comprou de mar a mar e vendeu para os próprios compradores [os próprios moradores] 1.130 metros do mar Pequeno para o mar grosso, que é essa parte que nós vivemos nela. Então o resto, depois de 1.130 metros [até a praia], é da Companhia Melhoramentos. (...) A família Lisboa vendeu de mar a mar, e o pessoal nosso que vendeu para a Companhia Melhoramentos negociou a compra de 1.130 de fundo, porque o que interessava para o pessoal daqui era a frente do mar Pequeno, e o que interessava para a Companhia Melhoramentos de Cananéia era a frente do mar. Com o passar do tempo, nessa época era o pai do Jaime que era Teotônio, era Antônio Lisboa, era Ernesto Lisboa, era João Soares, Sebatião Soares, enfim, eram os antigos da época.*

*P: Os Lisboa e os Soares.*

*N: Lisboa e Soares. Então negociaram, e a companhia vendeu, eles compraram da companhia toda essa frente [para o mar Pequeno] com 1.130 de fundo. E aí os filhos que vieram e estavam crescendo acharam que a companhia tinha roubado os pais deles. Aí em vez de procurarem uma falha de medição de área de terra, eles entraram na justiça, que a companhia tinha [...] e estava roubando eles. Então o que o doutor Pécio Lousada fez na época? O doutor Pécio é o dono da Companhia Melhoramentos de Cananéia. Então o que aconteceu foi que quando eles correram para registrar, tinha um prazo para registrar a escritura.*

*P: Eles quem? O pessoal daqui?*

*N: Os dois lados. Então o Pécio Lousada deixou passar o tempo, chegou lá, o prazo estava vencido e ele pegou e registrou de mar a mar. Então em vez de eles procurarem conversar com o doutor Pécio, os Lisboa e os Soares, em vez de procurarem o erro que ele cometeu, não conversaram. Os Lisboa puseram na justiça. Eles colocaram advogado, o doutor Pécio também contratou advogado. Então os anos foram passando, isso acho que está indo para mais de vinte anos de briga. Puseram o inventário, que também não tinham dinheiro*

para pagar. E foi rodando, foi rodando, acharam que a companhia estava roubando. Depois, vieram fazer uma audiência em Cananéia, marcaram um encontro do doutor Pérsio Lousada com a família Lisboa. E eu, moleque novo, fui convidado a participar dessa reunião. Eles se encontraram na praça, o doutor Pérsio, o Paulo Lisboa, chamado Paulão, Antônio Lisboa, irmão do Jaime, irmão do Paulo, o Jaime, Roseno. Aí começaram a conversar. O pessoal nosso falou para eles: "o senhor está roubando a nossa terra". Ele disse "espera aí, eu não estou roubando terra de ninguém, se vocês na época que o pai de vocês vendeu acharam que tinha erro, tinham que me procurar para nós sentarmos e conversarmos, mas vocês não fizeram isso, pegaram e procuraram a justiça. Então eu também tenho que me defender, por isso vocês estão gastando dinheiro com advogado, e eu gastando dinheiro com advogado. Por isso estamos aqui hoje sentados para conversar. Eu acho que nós temos que largar de engordar bolso de advogado e fazer um negócio entre nós. Juntem todos os herdeiros de vocês, e vamos ver o que vocês querem. Vamos no cartório, vocês vão ficar com o que vocês acham que é de vocês e eu acerto a minha parte". Então foi aí que foi acertado e eu falei: "Paulo, me desculpem, mas o doutor Pérsio está querendo acertar as coisas sem briga, está dando a oportunidade para negociarmos. Vocês me pediram para falar alguma coisa, a partir de hoje tem que trazer as irmãs de vocês, todos os sócios, os herdeiros da época e fazer uma reunião, marca um dia e acerta a situação. Aí nós temos o direito, vocês vão ter o [...] de vocês, e nós que compramos lote de vocês<sup>61</sup>, temos direito de pegar nossa escritura também". Aí praticamente ficou acertado, eu não me lembro em que ano, ficou acertado a [...]. E eles quiseram acertar? Até hoje está esse rolo. Só que a companhia, como sabe que na época era deles, é um povoado que cresceu e não dá para mexer, então eles respeitam o que venderam na época. Eles [os Lisboa e os Soares] vendem [lotes], já venderam tudo como título de posse, então está se dissolvendo a herança dos antigos. E nós tínhamos, hoje ainda tem vários [lotes], alguns lá para o fundo em lugares mais difíceis, não venderam ainda, mas não está restando praticamente nada.

P: Então quer dizer que as próximas gerações estão deserddadas?

N: Claro que estão, os pais deles mesmos. Agora essa futura geração vai ter que se virar, comprar o seu lote.

P: Mas alguns herdeiros já estão tendo que comprar lote.

N: Mas isso foi falha do passado, que os grandes chegaram e fizeram a proposta, e acabaram acertando da maneira que quiseram.

(...)

P: Mas se eles registraram tudo em nome deles, de mar a mar, foi má fé, não foi?

N: É má fé, lógico. Hoje o mundo está assim, quem que é santo hoje? Pensaram "vamos registrar essa terra aqui, de repente [os caiçaras] vão todos embora mesmo, nós pegamos tudo", não é verdade? "Hoje estão meia dúzia de casas de caiçaras que estão morando aqui, amanhã vão todos embora". Mas saiu o contrário, não virou um Juruvaúva, onde está sumindo o pessoal. Foi o contrário, aumentou a população. Eles [a companhia] ficaram caladinhos e está tudo bem, não se incomodam, deixou [...] e está tudo bem.

P: Tem aquela parte ali da frente na praia que tem casas, ali é da companhia, como que é?

N: Ali, o nome companhia Melhoramentos de Cananéia que consta como Balneário Credialópolis. Essa área, vendida para eles na época, se tornou Balneário Credialópolis, que é a nossa praia; e saindo daqui em direção ao

<sup>61</sup> Veremos adiante que alguns moradores de Pedrinhas, que ficaram sem terra após a venda para a companhia, comparam lotes dos descendentes de três dos filhos de Vitorino Lisboa.

Boqueirão Norte, à esquerda, tem outra área que foi criado o Balneário das Pedrinhas.

P: Na praia?

N: Isso. Depois de 1.132 metros se torna Balneário das Pedrinhas.

(...)

P: Então a própria companhia chegou a lotear?

N: Do rio Condapuí para lá não são abertas as ruas?

P: Eu percebi que a ilha inteira tem esses cortes de ruas.

N: É tudo loteamento, tudo vendido.

P: E é tudo coisa do Trindade?

N: Tudo do Trindade, a Companhia Melhoramentos. Eles compraram, eram os donos, lotearam. Foram os próprios moradores daqui que trabalharam para fazer a abertura daquelas ruas.

P: Eu subi nas dunas em alguns pontos aqui da ilha, e a gente percebe que sempre vai ter dessas avenidas que estão até com capoeira grande, a mata se refazendo, como lá em Juruvaúva.

N: A ilha toda tem. Subindo aí no Teodoro, você olha e vê que a mata está tomando conta. Foi só desmatado, não foi passada a máquina, se tivessem passado a máquina, não estaria o mato do tamanho que está, estaria como essas da companhia, que foram abertas com trator.

(...)

P: Quando a companhia fez a proposta, tinha uma divisão das posses de cada família?

N: Não, tinha só o documento que era de tantas braças.

P: A escritura era, na época, uma só em nome do seu avô?

N: Não, já era do Teotônio Sezenando Lisboa, do Antônio Lisboa. [...] Sei que o pai do Jaime se tornou dono do terreno com ele. Eu, para construir minha casa, tive que comprar terreno, todo mundo que nasceu, teve que comprar terreno. Meu avô fez a primeira casa aqui.

P: Esse negócio da companhia comprar as terras e vender uma parte de volta foi estratégia para se livrar dos impostos?

N: Na época sim, não tinham dinheiro para pagar.

P: Quando foi feita a venda, teve algum acordo entre as famílias para saber o que era de cada família?

N: Entre os Lisboa e os Soares?

P: Entre os próprios Lisboas e os próprios Soares.

N: Era uma área só que dividia, por exemplo com a família do [João] Nazário, lá no cemitério. Pedrinhas vai até o rio Ponte Grande. Então essa área é dos Soares. Agora, dividia assim, na escritura dividia: tantas braças dos Lisboa, tantas braças dos Soares.

P: Uma escritura só para as duas famílias?

N: Exato. Um erro muito grande, mas era feito dessa forma. Até que começaram o inventário, o advogado entrou, em troca de fazer o inventário disseram que pagariam com terra, mas o cara acho que queria um dinheiro a mais, e se desinteressou porque não tinham dinheiro para tocar o barco.

P: Então não teve nenhum acordo entre as famílias na época em que foi feita a proposta?

N: Não, só aconteceu que depois que a companhia ficou com o deles dali para lá, e os mais velhos faleceram, então sobraram alguns mais velhos, eu me lembro ainda o que aconteceu. Peguei o Paulão, peguei o Jaime, peguei o Roseno, pai do Luis, e disse "gente, enquanto vocês estão vivos, e vocês que são novos, o Roseno que era mais novo, peguem os seus pais e tios, e vejam o que vocês têm e dividem cada um o seu terreno. Foi aí que eles fizeram isso, que [...] a picada do Teotônio Lisboa, pega daqui para lá, do muro aí do bar do

Miguel até o cemitério dos Soares<sup>62</sup>, e aí dividiram. Aqui, a família do Jaime, deu 60 metros cada um.

P: A família do Jaime que você fala, são os irmãos dele, deu 60 metros cada um?

N: Isso.

P: 60 metros aqui de frente para o mar Pequeno.

N: Isso, e com 1.130 metros de fundo.

P: Então foram feitas as faixas certinhas para cada irmão?

N: Exatamente. O Miguel, meu cunhado, ele comprou antes a herança de um dos herdeiros [dos Soares], que tem 100 metros de frente para o mar com 1.130 de fundo. Por exemplo, o campo de futebol, depois da ponta, depois da trava de lá até aquela rua que tem a trave [...], aquela faixa até com 1.130 de fundo, é terreno dele.

P: Toda venda de terra aqui em Pedrinhas foi feita por moradores ou teve alguma intermediação de loteadores?

N: Não, foi direto dos proprietários (Nezinho)

P: A Cia. Tomou terra de gente daqui?

Jaime: Justamente. O primeiro que apareceu foi o Manuel Trindade. Foi o grileiro que veio com aquela conversa: "nós compramos, vocês não vão ter dinheiro para pagar os [impostos] atrasados". Já morreu, nunca mais ninguém falou.

P: Ele era da Cia?

J: Ele era um corretor que procurava onde tinha terra para grilar e apresentar para as companhias.

p: O senhor lembra em que época foi?

J: Não vou lembrar... Uns trinta anos... (...) Eu era mocinho já. Tenho 70 agora. Ele passou o pé nos velhos: "vocês não têm dinheiro para pagar o imposto, vai entrar em leilão, arrematam tudo". [...] Daí entraram em acordo. Dá uma parte para nós, que era nosso pai, e eles ficaram com duas partes para o lado da praia, passaram todo o documento em dia, pagaram os atrasados, duas partes para eles, uma parte para nós. Concordaram os velhos lá. Foram para o cartório, levaram o Manuel Trindade junto, e faz e desfaz, e faz não sei o que lá, aí passaram anos. Os velhos foram morrendo. Eu casei e comecei meu remancho que não era tão grande, mas era [...]. Eu era mais interessado por isso aí e comecei a procurar. Eles começaram a fazer um barraco aí e roçar tudo e queriam entrar aqui.

P: O pessoal da Cia?

J: Já era a Cia. O Trindade já tinha caído fora. [Eu disse:] "entrar aqui? Mas como entrar?" A divisa já tinha sido feita, foi divisado. [Eles disseram:] "entrar aqui porque é nosso, nós temos documento". [Digo:] "nosso vocês vão ver só". Aí eu procurei meu direito, fui em Jacupiranga. [Eles diziam:] "está tudo errado porque são tantos mil metros quadrados, vocês não têm nada. Eu disse: "então deixe por minha conta". (...) Daí eu arranjei advogado. Ganhei a primeira questão. A companhia, com um coitado igual a mim, pobre, procuraram recurso. Aí eu procurei advogado outra vez e perdi. Aí eu entrei com recurso e foi para o tribunal.

P: Não existe mais a Cia.?

J: A única companhia Melhoramentos que tinha era a Cananéia só que já mudaram uns dez nomes nela. Era Companhia Melhoramentos de Cananéia e de Pedrinhas, eles diziam.

A negociação de terras entre os moradores de Pedrinhas e a companhia seguiu

<sup>62</sup> Cemitério que dividia as terras de João Nazário e da Família Soares.

um percurso inusitado. Primeiramente, vimos Jaime dizer que o acordo seria de que, calculando a extensão de mar a mar, uma parte ficaria para os moradores e duas partes ficariam para a companhia. É curioso que esta tenha primeiro feito um documento de compra de toda a área para depois fazer outro como se os moradores estivessem comprando uma parte de volta. Em segundo lugar, para os irmãos Antonio, Eufrozina e Theotonio Lisboa (filhos de Vitorino) e para os Soares foi feito um único documento de compra e venda, e para os filhos de Eduardo Lisboa parece que feito um documento à parte. Outro detalhe interessante é o fato de que, conforme este documento, as terras aparecem como tendo sido compradas de Eduardo Lisboa apenas, sem menção nenhuma aos demais Lisboa e nem aos Soares que também seriam donos da área.

No documento de venda e compra da companhia para os três filhos de Vitorino e para os Soares, datado de junho de 1955, consta que o terreno, com a largura de 1.150 braças e com extensão de mar a mar havia sido comprado de Eduardo Lisboa em outubro de 1953. Para efeito de análise, vejamos a reprodução de uma parte deste documento<sup>63\*</sup>:

PRIMEIRO TRASLADO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA QUE FAZEM A COMPANHIA MELHORAMENTOS CANANÉIA, S/A A THEOTONIO SIZENANDO LISBÔA E OUTROS.

SAIBAM quantos êste público instrumento virem que aos 8 (oito) dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e cincoenta e cinco (1955) da Era Cristã, nesta cidade de Cananéia, Estado de São Paulo, República dos Estados Unidos do Brasil, em cartório, perante mim, Oficial Maior, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: como outorgante vendedora a COMPANHIA MELHORAMENTOS CANANÉIA, Sociedade Anonyma, com sede na capital do Estado a rua Barão de Itapetininga, 124, 9º andar, neste ato representada por seu procurador MANOEL CLAUDIO TRINDADE, brasileiro, casado, comerciarior, residente na capital do estado a rua Falchi Giannini, 734, a passeio nesta cidade, nos termos da procuração lavrada nestas notas, no livro 9, fls. 49, em 24 de outubro de 1953, e como outorgados compradores: THEOTONIO SIZENANDO LISBÔA, casado, ANTONIO AVELINO LISBÔA, viuvo, EUFROZINA LISBÔA, solteira, JOÃO SOARES, solteiro, SEBASTIÃO SOARES, solteiro, ANTONIO AMELIO SOARES, casado, e SANTINO SOARES, solteiro, todos brasileiros, maiores, lavradores, residentes neste município e comarca, neste ato representados por seu procurador sr. PEDRO ORSINI SANT'ANA, brasileiro, casado, motorista, residente nesta cidade, nos termos das representações lavradas nestas notas respectivamente em 17 de Outubro de 1953 (mil novecentos e cincoenta e três), no Livro 9, fls 44 e 45; meus [...] e testemunhas adiante nomeadas e no [...] que dou fé. E perante essas mesmas testemunhas [...] vendedora por seu procurador acima referido [...] senhora e legítima possuidora das terras [...] rural denominado "PEDRINHAS", também conhecido por "YGUATEMI"<sup>64</sup>, situado no bairro de

<sup>63</sup> Ver em anexo cópia do documento na íntegra.

\* Documento gentilmente cedido para cópia por Ivone Lisboa, neta de João Nazário e também de Theotonio Lisboa.

<sup>64</sup> Pedrinhas e Iguatemi, nas verdade, são lugares diferentes; este último fica logo ao norte do primeiro, margeando o mar Pequeno.

Pedrinhas, na ilha Comprida, neste município e comarca de Cananéia, havido a Eduardo José Lisbôa, por escritura pública destas Notas, datada de 15 de outubro de 1953, devidamente transcrita no Registro Geral da comarca, no Livro 3B, de transcrição das transmissões, sob o número 692, cujo imóvel em sua integridade mede mais ou menos mil cento e cinqüenta (1.150) braças de frente para o Mar Pequeno de Cananéia por mil cento e cinqüenta (braças também de frente para o Mar grosso, em toda a extensão na linha da marinha no Mar Pequeno até a marinha na praia do Mar Grosso, e que divide-se : Ao norte, ou para o lado de Iguape, com o imóvel Ubatuba, de propriedade da vendedora; para o Sul, ou lado de Cananéia, com terras hoje de João Nazário e outros ou de quem de direito; (...). lado norte com [...] do mesmo imóvel vendido a Manoel Lisbôa e outros<sup>65</sup> (...).

Embora os moradores se refiram a Manoel Trindade como comprador de terras, muitos o confundem com a companhia Melhoramentos, ou o consideram dono desta. Neste documento ele aparece como um comerciante morador da cidade de São Paulo que está “a passeio” na cidade de Cananéia e, ao mesmo tempo, é procurador da companhia. Notemos que ele torna-se procurador desta última em 24 de outubro de 1953, poucos dias após a alegada data da aquisição de Pedrinhas<sup>66</sup>, em 15 de outubro de 1953. Nos carimbos do cartório de Cananéia, João Veríssimo da Silva aparece como serventuário.

Podemos perceber, neste documento, a apropriação de alguns termos e também de algo do estilo dos registros paroquiais de 1850. Embora em página adiante estejam especificadas as coordenadas geográficas da área comprada pela companhia, aparecem especificados os vizinhos das divisas ao norte e ao sul, tal como naqueles registros, nos quais apareciam os vizinhos *rio abaixo* e *rio acima*. A companhia também se declara *senhora e legítima possuidora* das terras, da mesma forma como os posseiros do século passado aparecem, na grande maioria dos registros, como *senhores e possuidores*.

Ao especificar o vizinho da divisa ao sul, podemos supor a intenção de adquirir também essas terras: *terras hoje de João Nazário ou quem de direito*. As terras de Ubatuba já aparecem como sendo da companhia. As terras de Juruvaúva também foram negociadas, sob o intermédio do Trindade, nessa mesma época.

Nesse primeiro momento, parece ter havido uma certa “febre”, entre os próprios moradores, de venda de terras. A grande maioria dos descendentes daqueles que realizaram as vendas, afirmam que isso era necessário por causa do problema dos impostos. Contudo, Nezinho também fala que muitos estavam convencidos de que a importância oferecida era realmente alta, e ele próprio, ainda hoje, acha que a oferta teria sido justa. Aproximadamente vinte anos mais tarde, a companhia, que registrara a área

<sup>65</sup> Referência aos filhos de Eduardo: Manuel, Rosa, Maria Francisca e Maria da Glória.

<sup>66</sup> Infelizmente, não temos o documento de venda e compra de Eduardo Lisboa para a companhia.

toda em seu nome, tentou se apossar da área dos moradores de Pedrinhas, o que resultou em questão judicial até hoje não resolvida. Veremos que as terras do “vizinho ao sul” (Capão) foram facilmente ganhas na justiça.

À época da venda, , foi feita a divisão das terras entre os moradores as famílias de Pedrinhas, ou seja, os Soares, Eduardo Lisboa, e três dos filhos de Vitorino e Maria Lisboa. Então, se basearam no seguinte esquema para fazer a divisão:

Sebastião Soares (60 braças)	João Soares (60 braças)	Santino Soares (60 braças)	Antonio Amélio Soares (150 braças)	Antonio Lisboa (60 braças)	Eufrozina Lisboa (60 braças)	Teotônio Lisboa (60 braças)	Eduardo Lisboa (150 braças)
------------------------------	-------------------------	----------------------------	------------------------------------	----------------------------	------------------------------	-----------------------------	-----------------------------

Imaginemos que a parte superior do quadro acima represente o mar Pequeno e que a parte inferior represente o rio Cavalão Sul, 1.133 metros para dentro da ilha, que, conforme o acordo, dividiria as terras entre os moradores e a companhia. Desta forma, as faixas de terra atribuídas a cada um dos “antigos” por seus filhos na hora da divisão, são paralelas e vão do mar Pequeno ao rio Cavalão Sul. Comparando este quadro com os relatos dos moradores e com a localização do terreno onde estava o casarão de Eduardo Lisboa, podemos perceber um deslocamento da faixa de terra pertencente a este para o norte. Pois o casarão estava erguido no terreno que, à época da divisão entre os herdeiros, acabou sendo destinado a Roseno, um dos filhos de Antonio Soares. A área que, conforme quadro acima, na época da venda ao Trindade, passou a ser de Eduardo, na verdade está fora de Pedrinhas. A área que hoje pertence a Pedrinhas está dentro das terras dos descendentes dos filhos de Vitorino, além do Capão, ao sul, hoje também incorporado ao bairro. Da mesma forma que estes últimos, os filhos de Eduardo também “compraram” de volta uma extensão com 1.133 metros de fundo nos primeiros anos da década de 1950, que, mais tarde, foi novamente vendida por eles para a companhia. Eduardo continuou morando no lugar onde sempre esteve sua casa. Contudo, os filhos dele ficaram sem terra. Embora estes tenham continuado morando em suas casas, seus filhos, ou seja, os netos de Eduardo (com exceção dos descendentes de Rosa, que era casada com Theotônio) ficaram sem terra, uma vez que seus pais venderam sua parte novamente para a companhia, e dentro das terras que seriam originalmente de Eduardo, ficaram os descendentes de Theotônio, Antonio e Eufrozina. Por isso, ainda na década de 1950 começou a haver um rearranjo para que aqueles que não tinham terreno comprassem lotes dos filhos de Theotônio, Antonio e Eufrozina, e também dos Soares. As

vendas foram feitas a preços bastante acessíveis, de modo que alguns compraram lotes pensando também no futuro dos filhos:

*Leonel: Essa área aqui nossa era uma área só. Dava uns 6 km. Só que tinha muitos donos, o pessoal dos Lisboa, dos Soares. Aí dividiram. Ficou uma frente aqui. Como essa frente aqui [para o Mar Pequeno] era uma frente melhor, então fizeram um acordo. Um pouco ficou [...] Dividiram um pedaço com uma frente boa, e outros empurraram para lá [para trás].*

*(...)*

*P: E hoje em dia, os filhos que casam e querem continuar aqui?*

*L: Tem que comprar. A não ser que o dono da área der. Eu, por exemplo, se quiser terreno, tenho que comprar. (...) Na época, eu comprei uns lotes aí e dei para eles [os filhos], cada um tem um lote. Na época que começaram a vender, era tão barato que dava para comprar. Eu comprei de parente. Então pagava como podia. Depois foi valorizando.*

*P: Você comprou esses lotes na época da divisão das terras?*

*L: Isso, de quem ficou o dono, herdeiro da área. Eles eram uma família, Lisboa. Então, era já o Roseno, era casado com uma filha do...Tinha a irmandade do Teotônio, os irmãos, tinha já o rolo da família deles, então, cada um ficou com a sua parte.*

*P: O senhor depois que casou foi morar perto da casa dos seus pais?*

*Miguel: Eu estive um ano na casa do meu pai mesmo, lá no lugar que eu nasci [Tambalásguas, ou Tombo das Águas].*

*P: É que o senhor falou que comprou [terra em Pedrinhas] e eu estou com esse negócio na cabeça de que antigamente não se vendia terra.*

*M: Ah, bem antes. Agora, foi em 1956, eu comprei também uma faixa de terra aqui.*

*P: E de quem o senhor comprou essas terras?*

*M: Do falecido [...] Soares.*

*(Miguel, morador de Pedrinhas)*

Vimos Nezinho dizer que na época em que a companhia tentou se apossar das terras dos moradores, que já eram os filhos daqueles que haviam negociado as terras, estes resolveram fazer uma divisão entre si. No caso dos herdeiros dos irmãos Theotônio, Eufrozina e Antonio Lisboa, a divisão foi feita conforme quadro abaixo, e a partir daí, foram feitas as vendas de lotes para os Lisboa que estavam sem terra, e também para turistas.

Filhos de Antonio Lisboa	Herdeiros de Eufrozina	Filhos de Theotonio				
Roseno <sup>67</sup>	Terras não foram divididas, embora já tenham vendido lotes.	Pau- lo	Anto- nio	Jai- me	Ro- sá- ria	Ceci- -lia
filhos de Maria Lisboa						
filhos de Francelina						

Voltemos a imaginar, como no quadro anterior, que o quadro acima representa um bloco de faixas de terras paralelas situadas entre o mar Pequeno e o rio Cavalo Sul. Aqui já não aparecem mais as terras que, após o acordo com a companhia, foram designadas aos filhos de Eduardo. Estas ficam ao lado das que ficaram para o Theotonio, entre Pedrinhas e Ubatuba. Contudo, eram área de mata, que pouco interessavam porque não havia ninguém morando, provavelmente por isso foram novamente vendidas para a companhia Melhoramentos anos antes da divisão feita entre os filhos dos antigos.

Há uma considerável diferença nas formas em que foram feitas as divisões entre os filhos de Antonio Lisboa e entre os filhos de Theotonio. Neste último caso, houve a preocupação de que todos ficassem com um pedaço de frente para o mar Pequeno, certamente a parte mais valorizada. No caso dos herdeiros de Antonio Lisboa, apenas Roseno ficou com terras de frente para o canal, sendo que as duas irmãs foram “empurradas” para os fundos. Nesses casos todos, as divisas foram feitas com picadas. No caso dos herdeiros de Eufrozina, embora tenham vendido lotes, não foi realizada a divisão. Quanto aos Soares, vimos que hoje há apenas uma família no bairro. Suas terras foram vendidas para os Lisboa, inclusive os que foram expulsos do Capão, e, a maior parte, para veranistas.

Outro detalhe interessante é o fato de que, conforme este documento, as terras aparecem como tendo sido compradas de Eduardo Lisboa apenas, sem menção nenhuma aos demais Lisboa e nem aos Soares que também eram donos da área.

#### **5.4. O caso do Capão**

Como sabemos, o Capão, que hoje foi incorporado ao bairro de Pedrinhas, fazia divisa ao sul de Pedrinhas e pertencia à família de João Nazário Lisboa e sua esposa,

<sup>67</sup> Terreno onde estava erguida a casa de Eduardo Lisboa.

Perpétua Teixeira. Os descendentes do casal nos contam suas versões da transformação do Capão em terra de negócio. Também temos a versão de Nezinhosobre o assunto.

*Pedrina: Tem muita gente que [...] porque tinha um grileiro que andava grilando as terras aí. Eu tinha parte de terra ali onde estão fazendo o viveiro do papagaio da cara roxa, aquilo era dos meus pais [João Nazário Lisboa e Perpétua Teixeira]. [...] Veio a companhia Melhoramentos e grilou, vieram com homens amados, nós morando lá ainda, tiraram todos os irmãos. Senão saíssem, eles matavam. [...] Até fizeram um ranchinho de material para tomar posse. Agora escuto falar que ele vendeu para a prefeitura. Por aqui tem muitas terras griladas.*

*(...)*

*P: Então a sua família perdeu?*

*Pe: Perdeu. Sabe que antigamente... Essa gente aqui não dá valor para nada.*

*P: Para a terra?*

*Pe: Não dão valor! Eles não tinham condições de pagar os impostos. Então deixavam. Tinham outros que vinham e ficavam ali, ficavam com a terra. Esse de São Paulo, onde estava o [...] de São Paulo, quando meu pai era vivo, estava o Trindade, já morreu também, mas era bem vivo. Ele chegou na casa do meu pai, veio ele com o Teixeira [...] e falou assim: "Eu vim comprar terra do senhor aqui, eu vim comprar essa terra e vou comprar a terra do Pedro Neves" - era outro para lá já do Vamiranga<sup>68</sup> - "e vou comprar a sua terra junto. Eu quero que o senhor vá lá conosco agora para assinar junto [...]". Veja só, gente antiga não tinha inteligência para nada, eram bobos, não sei, qualquer um fazia de bobo. Aí ele acompanhou, chegou lá assinou um papel. (...) Meu pai morava ali, eu nasci ali.*

*P: Então esse Trindade grilou?*

*Pe: Grilou. Eu acho que ele vendeu para a Melhoramentos, não sei. Não sei o que foi que fizeram. Já foi a Cia. Melhoramentos que... o meu irmão morava lá e queriam que ele vendesse o quadro da casa dele. Ele vendeu o quadro onde ele morava, aí a companhia veio e grilou tudo.*

*(Pedrina, filha de João Nazário Lisboa)*

*Antenor: Eu morava perto do rio numa casinha de palha. Dali onde estão fazendo o viveiro até o rio, a ponte do [rio] Cavalo Sul. [...] O [Manuel] Severino, meu irmão, a companhia tirou ele à toa de lá, ele saiu com tudo na hora. O Zito era administrador da companhia, pode conversar com ele. Ele foi em casa, o doutor Pérsio era o patrão dele.*

*O doutor Pérsio disse para mim que pagava vinte mil cruzeiros pela minha casa com o pé de abacate. O terreno não estava vendendo, estava vendendo só a benfeitoria, o rancho de palha. Deu vinte mil cruzeiros. [...]*

*P: Então ele queria comprar a benfeitoria porque a terra ele já tinha grilado?*

*A: A terra era deles. Fomos lá no cartório de Cananéia, fizemos eu e minha mulher, eu só estava vendendo a benfeitoria. Ele me deu vinte mil cruzeiros e eu comprei este quadrinho aqui do Antônio Soares, fiz o cercadinho. Depois a prefeitura cadastrou o terreno [...].*

*P: Qual?*

*A: Este aqui que eu estou morando. O doutor Pérsio ofereceu cinquenta mil cruzeiros para o meu irmão, o Severino, pai do Oskalino. Ele pagou vinte para mim e ia pagar cinquenta para ele.*

*P: E ele não quis vender?*

<sup>68</sup> Alguns se referem ao Capão como Vamiranga.

*A: Não quis vender, ficou lá. A companhia mandou o oficial de justiça ir lá [...] liminar de despejo e ele saiu na hora com tudo. Veio o oficial de justiça com liminar do juiz.*

*(Antenor, filho de João Nazário)*

*P: Então aquela parte do Vamiranga era do seu avô [João Nazário]?*

*Oscalino: É, uma parte era do velho, cem metros de frente [para o mar Pequeno]. Só que metade pertencia à minha família que morava lá, a outra metade pertencia a outra família. Pertencia à família de [...] lá. Então na época apareceu um tal de Afílio Teixeira. Então ele apareceu por aí falando... O pessoal antigo era meio bobo, sei lá, naquela época, não era instruído e vendia terreno por qualquer preço para pegar um dinheirinho. Venderam para o cara. Só que depois esse Afílio Teixeira vendeu para outro, um tal de Camargo. E esse Camargo vendeu para um tal de doutor Parisi e dona Judite, a mulher dele. Daí ficou que o doutor Parisi e a dona Judite eram os donos da área do Capão, que pertencia ao Vamiranga. Daí, na época, tinha essa companhia Melhoramentos de Cananéia, que tem um pedaço de terreno da metade da ilha para lá [em Pedrinhas]. Daí apareceu um tal de Antônio Carlos, filho do [Oraci?] que era da companhia. Daí eles queriam tomar lá, acharam que iam ficar de mar a mar com o terreno.*

*P: Eles queriam ficar com o terreno de mar a mar? Mas o acordo não era da metade para lá?*

*O: Era da metade para lá mas só com o pessoal de Pedrinhas, do Miguel para lá.*

*P: Vamiranga não estava no acordo?*

*O: Em frente ao cemitério aí tinha um vanandi, uma árvore grande, que servia de marco de divisa [entre Vamiranga e Pedrinhas].*

*P: Então para lá do vanandi era Pedrinhas e para cá do vanandi era Vamiranga?*

*O: Nesse vanandi tinha um marco pelo [...] que nós chamávamos de marco zero. Tinha um [...] de cimento. Daí a companhia cismou de fazer uma casinha no Capão. É aquela casa que tem lá no [...]. Fizeram a casa lá e começaram a falar que aquele terreno era da companhia. Só falavam, mas a companhia não comprou de ninguém. Daí meu pai que tomava conta para o outro, o seu Parisi. Depois a companhia fez a casa, e na época o tio Antenor morava lá. O outro meu tio, tio Brasilino tinha saído de lá. Só tinha o tio Antenor lá e meu pai. Depois o tio Antenor vendeu o direito de posse dele.*

*P: Não estou entendendo. A tua família vendeu e continuou morando no lugar?*

*O: Continuou morando. Só que depois saíram. Só que eles saíram porque eles quiseram, ninguém dando ordem. Por último ficaram meu tio e meu pai lá. Na época em que a companhia fez casa lá, queria comprar o direito de posse. O tio Antenor vendeu. A parte do meu pai também, na época, dava um bom dinheiro. O meu pai era daquele pessoal humilde antigo, ele achava que estava ganhando um salário de uma outra pessoa [do Parisi], achava chato vender, então ficou com medo.*

*P: O sítio que vocês moravam pertencia ao Parisi?*

*O: No caso, o doutor Parisi era o dono. (...) Fizeram a casa lá e meu pai avisou o doutor Parisi, avisou o advogado também. Daí o advogado do Parisi falou assim: "pode deixar que eles façam a casa que não tem problema". E no fim deu um problema sério. Eles ganharam as terras lá.*

*P: O Parisi perdeu?*

*O: Perdeu tudo. Depois ele morreu e ficou por isso mesmo.*

*P: Como é a história da expulsão do teu pai?*

O: Nós ficamos por último lá morando. (...) Um dia chegaram lá com caminhão e outros carros e falaram: "você têm que sair daqui hoje". Perguntamos se não podia ser no dia seguinte até arrumar lugar. Disseram: "não, é hoje".

P: Estavam armados?

O: Eles não tinham armas nas mãos mas ameaçaram. Falaram: "se você não sair por bem, vai sair por mal". Na época só estávamos eu, o Chicão [irmão] e o meu pai. A gente não tinha visão das coisas. A gente fica morando no mato e não tem visão das coisas, qualquer coisa acredita. Aí tivemos que arrumar as malas e sair de lá. Aí fomos para a casa do [...]. Ficamos até eu comprar esse terreno aqui. Fizemos um barraquinho aqui, ficamos assim uns dois três anos, depois que foi melhorando. A companhia tomou assim esse pedaço de terreno. [...] No fim a prefeitura tomou tudo, depois da emancipação da ilha.

P: Que ano que vocês foram expulsos?

O: Foi em 1981, faz 17 anos. Depois da emancipação da ilha a prefeitura descobriu que aquilo não tem dono. Se nós não tivéssemos saído, seria nosso, uma boa área de terra.

(Oscalino, neto de João Nazário Lisboa)

P: E a parte do Capão?

Brasilino: A companhia também pegou para eles.

P: Mas o Capão está para cá do [rio] Cavalão Sul, mesmo que pertencesse a Pedrinhas, pelo acordo não seria deles...

B: É, o Capão, a companhia pegou tudo, até lá no rio. Agora o IBAMA também diz que tem um pedaço lá, um matão grande que tem lá. [...] Nós morávamos no Capão, a família nossa, porque era do meu pai lá. Depois o meu pai foi ficando velho, ele pegou e vendeu para a companhia. Vendeu baratinho, a troco de nada. Eles ficaram com o terreno e nós saímos de lá. [...] Só o Antenor ficou lá, o mais velho, com ordem da companhia. [...] Eu vim para cá, comprei esse lote aqui. [...].

(Brasilino)

Nezinho: O Capão, eu vou contar uma coisa para você. Lá era da família Nazário. Os pais do Oscalino, os irmãos, eles venderam para o Camargo a posse deles. Camargo era também um proprietário de área de terra. Comprava terreno, vendia. O negócio dele era comprar terreno e vender. Chegava numa área e dizia "terreno grande, para que tanto terreno? Gostaria de vender essa área de terra e deixar só um pedaço para você?" A pessoa dizia "é isso aí mesmo, tem razão, eu vendo e deixo isso para mim". Era com título, documento. Eles negociaram com o Camargo. Moravam todos lá, para lá do cemitério, naquele capão. Venderam, coube a cada um herança naquela época, que era Josefina, Manuel Severino, pai de Oscalino, o Antenor, o Brasilino. Eram os herdeiros do Nazário, filhos dele. Coube doze contos naquela época, era conto. Nunca viram dinheiro, em vez de aplicar, na época tinha poupança, não. Comeram tudo [o dinheiro]. Aí o Camargo vendeu para o Parisi essa mesma área. Aí nunca ninguém veio ver nada.

P: Quem era o Parisi?

N: Um outro comprador de terra. O Camargo vendeu para o Parisi mas nunca ninguém tomou conta de nada, a companhia que está no lado mandou um caseiro construir um barraco no lado da praia e mandou construir um barraco lá para tomar conta.

P: Mas não era da companhia, era do Parisi.

N: Era do Parisi, aí como não tinha ninguém tomando conta, como aconteceu muito na ilha. No lugar não tinha ninguém, alguém de fora vinha e construía, ninguém tomando conta, dali a pouco tomavam posse. Aí ia para a justiça: "não, é meu, faz tantos anos que eu construí, tenho caseiro lá, e que é que você tem

*lá? Você tem documento mas eu tenho a posse". E a briga foi indo, foi indo, morreu o Parisi e no fim a companhia praticamente ganhou a causa. O Antenor e o Severino, pai do Oscalino, os dois ficaram morando ainda lá. O Severino ficou como caseiro [do Parisi]. Eles não tinham mais a posse, mas a companhia deu dinheiro para o Antenor, e o Antenor fez aquela casinha que ele está morando hoje. E o outro a justiça veio e mandou em 24 horas retirar tudo. Então foi assim a briga, ninguém roubou nada deles. Eles venderam e ficaram na terra. Eu conto a verdade para você. Só que o Parisi perdeu a briga porque quem ganhou posse foi quem tinha construção dentro do terreno. O que está na lei hoje? Se você constrói uma casa e se não aparece ninguém para te encher o saco, você é posseiro. O que está na lei hoje? Tem direito à terra quem mora encima dela. Você pode ter a escritura, só que há cinco anos que não vai lá e não cuida e o cara foi lá e construiu uma casa lá, fez a plantação dele. Quando você chegar lá, ele vai dizer "isso aqui é meu". Foi errado, mas a lei dá o direito..*

(Nezinho)

Dona Pedrina, hoje com mais de 70 anos, e o irmão Brasilino fazem menção a uma venda que seu pai teria feito à companhia, tendo Trindade como intermediário. Dona Pedrina conta inclusive detalhes da ida ao cartório. Vimos que quase trinta anos mais tarde, em 1981, a companhia consegue se apropriar do Capão. Os outros se referem à venda feita para o Camargo, que vendeu para o Parisi. Considerando essas duas versões, somos levados a concluir que o lugar foi vendido duas vezes: a primeira, para a companhia, possivelmente na década de 1950 – vimos no trecho do documento acima transcrito que é possível subentender a intenção da companhia de obter essas terras –; e a segunda, anos mais tarde pelos filhos de João Nazário ao Camargo.

Como no caso de Pedrinhas, entre a venda para a companhia e a iniciativa desta de tomar posse, ao menos das terras que eram das famílias moradoras, já na década de 1970, há um intervalo de tempo de aproximadamente 20 anos.

Ainda considerando a versão de dona Pedrina, não pude obter informações sobre qual a extensão de terra que João Nazário teria vendido. Mas é provável que, tal como os moradores de Pedrinhas, ele não tenha negociado a totalidade das terras.

Após a venda para o Camargo, e posteriormente para o Parisi, Antenor, Brasilino e Manoel Severino continuaram morando no lugar, este último, contratado como caseiro. Mais tarde, a companhia comprou, desta vez apenas “as benfeitorias” de Antenor e de Brasilino, o que foi suficiente para eles comprarem, cada um, um lote de terra dos Soares. Contudo, Manuel Severino, que era caseiro do Parisi, se recusou a vender sua posse novamente para o adversário de seu patrão, mesmo tendo recebido uma oferta muito maior do que a companhia havia pago aos seus irmãos. A companhia acabou ganhando o Capão na justiça e Severino e os dois filhos, sem ganharem nada, foram obrigados a sair às pressas, com ordem judicial.

### 5.5. O caso de Ubatuba

Embora tenhamos visto que, no documento referente à venda de Pedrinhas, a companhia se declara dona das terras de Ubatuba, nenhum dos entrevistados faz menção ao Trindade ou à própria companhia. Contudo, fazem menção a dois empresários de São Paulo que estiveram disputando entre si, Moacir Franco e o Lisboa. Voltemos às narrativas locais:

*P: Eu soube que no Ubatuba foi um pessoal com armas para tomar as terras do seu Paulo...*

*Jaime: Ah, muitos!*

*P: Aqui vieram também?*

*Jaime: Com arma não. Mas eles entraram aí. Lá no Ubatuba é grileiro daqueles brabos mesmo. Andavam com jagunços para pegar a pessoa e matar. Houve tiroteio aí que era uma desgraça. Mataram [...] aí.*

*P: Chegaram a matar gente de Ubatuba?*

*Jaime: No Ubatuba, não. Para lá do Ubatuba, ali onde tem a primeira barra, eles mataram.*

*P: Como é que chama ali?*

*Jaime: Ali se chama Barra Nova. Tem nome de balneário.*

*P: Chegaram a colocar jagunços atrás do seu Paulo, no Ubatuba?*

*Jaime: Eles escapou de morrer. Ele puxava o saco de um tal de Lisboa, que já morreu. Um cara que olhava na presença dele, "era meu amigo", ele dizia. Tinha uma conversa macia, bom de conversa, e ninguém calculava quem era o cara. Mas só trabalhava jagunço vagabundo com ele. Ele ia embora e dizia: "fulano, aquele cara lá acho que é melhor..." Já matava o cara, nem sabia quem era. Escaparam de matar ele [o Paulo].*

*P: Tinha um outro homem brigando com o Lisboa?*

*Jaime: Tinha, era um tal de Arantes aí. É, Arantes, uma companhia que apareceu aí também. Tem aquele Moacir Franco, aquele que cantava e é cantor até hoje. Eu conheci todos eles. O Arantes era o tal de corretor, que comandava lá, que procurava a terra. Era o jagunção lá que mandava. E eles conheceram e tomaram conta lá dessas terras para cá da [...]. Tinha mais de 200, 300 pessoas naquele mato que é da União. Eles que mandavam em tudo aquilo ali. Mataram gente nesse mato que era um desgraça.*

*P: Então, esse Lisboa grilou as terras do pessoal do Ubatuba, aí chegou o Arantes grilando a terra do Lisboa?*

*Jaime: Não. Daí veio esse Moacir Franco com mais outros... esqueci o nome. O Moacir Franco comprou uma área de outro dono que tinha aqui já, o Lisboa tinha grilado. Daí entraram em briga os dois. Aí ficou essa briga, foram em questão. Aí traziam aqueles jagunços e faziam uma casa numa noite só, e já amanheciam lá. Aí chegava policiamento, mandava afastar. Saia o policiamento, comia tiro. Jogava o barraco à custa de tiro. Era uma bagunça desgraçada. No fim, lá foi Arantes, ficou a mesma bagunça. Agora só que não tem esse negócio de vir aí e dizer que é dele.*

*P: O senhor achou esses documentos na igreja?*

*Paulo: Achei. Faz uns vinte anos isso aí. Hoje esses títulos da igreja não têm valor nenhum. Tivemos um rolo de briga de terra e no fim foi todo mundo para o cartório. Primeiro, o juiz foi a nosso favor e falou que esses títulos não têm valor nenhum, só que na época valia.*

*P: Em que época que apareceu esse grileiro?*

Paulo: *Faz uns vinte anos. O cara ia lá, devia conseguir alguma coisa na igreja e aparecia com documento.*

P: *Ele veio com documento da igreja?*

Paulo: *Veio. Chegou no fim, não deu nada. Deu rolo, fomos para a justiça, acertamos.*

P: *Como fez para acertar na justiça?*

Paulo: *Aí o juiz foi a nosso favor, Assinou um documento para nós.*

P: *Ele [o Lisboa] ficou com alguma terra?*

Paulo: *Ficou porque o cara estava aí há muitos anos, só que o nosso, ficamos com ele. Aí o juiz pegou e passou um documento para o pessoal que morava aqui, garantindo a nossa posse. [...] Conversamos com o advogado da prefeitura e ele [Lisboa] passou um contrato dizendo que nós tínhamos uma certa quantia dentro da área dele. Depois a prefeitura deu uma força, estamos pagando imposto.*

P: *De onde veio esse grileiro que se dizia dono?*

Paulo: *De São Paulo. Na verdade, isso aqui é meu, somos nativos daqui.*

P: *Documento definitivo de posse não tem?*

Paulo: *Não tem, estamos tentando acertar um negócio aí que eu não sei como é que vai ficar.*

P: *Teve família daqui que foi expulsa por grileiro?*

Paulo: *Teve bastante. Eles tocavam jagunço e não tinha como você reagir.*

P: *Aqui no Ubatuba aconteceu de colocarem jagunço?*

Paulo: *Aqui não mas teve em várias partes.*

(...)

Paulo: *Aqui teve um dono antigo, eu me esqueço [o nome].*

P: *De fora?*

Paulo: *É, de fora, tudo de fora.*

P: *O senhor conhece famílias que foram tocadas por jagunços?*

Paulo: *Não, isso aí aconteceu naquela época, há vinte anos. Acontecia um monte de coisas desse tipo. Hoje não acontece essas coisas, hoje mudou tudo. Naquele tempo era muito grileiro. Hoje cada um que tem, tem o seu. Esse juiz também, depois que apareceu em Iguape... uma pessoa honesta que ajudou muito os nativos, o dr. Caramuru, que trabalha no fórum de Iguape.*

(...)

Zenaide: *A briga daqui, faz vinte anos. [...] o importante é o preto no branco, e nós não tínhamos. É que antigamente muita gente se vendia e os coitadinhos dançavam, agora não.*

(...)

P: *Como é o nome desse grileiro? Lisboa?*

Z: *Ele não era bem grileiro, o grileiro era o outro que brigava com ele, ele era a favor nosso na época da briga. Era ele [brigando] com outra turma.*

P: *Então ele era de São Paulo e tinha outros de São Paulo...*

Z: *Que brigavam com ele, que queriam essa terra que era dele.*

P: *Que ele já tinha tomado posse?*

Z: *É, ele já tinha tomado posse. Na época ele comprou do Astor.*

P: *Então ele comprou terra de caçara e pagou?*

Z: *Foi, só nosso que ele não comprou, o nosso ele quis tomar. Se compra cem, na hora de fazer a metragem ele quer mil. Foi isso que aconteceu conosco. Nós não tínhamos vendido para ele, quando foi medir, os engenheiros passaram nas terras nossas. Aí a gente reclamou. Ele falou "tudo bem, a gente acerta, eu compro de vocês". Nisso que ele falou que ia comprar, um outro entrou dizendo que a terra era dele e ia se apossar. Daí virou aquela briga que durou vinte anos. Antes de morrer ele falou perante nós e a mulher dele "estou fazendo de tudo para acertar, para não deixar nada enrolado; mesmo que eu morra nesse intervalo, a Silvia vai assumir isso, o que é de vocês, é de vocês". Aí eu falei*

*"Pára com isso de falar que vai morrer". Parecia que ele estava prevendo, morreu de manhã cedo, foi atropelado.*

*(...)*

*Z: Aí eles entraram, ficaram empurrando a porta, a gente teve que sair. A hora que saiu, eles furaram ele [o marido]. Estavam todos armados, foi a hora que ele gritou pelo irmão dele. Não sei como foi que ele saiu deles. Me jogaram no chão, quando o irmão chegou, saíram correndo, não sei como não caíram nessa valeta grande.*

*Paulo: Os antigos sabiam tudo certinho, tinha as divisas, cada um tinha a sua parte. Quando começou esse tipo de coisa [a grilagem], não teve quem segurasse, ninguém segurou mais nada.*

*P: O senhor tinha que se defender sozinho?*

*Paulo: Me defender como? Tinha que correr. Enfrentar outras pessoas que estão armadas? De jeito nenhum! Há vinte anos atrás foi difícil. Hoje não, está em paz, mas a gente não pode marcar bobeira.*

*(...)*

*Paulo: Há vinte anos atrás aqui era de [...]. Hoje tem esse juiz que Deus mandou, que pôs a casa em ordem.*

*Z: Antigamente ninguém respeitava ninguém*

*Paulo: Não tinha lei.*

*Z: Ninguém tinha medo de nada, os poderosos eram os donos do mundo, os coitadinhos só dançavam. Tinha que ficar quieto porque quem tinha mais mandava em tudo.*

*(...)*

*P: Então quando chegou a estrada [ligando Ubatuba ao lado do mar aberto], chegaram esses problemas junto?*

*Z: Foi, foi.*

*P: Foi a prefeitura que fez a estrada?*

*Paulo: Não, foi o balneário de Ubatuba.*

*P: Quem é o dono desse balneário?*

*Paulo: É de São Paulo. Esse dono desse balneário é uma pessoa muito boa, fez a estrada, ficou uma beleza.*

*P: Ele comprou de caicara?*

*Paulo: Ele comprou dos nativos.*

*P: E os nativos? Foram embora?*

*Paulo: Uns foram embora, os donos verdadeiros já são outros. Os filhos moram em Iguape.*

*P: Então lá na praia só mora gente de fora?*

*Paulo: Só de fora.*

Um morador de Pedrinhas conta que Moacir Franco havia adquirido terras em Ubatuba dos avós de Paulo<sup>69</sup>, reivindicando sua posse apenas anos mais tarde. Então o Lisboa, que já andava grilando terras pela ilha, resolveu entrar na briga apoiando os moradores.

Já na versão de Paulo, o Lisboa teria comprado terras de um morador e feito a escritura do abraço. Quando os moradores perceberam e foram reclamar, ele quis comprar as posses, mas logo teria chegado o Moacir Franco reivindicando também a posse de Ubatuba.

<sup>69</sup> Paulo é neto do casal Maria Francisca, filha de Eduardo Lisboa, e Lindolfo Felizardo. Ela nascida em

Não pude levantar o que realmente teria acontecido, mas o fato é que houve disputa armada entre os dois, e no meio do tiroteio estiveram os moradores. Vimos Paulo e a esposa contarem que jagunços tentaram expulsá-los de sua casa. Paulo foi ferido e Zenaide foi agredida. O casal, contudo, resistiu e hoje ainda permanece com parte de suas terras.

As diversas mortes ocorridas na Barra Nova a que se refere Jaime, foram de jagunços, resultado da guerra entre os diversos grileiros. Lembremos que esses jagunços eram também, em geral, outra categoria de expropriados; Jaime já nos disse que eram nordestinos ou mineiros muito pobres.

### 5.6. Juruvaúva

Também em Juruvaúva constatamos que houve venda em duas épocas. Na primeira, o Trindade esteve comprando terras da moradora mais antiga e mais velha, dona Adelaide. Mais tarde, alguns dos filhos dessa mulher venderam parte das terras, de mar a mar para um terceiro, escondido da mãe e dos demais irmãos, gerando um conflito judicial.

Dona Adelaide, a mulher mais velha de Juruvaúva, hoje ex-moradora, e alguns parentes seus nos revelam sua versão:

*Adelaide: É, minha família vendeu. Eu arranjei outro homem com quem eu fui viver [...]. Eu fui para a praia com esse rapaz.*

*P: E a senhora vendeu quando a senhora saiu?*

*Ad: Depois que eu [...], vendi a nossa parte também porque já tinham vendido, senão eu não ia vender.*

*P: Mas quem vendeu?*

*Ad: Meus filhos, os irmãos: Maria, Esmeralda, Antônio, [...]. Só ficamos eu com Antônio, a [filha] mais velha, que não tínhamos vendido, então vendemos também.*

*P: Então foi vendido em duas partes?*

*Ad: Foi. Nós ainda vendemos [...].*

*P: Quer dizer que primeiro seus filhos venderam a parte deles?*

*Ad: Venderam.*

*P: Quantos filhos a senhora teve?*

*Ad: Sete: Antônio, João, Ângelo, Esmeralda, Antenor, Maria, Antônio.*

*(...)*

*P: Agora, lá em Juruvaúva, o pessoal mais novo que casar não pode fazer mais casa.*

*Ad: É, mas tem as casas prontas.*

*P: Mas se todas estiverem ocupadas, não pode fazer...*

*Ad: É.*

*P: Eu não entendi como foi que vocês deixaram de ter o sítio.*

Ad: *Eu fui com esse rapaz para a praia morar depois que casaram todos os meus filhos.*

P: *E a senhora não vendeu nada, a senhora arrumou um companheiro e foi morar na praia?*

Ad: *Não vendi, eu fui de caseira para lá com o meu homem. Daí eles que ficaram para cá [em Juruvaúva] que assinaram.*

P: *Todos eles assinaram?*

Ad: *João, Maria, Antônio que é o caçula, e Esmaralda. Eles quatro venderam, deram o sítio. Ficamos eu com Ângelo e Antônia, nós três da família que não assinamos. Mas, como eles tinham vendido, o homem queria tudo, aí nós vendemos. Eu com Ângelo e Antônia, nós não queríamos vender a nossa parte, é tão bonito o sítio.*

P: *No final, então, todos assinaram?*

Ad: *Não se sabe se todos assinaram, o homem [...] tudo no nome. Ainda para mim que não tinha papel, tudo ele fez.*

(...)

Ad: *Pois eu não queria vender. Além de tudo, se eu quisesse fazer [casa], porque agora não quero mais, estou velha e não adianta fazer casa lá mais, eu tenho parte. Para todos eles, ele fez casa, só para mim mais Antônia que não fez. Nós tínhamos direito.*

P: *Então fizeram casa para os que moravam lá, alguns filhos seus e os filhos deles, seus netos? Não foi para todos os herdeiros?*

Ad: *Foi.*

P: *E eles pagaram vocês direitinho?*

Ad: *Pagaram uma ninharia.*

P: *E deu para fazer o que com o dinheiro?*

Ad: *Não deu para fazer nada.*

P: *Então foi pouquinho que eles pagaram?*

Ad: *Foi uma mixaria. 45 cruzeiros cada um da nós. Faz uns trinta anos mais ou menos.*

P: *Mas eu ouvi dizer que além do Dulirio, apareceu um outro dono que acabou ficando com a parte da praia.*

Sebastião: *Ah, é o Edgar. O Edgar vendeu para o Parisi. O Edgar comprou primeiro do Trindade.*

P: *Quem vendeu para o Trindade?*

S: *Foram eles, comprade José, compadre João, a velha aqui [dona Adelaide].*

P: *Então a primeira venda...*

S: *Foi para o Trindade a primeira venda de uma parte do sítio.*

P: *Então a primeira venda não foi para o Dulirio, mas para o Trindade?*

S: *É, para o Trindade. Daí apareceu um tal de Macedo também. Esse Macedo, eu não sei se foi o Trindade que vendeu para ele ou foi o Parisi.*

P: *E a senhora assinou também, dona Antonia?*

Antonia: *Não, eu assinei na segunda venda, parece, eu nem me lembro mais.*

P: *A primeira vez a senhora não assinou?*

An: *Não, na primeira vez eu não sabia; nem eu, nem Ângelo, nem ninguém sabia. Aquele terreno lá, eles venderam para um monte de gente. Os outros parentes que tinha por longe, se não me engano, acho que já tinham vendido terreno lá.*

Ad: *Ah, ele [o Trindade] roubou de todo mundo.*

[...]

S: *É o que eu digo para ela [para a pesquisadora], naquele tempo eles faziam um documento aí, pegavam o nome da pessoa e iam no cartório.*

(...)

P: *Então, na segunda venda, a que foi feita para o Dulirio, todos acabaram assinando?*

Ad: *Assinaram todos eles.*

An: Para o Dulfrío, venderam foi uma parte só.  
 (...)
   
An: Meu avô pagava tudo, ele pagava os impostos, pagava tudo direitinho.  
 P: E não tem nenhum comprovante do imposto que ele pagava?  
 An: Não, sumiu tudo. Ninguém entendia de nada, os filhos também não ligaram.  
 S: Jogaram [fora].  
 An: Aí eu fui procurar no cartório lá em Eldorado, lá em Jacupiranga, que o cartório daqui tinha ido para lá naquela época. Não achei nada, nada. Nem o nome do meu avô, nem do meu bisavô, de ninguém.  
 S: Queimaram.  
 P: E o papel da venda, os documentos dessas duas vendas, ainda tem?  
 An: Nem sei, nem me lembro se tem.  
 (...)
   
An: Tem uns papéis, uns papéis antigos, ainda tinha no papel, que eu vi, que puseram ela [dona Adelaide] como falecida.  
 Ad: Esses primeiros meus filhos que venderam, ainda fizeram isso para mim.  
 An: Não foram eles, foi o comprador que fez.  
 P: Então puseram a senhora como falecida?  
 Ad: É, me puseram.  
 (...)
   
P: A senhora tem algum papel da venda para o Dulírio.  
 An: Faz tanto tempo, preciso procurar. Ainda falaram que eu não tinha direito porque não estava morando mais lá.  
 Ad: Diretamente tinha grande direito porque eu era a dona, a mais velha do bairro.  
 An: Ainda falei "é claro que tenho direito, sou filha daqui, sou filha dos donos, o meu pai, o meu avô, o meu bisavô, tataravô, todos falecidos aqui, como é que não tenho direito?".  
 P: Mas vocês não foram no cartório?  
 An: Nada, nada, vieram com os papéis já feitos.  
 P: E da venda para o Trindade, tem algum papel?  
 Ad: O Trindade não deu papel para nós, não davam, não é Sebastião?  
 S: Não lembro, mas eu vi ele comprar meu terreno. Até João Veríssimo andava para os lados do sítio esses tempos. Sempre estava nas Pedrinhas, Vamiranga. É João Veríssimo, Cido e Trindade. Tem a terra do meu pai, roubaram tudo, do meu avô também. Venderam mais da metade. Era do meu pai, do meu avô. Roubaram todo mundo. O único sítio que não foi roubado ali é do Mané Pereira.  
 P: Fica onde?  
 S: Fica na entrada de Juruvaúva.  
 P: E tem descendente dele morando ainda?  
 S: Tem as casas mas já venderam.  
 P: Para turista?  
 S: Para um cara de Jundiá, um português.  
 (entrevista com dona Adelaide, a filha, Antonia, e o ex-genro, Sebastião.

Walter: São todos primos aqui, ele é primo de Jorge do bar. Quando ela vendeu, já tinha vendido. O pessoal do Trindade, que grilava terra, pegou a assinatura deles mais velhos. Agora já é o Farah, o Trindade vendeu para esse Farah. Depois que ficaram como herdeiros aqui, eles venderam, mas nem sabiam, fizeram outra venda, o finado tio João; ele, o tio Antônio, a tia Esmeralda, o tio Luís. Só que não fizeram [foram] dois irmãos, que são meu pai e minha madrinha que mora em Cananéia, dona Antônia. Aí eles venderam para um japonês chamado Tadao. Daí eu sei que o Tadao vendeu para o Dulírio, aí meu pai e minha madrinha venderam para o Dulírio a parte deles.

*Esse Tadao já vendeu para o Dulírio tudo; a parte que ele tinha comprado dos outros irmãos, vendeu. Aí ficou o Dulírio, e depois que ficou o Dulírio, fez todas essas casas aqui para nós. Aí veio esse Farah com o primeiro documento, que deu a briga depois, que foi o grilo que deu a briga depois. Entraram em briga eles lá. Aí o Dulírio ficou só com essa parte aqui, e do lado de lá, ficou o Farah.*

*P: Então o Farah tem muito mais terra que o Dulírio?*

*W: Tem, ganhou de nós que morávamos aqui.*

*P: Vocês que seguraram a terra para o Dulírio?*

*Marilda: Foi.*

*W: É, porque nós morávamos aqui.*

*(...)*

*W: O falecido marido dela [João, irmão do pai de Walter], ele vendeu a casa dela escondido, daí puseram minha avó como morta. Quando os dois irmãos foram ver, já tinham vendido para esse japonês. Aí já que tinham vendido, venderam também a parte deles, as duas partes que sobraram. Aí venderam para o Dulírio, meu pai com minha madrinha. Aí o Dulírio resolveu comprar desse japonês. Aí que esse Farah entrou em briga com o Dulírio. Sei lá, fizeram um acordo, eu sei que ele ficou com essa frente aqui e o Farah ficou para lá.*

*M: A gente tem que zelar pela casa, cuidar, não pagamos nada também, imposto, nada. O dia que sairmos daqui, não podemos levar nada...*

*W: É o ditado que ele falou: "saiu, perde o direito". Vai sair para quê? Esta casa estava em nome do meu pai. Saiu, passou para mim.*

*(...)*

*W: Esse ano veio para todo mundo, aqui na ilha [o imposto] veio um absurdo para a turma.*

*M: É IPTU.*

*W: 400 reais cada lotinho de 10 X 30.*

*P: O turista paga a mesma coisa que o caiçara?*

*M: É*

*(Walter, neto de dona Adelaide, e a esposa Marilda).*

Temos também a versão de primo do empresário Dulírio, Paulucci, que fez a última compra de Juruvava, e que construiu casas para os moradores ocuparem em regime de comodato.

*Paulucci: Acontece que esse meu primo pediu para eu ver uma gleba para ele comprar na beira da água. Eu sabia de uma pessoa que queria vender 500 metros de frente para a praia por três quilômetros e meio, emendando praticamente os dois mares, esse Mar Pequeno e o Oceano Atlântico. A mulher queria 50 contos naquele tempo.*

*Ivone: A mulher era moradora daqui, caiçara. Está viva até hoje, mora em Cananéia.*

*Paulucci: Eu disse que queria comprar e pedi para ela fazer uma diferença. Ela pediu 45 contos e eu disse que estava comprado, que iria para São Paulo e traria a papelada para ela assinar. Foi isso que aconteceu. Depois ele disse que queria fazer um lugar para vir de férias. Eu fiquei três anos direto lá. Aquele pessoal que morava lá, tinha os primos, tinha os irmãos, tinha que fazer sete casas.*

*P: Eram os descendentes dessa senhora?*

*Paulucci: Exatamente. A maioria também já foi, já morreu. Eu disse para o meu primo que precisava fazer umas casinhas para o pessoal lá porque as casas eram todas de sapé. Ele tinha serraria em Mato Grosso, fábrica de casas, podia carregar o caminhão e mandar para cá pelo Subaúma. Eu passei dificuldades terríveis nesse mar brabo para puxar o material, nunca aconteceu nada. Eu falei: "Dulírio, vamos fazer uma casa para cada morador? São sete famílias,*

*“você topa fazer?” Ele falou: “você está me pedindo, eu vou fazer”. Mandou material para sete casas parceladamente. Eu montei aquilo tudo lá, uma cidadezinha, fiz a estrada que liga com a praia. Um belo dia ele [o primo] resolveu ficar com tudo. Nós tínhamos aqui alguma coisinha, já conhecia isso aqui há muitos anos. Então eu fiz lá esse serviço todo e depois viemos para cá, faz doze anos que viemos para cá morar.*

(Paulucci, um dos turistas mais antigos de Pedrinhas, e a esposa Ivone, neta de Theotonio e de João Nazário, moradores em Pedrinhas).

Dona Adelaide ficou viúva muito cedo com filhos ainda pequenos. Vimos Sebastião dizer que ela vendeu terras para o Trindade com o “compadre João”, ou seja, o filho mais velho. Anos mais tarde, quando os filhos já estavam adultos, e alguns já casados morando no sítio, ela arrumou um companheiro e foi morar na praia, trabalhando como caseira para veranista. Nessa época, portanto quando ela já não estava morando no sítio, quatro de seus filhos venderam, cada um a sua parte, para o Tadao, declarando a mãe como falecida. É provável que tenham entrado com carta de adjudicação<sup>70</sup>. Tadao acabou vendendo para o Dulírio, e este, querendo o sítio todo, comprou também as partes de dona Adelaide e dos filhos que não haviam vendido para o Tadao. Se a venda para o Trindade não havia sido da totalidade do sítio, esta segunda venda foi feita das terras de mar a mar.

Vimos que Trindade revendeu a terra para outros, tendo as mesmas passado pelas mão do Parisi, o mesmo empresário que comprou o Capão, e indo parar nas mãos de um certo Farah. Após disputa na justiça, Dulírio ficou com o pedaço voltado para o mar Pequeno, onde estão as sete casas que ele havia construído para os antigos moradores ficarem em regime de comodato. Para cada família que estava morando em Juruvauva foi construída uma casa pré fabricada com dois quartos, sala cozinha e banheiro, exceto no caso de João, filho de dona Adelaide, e a esposa Elza, que receberam uma casa maior, com quatro quartos, para que o empresário pudesse nela se hospedar. É interessante notarmos que a permanência dos moradores na terra foi justamente o que garantiu legalmente a posse para o Dulírio.

Embora tenha prometido que nunca mandaria nenhum morador embora, este tipo de contrato diz que o comodatário deve deixar o imóvel tão logo o mesmo seja requisitado pelo proprietário.

Vejamos os termos deste contrato:

#### CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO

<sup>70</sup> Vide definição de adjudicação no capítulo 5.

Os abaixo assinados, de um lado Dufirio da Silva, brasileiro, casado, advogado, industrial de transportes, residente e domiciliado na av. Duque de Caxias, nº 20 -15, na cidade e comarca de Bauru, estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente comodante, e de outro, senhor João de Ramos, brasileiro, casado, filho de Elísio Silva Tambor e de dona Adelaide Ramos, residente e domiciliado no sítio Juruvaúva, no bairro de Juruvaúva, Ilha Comprida, município de Cananéia, comarca de Jacupiranga, estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente comodatário, de justo e combinado entre si este contrato particular de comodato, que se regerá pelos artigos 1248 a 1255 do código civil brasileiro e demais normas pertinentes à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1ª . O comodante é o legítimo senhor do domicílio útil e possuidor do sítio Juruvauva, localizado no bairro de Juruvauva, Ilha Comprida, município de Cananéia, comarca de Jacupiranga, estado de São Paulo, com 61 alqueires mais ou menos, cuja medidas e confrontações são as seguintes: 415 metros de frente para o oceano Atlântico e 415 metros de frente para o Mar Pequeno ou Mar de Dentro por 3.500 metros de cada lado, isto é, toda a largura da Ilha Comprida, confrontando por um dos lados com seu Manoel Pereira e pelo outro com quem de direito. Essa gleba de terras está devidamente matriculada no cartório de registro de imóveis da comarca de Jacupiranga sob número 288-L3 em 14/09/1976, 683-L3 em 21/10/1977, e 865-L3 em 29/05/1978.

2ª. Na parte das terras situadas defronte ao Mar Pequeno ou Mar de Dentro o comodante construiu algumas casas de madeira cobertas com telha francesa, entre elas uma constituída de varanda, sala, quatro quartos, cômodo esses assoalhados, cozinha cimentada com pia, banheiro de bloco e laje, caixa d'água com capacidade para 250 litros, e bomba manual.

3ª. A casa descrita na cláusula anterior, o comodante serve em comodato ao comodatário por prazo indeterminado para que este ocupe-a com sua família, use-a e goze-a conforme [...] sua natureza, obrigando-se a conservar em bom estado. Também a título de comodato, enquanto não seja loteado o sítio Juruvauva, com a demarcação e a abertura de ruas, o comodatário poderá utilizar a gleba de terras que o comodante autorizar para o plantio das culturas de milho, mandioca, batata doce, inhame, hortaliças e similares.

4ª Este contrato particular de comodato poderá ser rescindo a qualquer tempo por qualquer das partes desde que se participe à outra por escrito com um prazo mínimo de 60 dias.

5ª. O comodatário obriga-se a não hospedar na casa cedida em comodato turistas e ou visitantes, a menos que sejam seus parentes; não alugar ou ceder qualquer outro título a casa e demais bens entregues em comodato a quem quer que seja indistintamente; não cortar sem autorização do comodante ou de quem o represente, árvores e ou arbustos existentes no sítio Juruvauva; nem colher palmito ou usar publicamente arma de fogo; respeitar e fazer respeitar os direitos dos demais comodatários; comportar-se decentemente dentro do sítio Juruvauva, de forma ordeira sem dar causas a [...] ou qualquer tipo de provocação que tumultue harmonia e a paz; zelar pela limpeza da parte do terreno onde esteja edificada a casa em comodato, capinando-a periodicamente e diligenciando para que estejam em boas condições as cercas que eventualmente venham a ser [...]; não invadir, não utilizar, não freqüentar sob nenhum pretexto a casa da [...] que o comodante reservou para si e para os seus familiares, bem como as áreas adjacentes, respeitando as cercas, os portões, etc.

6ª Se o comodatário desrespeitar qualquer das condições ou rescindir qualquer das cláusulas do presente contrato de comodato, este poderá ser considerado rescindido de pleno direito pelo comodante, independentemente de notificação judicial ou qualquer outra providência extra judicial.

7ª Os contratantes elegem o fórum da comarca de Jacupiranga, estado de São Paulo com privilégios sobre qualquer outro para dirimir as eventuais dúvidas surgidas quanto ao cumprimento e/ou interpretação das cláusulas e condições constantes do presente contrato particular de comodato. Por estarem assim combinados, assinam este instrumento na presença de testemunhas adiante firmadas.

Sítio Juruvauva, 1979.

[não estão mencionados dia e mês; tem a assinatura do Dulírio; não tem assinatura do comodatário; tem duas testemunhas, Antonio [...] e Lino Rodrigues, um caiçara que morava nas proximidades, não existe no documento nenhum carimbo de cartório]

Como havia prometido, o empresário não expulsou nenhum morador do lugar. Nem seria preciso. Muitos, por falta de trabalho, se mudaram para outros lugares, principalmente para Pedrinhas. Como pretendia lotear a área, colocou no contrato termos que impediam que os moradores explorassem o turismo. Segundo Paulucci, Dulírio não sabia que mais de vinte anos antes um certo Manoel Trindade havia grilado essas terras e, desde então, elas haviam passado pelas mãos de vários empresários. Mesmo depois de perdida a maior parte das terras para o Farah, ainda foi mantida a proibição de explorar o turismo. O empresário nunca loteou a parte que ainda lhe restou após a disputa judicial, tendo construído uma casa de alvenaria no lugar para o lazer da família.

Os moradores dizem que se ele ao menos tivesse loteado a área, haveria trabalho para eles, como acontece em Pedrinhas, e, conseqüentemente, o bairro não teria diminuído. Em minha última pesquisa de campo, no mês de novembro de 1998, apenas quatro das sete casas estavam ocupadas.

É interessante que o contrato tenha permitido o plantio de roças enquanto não fosse loteada a área. Em outros lugares, como Ubatuba, os moradores reclamam que, quando as terras eram vendidas para as pessoas de fora, estas quase sempre proibiam o cultivo de roças. Contudo, na ilha Comprida, nos dias de hoje, as práticas agrícolas já não suprem nem parte das necessidades da maioria das famílias caiçaras, como acontecia antigamente. E são raras as famílias que vivem exclusivamente da pesca, exceção é o caso do casal Heraldo e Antonia com seus filhos, que moravam em Juruvauva e mudaram para Pedrinhas por causa das melhores condições de infraestrutura que o bairro oferece: escola até 4ª série, posto de saúde, transportes, telefone.

O contrato acima expressa uma visão pré concebida fortemente arraigada que o empresário tinha (e tem) das pessoas do lugar: ele achou necessário prevenir-se de *comportamentos indecentes*, de eventuais *perturbações da paz e da harmonia*, e também da preguiça que os caiçaras teriam de carpir os terrenos de suas casas. Podemos ler nas

entrelinhas do documento que não havia a menor disposição para interagir com as pessoas do lugar<sup>71</sup>, conhecê-las, conviver com elas. Ao contrário, a aproximação aparece como indesejada: os moradores não devem sequer chegar perto da casa que o empresário construiu para si.

---

<sup>71</sup> No próximo capítulo estaremos discutindo a interação entre moradores e turistas em Pedrinhas, caso exatamente oposto ao de Juruvaúva.



Casas construídas por Dulírio em Ubatuba



Um porto em Ubatuba

## Capítulo 6. O TURISMO NA ILHA COMPRIDA.

### 6.1. Introdução

A “febre” litorânea que acomete as camadas urbanas, especialmente após a conclusão da rodovia Rio-Santos na década de 1950 e da BR-116 na década de 1960, nos remete à *praia inventada*<sup>72</sup> na Europa entre 1750 e 1840. Corbin nos mostra que a partir de meados do século XVIII surge o costume de tomar banhos de mar com fins terapêuticos, que eram indicados pelas maiores autoridades na área da medicina. Nos anos de 1820, torna-se moda, especialmente na Inglaterra, o hábito de frequentar estações balneares litorâneas, com fins não apenas terapêuticos mas também hedonistas. A partir de então surge a *arquitetura do mar*, com a construção, nessas estações, de locais para banhos, sofisticados quebra-mares e piers destinados ao deleite e à sociabilização da aristocracia:

Seu surgimento [da arquitetura do mar] sanciona a ascensão do desejo de respirar o ar marítimo, num momento em que a tísica dos românticos goza do maior prestígio.

(...)

Os doentes e os pusilânimes, sem risco algum e particularmente sem o temor do enjôo do mar, vêm inalar sobre o *Chain Pier* o ar salino prescrito por seus médicos (Corbin, 1989: 281e 282).

Ainda nos mostra o autor que por volta dos anos de 1840 não mais apenas a aristocracia ocorre às praias nos finais de semana e temporadas de verão. Existem praias, como a de Brighton que em 1841 ganha uma estrada de ferro, nas quais *em determinadas estações o recrutamento permanece popular de uma ponta à outra da praia* (idem: 295). Por essa época,

A praia começa inclusive a atrair a massa trabalhadora; uma publicidade espalhafatosa propõe aos operários de Manchester, por uma quantia módica, passar cinco horas em Southport (ibidem).

A “invenção” da praia enquanto área de turismo implica na transposição para o litoral dos padrões arquitetônicos e culturais urbanos. No caso da Ilha Comprida, vemos desastrosos resultados dessa recriação urbana na praia. No Boqueirão Norte, hoje centro comercial e administrativo da ilha, existem muitas casas amontoadas, nenhuma área

verde e o esgoto corre a céu aberto em canaletas abertas paralelamente às ruas<sup>73</sup>. Essa, no entanto, é uma forma autofágica de turismo, na medida em que a paisagem natural que transformou os lugares em pontos de atração turística é a mesma que está sendo destruída.

Em diversos lugares da ilha onde foram implantados loteamentos, houve intenso desmatamento, como, por exemplo, no caso de Ubatuba, onde houve desmatamento de mar a mar:

*Se o meio ambiente não barrasse a Ilha Comprida, nós ficaríamos feito certos balneários, como o balneário de Ubatuba, lá perto de Pedrinhas. Lá eles derrubaram de mar a mar todas as árvores para queimar à toa, e não tem uma casa construída. Ubatuba é um balneário da Ilha Comprida, lá pelo km 22. (Nezinho, entrevista em Brandão, 1998: 45).*

E, como diz Luchiani,

não é apenas a paisagem que está sofrendo um processo de transformação e degradação, a própria sociedade tradicional caiçara, assim como a maioria das culturas litorâneas tradicionais do país, está sendo consumida junto com as paisagens primitivas<sup>72</sup> (1997: 81).

*Se a presença de uma população humana diante de outra já representa em si um vetor de mudança com intensidade variável segundo as circunstâncias do encontro* (Ribeiro; Barros, 1997:39), as novas exigências de prestações de serviços acarretam a diminuição ou o abandono de várias práticas tradicionais, como a agricultura e a pesca. Os moradores tornam-se empregados da construção civil, barqueiros de turistas, caseiros, jardineiros, empregados domésticos. Como define Arlete Moysés Rodrigues,

altera-se tanto a "paisagem" física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da indústria e da prestação de serviços (1997: 57).

Diversamente dos períodos de integração econômica alternados com períodos de estagnação entre os séculos XVII e meados deste século, o processo atual (o do turismo)

É definido por um ritmo frenético de recriação da paisagem, dos costumes, da vida econômica e social, que só se atenua com o ciclo sazonal continuamente repetido a cada ano: outono/inverno-primeavera/verão, férias escolares-período letivo, alta temporada-baixa temporada (Luchiani, 1997: 61).

Por um momento, ouçamos as vozes de pessoas nascidas no litoral ou que há muito vivem por lá:

<sup>72</sup> Ver Corbin, 1989.

<sup>73</sup> Quando realizei minha última pesquisa de campo na ilha, em novembro de 1998, já haviam tido início

O turismo trouxe coisa boa e ruim. O caiçara que realmente vivia da pesca, abandonou a sua cultura porque foi atender o turista. Se ele mantivesse a cultura estaria melhor, porque ele ensinou o turista a pescar de rede, ensinou a pescar o camarão que ele vendia para o turista. Hoje, eles se empregam como caseiros do turista. Como não têm uma formação de vida, eles querem sobreviver do salário mínimo que o dono da casa paga. Muitos estão indo trabalhar como pedreiro, trabalhar em limpeza de outros terrenos. Mas o caiçara não estava preparado para a invasão do turismo. No meu bairro, todo aquele pessoal tá vivendo [do turismo].

(Nezinho; entrevista em Brandão, 1998: 197).

Na verdade, de uma forma ou de outra, [o turismo] é a única fonte de recursos para a localidade. As duas forças nossas são turismo e construção civil. Esta voltada ao turismo de segunda residência. (...) Nesse assunto de turismo, temos uma deficiência muito grande, porque o modelo que foi escolhido para Ilha Comprida (na verdade, ele nasceu no final da década de 50), foi aquele turismo de veraneio que existiu em Praia Grande. Vamos lotear toda a ilha, vender as propriedades e a Ilha se desenvolve.

(...)

Voltando na questão do turismo, como eles pensaram que o desenvolvimento dessa região se daria da mesma forma que se deu em Praia Grande, através do turismo de veraneio. Só ficaram pensando nisso, e os comerciantes que vieram para cá. A grande maioria das pessoas que é comerciante são pessoas de fora, e tomaram esse modelo. Aconteceram vários problemas: o dono do hotel não é hoteleiro, é a segunda atividade dele. O dono do restaurante, não é profissão dele. Foi uma opção que fez quando veio para cá. E o dono de bar, na grande maioria, não é botequeiro. Isso é um grande problema".

(Décio, prefeito de Ilha Comprida; entrevista em Brandão, 1998: 196).

(...) temos uma população fixa de mais ou menos 7 mil pessoas, na época da temporada essa população cresce para 60 mil. Então, aparentemente isso aqui vira uma mina de ganhar dinheiro. Pessoas que não têm compromissos em outros lugares, vêm para cá, se deslumbram e resolvem ficar. Quando termina a temporada, a gente até adotou o nome de entresafra, começam a surgir os problemas. Esse pessoal fica sem emprego e pior do que ficar sem dinheiro é ficar sem atividade.

(Leda Tannus, agente do serviço de saúde de Ilha Comprida; entrevista em Brandão, 1998:198).

O turismo nessa região foi bom no sentido que trouxe emprego, comércio, estrada, facilidades que antes não tinham. Mas, por outro lado, trouxe tanta coisa ruim (roubos violência, poluição, exploração) que eu nem sei se compensou. É muita gente... O pessoal do comércio depende do turista. (...) O duro é que o pessoal de fora é que começa a se dar bem, e o pessoal daqui só fica de empregado.

("seu" Dodô, caiçara, artesão de Camburi, litoral norte de São Paulo; entrevista em Luchiani, 1997:76)

Estas falas nos remetem a algumas questões. Se, por um lado, o turismo levou ao litoral as facilidades da infraestrutura urbana nos setores de transportes, comunicação e serviços, por outro lado empobreceu a população caiçara em diversos lugares do litoral, destituindo-a de antigos modos de vida que não foram substituídos por outras formas de acesso a bens de serviços e de consumo. A observação do morador de Camburi, no litoral norte de São Paulo, de que aos moradores resta apenas os trabalhos de empregados que, aliás, proporcionam rendas muito baixas, é válida para a grande maioria das áreas litorâneas alcançadas pelo turismo. Também na Ilha Comprida, principalmente no Boqueirão Norte, no Boqueirão Sul e nos balneários, comércio e prestação de serviços são oferecidos por pessoas de fora que, como já vimos, representam hoje a maioria da população; em sua maioria são pessoas procedentes da capital paulista e de outras cidades do estado de São Paulo. Muitos abrem restaurantes e pousadas apenas durante a temporada e vivem em São Paulo durante o resto do ano. São pessoas que, ao contrário da maioria dos caiçaras, têm capital e *know how* para investir na indústria turística nos moldes como ela foi implantada, ou seja, como observa o prefeito da ilha, nos moldes da década de 1950, segundo o qual o que importava era transformar o meio ambiente em favor da formação de loteamentos.

Com a nova temporalidade levada pelo turismo, alta temporada-baixa temporada, também aparece a sazonalidade do trabalho oferecido aos moradores, atingindo caiçaras e imigrantes pobres, que fora da alta temporada sofrem com o desemprego, como podemos perceber na fala da agente de saúde.

Outro problema que tem afetado as populações de pescadores artesanais do estuário é a competição pelos espaços de pesca no mar Pequeno, imposta pela chamada pesca amadora, praticada por turistas. Estes, com maior poder aquisitivo, compram redes maiores e concorrem com os pescadores locais, competição desleal e desnecessária, uma vez que o turista pesca apenas por diversão e não depende dessa atividade para viver. Sem o conhecimento ancestral que o caiçara possui dos ciclos reprodutivos das espécies que habitam no canal ou se reproduzem nele, o turista usa redes inadequadas pescando irregularmente peixes e camarões que ainda não atingiram o tamanho apropriado.

A praia sobre a qual escreve Corbin, e que deu origem aos modos de ir à praia dos habitantes urbanos de hoje, é inventada a partir da ótica dos desejos e anseios daqueles que chegam de fora, nunca de acordo com as necessidades dos moradores; estes são

vistos pelos de fora como mais um item da paisagem. Ou seja, é a *praia-não-lugar*<sup>74</sup>. Aqui, os conceitos de Marc Augé nos ajudam a pensar o espaço do turismo. Para ele, o *não – lugar* caracteriza-se por não ser identitário, nem relacional e nem histórico, em oposição ao lugar antropológico (1994: 73). Os não-lugares são os locais de trânsito e as ocupações provisórias, entre os quais estão as cadeias de hotéis, os clubes de férias e os próprios percursos de viagem (idem: 79). Augé classifica o espaço do viajante como o *arquétipo do não-lugar*. Ele nos diz que o viajante constrói um texto fictício da paisagem, e esse texto pode implicar na sua própria imagem antecipada (idem: 80). Neste sentido, podemos entender que aquilo que o viajante, ou o turista vê diz respeito muito mais a si mesmo e à sua própria cultura do que ao lugar propriamente.

Contudo, caiçaras da Ilha Comprida, em sua maioria, defendem o turismo, uma vez que este, de uma forma ou de outra, gera renda para as populações locais. A esse respeito, em relação às comunidades caiçaras do litoral sudeste brasileiro, Tereza Luchiarini diz:

Não se quer expulsar o setor turístico da região, ao contrário, ele gera mecanismos de sobrevivência para as populações locais. O que se contesta são as atitudes imediatistas do poder econômico, que provocam a degradação de ecossistemas naturais e a desintegração de comunidades tradicionais” (1997: 82).

Nos dias de hoje, existem outras formas de turismo: ecoturismo, turismo científico, agroturismo. Talvez seja preciso reinventar a praia para aqueles que dela usufruem em seus momentos de lazer, e inventar novos tipos de turismo que respeitem e se adequem às múltiplas formas culturais litorâneas e insulares.

---

<sup>74</sup> Ver Augé, 1994.

## 6.2. Turismo em Pedrinhas

Hoje, quem chega à ilha por Iguape, principal porta de entrada, e quer ir a Pedrinhas, obrigatoriamente passa pelo Boqueirão Norte. O modo mais usual de se chegar a Pedrinhas é de carro ou ônibus. Quem chega pela balsa de Iguape, atravessa a ilha até o mar aberto, pega o caminho da praia e, quando a maré está alta, evita as barras de rios desviando por uma estrada paralela à praia. Essa estrada, que por enquanto liga o Boqueirão Norte a Pedrinhas, ao ser concluída irá fazer a ligação com o Boqueirão Sul, na altura de Cananéia. Mas, como é cheia de pontos de areia fofa onde os carros atolam, as pessoas preferem ir pela praia. Há poucas décadas, contudo, não havia a estrada, nem os desvios das barras, e nem a estrada que liga Pedrinhas à praia no lado do mar aberto.

Quem sai do centro urbanizado da ilha fica realmente surpreso ao encontrar um bairro que exhibe uma paisagem que, em comparação com os níveis de desmatamento ocorridos onde quer que haja casas de veraneio, está relativamente bem conservada. Embora haja 250 casas, curiosamente, a pessoa de fora que caminha pelas ruas do bairro tem a impressão de que o número de casas é menor. As ruas de areia, que a pedido tanto de caiçaras quanto de veranistas ainda não possuem iluminação elétrica, são ladeadas por casas que em seu conjunto ainda fazem lembrar uma agradável vila caiçara, como realmente é! De acordo com a legislação da APA, os lotes vendidos não podem ter menos de 500 m<sup>2</sup> e só se pode desmatar a área que vai ser construída. Também chamam a atenção pequenos “outdoors”, assinados pela Associação de Amigos do Bairro de Pedrinhas (AABP), que pedem que se mantenha as ruas limpas, ou que pedem aos pais para não deixarem crianças dirigirem automóveis nas ruas do bairro.

A impressão de uma comunidade organizada que as ruas relativamente limpas e os *out doors* da Associação transmitem não é incorreta. Segundo as lideranças de lá, é a única comunidade organizada e com considerável poder de reivindicação existente na Ilha, e, possivelmente, uma das raras do litoral do Vale.

Todos os moradores com quem estive conversando dizem que o bairro é o melhor da ilha para se viver. Mesmo pessoas de famílias mais pobres dizem que, por pior que esteja a situação, pelo menos sempre têm comida. O peixe raramente falta. O comércio local, quatro bares/mercearia e uma padaria/sorveteria são de famílias do lugar. Excluindo

o Boqueirão Norte, é o único bairro que tem posto de saúde, agência do correio, central telefônica, uma pequena biblioteca, além de uma antena parabólica com central de redistribuição de imagens para quase todas as casas, e de uma obra comunitária de captação de água a partir de uma cachoeira situada em frente ao bairro, do outro lado do canal, no continente. A antiga escola e o posto de saúde, recentemente reformado pela prefeitura, também são obras comunitárias, feitas com o dinheiro dos turistas e o trabalho dos moradores. Dos bairros mais distantes do Boqueirão Norte, durante muito tempo foi o único a ter uma linha de ônibus diária, em vários horários, fazendo a ligação com o “centro” da ilha. Muitos dos bairros por onde passa esse ônibus, só eram servidos pelo fato de estarem no caminho entre o Boqueirão e Pedrinhas; essa foi uma conquista dos moradores logo no início da primeira gestão municipal da ilha.

No conjunto da história social e cultural dos moradores de Pedrinhas e da história da implantação do turismo no bairro, podemos buscar as raízes dessa organização tão original, em curso num momento em que o contexto social e político mais amplo tem sido tão desfavorável à continuidade de culturas caiçaras.

### **6.2.1. A chegada dos primeiros turistas no bairro**

Conversando com moradores mais velhos e com turistas mais antigos em Pedrinhas, podemos constatar que os primeiros turistas apareceram no lugar quase que casualmente, por volta do final da década de 1940. Muitas referências são feitas a um japonês<sup>75</sup> que, sozinho, chegou de barco a partir da barra do rio Subauma, que nasce no continente e deságua no mar Pequeno.

Ouçamos as narrativas que os moradores do bairro fazem da chegada desse novo personagem à ilha, o turista:

*Leonel: Ninguém escutava falar em turista. A região toda vivia do mesmo jeito. Na época, o pessoal lá do Juruvaúva charqueava o peixe. O primeiro turista que chegou aqui em Pedrinhas foi de Registro, um japonês de Registro. Ele ficou até na casa do pai do Jaime. Atravessou com remo do outro lado, veio sozinho. Pegava peixe “prá caramba”. Dessa época para cá começou a vir amigos dele. O movimento era demais de turista. Só japonês de Registro. Isso foi coisa de trinta e três anos atrás. Para você ter uma idéia, eu tirei minha carteira de pesca profissional, eu tinha 16 anos, em 1963.*

*P: Então foi na década de 60?*

*Leonel: Na década de 60, realmente, que apareceu o primeiro turista.*

<sup>75</sup> Segundo alguns, procedente da cidade de Registro, segundo outros, da cidade de São Paulo.

P: Então, no começo, eles vinham e ficavam hospedados nas casas dos moradores?

L: Nas casas dos próprios moradores, esse pessoal não construiu nada aqui. Eles vinham, ficavam hospedados. Depois que acharam o caminho do Subaúma, eles começaram a comprar barco.

P: O caminho do Subaúma?

L: É o Subaúma. Aí tem um bairro [entre] Iguape e Pariquera Açu, tem uma vila e um porto. Lá é um ponto estratégico. A gente levava mercadoria para vender lá, inclusive aquela esteira que eu falei. (...) Então o pessoal [os turistas] vinha por ali. Inclusive o material de construção.

P: O Subaúma dá para o Mar de Dentro?

L: Dá para o mar de Dentro. Indo para Iguape, daqui para lá, pelo mar deve dar uns dois quilômetros. Pertence ao município de Iguape. Eles vinham por lá, deixavam o carro e vinham de barco para cá. Os barcos não eram de alumínio naquela época, eram todos de madeira. (...) Os primeiros que construíram aqui foram uns alemães, essa casa da frente aí. Um pessoal que era da Volks.

P: Como que esse pessoal da Volks veio Parar aqui em Pedrinhas?

L: A notícia foi saindo... Esse pessoal já pescava em Bertoga nessa época. Então falavam "ah, fulano, um amigo, meu foi lá num lugar chamado Pedrinhas, perto de Cananéia". Assim que o pessoal conta a história. Aí começou a vir. Aí fizeram esse primeiro rancho aí.

P: E esse pessoal comprou de quem?

L: De um dos herdeiros dos Soares. Antigamente não tinha esse negócio de vender terra, era só pedir licença para quem estivesse primeiro deixar construir.

P: E como que foi esse negócio de começar a vender terra?

R: Depois que os turistas começaram a chegar aqui, começaram a se interessar em comprar, aí os donos... Inclusive essa frente aqui que era do pai do meu cunhado [...] desse muro para baixo aí. O primeiro pessoal, que eu trabalho com eles já há vinte e cinco anos mas tem mais. Chegaram aqui, pegaram peixe. Vieram por Subaúma por informação de amigos. Se informaram que ninguém vendia terreno. Aí o pessoal daqui não sabia preço nada. Vendiam baratinho. Eles queriam um pedacinho para fazer a casa [...]. Foi uma novidade Os caras falavam "puxa vida!" Aquilo para eles... Nunca viram dinheiro na mão. Foi um sucesso. Aí começou, começaram a vender nessa época.

P: E foi nessa época então que vocês dividiram os terrenos?

R: Aí o pessoal resolveu, que eram os donos antigos, aí resolveram cada um ficou localizado com a sua metragem de frente, um média de cem metros cada um, e 1130 metros de fundo para todos eles, até o primeiro rio.

(Leonel)

P: O senhor lembra quando que começou a aparecer turista aqui?

Antenor: É novo, capaz de ter uns vinte anos, foi depois que fizeram a estrada. De Registro, vinha pescar a japonesa. Os primeiros turistas vinham pelo Subaúma, deixavam o carro lá, pegavam o barco e vinham.

P: E os primeiros que começaram a fazer casa, o senhor lembra?

A: O Paulucci foi o primeiro. A Pedrina dava pensão. Bem na frente do Nezinhotinha uma pensão, ela morava ali e dava pensão. Começaram a vir, um trazia o outro, o outro trazia o outro. Depois já começaram a fazer casa. A casa que tem de madeira ali na frente da venda de Nezinho, atrás da placa grande foi a primeira casa de turista.

(Antenor)

Maria Lucia: Os primeiros, os mais velhos que começaram a vir respeitavam. Pediam para a gente fazer comida, a gente fazia e vendia no barzinho, tinha um

*barzinho. Ficava conhecido, sempre vinha, e através dele já vinha outro, vinham os amigos dele e compravam terreno da gente. Depois vendemos o barzinho para ele [o marido] se aposentar.*

*P: Quando que começou a aparecer turista aqui fazendo casa?*

*Jaime: Isso é novo. Em Pedrinhas faz uns vinte e cinco anos mais ou menos. Pedrinhas começou por causa do peixe. Começaram a aparecer uns paulistas aqui, uns japoneses. Eu lembro, era meu amigo. O japonês veio aqui, gostou, matava o que quisesse em um dia, dois dias. Tinha que levar o peixe salgado, que gelo era difícil. Daí [...] vindo japonês de São Paulo. Daí mudou para Registro. Aí começaram a comprar e fazer casa.*

*P: Então foi esse japonês que começou a comprar ?*

*J: Foi o japonês que começou a coisa aqui. Mas japonês tem pouca casa aqui, japonês gostava mais de pescar. Quem comprou foi turista de São Paulo que veio aqui e gostou do lugar, gostou da praia, gostou de pescar, gostou de sossego. Gente que já comprou para vir descansar, ficar à vontade.*

*P: Como era o relacionamento desses primeiros turistas que começaram a aparecer com o pessoal daqui de Pedrinhas?*

*J: Era bom, boa gente. Viajavam só pelo rio [Mar Pequeno]. De motor desciam pelo Subaúma e vinham até aqui. Não tinha balsa, naquele tempo não tinha nada. Ficavam mais em casa de família. Quando era conhecido, ficava em casa de família. Traziam barraca.*

*(Jaime)*

*Pedrina: Eu com meu marido, ele pescava, aí já começou a aparecer gente para comprar peixe, ele pescava para vender.*

*P: Gente de onde?*

*Pedrina: Ia vender em Iguape, em Cananéia. Naquele tempo era tudo a remo, aquelas canoinhas de madeira tudo a remo, isso aqui era ilhado, não tinha nada, era deserto. Para ir daqui no mar de lá tinha uma picadinha por dentro do mato. [...] Essas Pedrinhas quem fez fui eu com meu marido. Depois começaram a vir os turistas de São Paulo pescar, não tinha quem desse agasalho para eles, não tinha quem desse um cômodo para eles ficarem. Aí eu tinha casa lá na frente, comecei a agasalhar eles, dar de comer, dava dormida. Já foram comprando os lotes aqui, trazendo os amigos.*

*(Pedrina)*

Distintamente do tipo de turismo que começaria a tomar vulto sobretudo na década de 1970 na ilha, estes primeiros turistas chegaram muito mais interessados nos prazeres proporcionados pela pesca e pela caça e tudo o mais que estas poderiam proporcionar numa região paradisíaca como é o estuário (desde a aventura de estar em lugares inóspitos, *primitivos*, até a contemplação da paisagem). Embora a maioria diga que eram atraídos pela alta piscosidade do mar Pequeno, um dos turistas mais antigos do bairro confidenciou que a maioria ia também para caçar, o que certamente quase não é comentado por causa da legislação ambiental vigente hoje na região. E assim, não por acaso, acabaram descobrindo o prazer de conviver com as pessoas do lugar, uma gente

com um estilo de vida totalmente diverso daquele que conheciam nos meios urbanos, especialmente a capital paulista.

Portanto, se trata de um tipo de turismo que precede àquele da *praia inventada* para o consumo das camadas urbanas. Lembremos que quando esses personagens de fora chegam em Pedrinhas, os moradores atribuem muito mais importância ao canal e à margem voltada para o mesmo, onde moram. Além do mais, se o caminho para a praia era duro para os nascidos na ilha, para os de fora haveria de ser mais difícil ainda. Estando no bairro, raramente o turista ia visitar o mar aberto.

Tanto moradores quanto turistas falam que a chegada de barcos estranhos era motivo para a aglomeração de dezenas de pessoas no pequeno porto, entre homens, mulheres e crianças. Os turistas dessa época dizem que os moradores ficavam curiosos em relação ao que era trazido nos barcos. Sabiam que os visitantes sempre traziam pequenas dádivas, entre mantimentos, roupas, cortes de tecidos e, a grande novidade, gelo! Antes de começarem a construir casas de veraneio, ficavam hospedados em casas de moradores. Além dos “japoneses” de Registro, havia os rapazes da classe média paulistana. Os antigos veranistas, aqueles de 30 a 50 anos atrás, estavam concentrados nos bairros de Santo Amaro e Lapa, em São Paulo. Dizem que as notícias sobre o “paraíso” espalhou-se entre alguns amigos que moravam nesses bairros, eles acabaram se apaixonando pelo lugar e, posteriormente, comprando terrenos de moradores. Eram empresários, industriais, comerciantes ricos. O principal interesse dessas pessoas era o lazer, a aventura de estarem próximos à natureza e num lugar onde as relações sociais tinham um caráter muito mais informal e pessoalizado que nos meios urbanos. Devido ao difícil acesso, feito por Subauma, a ilha ainda não tinha suas terras supervalorizadas como aconteceria anos mais tarde. Indaguei a alguns desses antigos turistas por que elegeram o bairro para construir suas casas de veraneio. Eles respondem unanimemente que é porque as pessoas que chegaram de fora *gostam muito do lugar*.

Neste sentido, *gostar muito do lugar* significa inclusive *gostar das pessoas do lugar*, pecebê-las dentro da paisagem como sujeitos e agentes e, aos poucos, realizar a alteridade, construir um sentido relacional entre si mesmo e o lugar.

Sobre seus primeiros encontros com Pedrinhas, dizem alguns dos turistas mais antigos:

Capellato: *Eu comecei a freqüentar aqui faz uns trinta e cinco anos. Quem me trouxe para cá foi um amigo. Não existia a estrada, a gente vinha pelo Subaúma. Tinha que descer no Subaúma, fazer o transporte nos barcos. A gente transportava gelo, essa coisa toda e vinha para as Pedrinhas, um lugar tranquilo, muito tranquilo. Não tinha luz, nem água encanada. Praticamente*

existia na época umas trinta casas do pessoal aqui de Pedrinhas. (...) Eu ficava no rancho do Vitório, que era da padaria Quinze, em Santo Amaro. O pessoal antigo era de Santo Amaro e Lapa. A turma começou vir [...] Quem me trouxe para cá a primeira vez foi o Paulucci. Eu comecei a vir, vim muitas vezes e comecei a trazer mais amigos, tenho um monte de amigos hoje aqui.

(...)

Ah, sim. Um lugar muito tranquilo, era uma aventura para mim porque eu ficava isolado da família, não tinha comunicação, não tinha rádio. Depois é que veio o rádio amador, mas quase não conseguia falar com São Paulo.

(...)

Pedrinhas, o acesso era mais fácil de barco. Quando nós começamos a frequentar Pedrinhas, o nosso acesso era muito difícil. A nossa localização seria em Pedrinhas, e tudo que podíamos aplicar, nós aplicávamos em Pedrinhas, aqui que nós vivíamos.

P: Aplicar? Como?

C: Um donativo para um melhora, por exemplo, para fazer um clube. Era coisa mínima, os caiçaras nunca tiveram condições, foram um pessoal praticamente sem recursos. Quando [os turistas] chegavam aqui, traziam gelo, cerveja, bebida, era festa para eles, era novidade mesmo quando a gente chegava. A gente percebia que eles se sentiam felizes quando tinha alguém de fora que estava chegando aqui no bairro, que tinha algo. Talvez por isso que a praia, por exemplo, demorou mais para crescer que os [outros] bairros que existem na praia hoje. O nosso acesso [de Pedrinhas até a praia] foi muito difícil. A primeira vez que eu fui até a praia fiquei até surpreso. Atravessei numa trilha, são quatro quilômetros, com pinguelas. Tinha os matos e tinha aquelas jararaquinhas pequenas.

(...)

No que precisava, a gente estava aí. Os turistas que vinham naquela época eram um pessoal responsável. Era comida, o que a gente tinha, a gente dividia com eles também. Era muito difícil eles terem, não tinha como chegar até eles. Eles precisavam ir [fazer compras em Iguape ou Cananéia], mas quando iam era com pouco dinheiro. A vida foi muito difícil para eles. (...) Um chinelo, a gente comprava, um amigo que vem há muito tempo comprava corte de tecido e trazia para a turma onde a gente pousava. Brinquedo a gente comprava. Naquele tempo, você dava uma boneca pequenininha e para eles era uma... Era baratinho, comprava 50, 20, eram poucos também.

(...)

A casa do seu Maneco, o pai do Nezinho, a gente era de fato igual. Mesmo depois da construção [da casa de veraneio], eles pousavam junto com a gente e a gente também dormia em outro lugar. Eles acompanhavam, a gente trazia um encerado [para armar ao lado da casa de veraneio em construção] e alguns deles pousavam lá e comiam com a gente, saíam também para empurrar um barco, sempre estavam colaborando. (...) E eles, o pessoal de Pedrinhas, se não fossem eles, a gente não estaria aqui junto, eles foram tudo para mim na época, me acompanharam, me deram aquela assistência tremenda, tudo que a gente precisava. Socorrer alguém também a gente participava; se precisava fazer um barraco para alguém, a gente chegava junto e construía, era uma cooperação. (João Capellato, empresário da construção civil em São Paulo)

Renato: Montaram acampamento lá no rio Iriaia [o pai da esposa e alguns amigos]. Durante a noite os mosquitos tornaram conta da barraca, tiveram que fazer uma fogueira dentro da barraca para espantar os mosquitos. Não dormiram a noite inteira e no dia seguinte pegaram o barco e vieram aqui no [bar do] seu Maneco. Encontraram o Lourenço, hoje falecido, que era o marido

da dona Helena. O Lourenço estava lá na venda. Pediram um cafezinho e disseram que estavam acampados lá no Iriríia e não tinham dormido por causa dos mosquitos. Aí o Lourenço, que era um dos caiçaras que mais se davam com todo mundo, disse: "você são loucos de ir lá para o meio daquele mato. Venham para cá, eu tenho um terreno aqui, podem acampar a hora que vocês quiserem". Trouxeram a barraca e acamparam onde é minha casa hoje. Aí foi ficando, toda vez que vinham para cá, acampavam aí. Montava a barraca e tinham um ranchinho de sapé onde faziam comida. Para dormir, dormiam na barraca, não existia mais nada., isso aqui tudo era selva, era mata. Para ir para a praia não existia caminho, eram umas pinguelas, levava duas horas ou mais para chegar na praia. Até a mãe dela [da esposa] chegou a ir nessas pinguelas, escorregou, caiu, se machucou.  
(Renato, comerciante de São Paulo)

Paulucci: *Este aqui é o melhor lugar do mundo, isso eu falo para todo mundo. (...) Eu sou pioneiro aqui, eu sou a primeira pessoa a aparecer como turista aqui neste lugar. Desde 1950, vínhamos eu o um japonês, talvez não exista mais, acho que já morreu.*

P: *De Registro?*

Pa: *Não, de São Paulo. Eu estou aqui todos esses anos, não estou aqui fixo, mas eu vinha sempre aqui e ficava na casa dos pais dela [da esposa, Ivone Lisboa, filha de dona Pedrina].*

(Paulucci, empresário paulista, hoje morando em Pedrinhas)

Estes últimos relatos nos falam do fluxo entre representações de lugares e não-lugares, e também de antropofagia, no sentido de assimilação do outro e de incorporação de seus modos e cultura, do qual nos fala Martins:

O canibalismo ritual dos índios da América no século da Conquista era um modo de reconhecer a humanidade do inimigo. Os inimigos eram comidos para que os vencedores se apropriassem simbolicamente de sua força de sua humanidade (1993: 19).

Essa antropofagia ritual, cultural, profundamente presente na cultura dos povos originais da América, está dentro de nós latino-americanos; qualquer pessoa que ali chegue, depois de uma geração se tornará herdeira dessa tradição antropofágica, isto é, da tradição de assimilar o outro, de incorporar a sua cultura e seus modos (idem: 20).

Essa *tradição antropofágica* é muito perceptível nas sociedades caiçaras. O relato de Renato a respeito de como seu sogro e alguns amigos chegaram em Pedrinhas há mais de trinta anos expressa a abertura para o outro própria dessas sociedades. O morador logo os convidou para irem acampar em seu terreno, construindo a possibilidade de assimilação. Essa forma de receber e assimilar as pessoas de fora propiciou a formação de um grupo de turistas que passou a frequentar o lugar regularmente. Observemos que esses primeiros turistas foram atraídos para a região, a princípio, pela fartura de caça e de peixes, e, portanto, logo no início eram predominantemente homens, grupos de amigos. Além daqueles que acampavam, havia os que se hospedavam nas

casas dos moradores, sendo que dona Pedrina passou a oferecer pensão e refeições. Dessa forma, passou a haver um convívio muito próximo entre ambos, os turistas percebendo e, às vezes, participando do modo de vida dos caiçaras. Turistas e caiçaras passaram a sair juntos para caçar e para pescar, sendo que os primeiros dependiam do conhecimento que estes últimos têm do meio ambiente.

Geertz propõe o conceito de *consócios*, que

compartilham ... de uma comunidade não apenas no tempo mas também no espaço... envolvidos na biografia um do outro,

em oposição a *contemporâneos*, que

compartilham uma comunidade no tempo mas não no espaço, ... se ligam através de uma interação social direta, mas através de um conjunto generalizado de pressupostos formados simbolicamente (isto é, culturalmente), sobre os modos típicos de comportamento um do outro (1989: 230 e 231).

Contudo, no caso de *consócios* e *contemporâneos* em Pedrinhas, essa diferença se atenua pelo convívio, pelo contato com a vida e o trabalho do lugar e pelo (re)conhecimento do outro enquanto igual. Se os de fora eram considerados ricos, principalmente se comparados à frugalidade da vida local, os caiçaras possuíam a riqueza de sua cultura, de seu conhecimento do meio ambiente. Enquanto os primeiros levavam pequenas dádivas materiais, os do lugar retribuía com acolhimento e companheirismo. Mais do que trocas de bens materiais por prestação de serviços (acompanhar um turista que sai para pescar ou caçar pode ser uma prestação de serviço, assim como oferecer pensão), havia trocas simbólicas<sup>76</sup> que implicavam em relações de amizade e de afeto, as quais deram outro sentido às representações que os turistas tinham da paisagem.

O relato sobre os caçadores que estavam acampados no rio Iririaia faz lembrar a aproximação que tive das famílias da ilha do Cardoso, sobretudo no Morretinho. No capítulo *A vida e o trabalho* falo de como conheci os lugares-de-casa acampando em dois deles. Quando estava acampada próximo à casa de seu Antonio e a esposa, dona Eulésia, poucas vezes eu dormia na barraca, sempre insistiam para eu dormir na casa, que tem vários pequeninos quartos, alguns apenas com o espaço da cama, feitos para receber os tantos filhos e netos. Passei a fazer minhas refeições com a família, contribuindo com alguma compra de mantimentos. Estudante de poucos recursos financeiros, quando eu pagava em dinheiro por minha estadia, era muito pouco, então eu sempre deixava algum presente: cobertor, lampião, faca, compensações simbólicas que mais serviam para fazê-los lembrarem de mim durante minha ausência. Mas as trocas

<sup>76</sup> Ver Mauss, 1974; vide capítulo *A vida e o trabalho*.

mais importantes eram as de amizade, afeto e de cumplicidade. As idas à cachoeira com as crianças; vê-los fazendo a farinha; compartilhar a refeição cozida no fogão à lenha; participar de tarefas domésticas, as conversas e risadas na cozinha (este tradicional espaço de sociabilidade) após o jantar sob a luz da lamparina; sentar-se sobre os pequeninos bancos de madeira, que têm poucos centímetros de altura, em torno da fogueira armada dentro da casa de farinha nas noites de inverno, e ouvir as piadas do programa de rádio enquanto se ri à farta. Ver as crianças crescerem, ver os filhos casarem. Ser cúmplice nessas situações banais e corriqueiras, participar da vida do outro e expor a si mesmo é o que faz alguém de fora realmente entrar em contato com o *lugar*.

Voltando à ilha Comprida, podemos dizer que esse tipo de convívio e de cumplicidade criou uma aproximação das biografias de turistas e caiçaras em Pedrinhas, na medida em que estiveram, ainda que apenas em alguns períodos durante o ano, convivendo no mesmo tempo e espaço, entrecruzando suas histórias. Obviamente que não podemos desprezar as diferenças entre as representações de tempo e espaço de uns e de outros. E pode ter sido justamente esse ritmo de vida que não concebia (e, em diferentes medidas, ainda não concebe) a separação entre tempo, espaço, trabalho e vida, um dos principais fatores de atração desses turistas, eles mesmos presentes no lugar justamente por estarem apartados de seu tempo/espaço de trabalho.

Por mais prolongadas e antigas que sejam as estadias de turistas em Pedrinhas, eles certamente nunca serão considerados como pessoas do lugar. Os moradores freqüentemente se referem a eles como “os de fora”. Contudo, conviver com a vida e o trabalho local atenua o *não-lugar* do turismo – Augé nos diz que o não-lugar não existe em estado puro<sup>77</sup> –, aproximando, e mesmo criando estreitas relações entre o visitante e o *lugar*. Dessa forma, as relações de cooperação, tão antigas entre as populações caiçaras, foram estendidas - com reelaborações, certamente - para as relações com os turistas.

---

<sup>77</sup> 1994: 74



Movimento de turistas em Pedrinhas



Out door em Pedrinhas: tentativa dos moradores de não perder o controle do bairro

### 6.2.2. A casa do turista é a minha casa e a minha casa é a casa é dele.\*

Se a rodovia BR-116 tornou a ilha mais próxima da cidade de São Paulo, a abertura da estrada ligando Pedrinhas à praia, logo no início da década de 1970, aumentou consideravelmente o turismo no bairro. Com a possibilidade de se chegar ao lugar de carro, a venda de terrenos a turistas, que iniciara na década de 1960, se intensificou, aumentando cada vez mais o número de casas de veraneio e deixando para trás o tempo em que os grupos de amigos iam para lá exclusivamente com o fim de caçar e pescar. Esposas, filhos, parentes e também amigos começaram a passar as férias no bairro, aos poucos introduzindo reelaborações do modo de vida caiçara neste lugar.

Mais de uma década depois de a companhia Melhoramentos ter levado à ilha a noção de *terra de negócio*, os turistas levaram, entre suas pequenas dádivas, uma outra representação espacial, a da terra de lazer. Enquanto que as terras dos Soares estão praticamente todas vendidas, os Lisboa ainda dispõem de terras. Nezinho nos conta que durante muito tempo eles estiveram evitando negociar terras para evitar novas escrituras do abraço, só vendendo para pessoas conhecidas. Hoje o bairro tem cerca de 250 casas, das quais 60 pertencem a moradores caiçaras<sup>78</sup>. É comum as pessoas apontarem caminhos que existiam dentro do que hoje são quarteirões inteiros com casas construídas, quase todas de turistas. Um jovem morador aponta uma quadra com aproximadamente dez casas, e diz: *Isso aqui tudo era mato, tinha uma trilha por onde a gente ia até a escola*<sup>79</sup>.

Um dado interessante é que os turistas costumam chamar suas próprias casas de “rancho”, por mais que estas sejam espaçosas e bem acabadas. É um costume dos primórdios do turismo em Pedrinhas, primeiramente quando os moradores cediam terreno para acampamento e para erguer uma cobertura provisória que era usada para cozinhar; depois, quando os turistas começaram comprar terreno e erguer casas pequenas de madeira, quase que improvisadas, verdadeiros ranchos de pescaria.

---

\* Frase dita por Nezinho.

<sup>78</sup> Embora o número de casas de veraneio seja mais três vezes maior que o número de casas de moradores, estes últimos são maioria durante quase todo o ano. As casas de veraneio ficam fechadas a maior parte do tempo.

<sup>79</sup> Ricardo, morador de Pedrinhas.

Aos poucos, os moradores foram abandonando as atividades agrícolas e começaram a combinar a pesca e o trabalho com turismo. São estas algumas das visões que os moradores têm do turismo no lugar:

Nezinho: *Pedrinhas tem uma vantagem que, graças a Deus, nós criamos o ambiente que nós queremos para o turista. O turista que vem para Pedrinhas, ele se adapta muito. Porque a casa dele é minha casa e a minha casa é dele. Ele chega, vai almoçar, vai jantar na minha casa e eu tenho essa mesma liberdade na casa dele. Quem vem comprar uma casa quer se integrar à comunidade. O turista foi bem vindo.*

P: *Essa relação bastante positiva entre turista e caiçara acontece em outros lugares da Ilha ou só em Pedrinhas?*

Nezinho: *É mais no nosso ambiente. E uma das vilas que mais se desenvolveu foi a nossa. Temos o Sítio Artur, a Vila Nova, o Bairro de Ubatuba, Juruvaúva e Trincheira. O nosso já está muito misturado, Pedrinhas já tem muita população de turistas, quero dizer, construíram muito. Agora, nesses núcleos, só tem as casas dos verdadeiros moradores antigos. Eles vivem da pesca. É precário, uma miséria.*

(Nezinho; entrevista em Brandão: 19980)

Leonel: *Aqui, se não fosse o turista, o pessoal não poderia viver. E não vou falar em Pedrinhas, mas Iguape, Cananéia, Ilha Comprida. O dinheiro que corre na região é só de gente de fora. Se fosse para viver da pesca profissional, morria de fome, muita gente não moraria. E nós aqui selecionamos bastante o turista.*

P: *E como vocês fizeram para selecionar os turistas?*

L: *O pessoal que veio para cá, eles aprenderam a conviver. Não é selecionar. Quando alguém queria fazer alguma coisa, comprar o terreno, então a gente falava: "este aqui é o nosso regulamento". Muita gente chega aí e quer ser o dono da bola. Inclusive, mesmo a prefeitura, eles tinham um projeto que prejudicaria a gente, o tipo de obras que não eram necessárias. Então eles fazem o que nós achamos que está certo.*

P: *E o relacionamento com os turistas, como era quando eles começaram a chegar e como é hoje?*

L: *O pessoal que chega aqui, já faz amigo na hora. O jeito do nosso povo, da nossa convivência [...].*

(...)

P: *E como foi a idéia de fazer a associação?*

L: *O estatuto veio de uma cidadezinha. Como a lei dava direitos para a Associação, valia a pena.*

P: *Antes de ter a Associação o pessoal aqui já se reunia para fazer as coisas?*

L: *Já. Com o turismo, alguma coisa prejudicou. O pessoal de primeiro se reunia mais para fazer um trabalho comunitário. O pessoal mais novo diz "só vou se me pagar". [...] O turista paga cerveja, tem muita gente que se influenciou por esse lado.*

P: *E começou a beber por causa do turista...*

(...)

L: *Quem gosta de pescar ganha, quem gosta de trabalhar de pedreiro ganha, de caseiro ganha.*

P: *E fora de temporada?*

L: *O pessoal, se tiver um peixe para vender, vende fácil. Quem tira ostra ou marisco também vende.*

(Leonel)

Antenor: Foi o turista que deu a vida para esse lugar, por isso que foi para a frente.

P: Porque?

A: Vendia camarão para eles, vivo.

P: Isca?

A: É, isca, vendia peixe, pescava com eles de timoneiro, ganhava o dia. Depois que fizeram casa, arrumaram o pessoal que fica de caseiro.

(...)

P: Faz muito tempo que parou de fazer roça aqui?

A: Faz, acho que uns quarenta anos.

P: Tudo isso? Porque pararam?

A: Depois que começou a chegar turista, começaram a trabalhar com o turista. A roça é muito sacrificante e não tem lucro.

(Antenor)

Jaime: *Turista é bom porque... Não é todo. Tem um pouco que ajuda e tem alguns que não ajudam porque só vêm, tiram e levam. E outros não, ajudam, vêm gastar. Turista dá uma força no lugar. Agora estamos num ponto aqui [o bar] que se não fosse o turista, estaria um pouco arriado, porque pesca acabou aqui, não tem mais pesca. O turista vem aqui e dá emprego, fazem casa, tem quem trabalha de pedreiro, arranjam empregado para ficar tomando conta, vai pescar [com piloteiro]. Todo mundo trabalha para turista aqui agora.*

Roberto: *Trouxe, gerou serviço, até agora foi bom o turismo. O nosso turismo é um turismo controlado.*

P: *Como assim controlado?*

R: *O turismo que vem aqui em Pedrinhas tem consciência do bairro, do sistema nosso. Se é outro amigo, ele não vai trazer qualquer pessoa, ele vai trazer realmente amigos que sejam compatíveis com o nosso sistema. Se traz um amigo, apresenta para nós, vem comprar um terreno, uma casa, é sempre assim. Entrou numa visão para quando trazer pessoas aqui, trazer pessoas para nos ajudar, não para prejudicar o nosso sistema, a nossa cultura, o nosso meio ambiente. Está indo assim, está equilibrado até agora.*

P: *E esse pessoal novo que está chegando, está se enquadrando no esquema de Pedrinhas?*

Roberto: *Tem poucos que não estão se enquadrando.*

P: *Como faz com esse pessoal que não se enquadra?*

R: *A gente está dando um tempo, observando eles. Tem alguns que estão até complicando o nosso bairro. Sistema de cidade grande, droga. A gente vai observando, preocupado com o futuro. Já mudou muito o nosso sistema, já foi bem melhor.*

P: *Sistema que o senhor fala é o relacionamento com o turista?*

R: *O controle.*

P: *O turismo alterou bastante a cultura caiçara?*

R: *Nós não temos a cultura caiçara, já misturou.*

(...)

R: *Não, aqui é o contrário, o pessoal não costuma sair muito, vão ficando por aqui. Há uns anos atrás, saía muita moça daqui para trabalhar em São Paulo, agora deu uma parada. O pessoal está procurando trabalhar por aqui mesmo.*

P: *E soube que o pessoal da associação está preocupando em colocar o pessoal mis jovem dentro da associação para irem aprendendo.*

*R: Porque a meninada não sabe o que se passa, tudo o que acontece, para eles é caído do céu. Então nós estamos pondo eles para terem uma noção de o que é, se enquadrarem no nosso sistema para ajudar a gente. Eles têm que se entrosar para saber realmente e poder defender a gente também.*  
(Roberto)

*A casa do turista é minha casa, e a minha casa é casa dele* soa como uma frase antropofágica. Ao mesmo tempo mostra o dom de provocar no outro a abertura para a assimilação: *quem chega faz amigo, é o jeito da nossa convivência; aprenderam a conviver*. Devorar a cultura do outro e ser devorado por ela, ao mesmo tempo em que é servida ao outro a própria cultura: eis o sentido do turismo em Pedrinhas.

A convivência entre turistas e as pessoas do lugar criou um sistema de cooperação responsável hoje pela economia do bairro e por uma série de obras comunitárias que tornaram Pedrinhas o bairro caçara com a melhor infra estrutura da ilha.

A cooperação de que falo não se restringe ao fornecimento dos empregos fixos de caseiro e os vários "bicos" de pedreiro, piloteiro, jardineiro, etc. Por exemplo, quando a escola precisava de alguma verba, as mães costumavam fazer bordados e panos de prato que eram vendidos num bazar armado na escola, e os turistas sempre colaboravam comprando. Contudo, obras maiores, relativas à infraestrutura foram realizadas em conjunto. As três maiores e mais comentadas são a escola, o posto de saúde e a obra de captação de água a partir de uma cachoeira no continente:

*A gente tem uma Associação de Amigos de Bairro que eu fundei e que é um exemplo na Ilha Comprida. Nós nos reunimos mensalmente e discutimos os problemas. E normalmente a comunidade se reúne uma vez por ano e levanta as prioridades do bairro, e trazemos para o poder executivo do município. E quando a prefeitura não faz, nós dizemos ao prefeito que não precisa fazer mais por que nós vamos resolver o problema. Nós temos posto de saúde em Pedrinhas que foi construído pela comunidade, o primeiro prédio da escola foi construído pela comunidade, a antena parabólica nós compramos pela associação e tem imagem para todo mundo através da repetidora. A escola fomos nós que construímos porque a prefeitura, que na época era de Cananéia, não quis fazer. A coleta de lixo começamos por nossa conta, e uma série de outras coisas.*

(Nezinho; entrevista em Brandão: 1998)

*A gente quer formar um grupo de jovens. Assim, quando a gente não puder, já tem um grupo novo para tocar a associação. Tudo o que aconteceu aqui, essas obras e tudo o mais, foi pressão da Associação, não de político, buscando com a prefeita de Cananéia. Faz 5 anos que virou município. Tudo o que tinha antes aqui conseguimos com trabalho comunitário. (...) Essa puxada de água fomos nós [que fizemos]. Ficou 10 anos o projeto da Sabesp e não dava certo. A gente viu no Ariri, como foi puxada a água lá. Achamos uma cachoeira pequena, achamos que dava, fizemos uma campanha junto com o pessoal de fora, arrecadamos fundos e arrumamos a água.*

P- Pessoal de fora que você diz é de Cananéia?

R- Não, pessoal de fora que vive aqui dentro. Todo o pessoal de fora, os que têm casa aqui [os veranistas], aprenderam a conviver conosco.

(...)

Isso, fomos nós [que fundamos a Associação dos Amigos do Bairro de Pedrinhas - AABP]. O nosso estatuto teve por base um outro de uma comunidade longe, que o Nezinho pegou, acho que... de uma região de (...). Quando não existia a Associação, ele [Nezinho] pegou vários estatutos tirou xerox e viu qual era o melhor para nós. A gente tem feito bastante coisa. Inclusive, a gente briga para que aqui seja um condomínio, não para que as pessoas não entrem aqui, mas para identificar quem entra e sai; queremos fazer uma guarita lá na entrada. Quando a gente quer conseguir alguma coisa aqui no bairro, junto com a prefeitura, a gente faz uma reunião geral aqui com o povo onde cada um dá sua opinião do que o bairro precisa. Como a gente sabe que a prefeitura não tem condições de servir mais do que 5 ou 6 itens, a gente escolhe os 5 prioritários. No primeiro ano da municipalização, a gente já conseguiu os primeiros 5 itens.

P- Quais os 5 itens que vocês conseguiram que a prefeitura fizesse?

R- Melhoria de estrada, não tinha era um caminho; posto de saúde; linha de ônibus, tinha apenas 2 por semana; a escola melhorou bastante. Outra coisa é que nós aqui brigamos para não mudar a fachada do bairro. Estamos tentando preservar ao máximo como ele é. O bairro cresceu, mas tem muita árvore, tem muito mato, tudo limpinho. Tem mais de 250 casas aqui. Você não percebe, mas tem.

P- Você estava falando das melhorias, do posto, da água....

R- A água não foi a Prefeitura, fomos nós. Isso provocou a Sabesp porque eles achavam que não dava. Agora eles acharam um lugar certo....

P- Depois que vocês já fizeram...!

R- Pois é, mas agora eles vão distribuir a água.

R- Esta água é limpa porque vem da cachoeira, mas não é tratada. Agora, a Sabesp está fazendo um reservatório grande aqui no bairro.

R- A cachoeira está no continente, a 4 km. Depois que a gente puxou a água, tem o chafariz lá embaixo no porto, que fica jorrando. Essa água nós deixamos jorrando e o pessoal pega de galão. O prefeito dizia que a Sabesp ia entrar, mas ficaram enrolando e nada. Então a Associação comprou 3 caixas de 15 mil litros e nós mesmos íamos fazer a distribuição no bairro, por encanamento. Está jogando em média 80 mil litros de água fora. Essa pressão que fez eles [a SABESP] entrarem, senão a gente ia puxar.

P- Como vocês descobriram que dava?

R- Porque o Nezinho foi lá no Ariri e viu que num local mais difícil deu certo. A gente ainda pega água no galão para tomar, porque a nossa água aqui é contaminada. A Sabesp já encanou tudo isso, só falta fazer o reservatório e ligar. Faz dois anos, tudo com o mutirão. O posto de saúde foi ampliado agora, por pressão também. Esta central telefônica que tem aqui nova, hoje, dessas modernas que têm, a única de Ilha Comprida é a nossa.

(...)

Agora, temos telefone em casa que não tinha, era só o comunitário. Então essa central vinha para cá e como a prefeitura estava nessa situação difícil, a gente ia perder essa central porque ela não tinha recursos para construir. Então, a Associação conversou com o pessoal de fora, fizemos um levantamento de custo, e para não perder a central e a distribuição de telefones no bairro, fizemos uma parceria com a prefeitura. Fizemos uma campanha, arrumamos material, a prefeitura deu mão-de-obra, e fizemos. Pessoal de fora são os veranistas que têm dinheiro. O prefeito já quis fazer um monte de coisa que não é prioridade para a gente. Ele faz o que a gente acha que é prioridade primeiro. (Leonel, entrevista em Brandão, 1997: 207)

Em 1991 foi formada a *Associação dos Amigos do Bairro de Pedrinhas* (AABP). Contudo, antes disso, os moradores já costumavam se reunir regularmente para discutir e propor soluções para os problemas do bairro. Em 1981, quando a parte da ilha que inclui Pedrinhas pertencia ao município de Cananéia, Nezinho foi eleito vereador, o que certamente proporcionou maior força política ao bairro e, principalmente uma grande capacidade de solucionar problemas de infraestrutura que costumam ser de responsabilidade do governo do município ou do Estado. Após essa época, como nos contam Leonel e Nezinho, os moradores, que já vinham reivindicando junto à prefeitura (de Cananéia na época) a construção do posto de saúde e da escola, resolveram tocar as obras por conta própria. Como estes não dispunham de dinheiro, fizeram uma campanha e os veranistas pagaram o material de construção.

Até agora, a maior e mais difícil obra da Associação foi a de captação de água a partir de uma cachoeira localizada no continente. Vimos que o acesso a água potável sempre foi um problema para os moradores da ilha. O encanamento de água era outra reivindicação que não vinha sendo atendida. Então os moradores reuniram-se para planejar uma de suas maiores e mais difíceis obras. Fizeram uma pesquisa de preços do material necessário para puxar a água e levantaram o dinheiro junto aos veranistas. Todos gostam de contar que no dia de atravessar o mangueiramento desde o continente até Pedrinhas, o mar Pequeno ficou muito bonito. Todos que tinham barco ficaram enfileirados, segurando a mangueira e esperando a hora certa para soltá-la todos ao mesmo tempo. Construíram uma bica onde as pessoas vão buscar água em galões. Como vimos na entrevista, a Associação estava decidida a fazer a distribuição nas casas. No entanto, depois disso a SABESP finalmente resolveu tomar para si este encargo. Os técnicos concluíram que a bica feita pelos moradores não capta água suficiente para fazer a distribuição nos bairros, e fizeram outra obra de captação em outra cachoeira maior num ponto um pouco mais interior no continente. No entanto, os técnicos queriam desmanchar a obra dos moradores para fazer a sua própria, tendo logo desistido após veementes protestos dos habitantes do bairro. Hoje a caixa d'água está pronta e a água começa a chegar nas casas, mas há um novo problema. Os moradores mais pobres não podem pagar os R\$96,00 que a SABESP cobra pelo relógio e pela instalação.

É importante salientar que além da capacidade de mobilização para a realização de obras, a Associação tem um relativo controle sobre determinadas atitudes de pessoas de fora que possam lhes causar algum tipo de dano. Conforme nos relata Nezinho, há

cerca de quatro anos, adolescentes, filhos de veranistas, estavam perturbando os moradores com o ronco de suas motocicletas em plena madrugada. Para resolver o problema, bastou entregar aos pais uma carta circular assinada pela Associação, na qual havia ameaça de apreensão das motos e entrega das mesmas à polícia.

No bairro, certamente existem também turistas ou que não são bem vistos pelos moradores, ou que causam problemas ao meio ambiente. Por exemplo, caiçaras apontam alguns turistas, inclusive entre os mais antigos, que “não se misturam” e não gastam no comércio local, nunca tendo pagado “uma bala para uma criança”. Contudo, muito mais grave é o problema da privatização da beira do mar pequeno. Os terrenos de frente para o canal, mais valorizados, foram rapidamente vendidos e cercados pelos novos donos, que construíram marinas de uso privado. Hoje os moradores se arrependem de não terem aberto uma rua à beira do canal para que todos pudessem passar, impedindo que uns poucos turistas tomassem apenas para si um lugar que durante algumas centenas de anos serviu à passagem de todos. Contudo, os moradores conseguiram manter aberto o acesso ao melhor lugar para se nadar nessa margem, o chamado porto do Renato (dentro do terreno do veranista Renato) que, em vez de lama, tem bastante areia, facilitando o acesso dos banhistas ao mar Pequeno.

Também existem sérios problemas em relação à pesca amadora, praticada por turistas no mar Pequeno. Estes pescam inadequadamente com redes e acabam competindo com os espaços de pesca dos moradores. Muitos também comentam que, desde os tempos dos primeiros turistas, chegou ao lugar o problema do alcoolismo. Alguns caiçaras acabaram se tomando alcoólatras quando começaram a andar com turistas. Um veranista que há 20 anos tem casa no bairro comentou que dois caiçaras que são vistos a maior parte do tempo bêbados estão entre os melhores pescadores de Pedrinhas.

Os moradores, certamente, não querem perder o controle sobre o bairro. Elogiam o “progresso” representado pela “invasão” do turismo, atividade ícone de tempos melhores do que aqueles em que faziam roça, colhiam o piri, cortavam lenha, etc. Ao mesmo tempo, temem que esse mesmo progresso possa ameaçar o atual modo de vida, levando transtornos e afastando os atuais turistas do lugar. Vejamos o que dizem sobre a iminente conclusão da ponte de ligação entre Iguape e Cananéia:

*Um certo não, dá muito medo, nós tememos pela [conclusão da] ponte. É o progresso, ponte é progresso. Hoje nós temos controle da situação aqui. Amanhã, quando fizerem essa ponte, a gente não sabe como será. E a invasão? Você vai final de semana lá no boqueirão e vê aquilo como é que fica. Imagine se tiver a ponte liberada.*

*P: Será que Pedrinhas ainda vai continuar controlando a situação?*

*I: Vai ser difícil, eu acredito que não vai ser fácil.*

*P: Parece que tem muita gente preocupada com isso, o turismo traz dinheiro mas pode trazer coisa ruim.*

*I: Traz muita confusão também, bagunça, bandido. Essa semana mesmo a DERSA foi assaltada.*

*(Ivone Lisboa)*

*Por enquanto [a Associação] tem [controle sobre o bairro], mas depois que sair a ponte, não sei como vai ficar. Nós da Associação já levamos à prefeitura de Ilha Comprida um projeto de fazer não um condomínio, mas um controle de entrada e saída de pessoas, uma guarita com guardas para controlar entrada e saída de pessoal. Não fechar, mas para preservação de pessoas que entram e saem, para a gente manter um pouco de sossego.*

*P: E vai sair a guarita?*

*R: Vai porque não vai depender de verba da prefeitura, e sim de verba do próprio bairro. O turista que frequenta aqui, ele frequenta há 30, 25 anos, e é o primeiro a gostar, então também está empenhado em nos ajudar a manter isso aqui para os filhos dele, para os netos dele.*

*Roberto*

As preocupações de moradores e também de veranistas em relação a um maior desenvolvimento do turismo no bairro estão expressas no texto do projeto condomínio Pedrinhas<sup>80</sup> elaborado pela AABP:

Lamentavelmente, com o progresso vieram também pessoas, atos e atitudes que não condizem com a cultura e a forma de ser do lugar e colocam em risco a paz e a segurança que eram exatamente o forte de Pedrinhas. (...).

O grande problema é que aqueles que cometem irregularidades e praticam agressões contra a moral e a integridade física das pessoas e também contra os princípios ecológicos usando redes, tarrafas e bombas (pedras), não respondem pelos seus atos e atitudes. Aliás, na realidade o povo de Pedrinhas nem sabe lidar com esse novo tipo de situação.

Recentemente foi necessário, inclusive, fazer-se uma campanha com folhetos e com painéis para amenizar alguns problemas que surgiram num espaço de tempo muito pequeno.

Moradores dizem que por enquanto ainda é possível saber quais os turistas que estão no bairro e onde estão hospedados os novos que chegam, mas temem que dentro de alguns anos isso não seja mais possível. Também há o temor de que possam chegar ao bairro assaltantes, uma vez que, a conclusão da ponte de ligação com Iguape irá aumentar o fluxo de pessoas na ilha, principalmente porque ela se tornará uma via de ligação entre Iguape e Cananéia mais curta do que a atual estrada que liga as duas cidades.

Essas preocupações levaram a AABP a formular um projeto de transformação do bairro em condomínio. A intenção é de montar uma guarita na estrada de ligação com a

<sup>80</sup> Anexo na íntegra no final deste trabalho.

praia na altura da ponte do rio Cavalo Sul, divisa com as terras da companhia Melhoramentos. E os membros da associação fazem questão de deixar claro que não é para impedir ninguém de entrar, mas principalmente ter um controle sobre quem entra e quem sai do bairro.

O projeto de condomínio é um dos exemplos de como os moradores de Pedrinhas, agora associados aos veranistas -- sujeitos com quem mantêm uma relação de dependência mútua --, para parafrasear Sahlins, vêm *criativamente repensando seus esquemas convencionais*<sup>81</sup>. Antevendo a possibilidade de serem engolidos pelo mesmo "progresso" responsável pelo crescimento e pela manutenção do bairro e também pela melhoria da qualidade de vida, estes caiçaras vêm buscando meios de solucionar problemas existentes e de se precaver contra problemas futuros.

---

<sup>81</sup> Sahlins, 1987:7.



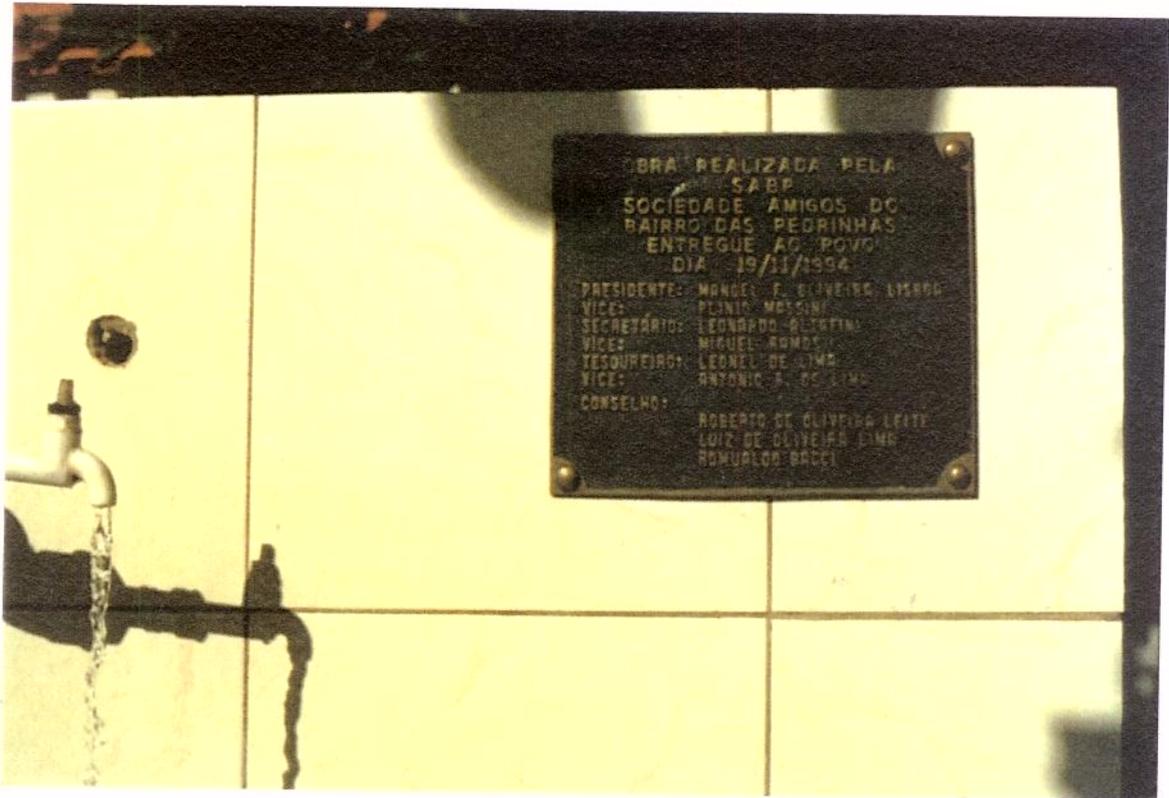
Posto de saúde e água encanada em Pedrinhas: conquista dos moradores



Telefone a cartão em Pedrinhas: o primeiro da ilha



Ponte de ligação entre Iguape e a ilha Comprida: motivo de temor, para moradores de Pedrinhas, das conseqüências do aumento de turistas



OBRA REALIZADA PELA  
SABP  
SOCIEDADE AMIGOS DO  
BAIRRO DAS PEDRINHAS  
ENTREGUE AO POVO  
DIA 19/11/1994  
PRESIDENTE: MANOEL F. OLIVEIRA LIMA  
VICE: PLINIO MANSINI  
SECRETARIO: LEONARDO OLIVEIRA  
VICE: MIGUEL RAMOS  
TESOUREIRO: LEONEL DE LIMA  
VICE: ANTONIO P. DE LIMA  
CONSELHO:  
ROBERTO DE OLIVEIRA LEITE  
LUIZ DE OLIVEIRA LIMA  
ROMUALDO BACCI



Obra de captação de água realizada por moradores e veranistas

## Capítulo 7. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA COMPRIDA .

### 7.1. Introdução

Para conter os danos ambientais causados pela ocupação desordenada, foi criada, pelo decreto estadual 26.881, a Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida (APAIC) em 11 de março de 1987, regulamentada em 30 de novembro de 1989 pelo decreto estadual 30.817. Esta APA ficou inserida nos limites de outra mais abrangente, a Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA/CIP), criada pelo decreto federal 90.347, de 23/10/1984, posteriormente tendo sua área ampliada pelo decreto federal 91.892, de 6/11/1985<sup>82</sup>.

A APA/CIP possui em seu entorno quatro Parques Estaduais: da Ilha do Cardoso (PEIC), de Jacupiranga (PEJ), da Serra do Mar (PESM), e de Pariquera-Abaixo (PEPAb); duas Estações Ecológicas criadas por decreto federal: dos Chauás (EEC) e de Guaraqueçaba (EEG); as APAs de Guaraqueçaba (federal), e da Serra do Mar (APASM, estadual); e o Parque Nacional do Superagui. E, dentro de seus limites, duas Estações Ecológicas: Tupiniquins (federal) e de Juréia-Itatins (EEJI, estadual); duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs): da Ilha do Ameixal e Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande, criadas por decreto federal; a Área sob Proteção Especial (ASPE) da Juréia, criada por portaria federal; a APA de Ilha Comprida (estadual); e a Área Indígena Guarani de Itariri (Serra dos Itatins, federal)<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> Ver São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente). 1996. *Regulamentação da APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe: plano de gestão/ZEE preliminar*. São Paulo, SMA/IBAMA. Pág. 23.

<sup>83</sup> Idem, pág. 22.

## 7.2. O que é APA

APAs são Unidades de Conservação<sup>84</sup> nas quais se deve criar zonas destinadas à ocupação e às atividades humanas, e que visam proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais. Uma APA constitui uma zona protegida globalmente e que contém zonas de maior ou menor rigidez quanto à ação antrópica. O que muda numa área onde é implantada uma APA é que esta fica submetida a leis de conservação ambiental muito mais rígidas. Contudo pode ser estabelecida em domínio público ou privado sem que haja desapropriação de terras<sup>85</sup>.

A lei que autoriza sua criação é a 6.902, de 27 de abril de 1981<sup>86</sup>. As APAs podem inclusive ter sobrepostas outras unidades de conservação (Marés, 1993: 28). Devemos observar que esse conceito é avançado em relação a outros conceitos de unidades de conservação, como é o caso dos Parques Estaduais, que não admitem a presença humana. Para a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA, federal), APA é uma

Unidade de Conservação onde a estratégia de gerenciamento visa compatibilizar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre, a proteção dos recursos ambientais e a estabilidade ou melhoria da qualidade de vida da população<sup>87</sup> (grifos meus).

Apesar de não estar previsto em lei, normalmente Zonas de Vida Silvestre são inseridas nos diplomas de criação de APAs. A resolução 10 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico e a delimitação de Zonas de Vida Silvestre em APAs, além de estabelecer condições para o exercício de atividades como projetos de urbanização, atividades agrícolas ou pecuárias, terraplanagem, mineração, dragagem e escavação, etc.<sup>88</sup>

Sobre as SVSs, dispõe o artigo 4º dessa mesma resolução:

Todas as APAs deverão ter zona de vida silvestre nas quais será proibido ou regulado o uso dos sistemas naturais.

<sup>84</sup> Segundo definição do IBAMA, "Unidade de Conservação é o espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder político para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Podem ser criadas pelos governos federal, estadual e municipal" (Brasil, 1995 apud São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente), 1996: 60).

<sup>85</sup> São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente), 1996; Marés, 1993.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> Apud São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente). 1996. *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruibe*. Vol. 1: caracterização. São Paulo, SMA/IBAMA. Pág. 11.

<sup>88</sup> São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente), 1996. *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruibe*. Plano de gestão. Págs. 24 e 25.

Parágrafo 1º - As Reservas Ecológicas públicas ou privadas, assim consideradas de acordo com o Decreto Federal 89.336, de 31 de janeiro de 1984, e outras áreas com proteção legal equivalente, existentes em território das APAs, constituirão as Zonas de *Preservação De Vida Silvestre*. Nelas serão *proibidas as atividades* que importem na alteração antrópica da biota<sup>89</sup>.

Parágrafo 2º - Serão consideradas como Zonas de *Conservação da Vida Silvestre* as áreas nas quais *poderá ser admitido o uso moderado e auto-sustentado da biota*, regulado de modo a assegurar a manutenção dos ecossistemas naturais<sup>90</sup> (grifos meus).

Portanto, existem dois tipos de ZVSs, a de *Preservação*, nas quais as atividades humanas são proibidas, e as de *Conservação*, nas quais as atividades humanas são permitidas, desde que controladas.

A APA de Ilha Comprida possui uma Zona de Proteção Especial (ZPE). Essa categoria de Unidade de Conservação aparece com o nome de *Área de Interesse e Proteção Especial (urbana)* no livro de Marés (1993). Este autor nos explica que somente os Estados podem criar esta modalidade de unidade de conservação. Isso ocorre porque, embora a aprovação de projetos de loteamento e desmembramento seja de competência dos Municípios, a aprovação municipal requer a prévia anuência dos Estados:

Entre outros casos, nos de loteamento e desmembramentos que incidam em áreas de interesse especial de proteção aos mananciais, ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico ou arqueológico.

(...)

Trata-se apenas da criação, pelos Estados, de um espaço territorial que tem limitações para o loteamento e desmembramento urbanos: é a criação de zona urbana protegida (idem: 46 e 47).

Devemos observar que a sobreposição de unidades de conservação também sobrepõe níveis das esferas governamentais, o que exige trabalhos em conjunto, como é o caso, por exemplo de regulamentação da APA CIP, realizada por um convênio entre o IBAMA e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo. Contudo, existem conflitos quanto às competências de cada esfera. Em documento da prefeitura do município de Ilha Comprida<sup>91</sup>, se observa que, embora a regulamentação e o zoneamento ecológico-econômico de uma APA sejam da competência das três esferas do poder executivo, a constituição federal de 1988 não deixa claro como elas devem se articular na atribuição de competências em comum:

<sup>89</sup> *Antrópico: diz-se das vegetações resultantes da ação do homem sobre a vegetação natural; biota: o conjunto de seres animais e vegetais de uma região* (Dicionário Aurélio, 1986).

<sup>90</sup> Apud São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente), 1996. *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruibe. Plano de gestão*. Pág. 25.

<sup>91</sup> Ver Ilha Comprida (município), 1997.

Em conseqüência, em especial no que diz respeito à proteção do meio ambiente, nela incluída a gestão dos recursos naturais e o controle da poluição ambiental, verifica-se um grande número de dúvidas e divergências, seja ao definir limites de uma norma geral, de competência federal, seja em questões como conflito de competência estado/município para licenciar e fiscalizar atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras<sup>92</sup>.

### **7.3. A APA de Ilha Comprida**

O regulamento da APAIC a divide nos seguintes tipos de zonas: Zona Urbanizada (ZU); Zona de Ocupação Controlada (ZOC); Núcleo de Pescadores; Zona de Proteção Especial; Zona de Vida Silvestre.

As Zonas Urbanizadas são quatro: ZU1, Boqueirão Norte; ZU 2, Boqueirão Norte; ZU 3, Núcleo de Pedrinhas; ZU 4, Boqueirão Sul. São sete os Núcleos de Pescadores: de Vila Nova, de Ubatuba, do sítio Artur, do Boqueirão, de Trincheira, de Juruvaúva, de Morretinho. Observemos que Pedrinhas aparece no zoneamento como Zona Urbanizada, e não como Núcleo de Pescadores.

Quanto à Zona de Vida Silvestre, o decreto de regulamentação da APA não especifica se é de *Conservação* ou se é de *Preservação*. Contudo, conforme podemos ver no mapa de Unidades de Conservação do Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape, em anexo, ela abrange o bairro de Pedrinhas e todos os núcleos de pescadores<sup>93</sup>, além de diversos loteamentos.

### **7.4. Representações locais de Unidades de Conservação.**

Se, por um lado, a maioria da população caiçara concorda que a transformação da ilha em APA foi fundamental para conter a grilagem e a formação de loteamentos, por outro lado, podemos perceber uma grande falta de informação sobre o que é permitido ou proibido quanto aos usos do meio ambiente. Exceto no caso de líderes de Pedrinhas, que estão mais esclarecidos sobre a legislação ambiental.

Ouçamos o que dizem alguns caiçaras e o prefeito da ilha sobre o assunto:

<sup>92</sup> Idem, s/ n° de página.

<sup>93</sup> Lembremos que os bairros caiçaras estão todos localizados na margem voltada para o mar Pequeno, a qual (com exceção da parte que vai das proximidades do atracadouro da balsa de Iguape em direção ao norte até a

Leonel: De negativo acho que [a criação da APAIC] não trouxe nada. Fizeram um trabalho de educação do povo. (...). Agora eles sabem como o povo vive em cada região. Então tem que educar o povo como usar. Então não prejudicou, foi ótimo porque o povo não tinha controle.

P: O povo daqui?

L: De primeiro, tirava o palmito e plantava roça em qualquer mato. Hoje, não, porque se eu for cortar palmito na área de uma pessoa, eu vou preso.

P: Se alguém quiser fazer uma roça, pode?

L: Quem vive em certos lugares, faz.

P: Na APA pode?

L: Pode. O cara que está no mato e depende daquilo para comer, ele não está depredando nada. Foi ótimo porque o pessoal aprendeu a não dar tiro, a não pegar passarinho. Tudo isso o povo fazia de monte.

P: Inclusive o pessoal caçara?

L: O pessoal caçara pegava passarinho para vender, canário. Então foi ótimo. Prejudicava quando vinha multar o morador daqui sem saber como ele vive.

P: Isso chegou a acontecer aqui?

L: Aconteceu. Eu mesmo fui pego várias vezes na pescaria. (...) O turista vem aí no fim de semana, usa e abusa e vai embora com a sua lanchona, seu barco, ninguém pega ele. Um monte de coisas deles é irregular, como o tamanho das redes. Agora a gente está trabalhando para sobreviver, eles chegam e apreendem o material e a gente paga multa alta.

P: Hoje ainda acontece?

L: Não. De pouco tempo para cá que está se aperfeiçoando esse trabalho.

P: Hoje em dia não apreendem mais as redes?

L: Se tiver com tudo em ordem os documentos como é o regualamento. Tem que ter a carteira de pesca. Mas tem gente que mora em certos lugares que não tem. Uma época eles prendiam os coitados, faziam correr, prendiam. Eles não tinham como sobreviver. Agora estão com um trabalho, inclusive aí no Cardoso de liberar (...)

Já apanhei tanta multa aí, os caras não querem nem saber. (...) Eles faziam os decretos da lei mas não conheciam como o povo vivia. Eles mandavam a portaria [no caso da pesca do camarão] sem saber em que época era a desova. A legislação foi feita tudo ao contrário, proibiu tudo na época errada. Eles estudam mas não sabem pescar, não sabem jogar uma rede, como funciona. Na prática, tem coisas que não basta ter estudo.

(Leonel)

Morador<sup>94</sup>: O cachorro pegou o bicho. Eu sabia que era proibido matar o bicho, mas o cachorro já tinha matado, eu aproveitei. Aí eu dei um pedaço para um vizinho meu. Quando eu vi, estava o fiscal a porta.

P: O vizinho mandou o fiscal?

Morador: O soldado me conhecia há muitos anos, ficou na porta, não quis nada. Ele falou: "Sabe o que eu vim fazer aqui? Vim te buscar". Eu perguntei: "Por quê o senhor veio me buscar? Porque o senhor matou uma cacinha aí, e é proibido matar. Deu um pedaço para o cara e o cara foi dar parte do senhor lá. Aí o chefe mandou levar o senhor lá".

P: E o senhor foi?

Morador: Fui. Aí o soldado falou "O senhor já está de idade, não pode trabalhar, vou quebrar o galho do senhor". Chegou lá e disse "foi uma cabra que ele matou". Aí eu fui embora.

barra de Icapara) está praticamente toda inserida na ZVS.

<sup>94</sup> Neste caso, por motivos éticos, optei por ocultar o nome do entrevistado.

Paulo: Antigamente plantava. Hoje não pode nem cortar um mato que tem multa. Os antigos viviam de plantar. Eles tinham para comer, tinham o feijão, a mandioca, tudo coisa natural da terra. Hoje se você cortar três, quatro madeiras, vai o florestal em cima de você. Essa área aqui é minha, eu pago imposto e não posso fazer nada.

(...)

Nós trabalhávamos com isso, fazíamos muita farinha, mas depois começou a ter esse tipo de problema e paramos.

P: Por causa do [guarda] florestal?

Pa: O florestal não deixa fazer nada.

P: Até quanto tempo atrás ainda podia plantar?

Pa: Faz uns cinco anos [...]. Tem que fazer tudo escondido, não pode desmatar muito. (...) O nativo aqui não estraga nada, ele sabe quando a caça está criando, ele sabe quando pode matar uma paca, quando não pode.

P: Vem muita gente de fora caçar?

Pa: Vem bastante, tem gente de São Paulo que se envolve nesse meio de mato. Antigamente tinha muita caça. Capivara, porco do mato, quati, paca, cotia, tatu, tudo. O pessoal antigo daqui mata uma caça quando ela não está com cria e é para o uso. Hoje, o que você mais vê enfiado nesse mato aí é turista. E aí ele não sabe quando a caça está criando, mata de qualquer jeito.

(Paulo)

Sebastião: Não é para acabar com tudo, mas tirar o que precisa. Mas agora não pode fazer mais roça, não pode queimar, não pode fazer nada.

P: Está proibido fazer roça?

S: Está proibido. Um compadre meu faz, mas é escondido.

P: Aqui na Ilha Comprida?

S: É, mas é escondido.

P: Lá em Juruvaúva tem gente que planta?

S: Não, só na praia, mas é escondido. Antigamente não tinha essa proibição, as pessoas faziam coivara e plantavam.

P: E agora tem pouca gente que faz?

S: Agora é muito pouco, só os mais antigos.

Teodoro: Ainda faço um pouquinho de farinha. Por causa da minha mão, não dá para fazer mais nada. Um pouquinho eu faço.

P: Então o senhor ainda consegue fazer uma rocinha?

T: Não, agora não trabalho mais.

P: Tem problema com o guarda florestal?

T: Não, eles deixam fazer. Eu não posso mais por causa da picada da cobra.

(...) Lá onde meu irmão mora, não pode tirar um pau no mato.

P: Onde seu irmão mora?

T: Perto da estrada de Paranaguá. (...) De primeiro aqui não podia pescar, o florestal não deixava. Era todo dia, agora acalmou um pouco.

P: Era proibido pescar?

T: A gente levava multa. Pois é, antes do prefeito, era todo dia que vinha dois florestal aí. Nós à noite pescávamos para comer.

P: Tinha que pescar escondido?

T: É, para comer tinha que esperar a hora da noite. Não podia nem pegar uma redinha para pescar. Aí prenderam minha rede. Aí eu disse: "o senhor tenha dó de um velho igual eu que não pode trabalhar, eu não pesco para vender, é para comer. Minha mulher também está velha. Eram duas polícia, um homem e uma

*mulher. Aí a moça falou assim: "deixa a rede do velho, tenha dó do velho, ele não pode trabalhar mais". "Então o senhor pega a rede e vai embora", ele falou.*

*P: Quanto tempo faz isso?*

*T: Faz tempo, antes do prefeito entrar. Depois que o prefeito, o Márcio entrou, não tem mais isso aí. Uns dez anos atrás.*

*Décio: Quando se fala na questão ambiental e o que ela tem trazido para as populações caiçaras, quando se fala em meio ambiente, fala-se em cultura. E, na verdade, o pessoal vem falando da preservação da cultura caiçara. E, na minha opinião, o primeiro grande impacto da questão ambiental, enquanto (toca o) caiçara, foi a perda da identidade cultural. Porque a cultura do caiçara é puramente extrativista. Ele nasceu dentro daquele contexto ambiental, dentro da mata. Vive gerações e gerações naquele ambiente e a única cultura que tem é o que a natureza fornece para eles. O grande impacto ambiental, com essa forte proteção ambiental, criou com o nativo do Vale do Ribeira, foi a perda da identidade cultural do nativo. Porque ele não pode mais pescar da maneira como pescavam. Porque, ambientalmente, não é correto caçar da maneira que caçavam. Ambientalmente não é correto explorar a mata como exploravam. (prefeito de ilha Comprida; entrevista em Brandão, 1998)*

Há um descompasso entre a finalidade da APA de compatibilizar as atividades humanas com a preservação ambiental, e aquilo que os moradores imaginam sobre esse assunto. Nas representações de muitos, a legislação ambiental veio para colocá-los na clandestinidade, fazendo-os executar determinadas atividades escondidas do guarda florestal, como é o caso de um morador da ilha que comentou que só põe fogo no mato para fazer a roça quando o dia está começando a escurecer. Paulo, que já não faz mais roças, reclama de que o guarda florestal não deixa fazer nada. É interessante o discurso de alguns, que parece contraditório, de que fazem roças escondidas, ao mesmo tempo em que dizem que os guardam florestais não ligam para as suas roças.

A confusão de informações deve-se, em primeiro lugar, à falta de esclarecimento da população local sobre os significados e finalidades da APA e das outras áreas ambientalmente protegidas nela contidas. Em segundo lugar, à diversidade de tipos de Unidades de Conservação existentes na região. Vimos que existe uma rede de relações de parentesco entre as ilhas e um determinado pedaço do continente. Ocorre que por conta dessa falta de esclarecimento fica difícil para os moradores entenderem que existem diferenças, por exemplo, entre o que é permitido fazer (quase nada!) na ilha do Cardoso, um Parque Estadual, e na ilha Comprida, uma APA. Ou então, que existem diferenças nas possibilidades de uso de determinadas áreas dentro da APA, como as Zonas de Preservação ou de Conservação de Vida Silvestre. Aliás, isso muitas vezes não fica claro nos próprios textos de regulamentação das Unidades de Conservação. Vimos

que no regulamento da APAIC não está especificado se a ZVS é uma Zona de Preservação ou de Conservação de Vida Silvestre.

Há também o protesto de muitos em relação à caça e à pesca. Os caiçaras dizem que eles sempre souberam a época certa de caçar e pescar, respeitando a época de gestação e amamentação dos filhotes e a época de reprodução das diversas espécies marinhas. Segundo eles, a caça hoje em dia é escassa por causa dos turistas procedentes de São Paulo que caçavam, e ainda caçam sem ter conhecimento dos ciclos da natureza, matando os animais na época de procriação ou antes de os filhotes desmamarem. Em relação à pesca, reclamam da concorrência dos barcos industriais no lado do mar aberto, causando a sobrepesca de diversas espécies:

Não tem fiscalização efetiva em cima desses armadores que vêm em cima da arrebentação, qualquer hora eles vão pescar um banhista, do jeito que eles fazem o arrasto na nossa praia.

(Décio / prefeito de Ilha Comprida; entrevista em Brandão, 1998: 112)

Os grandes armadores pescam com suas parêlhas a poucos metros das praias e o IBAMA alega falta de verba para fiscalizar. Fiscalizar o pequeno e indefeso é mais fácil e barato.

(Osmanir Pedro Nunes, presidente da Colônia de Pescadores Z-7 Veiga Miranda / Iguape. In: *Investir na pesca*, OESP, 14\10\1994 apud Brandão, 1998: 112)

Os barcos de pesca industrial praticam impunemente diversas irregularidades. Primeiramente, arrastam as redes muito próximos da praia, muitas vezes chegando perto da arrebentação. Em segundo lugar, usam redes inadequadas, pescando toneladas de peixes que ainda não atingiram o tamanho ideal e que, por serem inadequados para o mercado, são devolvidos à água, indo parar aos montes nas praias da ilha. Eu mesma durante pesquisa de campo realizada em abril de 1998, pude observar diversos trechos da praia cobertos por pexinhos pequenos devolvidos ao mar por esses barcos. Nesse ponto, a fiscalização do IBAMA tem se mostrado absolutamente ineficiente.

Os moradores mostram um grande incorformismo em relação à forma como são impostas as restrições relativas à pesca, alegando que a legislação que, a priori, visa proteger as espécies durante a época de reprodução está mal formulada porque proíbe a pesca na época errada, ao mesmo tempo em que os barcos de pesca industrial cometem irregularidades sem que haja nenhuma punição.

Vimos, no capítulo sobre turismo, que existe também um conflito provocado por turistas que praticam a chamada pesca amadora. Com maior poder aquisitivo, eles usam redes em desacordo com a legislação de pesca, competindo com os pescadores profissionais (caiçaras) em seus espaços de trabalho, além de causarem danos

ambientais por não terem o mesmo conhecimento que os moradores têm dos ciclos reprodutivos das espécies. Sobre o assunto, diz Brandão:

Ao lado das práticas de “respeito” às espécies, o pescador tem que conviver com as conseqüências predatórias da pesca industrial e as inconseqüências da pesca amadora, além de se submeter a leis arbitrárias de proteção às espécies e às dificuldades da legislação no acesso a seus materiais de trabalho.

(...)

Com relação à pesca amadora, o poder aquisitivo do turista acaba por parecer uma agressão ao pescador, não apenas por adquirir melhores ou mais modernos apetrechos de pesca, mas principalmente porque mesmo que o turista não use o seu poder econômico para subornar ou, o que seria melhor, a fiscalização não se deixe subornar, o aprisionamento da rede do turista não lhe causa nenhum transtorno maior, pois ele está sendo privado apenas de um instrumento de lazer (Brandão, 1998: 126).

Mais uma vez podemos perceber uma valorização, pelos próprios caiçaras, do conhecimento que têm do meio ambiente e do uso que dele fazem com baixo índice de impacto. Vimos, por exemplo, Leonel dizer que eles [os técnicos] estudam mas não sabem das práticas locais, desconhecendo completamente os modos caiçara de explorar a natureza, embora ele reclame que, antes da criação da APA, os moradores caçavam passarinhos indiscriminadamente para vender. Contudo, ele também concorda com outros moradores que a legislação relativa à pesca está mal feita, e que até um passado muito recente a fiscalização do IBAMA costumava apreender as redes de moradores que não tinham carteira de pesca.

No discurso do prefeito da ilha, podemos perceber que a representação que as pessoas de fora fazem da cultura caiçara está diretamente relacionada às “práticas tradicionais” de agricultura, caça, pesca e extrativismo. Referindo-se de forma mais ampla às diversas Unidades de Conservação criadas no Vale do Ribeira, ele faz uma crítica às restrições feitas impostas às formas de trabalho dos moradores locais, o que, para ele, provoca a perda da identidade cultural nessas populações locais. Apesar dessas críticas, o prefeito não se diz contra a legislação ambiental. Para ele, são necessários apenas alguns ajustes.

## 8. CONCLUSÕES

Populações caiçaras possuem uma cultura própria, embora o principal instrumental teórico a que recorremos para o seu estudo seja aquele construído para o estudo de sociedades camponesas. Isso acontece porque, de fato, existem muitas semelhanças entre o modo de vida de caiçaras e de caipiras interioranos. Diversas vezes pude observar caiçaras das ilhas Comprida e do Cardoso referirem-se a si mesmos como caipiras.

Pesquisadores e agentes de governo costumam enquadrar populações caiçaras na categoria mais abrangente de *populações tradicionais*. Para Diegues, é importante o auto reconhecimento dessas populações enquanto pertencentes a um grupo social particular, sendo que esse auto reconhecimento implica na construção e reconstrução de uma identidade que é resultante de contatos conflitivos com a sociedade urbano industrial e com os “neo mitos” por ela criados (Diegues, 1994).

Ferreira observa que pesquisadores e ambientalistas quando empregam a categoria populações tradicionais, o fazem com o objetivo de reivindicar o direito dessas populações de permanecerem na terra, utilizando como justificativa para a permanência o critério cultural, o qual aponta para uma compatibilidade entre a permanência dessas populações na mata e a preservação de recursos naturais. Contudo, para a autora, o emprego dessa categoria oculta a diversidade de modos de vida e de usos da mata, além de ignorar um mundo em transformação, reduzindo o papel social dessas populações ao de guardiães de reminiscências de uma história pretérita (Ferreira, 1996). Ferreira também chama nossa atenção para o fato de que o emprego dessa categoria oculta a presença de outras categorias sociais atraídas para o litoral em busca de melhores oportunidades de emprego e que acabam ficando à margem das políticas sociais (idem). Vimos que na ilha Comprida atualmente a grande maioria da população é formada por imigrantes.

No caso da ilha Comprida, os moradores costumam chamar-se de caiçaras, e também fazem referências a si mesmos como *nativos* em relação aos de fora.

As identidades, contudo, são relacionais, considerando que grupos sociais específicos apropriam-se de categorias identitárias construídas por agentes externos como estratégia política para suas reivindicações.

Marcus nos lembra que a identidade de alguém ou de algum grupo se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes (1991: 204), e que as identidades se estabilizam e resistem à condição modernista de imigração e disseminação, sendo que uma das principais tarefas da etnografia é “documentar a estabilização das identidades num dado local ou através de vários locais num mundo essencialmente desconstrutivo” (idem:217).

Podemos perceber, entre a multiplicidade de atores e interesses presentes no Vale do Ribeira, três representações de tempos/espacos diferentes e simultâneas. São as representações de populações tradicionais, as representações subjacentes à economia capitalista, e as representações que pautam as ações governamentais relativas à proteção ambiental.

De um lado, representações de populações tradicionais nas quais a terra é concebida não enquanto mercadoria, mas principalmente enquanto espaço de viver ou, conforme define Martins (1991), *terra de trabalho*, onde vida e trabalho não podem ser separados. Por outro lado, a idéia de progresso com raízes evolucionistas, positivistas e etnocêntricas que têm permeado as ações governamentais na região; onde só as economias cumulativas são consideradas legítimas, a pequena produção de excedentes camponeses não faz sentido e, portanto, deve ser suprimida. Vejamos esta crítica de Albertino Moreira a Monteiro Lobato quando este último fala sobre suas impressões a respeito da cidade e do povo de Iguape:

“Aí, descrevendo o passeio que fez, [Monteiro Lobato] conta coisas horríveis, se bem que compare Iguape ao Brasil. Tudo marasmo senil e modorra. *Comércio roceiro e mesquinho*. Indústria tateante e ingênua. *Lavoura incapaz de criar riqueza*, adstrita ao meneio da foíce e da enxada. Povo que não ri, não brinca, não canta, não dança (sic). Em contraste com tudo isso, ele lembra a beleza das cidades americanas. (...) Lobato acredita que é por causa da malária, do amarelão, das febres, verminoses. São as doenças incidiosas que bambeam a nossa gente do litoral. São elas que aniquilam o Brasil”.

(...)

“É evidente, entretanto que o grande escritor viu o problema por uma face apenas. Como se apenas o saneamento das regiões fosse suficiente para salvá-las da ruína econômica. As causas são mais profundas e antigas. São as condições econômicas que influíram decisivamente para o abandono das regiões litorâneas” (Moreira: 1943, 72 e 73, grifos meus).

Ao criticar a *lavoura incapaz de criar riqueza* e o *comércio roceiro e mesquinho* contrastando-os com as cidades americanas, Monteiro Lobato expressa a idéia de progresso subjacente ao desenvolvimento da economia capitalista.

No entanto, Tereza Luchiari nos lembra que a tradição secular caiçara nunca existiu como uma economia fechada e uma cultura estática. Desde os tempos da ocupação colonial estava contraposta ao sistema econômico vigente, voltado para o mercado, tendo sobrevivido a processos alternados de integração e marginalização de uma economia regional dependente das políticas econômicas que alimentavam o mercado mundial de produtos tropicais, assim como recebeu diversas influências delas (Luchiari: 1997, 62 e 63).

A terceira representação de tempo/espaço presente na região é a de preservação ambiental que pauta a implantação de áreas protegidas. Populações locais acostumadas a se equilibrarem diante dos avanços e recuos da economia de mercado na região, a partir da década de 1960 têm sido obrigadas a resistir às legislações ambientais que proíbem práticas culturais básicas de seu modo de vida. Através de estratégias como o cultivo de roças clandestinas, algumas famílias e grupos camponeses, seja no litoral ou no interior, ainda conseguem permanecer em seus territórios. Alguns são pegos ao desafiar a lei e vão para a cadeia. Muitos têm sido empurrados para o subemprego e o desemprego nas periferias das cidades.

Com o objetivo de conter a grilagem de terras e a degradação ambiental dela resultante, a ilha foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA, estadual) em 11 de março de 1987, regulamentada em 30 de novembro de 1989, passando a ficar inserida nos limites da APA federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe, a qual possui diversas outras Unidades de Conservação em seu entorno e inseridas em seus limites.

Nas áreas de Proteção Ambiental, segundo definição da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a estratégia de gerenciamento visa compatibilizar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre. Entretanto, existe, entre a população caiçara da ilha, uma grande falta de informação sobre o que é proibido e o que é permitido na APA. Existem inclusive aqueles que se vêem na clandestinidade ao plantarem suas roças, dizendo que plantam, mas é escondido. Teve até um senhor que disse que se eu contasse para alguém, ele me mataria, nem que tivesse que vir me caçar em São Paulo. Foi uma forma de expressão que reflete a falta de informação. Muitos que têm parentes morando em Unidades de Conservação onde as restrições aos usos do meio ambiente são mais rígidas, como é o caso dos Parques Estaduais, acabam achando que as regras são as mesmas para todos os lugares.

Políticas ambientais e econômicas para a região devem considerar que, conforme nos diz Diegues,

nas representações simbólicas das sociedades primitivas e tradicionais, no entanto, existe uma simbiose entre o homem e a natureza, que se manifesta tanto no campo das atividades do fazer, do conhecer e das técnicas patrimoniais quanto no campo simbólico (Diegues, 1997a: 91).

No mesmo compasso da história do Vale do Ribeira, a cultura caiçara da Ilha Comprida teve suas características acentuadas a partir do início deste século em função do declínio da rizicultura na região. Até o início da década de 1960, povoados esparsos estiveram vivendo da agricultura e do extrativismo<sup>95</sup>, com relativa autonomia na medida em que produziam grande parte do que era consumido. Não podemos dizer que a economia local da ilha esteve totalmente apartada da economia mais ampla. Vimos que, além da lenha fornecida para os barcos a vapor, padarias e usinas de beneficiamento de arroz, os moradores estiveram produzindo esteiras de piri que tinham como destino final o porto de Santos.

Na década de 1950 apareceram na ilha Comprida alguns personagens que marcariam a história do lugar. Manoel Trindade, o corretor, esteve em todos os sítios onde moravam famílias caiçaras fazendo ofertas por suas terras. Foi o marco inicial do advento da terra de negócio na ilha. Até então, como dizem alguns moradores, quem tinha terra não vendia, trabalhava nela. E mesmo quando havia compra e venda, não se adquiria terras para a especulação, e sim para morar e trabalhar.

Trindade intermediava negócios para empresários de São Paulo, e ao que parece, a companhia Melhoramentos de Cananéia era sua principal cliente. Todos os moradores mais velhos se dizem que o corretor estava mancomunado com um certo João Veríssimo, do cartório de Cananéia. Juntos os dois teriam ajudado a companhia e outros empresários de São Paulo a realizarem diversas escrituras do abraço.

Não apenas na ilha mas em diversos lugares do continente e também em Cananéia, muitos recordam de Manoel Trindade como um dos maiores grileiros que já houve na região. Esse corretor deveria estar atento à valorização das áreas litorâneas enquanto importantes espaços de lazer para os habitantes dos meios urbanos.

Os documentos que forjaram a legalidade das terras griladas parecem ter ficado “na geladeira” até o final da década de 1970, após a construção da rodovia BR-102, atual BR-116, que sai da capital paulista, corta o Vale do Ribeira e faz ligação com o sul do país. Quando esta rodovia tornou a ilha mais próxima da capital, diversos empresários estiveram grilando terras no lugar, expulsando moradores e brigando entre si, o que acarretou a morte de um número desconhecido de jagunços, homens pobres procedentes

---

<sup>95</sup> O conceito de extrativismo que empregamos baseia-se em Brandão (1998) e inclui caça e pesca.

da região nordeste do país e do estado de Minas gerais, que eram contratados pelos empresários.

Foi sobretudo na década de 1970 que os conflitos se acirraram na ilha. Novos empresários apareceram para grilar terras que o Trindade já havia grilado. Os empresários consultavam os registros paroquiais do século passado e a partir deles, com a ajuda de alguns parentes mais espertos faziam inventários e entravam com carta de adjudicação, obtinham documentação “legal” das terras. Com a ajuda dos cartórios, os empresários passavam a ser os proprietários.

É certo que os moradores foram ludibriados pelo Trindade, que comprava uma parte das terras e registrava a posse dos sítios inteiros e ainda de muito mais terras. Contudo, não podemos apostar na absoluta ingenuidade dos caiçaras. Vimos que em Pedrinhas houve um arranjo para que três dos filhos de Vitorino Lisboa ficassem com uma área de terras relativamente grande dentro do bairro, e as terras de Eduardo Lisboa foram deslocadas para o norte, de modo que sua própria casa passou a ficar em terreno de outro. Entre os descendentes de Eduardo que tiveram que comprar terras posteriormente, há aqueles que dizem que o Theotônio, genro de Eduardo, se juntou a João Veríssimo, do cartório de Cananéia, para ficar com as terras do sogro para si e para os irmãos.

No Capão, os filhos de João Nazário, que já havia vendido parte das terras para a companhia Melhoramentos, cerca de vinte anos depois venderam o restante das terras para um empresário, que as vendeu novamente de modo que passaram a ser propriedade do Parisi. Enquanto o Parisi e a companhia brigavam na justiça, esta última comprou as posses de filhos do João Nazário que ainda estavam morando no lugar. Estes, então, acabaram vendendo as mesmas terras pela segunda vez e adquirindo lotes em Pedrinhas, exceto um dos irmãos. Este teve receio de vendê-las novamente porque era caseiro do Parisi. No entanto, quando a companhia ganhou a briga na justiça, ele teve que sair do sítio sem receber nada, tendo dificuldades para, juntamente com os filhos, adquirir um lote.

O turismo na Ilha Comprida aconteceu nos moldes da “corrida desenvolvimentista” nacional da década de 1970. Culturas caipiras e caiçaras, das quais se tinha representações de atraso e subdesenvolvimento tão bem expressas por Monteiro Lobato, tinham que ser substituídas pela produção mercantil, pela indústria, pelo concreto e pelo asfalto, sinônimos de progresso e desenvolvimento econômico. Resultados desse processo foram grilagem de terras devolutas e de terras de caiçaras, mudanças rápidas e radicais na cultura local, e profunda degradação ambiental.

Contudo, no bairro de Pedrinhas, o turismo foi um tanto mais precoce do que nos outros lugares da ilha Comprida. Turistas procedentes da capital paulista atraídos para esse ponto do estuário por causa da alta piscosidade do canal e da fartura de caça no começo da década de 1950, acabaram tendo oportunidade de conhecer a vida e o trabalho dos moradores locais, criando laços de amizade e de afeto.

Logo se nos revelam pistas de que as relações sociais vigentes hoje em Pedrinhas estão relacionadas a dois fatores: por um lado, à história local do grupo; por outro, ao turismo enquanto um *evento* assimilado pelos moradores de modo que estes puderam amenizar o impacto de problemas mais gerais, como a expropriação de terras e o abandono de práticas até então essenciais para a sua existência, como a agricultura, entre outras.

Quando falo em história local do grupo, me refiro não apenas à história cultural, mas também a eventos, internos e externos, que estiveram influenciando a organização espacial do grupo, como a grilagem da companhia Melhoramentos e a posterior divisão e “rearranjo” de terras entre as famílias moradoras. Considero a chegada do turismo em Pedrinhas um *evento* porque certamente a chegada de um estrangeiro em si já representava algo inusitado. Pescar ou caçar sem que essas atividades estivessem entre as tarefas cotidianas necessárias à manutenção da vida, mas, ao contrário, estivessem relacionadas a uma separação entre o corpo e o trabalho, deveria parecer mais inusitado ainda.

Contudo, aos poucos o inusitado foi se tornando recorrente, corriqueiro, até transformar-se numa tarefa necessária do cotidiano. Por isso o turismo se tornou um evento assimilado, do mesmo modo como o estrangeiro foi assimilado pelo lugar.

Portanto, podemos claramente observar aqui aquilo que Sahlins chama de *reavaliação funcional de categorias*<sup>96</sup>. Líderes locais, especialmente Nezinho, Leonel e Roberto, expressam a preocupação de a cultura local seja mantida. Porém, vimos Roberto dizer que *não temos mais a cultura caiçara, já misturou*, nos remetendo à constante tensão entre permanência e mudança na qual se equilibra a reprodução cultural. Para Sahlins, a cultura é reproduzida historicamente reproduzida na ação; por outro lado, a ação também coloca em risco o significado, na medida em que suas circunstâncias contingentes nem sempre se conformam aos significados pré existentes. Sendo assim,

os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação (1990: 7).

---

<sup>96</sup> Ver Sahlins, 1990.

Dessa forma, a introdução de outros significados culturais para categorias como tempo, espaço e trabalho, fez com que moradores de Pedrinhas reavaliassem funcionalmente suas próprias categorias, criando novos significados. Ainda tomando emprestados os conceitos de Sahlins, podemos dizer que

Esta é uma verdadeira transformação estrutural, ou seja, a redefinição pragmática das categorias alterando as relações entre as mesmas (idem: 179).

Giddens nos diz que as tradições, tendo um caráter orgânico, ou se desenvolvem e amadurecem, ou enfraquecem e morrem (1997: 81). Portanto, podemos concluir que, nos dias de hoje, as tradições em Pedrinhas dizem mais respeito à análises sincrônicas do que aos processos diacrônicos:

Por isso, a integridade ou *autenticidade* de uma tradição é mais importante para defini-la como tal do que seu tempo de existência

(...)

A "integridade" da tradição não deriva do simples fato da persistência no tempo, mas do "trabalho" contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado (idem: 81 e 82; grifos do autor).

Desse modo, na ilha Comprida, práticas *tradicionais* muito antigas estão enfraquecidas, quase mortas, como é o caso da agricultura, cuja prática chega a ser motivo de escárnio entre alguns dos mais jovens. Wilson e Teresa, um jovem casal que se mudou da vila Fátima, no Paraná, para a ilha justamente em busca de melhores condições para continuarem exercendo práticas que até poucas décadas eram elementos fundamentais da cultura caiçara, ou seja a agricultura e a pesca (o que, para eles só tem sido possível graças à combinação com o trabalho de caseiros), nos contam que alguns jovens riem deles por ainda cultivarem a terra. Ou então essas práticas, reavaliadas, adquirem novos sentidos, como é o caso da pesca: já não se pesca apenas para a alimentação e para a venda, mas também para acompanhar o turista.

Ainda para Giddens, a *tradição não é apenas o que "é" feito em uma sociedade, mas o que "deve ser" feito* (idem:84; aspas do autor). Ora, o trabalho com o turismo subtraiu a imperiosidade de certas práticas tradicionais em Pedrinhas. Continuemos com o exemplo da agricultura. Tornou-se muito difícil, nos dias de hoje, considerando as proporções globalizantes assumidas pela economia, viver unicamente de uma pequena produção de excedentes<sup>97</sup>, considerando que sua produção não teria lugar num mercado tão competitivo. Se em Pedrinhas o turismo possibilitou modos alternativos de se obter o sustento, em bairros como Ubatuba e Juruvaúva não existem alternativas num momento

<sup>97</sup> Mesmo as famílias que, na ilha, ainda conseguem cultivar roças, necessitam combinar a agricultura com atividades ligadas ao turismo.

em que o que “deve ser” feito (as antigas práticas tradicionais) já não é suficiente, ou já não é possível fazer.

Por outro lado, se tradição implica mais em autenticidade do que em duração no tempo, já podemos atribuir a Pedrinhas o caráter de um *bairro tradicionalmente turístico*, cuja *tradição caiçara* reside principalmente nas atividades voltadas para o turismo, o que, certamente, só tem sido possível graças ao conhecimento e às técnicas de usos do meio ambiente que vêm sendo construídos há várias gerações. Sendo assim, já não é mais possível definir com segurança *uma única* cultura caiçara, como puderam fazer, ainda há poucas décadas, estudiosos como Gioconda Mussolini. Porque a própria cultura caiçara apresenta, em nossos dias, variações condicionadas pelas particularidades dos eventos históricos a que grupos, famílias e indivíduos estiveram sujeitos. Portanto, dentro da própria ilha encontramos *culturas caiçaras particulares* se estivermos pensando em tradição. Por exemplo, bairros com o sítio Artur, Ubatuba e Juruvaúva podem ser definidos como tradicionalmente de pescadores que também prestam serviços a turistas, como a venda de iscas vivas, de peixes, ou o trabalho de piloto. Por outro lado, em Pedrinhas, cuja economia é quase que totalmente dependente do turismo, há quem ainda produza farinha para vender, e também há uma família que vive exclusivamente da pesca.

Também não é mais possível falarmos de um único turismo ou de um único “ecoturismo”. Tanto quanto são múltiplos os modos de vida caiçaras atuais, são também múltiplas as possibilidades de turismo na região. Por exemplo, as expectativas de quem visita um lugar como Pedrinhas, onde é possível chegar de carro e que oferece infraestrutura nas áreas de comunicações, transportes, e serviços como aluguel de casas e refeições, não podem ser as mesmas de quem visita um lugar como a praia da Lage na ilha do Cardoso, cujo acesso exige uma longa caminhada e onde não há energia elétrica e nem água encanada. Vejamos as concepções de João Alievi, coordenador do Projeto Lagamar da SOS Mata Atlântica, a respeito de “ecoturismo”:

Vejo o ecoturismo como um negócio. Não só como ideologia. Depois que conseguir fazer um bom negócio, você vai ter tempo para cuidar do lixo, cuidar do esgoto, cuidar do serviço e proteger a Mata Atlântica em volta do seu hotel.

(...)

Vou dar uma regra de mercado que fala: o cliente em primeiro lugar, o cliente sempre tem razão. Para nós, o turista está em primeiro lugar.

(João Alievi<sup>98</sup>)

<sup>98</sup> Fala gravada na reunião para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso realizada em abril de 1997, *apud* Brandão, 1998: 191.

Por enquanto, a hotelaria regional não está preparada para o turismo. (...) Muitos quartos são coletivos com banheiro no corredor.

(...)

Exigimos, para trazer nossos clientes, que as pousadas sirvam café da manhã completo, com suco, pão, café, leite e sempre alguma fruta, coisa que eles não faziam antes.

(João Alievi. In: Jornal da Tarde, 03/08/97 apud Brandão, 1998: 191 )

O discurso acima concebe o ecoturismo principalmente do ponto de vista empresarial. Contudo é necessário sabermos se o que é um *bom negócio* para os empresários do "ecoturismo" é bom para todos, ou ao menos para a maioria da população que vive na região. Dentro dessa concepção empresarial, em que lugar ficam os moradores dos "paraísos ecológicos" (quase todos contidos em Unidades de Conservação), espaços privilegiados para essa modalidade turística? Acredito não ser necessário colocar o turista, ou o *cliente* (da agência de turismo), como prefere o autor da fala, em primeiro lugar. O próprio turista costuma "naturalmente" tomar essa posição. Vimos que em determinados lugares do estuário, a pesca amadora, praticada por turistas, entra em desleal concorrência com o trabalho de pescadores caiçaras, que dependem da pesca para viver. Outro exemplo, já tratado em capítulo anterior, é a privatização de grande parte da beira do mar Pequeno em Pedrinhas, onde o uso de um espaço que é público foi tornado privilégio de uns poucos turistas.

Talvez fosse mais lucrativo para todos (moradores locais, "ecoturistas" e empresários do "ecoturismo") se, dentro dessa relação comercial, pudéssemos pensar também nos direitos dos moradores locais. Ou seja, ao mesmo tempo em que o turista tem o direito de deleitar-se com a exuberante paisagem, diluindo o estresse urbano nos mares e cachoeiras do estuário, os moradores do lugar também têm o direito de beneficiar-se economicamente dessa atividade, seja recebendo o turista em sua casa, seja servindo refeições, seja prestando outros serviços. Contudo se pensamos num único padrão de receber e hospedar turistas, e de servir refeições, a maioria da população estuarina enquadra-se fora dessa atividade, cabendo sua exploração comercial às pessoas de fora, como quase sempre acontece (Pedrinhas é uma das raras exceções).

A concepção de múltiplas possibilidades de se explorar o turismo pode oferecer às famílias caiçaras oportunidades de melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, quem fica hospedado em uma das casas de Ivone Lisboa, em Pedrinhas, não precisa exigir um desjejum com pão, leite, café, sucos e geléias. Ela, que, aliás, durante muitos anos de sua vida esteve morando na cidade de São Paulo, oferece um café da manhã que segue os melhores padrões alimentares das classes médias e altas urbanas, além de oferecer

confortáveis instalações, inclusive com banheiro ou no quarto, ou dentro da casa. Por outro lado, quem se hospeda num lugar como a praia da Lage, na ilha do Cardoso, deve estar interessado menos em conforto e em alimentação dentro dos padrões médios urbanos do que em conhecer o modo de vida caiçara, além de desfrutar do “paraíso ecológico”. Nesse caso, é preciso estar disposto a cozinhar a própria comida no lugar onde se está acampado ou, melhor ainda, alimentar-se, juntamente com a família do lugar, de arroz, feijão, peixe e farinha; e se quiser, fazer uma limonada com um limão colhido no quintal.

O que se discute hoje é a necessidade de se criar novas formas de turismo nas quais as populações locais possam ser também beneficiadas recebendo os lucros propiciados por esse mercado, construindo um novo conceito de turismo no qual o visitante possa também entrar em contato com a forma local de conceber a vida e o trabalho. Afinal, é preciso contemplar as *formas de vida humana que fazem parte do ecossistema*.

Essas considerações remetem aos problemas discutidos no início. Os caiçaras foram definidos como “populações tradicionais”. Entretanto, ficou claro que os moradores de Pedrinhas, embora sejam presença predominante no bairro durante a maior parte do ano, quando as casas de veraneio ficam fechadas, durante feriados e, principalmente na época da alta temporada, se tornam minoria no lugar. Além disso, já não vivem mais das consideradas “práticas tradicionais” caiçaras, como a agricultura, o extrativismo e a fabricação de farinha, porém exercendo ainda as antigas atividades relacionadas à pesca. Mesmo esta última, pode estar muitas vezes associada ao trabalho com turismo, quando o caiçara emprega os “tradicionais” conhecimentos do meio ambiente que para acompanhar o turista que pesca para se divertir. Mais ainda, estamos falando de um grupo específico que está longe de ser portador de um fraco poder político. Embora a ilha esteja sob o controle político de pessoas de fora, Nezinho é o vice prefeito, o que dá a ele oportunidade de trabalhar em prol da população caiçara da ilha. Também ficou claro o poder reivindicatório dos moradores de Pedrinhas, que conseguiram para o bairro, através do próprio trabalho e também de pressão política, uma série de melhorias e benefícios que demoraram a chegar, e em muitos casos ainda não chegaram, aos demais bairros da ilha. Trata-se de um grupo que se tornou absolutamente dependente do turismo, e exatamente por causa disso ainda permanece no lugar que pertencia a seus antepassados.

Voltemos à noção de “tradição” redefinida em termos do “auto-reconhecimento” e do “hetero-reconhecimento” (Cunha, 1987) Podemos entender, utilizando essa noção, como foi possível para o grupo estudado, passando por transformações profundas, permanecer no território com um controle parcial sobre seus meios de vida, e vendo-se como “caiçara”.

Para esse efeito, vimos as várias ações dos personagens das histórias da ilha como estratégias para perpetuar um grupo, identificado através de:

- a) territorialidade, ocupando e realocando entre si parte do solo e dos recursos da ilha
- b) parentesco e casamento, utilizando a linguagem de casamentos e descendência, em combinação com a residência, como meio para delimitar a extensão do grupo – sendo que alguns permanecem, outros migram, outros conseguem expandir a ocupação.

A “cultura caiçara”, portanto, nos dias de hoje, permanece porque está ancorada na memória e é reforçada pela exigência de reconhecimento enquanto “população tradicional” pelas agências externas e pelos próprios turistas.

Em suma, a “tradição caiçara”, como todas as outras, é uma construção, mas ancora-se em processos reais e em uma história igualmente real, refletindo contudo as exigências do presente impostas aos indivíduos de hoje.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Antônio Paulino. 1950. A Ilha Comprida. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CXXXVII, ano XVII, out/nov/dez. São Paulo. pp 13-51.
- ALMEIDA, Antônio Paulino. 1952. Memórias da Câmara da vila de Iguape. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CLI, ano XIX, setembro. São Paulo. pp 13-51.
- ALMEIDA, Antônio Paulino. 1946. Memória histórica da Ilha do Cardoso. *Revista do Arquivo Municipal*, vol CXI, ano XIII. pp19-52.
- ALMEIDA, Antônio Paulino. 1945. O Ribeira de Iguape. *Revista do Arquivo Municipal*, vol10, nº 102. pp 27-104.
- ALMEIDA, Mauro. 1994. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In ANDERSON, A. *et alli. O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 1996. The management of conservation areas by traditional population: the case of the upper Juruá extractive reserve. In REDFORD *et alli. Traditional peoples and biodiversity conservation in large tropical landscapes*. América Verde – The Nature Conservancy.
- AUGÉ, Marc. 1994. *Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. São Paulo, Papirus.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOSI, Alfredo. 1992. O tempo e os tempos. In NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura.
- BOSI, Ecléa. 1987. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, EDUSP.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1998. *Olhares cruzados. Visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira*. São Paulo, Instituto Socioambiental (versão preliminar).
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. SP, Duas Cidades.
- CARLOS, Ana Fani A. O turismo e a produção do não-lugar. In YÁZIGI, Eduardo *et alli* (orgs.) *Turismo espaço e paisagem*. São Paulo, Hucitec.
- CARRIL, Lourdes de Fátima B. 1995. *Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.
- CORBIN, Alain. 1989. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras.

- CUNHA, Lúcia Helena O. C. 1989. *Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba*. São Paulo, NUPAUB.
- CUNHA, Manuela Carneiro. 1987. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. 1997a. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais, in Serrano, Célia M. Toledo e Bruhns, Heloísa T (orgs.) *Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus.
- \_\_\_\_\_. 1997b. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. 1997c. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. in DIEGUES, Antonio Carlos (org.) *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo, NUPAUB/USP.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica*. São Paulo, NUPAUB.
- \_\_\_\_\_. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo, NUPAUB.
- \_\_\_\_\_. 1994. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB - USP.
- \_\_\_\_\_. 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Ática.
- FERRARA, Lucrécia D' Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (orgs.) *Turismo espaço e paisagem*. São Paulo, Hucitec.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. 1996. *A Floresta Intransitiva: Conflitos e Negociações na Mata Atlântica, SP*. Campinas, IFCH/UNICAMP, tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_. 1993. *Os Fantasmas do Vale. Qualidade Ambiental e Cidadania*. Campinas, UNICAMP.
- FIRTH, Raymond. 1971. *Malay fishermen*. London, Routledge & Kegan.
- GIDDENS, Antony. 1997. A vida em uma sociedade pós-tradicional. in GIDDENS, Antony et alii. *Modernização reflexiva*. São Paulo, UNESP.
- HARVEY, David. 1998. *Condição pós moderna*. SP, Loyola.
- ILHA COMPRIDA (Município). 1997. Proposta de ação – Ilha Comprida. APA de Ilha Comprida. Volume 2. Prefeitura municipal de Ilha Comprida.

- LIMA, André R. e CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.) 1997. "Mata Atlântica: Avanços Legais e Institucionais para sua Conservação". *Documentos do ISA* nº 04.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. 1997. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? in Serrano, Célia M. Toledo e Bruhns, Heloísa T (orgs.) *Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus.
- MACEDO, Silvio Soares; PELLEGRINO, Paulo Renato M. Do éden à cidade; transformação da paisagem litorânea brasileira. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (orgs.) *Turismo espaço e paisagem*. São Paulo, Hucitec.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. SP, Abril.
- MARCUS, George. 1991. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, vol 34. São paulo, USP, pp. 197-221.
- MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos F. 1993. *Espaços ambientais protegidos e unidades de conservação*. Curitiba, Champagnat.
- MARTINEZ, Maria Cecília. 1995. *A Ação Governamental e a Resistência Camponesa no Vale do Ribeira - 1968/1986*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.
- MARTINS, José de Souza. 1991. *Expropriação e violência*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_ 1993. "Antropofagia e barroco na cultura latino-americana" in: *A Chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- MAUSS, Marcel. 1988. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70.
- MENDONÇA, Rita. 1996. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? in LEMOS, Amália I. G. (org.) *Turismo Impactos Socioambientais*. São Paulo, Hucitec.
- MOURA, M. M. 1988. *Os detersdados da terra*. RJ, Bertrand.
- \_\_\_\_\_ 1986. *Camponeses*. SP, Ática.
- MOURÃO, Fernando Albuquerque. 1971. *Os pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, FFLCH, USP, tese de doutoramento.
- MOREIRA, Albertino G. 1943. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCII, ano IX, out/nov/dez. pp.61-73.
- MUSUMECI, Leonarda. 1988. *O mito da terra liberta*. SP, Vértice.
- MÜLLER, Geraldo. 1980. "Estado, Estrutura Agrária e População. Ensaio Sobre Estagnação e Incorporação Regional". *Cadernos CEBRAP* nº 32, Petrópolis, Vozes.

- PAIVA, Odair da Cruz. 1993. *A ação da Secretaria da Agricultura no litoral sul e Vale do Ribeira de Iguape nas décadas de 1930 e 1940*. Campinas, UNICAMP, dissertação de mestrado.
- PAOLIELO, Renata M. 1992. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Campinas, PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado.
- PETRONE, Pasquale. 1961. Notas sobre os sistemas de culturas na Baixada do Ribeira, SP. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 39. São Paulo.
- PETRONE, Pasquale. 1966. "A Baixada do Ribeira: Estudos de Geografia Humana" *Boletim nº 283, cadeira de geografia*. São Paulo, FFLCH/USP.
- POLANYI, Karl. 1980. *A grande transformação*. RJ, Campus.
- PRITCHARD, Evans. 1993. *Os nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. 1973. *Bairros Rurais Paulistas*. SP, Duas Cidades.
- \_\_\_\_\_. 1967. *Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas*. São Paulo, D.A.E.E. - USP.
- QUEIROZ, Odaléia Telles M. M.; PONTES, Beatriz M. S. 1996. O (re) arranjo de Iguape e Ilha Comprida sob o advento do turismo e da exploração dos recursos naturais. *in* LEMOS, Amália I. G. (org.) *Turismo Impactos Socioambientais*. São Paulo, Hucitec.
- QUEIRÓZ, Renato S. 1983. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: Um Estudo de Antropologia Econômica*. São Paulo, FFLCH/ USP, Antropologia 1.
- QUEIROZ, Ruben Caixeta. 1992. *Atores e retores na Juréia: Idéias e Práticas do Ecologismo*. Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.
- REDFIELD, R. 1987. The Part-Societies with Part-Cultures. *In* SHANIN, Teodor. *Peasants and peasant societies*. Penguin, London.
- RIBARIC, Adrian. 1997. Sítio Artur e os seus: para uma arqueologia da memória. *in* DIEGUES, Antonio Carlos (org.) *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo, NUPAUB/USP.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. 1997. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In* YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (orgs.) *Turismo espaço e paisagem*. São Paulo, Hucitec.
- RODRIGUES, Izilda Aparecida. 1995. *Áreas Naturais sob Proteção. Estabelecimento e Avanços nas Medidas de Conservação Ambiental. Um estudo no Vale do Ribeira - SP*. Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.

- SAHLINS, Marshall. 1978. A primeira sociedade de afluência. in CARVALHO, Edgar A. *Antropologia econômica*. SP, Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SÃO PAULO (Secretaria do Meio Ambiente). 1996. *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe*. Vol. 1: caracterização. São Paulo, SMA/IBAMA. Pág. 11.
- São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente). 1996. *Regulamentação da APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe: plano de gestão/ZEE preliminar*. São Paulo, SMA/IBAMA.
- SÃO PAULO (Estado). 1994. Secretaria do Meio Ambiente. *Uma viagem à Mata Atlântica*.
- SÃO PAULO (Estado). 1985. SUDELPA. *Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira*.
- SERRANO, Célia Maria De Toledo. 1997. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. in SERRANO Célia M. Toledo e BRUHNS, Heloísa T (orgs.) *Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus.
- SERRANO, Célia Maria De Toledo. 1997. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. in SERRANO Célia M. Toledo e BRUHNS, Heloísa T (orgs.) *Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus.
- SILVA, J. F. Graziano (coord.). 1978 *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- SIMÕES, Olenca Maria de Oliveira (sem data). *A emancipação da ilha Comprida*. Prefeitura municipal de ilha Comprida.
- THOMPSON, E.P. 1979. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona, Crítica.
- TSUKIOKA, Crismere G. 1996. Ilha do Cardoso – "O olho mágico". *Temáticas*, ano 4, n° 7, 10. Semestre de 1996, Campinas, IFCH/UNICAMP.
- VENTURA, Darci Helena. 1998. Trabalho (sem título) apresentado à disciplina Dinâmica Demográfica e Mudança Ambiental, do *Curso de Especialização em Análise de Usos e Conservação de Recursos Naturais*. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- VIANA, Virgílio M. e MARQUESINI, Marcelo. 1997. *Recuperação e Manejo Florestal na Mata Atlântica*. Piracicaba, ESALQ/USP, relatório de pesquisa.
- WOORTMANN, Ellen. 1995. O sítio camponês in *Anuário Antropológico* n° 81, RJ.
- WHITROW, G. J. 1993. O tempo na história. Concepções do tempo da pré história aos nossos dias. RJ, Zahar.

ZAN, José Roberto. 1986. Conflito de Terra no Vale do Ribeira. Estudo Sobre Pequenos Possesores em Luta Pela Terra no Município de Sete Barras. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

### **Jornal**

Diário oficial do Estado de São Paulo. Decreto de criação da APA de ilha Comprida. 1º/dez/1989, pp. 11.

### **Documentos**

- Registros paroquiais de terras, realizados entre 1854 e 1856 na paróquia de Nossa Senhora das Neves, em Iguape.
- Contratos de comodato realizados entre moradores de Juruvaúva e o empresário Dulirio realizados, em diferentes anos na década de 1970.
- Contrato de compra e venda de Pedrinhas realizado entre a companhia Melhoramentos de Cananéia em 1955.

### **Mapas**

- *Unidades de Conservação Federais de Uso Direto*. Instituto Socioambiental.
- *Unidades de Conservação Estaduais de Uso Indireto*. Instituto Socioambiental.
- *Unidades de Conservação Estaduais de Uso Direto*. Instituto Socioambiental.
- *Localização das comunidades de pesca localizadas na porção sul paulista do Vale do Ribeira*. Instituto Socioambiental.
- *Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape – Unidades de Conservação*. Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo *apud* São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente). 1996. *Regulamentação da APA de Cananéia-Iguape-Peruibe: plano de gestão/ZEE preliminar*. São Paulo, SMA/IBAMA.
- *Localização de posseiros na ilha Comprida em 1945*. Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.
- *Localização dos Baieiros na ilha Comprida*. Município de Ilha Comprida.

## **ANEXO 1**



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

### **INTRODUÇÃO:**

Até há muito pouco tempo, Pedrinhas era preservada naturalmente. As dificuldades de acesso, o próprio desconhecimento de sua existência e a pressão exercida pelas entidades ecológicas nacionais e até internacionais, possibilitavam seu isolamento e, conseqüentemente, a sua preservação.

Com a chegada do necessário e inevitável progresso, como a eletricidade e a emancipação de Ilha Comprida, esse isolamento foi sendo quebrado e a preservação de Pedrinhas passou a ser séria e rapidamente ameaçada.

Por isso decidimos formular esse projeto para ser discutido, avaliado e, se possível, implantado.



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

### **LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA**

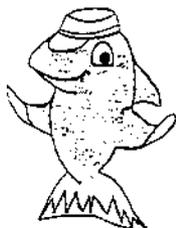
Pedrinhas, na Ilha Comprida, é sem dúvida um paraíso ecológico a apenas 240 quilômetros da cidade de São Paulo.

Chega-se a Pedrinhas tanto pela balsa, via praia, como pela ponte de Cananéia.

Toda região é muito bonita e, certamente, não se encontrará um lugar com tantos atrativos e tantas qualidades naturais com tão pouco tempo de viagem.

Deve-se ainda ressaltar que com a duplicação da BR 116 e a construção da ponte de Iguape (que seguindo à trilha do progresso também é inevitável), o acesso a Pedrinhas será ainda mais facilitado.

2



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

### **UM PARAÍSO ECOLÓGICO**

Além das belezas naturais de toda Ilha Comprida, Pedrinhas tem outros atrativos próprios que a tornam um verdadeiro recanto de paz e tranquilidade.



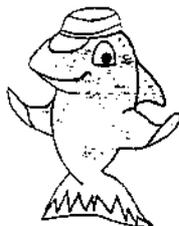
O ar é puro, a água é pura, as praias são puras, as matas são puras, a beleza é pura e o povo é puro, ordeiro, pacífico, amigo e conserva em grande parte a sua cultura e costumes nativos.



## PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS

Como dizia o finado Lourenço:

*" Quem bebe a água  
e come o peixe de  
Pedrinhas, compra  
terreno e constrói  
casa em Pedrinhas " .*



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

### **REPERCUSSÃO**

Os turistas que mantêm casa em Pedrinhas, alguns há mais de trinta anos, vinham frequentando o lugar apenas em função da pesca.

Com a chegada do progresso e, conseqüentemente, maior conforto, as famílias dos turistas também passaram a frequentar Pedrinhas, estabelecendo-se aí novas necessidades a serem atendidas tanto na área de consumo como na de lazer,

Atento a isso, um grupo de habitantes de Pedrinhas criou a S.A.B.P. - Sociedade Amigos do Bairro de Pedrinhas, cuja a diretoria é hoje composta por sete habitantes e três frequentadores.



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

Tabulados os questionários concluiu-se que:

1º) A maioria dos turistas que frequentam Pedrinhas são Empresários, Industriais, Comerciantes, Médicos, Dentistas, Homens da Lei, Publicitários, Advogados, Juiz de Direito e outros profissionais.

2º) As expectativas dos turistas e suas famílias são a preservação da paz e da segurança, a qualidade da pesca e da praia e a criação de um clube poli-esportivo que sirva também para jogos de salão e bailes.



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

### **PAZ E SEGURANÇA**

Lamentavelmente, com o progresso vieram também pessoas, atos e atitudes que não condizem com a cultura e a forma de ser do lugar e colocam em risco a paz e segurança que eram exatamente o forte de Pedrinhas. E isso vem acontecendo de forma crescente apesar dos três policiais destacados para o bairro.

O grande problema é que aqueles que cometem irregularidades e praticam agressões contra a moral e a integridade física das pessoas e também contra os princípios ecológicos usando redes, tarrafas e bombas (pedras), não respondem pelos seus atos e atitudes. Aliás, na realidade o povo de Pedrinhas nem sabe lidar com esse novo tipo de situação.

Recentemente foi necessário inclusive, fazer-se uma campanha interna com folhetos (cujas cópias seguem anexas), e com painéis para amenizar alguns problemas que surgiram num espaço de tempo muito pequeno.



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

Por tudo isso, nota-se com tristeza, que os turistas não só deixaram de trazer novos amigos que poderiam se integrar à comunidade, como também estão relutantes em vir e, principalmente trazer suas famílias



## PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS

### A PROPOSTA

Como pode ser visto na cópia do questionário, existe a seguinte pergunta que a grande maioria respondeu com um **SIM**:

"Você está disposto a participar dessa empreitada com colaboração, trabalho e financeiramente?"

Partindo dessa disposição, cresceu a idéia de transformar Pedrinhas em um condomínio com regulamentos e Conselho de Administração, **evidentemente de comum acordo e em perfeita sintonia com a Prefeitura de Ilha Comprida.**

O objetivo não é fechar Pedrinhas, mas sim, identificar as pessoas que nela entram e circulam para que sejam responsabilizadas pelos seus atos e atitudes.



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

Como a maioria dos problemas vem pela estrada da praia, a idéia prevê a construção de uma portaria com guarita e comunicação com a vila, na altura do "Cavalo Sul" e, que em princípio, funcionaria 24hs por dia.

Quanto ao aspecto ecológico, também **de comum acordo e perfeita sintonia com o IBAMA e Polícia Florestal**, a idéia consiste em delimitar uma área com colocação de placas de advertência, proibindo o uso de redes, tarrafas e bombas.

Evidentemente essa proposta que a nosso ver representa uma boa saída para os problemas que ameaçam Pedrinhas, até pelo seu caráter inibidor, além de proporcionar novos empregos e permitir que Pedrinhas cresça de forma ordenada e segura, tem a principal pretensão de abrir diálogo com o senhor Prefeito Antonio Marcio Ragni, na busca do bem comum.



## **PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS**

### **CONCLUSÃO**

Acreditamos firmemente, que se essa proposta for trabalhada e viabilizada, transformará Pedrinhas na "pérola" da Ilha Comprida , servirá de exemplo para outras comunidades de pescadores e abrirá uma nova linha de relacionamento e participação entre a jovem Prefeitura de Ilha Comprida e as localidades que compõem o seu território.

Agradecemos a atenção e ficamos a inteira disposição para continuar o trabalho.

14 / 01 / 94



## PROJETO CONDOMÍNIO PEDRINHAS

Companheiros:

Com o objetivo de compor uma listagem que possibilite o conhecimento de todos os que possuem casas de turismo em Pedrinhas, e, posteriormente permita a comunicação com todos eles no sentido de buscar-se, juntamente com os moradores do bairro, meios de preservação e melhores condições de estada e lazer para seus frequentadores, formulamos o questionário abaixo que pedimos preencher integral e claramente.

No caso de ranchos compostos por sociedades, cada sócio deve preencher um questionário à parte.

Nome do Rancho: \_\_\_\_\_

Nome do Titular ou Sócio: \_\_\_\_\_

Endereço do Rancho: \_\_\_\_\_

Endereço para correspondência: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ C.E.P.: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Ramo de atividade: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo frequenta Pedrinhas: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo tem rancho em Pedrinhas: \_\_\_\_\_

Está disposto a participar desta importante empreitada com colaboração, trabalho e financeiramente? \_\_\_\_\_

Assinale nos quadros abaixo as preferências esportivas e de lazer, suas de seus familiares e seus acompanhantes.

Futebol	<input type="checkbox"/>	Futebol de Salão	<input type="checkbox"/>	Voley	<input type="checkbox"/>
Basquete	<input type="checkbox"/>	Tenis de Mesa	<input type="checkbox"/>	Bocha	<input type="checkbox"/>
Malha	<input type="checkbox"/>	Pescaria	<input type="checkbox"/>	Vela	<input type="checkbox"/>
Baile	<input type="checkbox"/>	Forró	<input type="checkbox"/>	Música	<input type="checkbox"/>
Jogos de Salão	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>

Comentários e/ou sugestões: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

S. A. B. P.

A D I R E T O R I A

## **ANEXO 2**

1º TABELIONATO

CANANÉIA

LIVRO DE NOTAS Nº 50

Fls. 55 verso a 58

PRIMEIRO TRASLADO DA ESCRITURA DE --  
VENDA E COMPRA QUE FAZEM A COMPANHIA MELHORAMENTOS CANANÉIA,S/A.  
À THEOTONIO SIZENANDO LISBÔA E OUTROS.

V A L O R - - - - - Cr. \$ - 5.000,00.

S A I B A M

quantos êste público instrumento virem que aos 8(oito) dias do -  
mês de Junho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco(1955)-  
da Era Cristã, nesta cidade de Cananéia, Estado de São Paulo, Repú-  
blica dos Estados Unidos do Brasil, em cartório, perante mim Ofi-  
cial Maior, compareceram partes entre si justas e contratadas a -  
saber:- como outorgante vendedora a COMPANHIA MELHORAMENTOS --  
CANANÉIA, Sociedade Anonyma, com séde na Capital do Estado de São Paulo,  
Barão de Itapitininga, 124 - 9º andar, neste ato representada por  
seu procurador e ar. MANOEL CLAUDIO TRIUNFANTE LISBÔA, casado,  
comerciante, residente na Capital do Estado, a rua Falchi Glámini,  
734, a passeio nesta cidade, nos termos da procuração lavrada nes-  
tas notas, no livro 9 fls. 49, em 24 de Outubro de 1953 (mil nove-  
centos e cinquenta e três), e das duas testemunhas adiante nomeadas e no  
outorgados compradores: THEOTONIO SIZENANDO LISBÔA, casado, ANTONIO  
AVELINO LISBÔA, viuvo, EUFROZINA LISBÔA, solteira, JOAO SOARES, sol-  
teiro, SEBASTIÃO SOARES, solteiro, ANTONIO AMELIO SOARES, casado e  
SANTINO SOARES, solteiro, todos brasileiros, maiores, lavradores, re-  
sidentes neste municipio e comarca, neste ato representados por  
seu procurador sr. PEDRO ORSINI SANT'ANA, brasileiro, casado, notá-  
rio, residente nesta cidade, nos termos das procurações lavradas  
nestas notas respectivamente em 17 de Outubro de 1953 (mil nove-  
centos e cinquenta e três), no Livro 9, fls. 44 e 45; meus conju-  
dos e das duas testemunhas adiante nomeadas e no instrumento de  
do que dou fé. E perante essas mesmas testemunhas a parte  
te vendedora por seu procurador acima referido, a quem eu sou  
senhora e legitima possuidora das terras que

rural denominado "PEDRINHAS", também conhecido por "IGUATEMY", situado no bairro de Pedrinhas, na Ilha Comprida, neste distrito, município e comarca de Cananéia, havido a Eduardo José Lisboa, por escritura pública destas Notas, datada de 15 de Outubro de 1.953, devidamente transcrita no Registro Geral da comarca, no Livro 3B, de Transcrição das Transmissões, sob o número 692, cujo imóvel em sua integridade mede mais ou menos mil cento e cinquenta braças (1.150) de frente para o Mar Pequeno de Cananéia por mil cento e cinquenta (1.150) braças também de frente para o Mar Grosso, em toda a extensão na Ilha da marinha no Mar Pequeno até a Marinha na praia do Mar Grosso e que divide-se:- Ao Norte, ou para o lado de Iguape, com o imóvel Ubatuba, de propriedade da vendedora; para o Sul, ou lado de Cananéia, com terras hoje de João Nazário e outros ou de quem de direito; frente, com a Marinha no Mar Pequeno e fundos, onde também faz frente ainda com a Marinha no Mar Grosso, sendo o rumo de Noroeste a Sueste; que -

mede mais ou menos mil cento e cinquenta e seis (154.506 ms2.) metros quadrados de terreno com

as seguintes divisas e confrontações: Começando no marco zero, seguindo pela faixa de marinha, no Mar Pequeno, segue daí em linha reta com o rumo magnético SE 32º 10', na distância de 1.130

(mil cento e trinta e três) metros até encontrar o marco 1, onde deflete de 90º para a esquerda, seguindo o rumo NE 57º 50', na distância de 1.320 (mil trezentos e vinte) metros em linha reta até encontrar o marco 2 onde deflete 90º para a esquerda, seguindo o rumo NW 32º 10' até encontrar o marco 3 no limite da faixa de marinha, seguindo para a esquerda por esse limite até encontrar o marco zero, onde teve início. Sendo as divisas gerais -

desta escritura as seguintes:- lado do Norte com o imóvel vendido a Manoel Lisboa e outros; lado do Sul com quem de direito, frente com a Marinha no Mar Pequeno e fundos com o restante do mesmo imóvel por

ta repartição sob número cento e três, do dia quatro de junho - mil novecentos e cinquenta e cinco, Certifico para fins de escritura que, em se revendo os assentamentos desta Coletoria, com exceção do imposto de renda, verificou-se não existir, até a presente data, débito fiscal apurado contra a Companhia de Melhoramentos de Cananeia S. A. referente ao imóvel denominado "Pedrinhas", ou "Iguatemy", situado no bairro das Pedrinhas, na Ilha Comprida, deste município, ficando, todavia, ressalvado o direito que cabe à Fazenda Nacional de cobrar impostos ou quaisquer débitos que porventura venham a ser apurados posteriormente. E, para constar, eu (a) Nicola Colella, escrivão respondendo pelo expediente desta Coletoria Federal em Cananeia, Estado de São Paulo, lavrei a presente certidão, datilografada, aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. Pelos outorgados compradores me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitavam esta escritura

em termos e me apresentaram o conhecimento fiscal nº 035 e que tem o teor seguinte: - "Origem: (illegível) (illegível) Nº 035. Imposto de Transmissão Inter-vivos, Imp. 400,00. Ad. 10% 40,00. Cr. \$ 440,00. Exercício de 1.955. Recebi do Sr. Theotônio Sizenando Lisboa e outros a importância de quatro-

(illegível) cruzeiros, relativa a guia supra nº 33. Reparti-

da em Cananeia, em 4 de Junho de 1.955. (a) O. O. Silva

revisão. Visto (a) A. L. Veiga - exator. Recebi - (a) A. L. Veiga-Caixa

Verso: - Distribuo ao 12. Ofício a escritura constante do pre-

ta talão Cananeia, 7 de Junho de 1.955. (a) Antonio Público do

aliquidor. Assim o disseram e dou fé. A pedido das par-

teci esta escritura hoje a mim distribuída, a qual sendo-lhe

em presença das testemunhas, acharam-na conforme outorgaram, -

assinam com as mesmas testemunhas a tudo presente e -

(illegível) casado, comerciante, com 53 anos de idade, - (illegível) solteiro, operário, com 23 anos de idade, - (illegível) cidade. Eu, (a) Nazareth R. Silva, (illegível) O Audio, Trindade; P. P. Pedro

Integrante desta; que pela presente escritura e melhor forma  
direito, vende aos outorgados compradores retro referidos a men-  
cionada area de cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e seis  
(154.506)ms.2, pelo preço certo e ajustado de cr. \$ 5.000,00 (cin-  
co mil cruzeiros), que já recebeu dos outorgados compradores em -  
moeda corrente nacional pelo que lhes dá plena e geral quitação  
de pago e satisfeito para não mais repetir, transmitindo desde já  
aos compradores toda posse, jús, dominio, direito e ação que em di-  
ta área exercia, obrigando-se a outorgante vendedora, por si, seus  
herdeiros e sucessores a em todo e qualquer tempo fazer a presen-  
te venda sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção -  
de direito quando chamada a autoria; disse mais a outorgante ven-  
dedora por seu referido procurador que o imóvel do qual destacou  
a área ora vendida está livre de todo e qualquer onus por hipote-  
cas legais, convencionais, impostos e penhores que oportunamente -  
por ocasião da transcrição deste se compromete a exhibir, sendo a  
negativa da Fazenda Estadual; que dito imóvel está declarado pa-  
ra a Estatística imobiliária sob nº 441 ainda em nome do antecessor  
da outorgante, conforme certificado nº 11/55 da Coletoria Es-  
tadual local que exhibiu; que a venda da área acima mencionada é  
feita na seguinte proporção : 770 ms. (setecentos e setenta e sete) ms.  
de frente mais ou menos por 1.133 (mil cento e trinta e três) me-  
tros da frente aos fundos aos outorgados Theotônio Sizenando Li-  
bôa, Antonio Avelino Lisbôa e Eufrozina Lisbôa e 550 (quinhentos e  
cincoenta) metros de frente mais ou menos por 1.133 (mil cento e  
trinta e três) metros da frente aos fundos a João Soares, João Soa-  
tião Soares, Antonio Amelio Soares e Santino Soares; que fica  
cluída desta venda os terrenos de marinha fronteirios a área  
vendida, por serem do Dominio da União e inalienaveis, ficando  
tretanto os compradores autorizados a requererem di. fimen-  
ra seus nomes na repartição competente a ocupação ou abora-  
dos referidos terrenos de Marinha e me exhibirem a certifi-  
cada federal do teor seguinte: - FEDERAL - O  
cumprimento ao despacho exarado no requ





IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS

Nº 38657

GUIA DE RECOLHIMENTO EXERCÍCIO DE 1945

- 1.ª VIA (Verde) para o contribuinte
- 2.ª VIA (Amarela) de arrecadador
- 3.ª VIA (Azul) de fiscalização
- 4.ª VIA (Branca) de registro arrecadadora
- 5.ª VIA (Branca) do cartório e depósito a guia

Valor Cr\$ 5.000,00  
 Imposto 8% Cr\$ 400,00  
 Ad. 10% Cr\$ 40,00  
 Total Cr\$ 440,00

O Sr. THEOTÔNIO EZEQUIAS LISBOA e outros, e ANTONIO ABELIO SOARES e outros, brasileiros, lavradores,

residente: São Paulo, Município de São Paulo, val à exortoria estadual local; pagar o IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" de Cr\$ 440,00 sobre Cr\$ 5.000,00

sobre a COMPRA de MELHORAMENTOS CANANEA S/A

residente São Paulo, Rua Parão de Itapetininga, 124, 9.º andar

seguinte: UMA ÁREA DE 154ha, 50a e 100 metros de terras a serem tiradas do imóvel... situado no bairro de Pedrinhas, neste distrito municipal e comarca com os seguintes caracteris...

Ofício e Registro Geral  
 JOÃO VERÍSSIMO DA SILVA  
 SERVIDOR  
 NAZARETH R. DA SILVA  
 OFICIAL MAIOR

SECRETARIA DA FAZENDA  
 DEPARTAMENTO DE REGISTRO GERAL  
 CANANEA



IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" 400,00  
 ad. 10% 40,00  
 Total Cr\$ 440,00  
 Exercício de 1955

Recebi do Sr. Theotônio Ezequias Lisboa a importância de... relativa à guia supra nº 33 REPARTIÇÃO ARRECADADORA DE em 7 de Junho de 1955

Exator - Chefe Recebi

ências dos Art.ºs 34 e 35 a serem respeitadas no preenchimento desta guia: 20

34 - letra g) qual a metragem ou área do terreno.....ha construção?

35 (quando se trate de imóveis rurais)

letra a) número do certificado do registro imobiliário..... 11/55 em nome de Eduardo J. Lisboa ant. dos vendedores

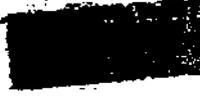
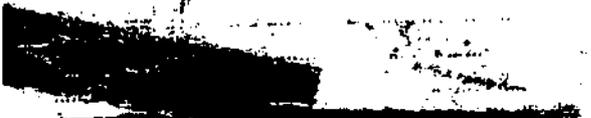
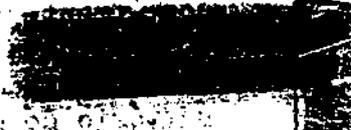
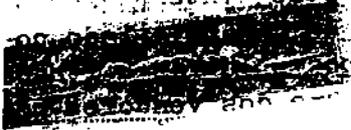
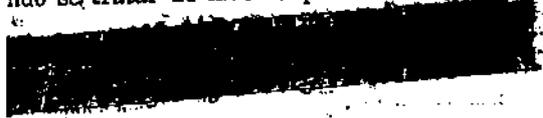
b) denominação pela qual é conhecido o imóvel..... PEDRINHAS OU IGHATEM

e sua área é de..... 154 ha, 50a e 100 mts.

c) distância aproximada da sede do município a que pertence..... 16 quilômetros

d) referência às culturas existentes, a sua área e valor aproximado.....

.....so número de plantas  
ndo se tratar de lavoura permanente.



.....

